

INTRODUÇÃO

A questão ambiental ou ecológica tornou-se um tema de grande interesse nos últimos anos do século XX, sobretudo a partir da década de 70. Aos poucos, esse assunto deixou de ser preocupação apenas das ciências naturais, principalmente de disciplinas como a Biologia, Oceanologia ou Ecologia, para tornar-se tema de pesquisa das ciências sociais. Inicialmente, a questão ambiental aparece como objeto de interesse social, por meio de análises relacionadas ao ambientalismo como expressão dos movimentos sociais. Nesse sentido, alguns cientistas sociais que realizavam pesquisas sobre movimentos sociais passaram a desenvolver análises sobre o ambientalismo, assinalo entre outros, Viola (1986, 1996, 1998), Sherer-Warren (1998), Leis (1998), Diegues (1996,1997) e Ribeiro (2000). Todavia, o problema ambiental, posto como objeto social, também foi apreendido por alguns cientistas sociais de uma forma diferenciada, sob a ótica da sustentabilidade. Aqui destacam-se as contribuições de Sachs (1993, 2000), Bursztyn (1993), Ferreira (1998), Buarque (1993) e Duarte (1998) que empreendem esforços para pensar o desenvolvimento sustentável. Todas as contribuições desses autores, além de ampliar o debate, propiciam liames para que novos olhares sejam postos ao problema ambiental.

O meu esforço no estudo sobre o Projeto Tamar e a política de intervenção em comunidades de pescadores depreende-se nesse sentido, como um olhar sobre as políticas públicas ambientais de natureza governamental. Busca-se, para a construção desse olhar, o significado do processo de intervenção, isto é, pretendo analisar a forma como foi posta a política. Sabe-se, com efeito, que as políticas públicas ambientais implementadas pelo governo brasileiro são muitas vezes (im)postas, sem haver estudos prévios sobre a dimensão dos impactos (Ab'Saber et al, 1998). Esses impactos, por sua vez,

podem ser de ordem social, cultural ou econômica, além de ambiental. Levando-se em conta os impactos causados pela implementação de políticas dessa envergadura, justifica-se a importância de realizar estudos nessa área.³

O Projeto Tamar é uma política pública de natureza governamental, que visa promover a conservação ambiental, entendida como:

“o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer às necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral”
(Lei nº 9.985/00, art. 2º, II).

A definição mostra que a conservação ambiental ou conservação da natureza inclui o manejo e a preservação ambiental.⁴ Como um programa de conservação ambiental o Projeto Tamar foi chamado inicialmente de Tartarugas Marinhas, vez que se voltava exclusivamente ao estudo, manejo e pesquisa desses animais no Brasil. Estava sob a competência do Departamento de Parques e Reservas Equivalentes do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, órgão à época pertencente ao Ministério da Agricultura – MA. A instituição do Projeto Tartarugas Marinhas ocorreu por ato normativo em 1979 e posteriormente foram destinados recursos para realizar um levantamento, ao longo do litoral brasileiro, sobre a “ocorrência”⁵ ou não de tartarugas marinhas (embora a posição oficial do governo brasileiro até aquele momento fosse pela inexistência de tartarugas).⁶

³ A intervenção é considerada mesmo antes da fixação das bases de proteção, tendo iniciado, portanto, em 1980.

⁴ Preservação ambiental é “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” (Lei nº 9985/00, art. 2º, V). Por sua vez, a definição de preservação engloba a proteção ambiental ou integral, que significa: “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (Lei nº 9985/00, art. 2º, VI).

⁵ Termo técnico usado pelos especialistas em tartarugas marinhas. Significa: existência.

⁶ Discussão travada no capítulo I.

O começo da atuação com a denominação de Projeto Tamar aconteceu em 1980. Dando continuidade às pesquisas iniciadas em 1979, passou a investigar e mapear áreas de reprodução e alimentação das espécies de tartarugas marinhas no Brasil.⁷

O desligamento do Projeto Tamar do IBDF deu-se com a extinção desse órgão, em 1989, quando foi vinculado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama⁸, autarquia federal pertencente naquele período ao Ministério do Interior – Minter. Um ano após, o Ibama foi submetido à competência da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, atual Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – MMA (Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990).

Na época de criação do Projeto Tamar, o cenário internacional suscitava aos Estados políticas de natureza ambiental. Aliás, um legado da Conferência de Estocolmo realizada em 1972. Já em 1979, a Organização dos Estados Americanos – OEA organizou um seminário internacional em que diversos países, dentre eles o Brasil, foram convidados a participar. Naquela oportunidade, o Brasil foi representado oficialmente por Maria Tereza Jorge Pádua, que acabara de assumir a direção do Departamento de Parques e Reservas Equivalentes do IBDF. Durante o seminário todas as discussões se encaminhavam para o ecossistema marinho, sobretudo relacionando pesquisas feitas sobre tartarugas e peixe-boi. Embora o Brasil fosse uma das possíveis áreas em que as espécies desses animais utilizariam para reprodução, não havia qualquer política ou programa de pesquisa a eles relativos. Outro fato também marcou a composição do cenário internacional: tratava-se da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em perigo de extinção, conhecida como CITES. A Convenção foi assinada em 1973, entrando em vigor em 1975. Consistia num acordo internacional em que governos de diversos países, dentre eles o do Brasil, se comprometiam a não comercializar animais ameaçados pela extinção, estando presentes algumas espécies de tartarugas marinhas.⁹

⁷ “Project for Preservation, Tagging and Evaluation of Sea Turtles in the Principal Nesting areas of the Brazilian Coast – nº 3.676. *Projeto Tamar*. Brasília: IBAMA, s/d. 20p.

⁸ É uma entidade autárquica de regime especial, com autonomia administrativa e financeira, dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede em Brasília/DF, criada pela Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. É um órgão do Ministério do Meio Ambiente – MMA.

⁹ Decreto nº 76.623, doc. 2 da lista de leis em anexo.

A década de 70 representou um marco no ambientalismo mundial, pois nela foram definidos e assinados importantes acordos, convenções, tratados e protocolos internacionais. McCormick (1992) mostra que durante os anos 70 foram assinados 47 documentos internacionais com o fim de conservação ambiental. Quando iniciou-se a década de 80, o cenário internacional já era propício para políticas públicas de Estado para o meio ambiente.

Mas, a realidade dos países subdesenvolvidos era diferente. Apesar dos apelos internacionais para a definição de políticas de cunho ambiental, não havia interesse desses países em encaminhar políticas para o meio ambiente. No Brasil, por exemplo, durante a década de 60 a economia esteve assentada no processo de industrialização com base na substituição de importações (Furtado, 1968). O fato é que esse modelo sofreu um esgotamento do ponto de vista estrutural da economia, sendo necessário a definição de projetos para reintroduzir investimentos na produção (compreendido como primeira fase da crise econômica). Esse período coincide com o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), em que foi implantado o “Plano de Metas”, cuja idéia principal era promover o desenvolvimento do país dentro do jargão “cinquenta anos em cinco”. O Plano de Metas tinha como um dos principais implicadores a promoção da industrialização, associado ao capital estrangeiro. Após o governo de Juscelino Kubitschek o país estava diante de uma de suas maiores dívidas. Posteriormente, configurou-se no Brasil a segunda fase da crise econômica (1964-1966), que foi precedida pela mudança do regime, marcado pelo golpe militar de 1964. Tavares e Serra observam que, nesse período: “A carga fiscal tornou-se bem mais pesada, [pois] foram feitos cortes no gasto público e restringiu-se novamente o crédito” (2000: 603). Nessa altura, o governo brasileiro incentiva o investimento do capital internacional na produção, que ocorreu principalmente nos setores químicos, petroquímicos, construção naval, transportes e energia elétrica (Tavares e Serra, 2000). Essa política de incentivo à industrialização perdurou, com pequenos ajustes, durante as décadas de 80, 90 e *guicá* os dias atuais.

No quadro brasileiro, definido por políticas públicas de incentivo à produção, parece controverso o surgimento de políticas estatais para o meio ambiente. Deve-se notar que tais políticas, quando eram definidas, se dirigiam apenas à preservação das Florestas Nacionais. Essa razão me leva a pensar no acaso, como elemento que marca a

trajetória do Projeto Tamar, pois como pensar diante do quadro que foi descrito o surgimento do primeiro programa de conservação ambiental direcionado para o ecossistema marinho? Portanto, foi fruto da coincidência ou do mero “acaso”¹⁰ que Maria Tereza Jorge Pádua estava a par de todo o cenário internacional e o seminário organizado pela OEA/79 a fez refletir sobre a necessidade de criação de um programa relacionado ao ecossistema marinho no Brasil (EI – 11)¹¹, que foi o Projeto Tartarugas Marinhas – Tamar.

No entanto, apesar de se reconhecer o esforço de sua criação como o primeiro programa direcionado ao ecossistema marinho brasileiro – tendo-se a percepção da importância que as tartarugas assumiam naquele cenário (OEA/79) –, o fato que dá relevância ao Projeto Tamar como objeto deste estudo é o significado do processo de intervenção nas comunidades de pescadores¹² do litoral brasileiro, tanto em relação aos sujeitos interventores, quanto em relação aos atores sociais envolvidos, como “os que sofrem” o impacto causado pela intervenção. Torna-se necessário lembrar que, após a entrada da Fundação Pró-Tamar, a configuração do Projeto Tamar é redefinida e o processo de intervenção, por seu turno, se modifica. Se antes existia uma relação estabelecida de modo bilateral: Estado-indivíduos das comunidades de pescadores, na atualidade tem-se: Estado/ONG-indivíduos das comunidades de pescadores, o que dá maior complexidade à interação entre esses diferentes atores sociais, ampliando, por conseguinte, a teia de significados posta na rede¹³ entre eles, embora se considere que o Projeto Tamar representa o todo, do qual a Fundação Pró-Tamar é apenas uma parte (Durkheim, 1999), conforme pode-se visualizar com base na ilustração a seguir:

¹⁰ Categoria que foi definida no capítulo I (cf. Peirano, 1991).

¹¹ EI – Entrevista Institucional; 11 representa o número de entrevistas realizadas incluindo a referida, conforme tabela 1.

¹² Preferi usar o termo comunidades de pescadores a populações tradicionais, por uma questão que envolve pressupostos teórico-metodológicos. O termo população tradicional, amplamente utilizado na legislação brasileira, remonta-se sempre àqueles que sofrem à política de intervenção do Estado. Nunca sendo vistos como os que podem a ele resistirem ou participarem dessa política.

¹³ Rede significa “um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos” (Castells, 1999: 498).

Ilustração – Todo-Parte

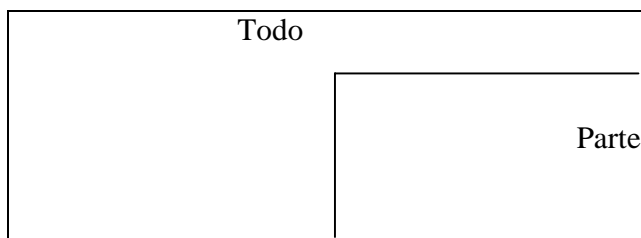
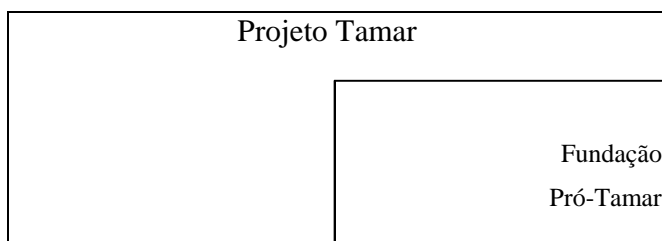


Ilustração – Projeto Tamar-Fundação Pró-Tamar



A partir da relação todo-parte pode-se perceber como se configura a constituição do Projeto Tamar. A idéia dessa relação parte do princípio de que a Fundação Pró-Tamar é um organismo que serve ao funcionamento do todo. Dessa forma, para atingir seus objetivos de conservação ambiental (EI – 2), o Projeto Tamar (programa governamental) permite a formação de uma organização não-governamental, assumindo, assim, um caráter de complexidade. Para a constituição da complexidade do todo há uma relação de complementação e de interdependência, tal qual a associação estabelecida entre o organismo de um animal superior e seus órgãos internos (Durkheim, 1991).

Procuro compreender a dinâmica estabelecida entre os diversos atores envolvidos (Estado/ONG-indivíduos das comunidades de pescadores) e analisar o significado do processo de intervenção da política pública, enquanto programa de conservação ambiental. Considerada como uma intervenção, a entrada do Projeto Tamar nas comunidades tem um duplo sentido. De um lado, representa a presença do poder

público institucionalizado, por meio do Ibama (extinto IBDF); do outro, significa uma mudança nos seus modos de vida e nos sistemas de representações coletivos dos indivíduos, produzindo outras definições sobre a forma de se relacionarem entre si e com a natureza¹⁴. Nessa lógica, o papel da ONG é diluído pela complexidade estabelecida a partir das relações de poder e dominação entre Estado-indivíduos das comunidades.

A dominação é uma construção ideal-típica weberiana, mas para o contexto analisado ela pressupõe um processo que se impõe às comunidades nativas com uma força coercitiva suficientemente capaz de provocar mudanças sociais (Polanyi, 2000). A política do Estado (pós-neoliberal) que é implantada e implementada em comunidades consideradas tradicionais (como os pescadores e camponeses) tende a se impor de modo categórico e submeter aquela comunidade ao processo de intervenção (Martins, 1993). Portanto, a categoria dominação é entendida como uma forma de expressar o controle social do Estado nas comunidades de pescadores. O controle social, por sua vez, é definido como um meio de canalizar expectativas de comportamentos sociais e atua pelo processo de socialização ou pela determinação de sanções positivas ou negativas. Um dos principais aspectos da definição de controle social está na necessidade de legitimidade das normas. Assim, um controle social só pode ser eficiente à medida que tem assegurada a legitimidade (Linton, 1971). Nesse sentido, pode-se construir em Weber (1986) a aproximação entre o controle social e a categoria dominação. A aproximação está exatamente na crença da legitimidade das regras. Duas formas de exercitar a dominação foram encontradas. A primeira vai na direção dos poderes discricionários¹⁵ do Projeto Tamar como ente estatal. Os atos mais comuns relatados nas falas dos pescadores foram: a proibição da caça da tartaruga, a fiscalização no período de proibição da pesca e a apreensão de redes de pesca. Todos atos que se consubstanciam no exercício do poder de polícia.¹⁶ Nesses casos há o

¹⁴ Optei por utilizar o termo natureza como sinônimo de meio ambiente, ambos sendo construções sociais. Estas noções foram extraídas a partir da compreensão de Jacques Weber, quando afirma que não existe “natureza”, sendo “(...) um produto de representações oriundas diretamente de sistemas de valores presentes nos sistemas sociais e no interior dos grupos que os integram. A ‘natureza’ constitui um espelho social” (1997: 123).

¹⁵ Entendidos como um conjunto de atos em que o administrador público tem a liberdade de agir, dentro dos limites permitidos pela lei (cf. Meirelles, 1990).

¹⁶ Poder de polícia “é a faculdade que dispõe a administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade e do próprio Estado” (Meirelles, 1990: 110).

exercício da dominação racional-legal por parte do Projeto Tamar. A outra forma de dominação pressupõe mecanismos de controle social mais ligados à socialização. O modo de o político exercer a dominação em virtude de devoção afetiva e de dotes sobrenaturais, entre os quais destaca-se, o poder intelectual ou de oratória, caracteriza o tipo carismático (Weber, 1986). Esse tipo de dominação se baseia na confiança. Aproprio-me dessa categoria para mostrar que, durante a intervenção do Projeto Tamar em comunidades de pescadores, ocorreu uma interação social que pode ser apreendida como um processo de socialização, em que o grupo que forma o Projeto Tamar tenta manter formas de controle social. Nos momentos em que ocorre a dominação carismática, que se despessoaliza e assume uma forma institucional, os indivíduos das comunidades de pescadores são levados a uma participação nas decisões de seus interesses. Nesse caso, é possível verificar-se o estabelecimento de laços de confiança entre o grupo do Projeto Tamar e os indivíduos das comunidades. O exercício dessa dominação fica ainda mais claro a partir das relações de poder em Regência/ES. Naquela comunidade está nítida a presença do líder (Coordenador Regional do Projeto Tamar), em que mesmo os seus rivais (como os representantes da Associação de Moradores) vêm nele uma força heróica, reconhecendo o seu poder de liderança perante a comunidade (ver discussão no capítulo IV).

Grosso modo, considera-se que o Projeto Tamar reveste-se do domínio carismático, à medida que realiza as ações de caráter social, vistas aqui com base nas noções de desenvolvimento sustentável e educação ambiental (conceituados no capítulo – I). Nesse ínterim, a Fundação Pró-Tamar funciona como um agente intermediador entre o Estado e os indivíduos.

O Projeto Tamar é entendido como um programa de conservação ambiental de origem governamental, compreendido como uma política pública de intervenção estatal, sendo uma face do Estado.

O Estado é visto como sendo capaz de “exercer funções contraditórias, de acumulação e de legitimidade, para criar as bases de um consenso através da ação das suas instituições” (Jacobi, 1989: 4). Assim, a ligação entre o Projeto Tamar e o Estado é de proximidade, quando a intervenção necessita da legitimidade do poder estatal, podendo apelar-se, inclusive, para seu poder de fiscalização no exercício da dominação legítima, por meio do uso da violência (apreensão de redes de pesca, prisão de pescadores que capturam

tartarugas), mas também pode ser por força de sua configuração híbrida, de distanciamento, quando o Estado delega à ONG atribuições que, em tese, deveriam ser suas. Na verdade, essa relação de proximidade ou de distanciamento constitui uma ambigüidade do Projeto Tamar, podendo suscitar um conflito de identidade para os próprios sujeitos que o constituem e para os indivíduos das comunidades. Duas observações são aqui cabíveis: (1) os sujeitos que constituem o Projeto Tamar são os mesmos que integram a Fundação Pró-Tamar, sendo difícil tanto para eles, como para os indivíduos da comunidade, determinar os limites entre Estado/ONG a partir da identificação de seus papéis. (2) A intervenção se dá de modo continuado, portanto, é vista como um processo, que teve início com a fixação de bases de proteção, e vem até os dias atuais.

Em algumas situações, os coordenadores do Projeto Tamar representam a figura de líderes carismáticos, em outras se investem do poder de polícia agindo representando o tipo de dominação racional-legal.

Como afirmou anteriormente Jacobi (1989), o Estado é visto assumindo, por vezes, funções contraditórias. Com base nesta afirmação, darei elasticidade a esta compreensão para que se possa entender a ambigüidade imanente no Projeto Tamar, identificando esta ambigüidade por meio da associação entre um ente estatal e um elemento de outra natureza, no caso, uma instituição da sociedade civil (ONG). Esse mecanismo encontrado pelo Estado faz parte do processo de globalização (econômica), que consiste na adoção de princípios neoliberais, introduzindo um novo tipo de relação entre ele e a sociedade civil. Com isso, a concepção de Estado distingue-se daquela da esfera pública e está baseada numa configuração minimalista, consubstanciada na transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil, que é vista como um produto do neoliberalismo e preconiza um processo de ‘encolhimento’ desse Estado (Alvarez, 2000; Ribeiro, 2000).

Busquei entender o significado dessa ambigüidade e suas implicações no processo de intervenção do Projeto Tamar,

“acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 1989: 15).

O *significado* de cultura aqui expresso está relacionado ao *sentido*¹⁷ determinado pelos diferentes atores considerados – os que constituem o Projeto Tamar (e a Fundação Pró-Tamar), que são sujeitos “de fora” da comunidade e aqueles que ‘sofrem’ a intervenção – pescadores e suas famílias – das localidades de Praia do Forte, situada no município de Mata de São João/BA e Regência, pertencente ao município de Linhares/ES.

Para tanto, utilizei-me da interpretação do discurso “falado” – o “dito” e o “omitido” – o “não dito”, perceptível através de expressões faciais, gestos, silêncios ou olhares” (Bourdieu, 1990). No caso, foi usado um diário de campo, no qual foram feitos alguns registros tanto durante as entrevistas quanto na coleta dos depoimentos. Foram anotados também dados físicos do espaço (territorial), como por exemplo, a descrição do local onde foi realizada a entrevista ou a coleta do depoimento.

A perspectiva metodológica adotada neste trabalho segue a orientação weberiana de entender o indivíduo em suas teias de significado, reconhecendo a singularidade histórica e social, mas atenta-se para o fato de que:

“... Para Weber, a singularidade histórica e social resulta de combinações específicas de fatores gerais, que, se isolados, são quantificáveis. Assim, os mesmos elementos podem ser vistos numa série de outras combinações singulares. Decerto, em última análise, todos os contrastes qualitativos, em realidade, podem ser compreendidos, de alguma forma, como diferenças exclusivamente quantitativas, feitas de combinações de vários fatores isolados” (Gerth e Mills, 1982: 79).

As ações dos diferentes atores sociais se constituem enquanto combinações singulares, pois, por meio delas, são atribuídos sentidos subjetivos, em que sua quantificação só é possível pelo seu isolamento, o que não vem a ser do meu interesse.

Com base na abordagem weberiana, considere os indivíduos que ‘sofrem’ o processo de intervenção, como sujeitos do processo e não como vítimas dele. Nesses termos, reconheço que durante a intervenção existem diferentes formas de resistências, mas também ocorre a participação desses indivíduos no Projeto Tamar. As resistências representam-se como estratégias e alternativas para minimizar os impactos

¹⁷ A distinção entre *sentido* e *significado* foi estabelecida a partir da compreensão de Cardoso de Oliveira (1998). Segundo este autor, *sentido* é uma categoria que pertence ao horizonte semântico do ‘nativo’,

sociais e culturais causados pelo Projeto Tamar e mais do que isso, significam a redefinição de suas identidades em detrimento da identidade do outro (estranho), que poder ser o grupo do Projeto Tamar. Nesse redefinição há o sentido de que o Projeto Tamar modificou seus modos de vida e se apropriou do sentido que eles tinham de natureza, o que pode gerar rupturas em relação aos seus valores. Se deram tanto pelo enfretamento direto (afrentamento, segundo Godard, 1997) – com um não plausível – como de forma superveniente e escondida (Chauí, 1993). Por ser oportuno, lembro que, numa conversa informal, um dos pescadores contou que alguns conhecidos seus continuavam a comer tartaruga ou seus ovos escondidos do ‘pessoal do Tamar’. Essas estratégias são entendidas como resistências a uma mudança de comportamento que foi imposta pelo processo de intervenção, como o exercício de uma “força exterior” sobre seus modos de vida (entendidos aqui numa ampla compreensão, que inclui as esferas: social, cultural, econômica e ambiental), sendo parte de suas construções discursivas. Enquanto tais, as resistências são vistas como um processo racional imanente às condutas dos indivíduos, dentro da compreensão trazida por Arendt, de que: “o ato primordial e especificamente humano deve, ao mesmo tempo, conter resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: **Quem és?**” (2000: 191).

Ainda dentro da compreensão de Arendt (2000), os discursos podem ser produzidos ‘pró’ ou ‘contra’ alguém, mas são parte do processo de interação ou de ação entre os sujeitos, sendo por essa razão reveladores da identidade. O reconhecimento da necessidade de interação (com a participação dos indivíduos junto ao Projeto Tamar) mostra que as estratégias discursivas dos atores sociais são identificadas por meio das ações ou condutas. Nesses termos, as ações e condutas são racionais e exprimem sentido, dotando-lhes de uma intersubjetividade demonstrada por meio de discursos.

Desse modo, as estratégias discursivas dos atores sociais analisados fazem parte de um jogo de linguagens (Wittgenstein, 1995), que revelam as identidades dos atores sociais por meio de suas resistências, permitindo, assim, a identificação de “**quem és?**”

enquanto *significado* representa a leitura do sentido exercida pelo cientista, no seu caso, pelo antropólogo. Esta diferenciação foi construída por Cardoso de Oliveira a partir do trabalho de Hirsch (1967).

Como parte do jogo de linguagens, as estratégias discursivas dos indivíduos das comunidades podem ser explicadas pelo Projeto Tamar como reveladoras do sentido de resistência ou ocultadas, quando são ignoradas por ele. No primeiro caso, o reconhecimento das resistências pode levar a produção de um discurso de “ineficácia” do processo de intervenção. No segundo, tal processo é apresentado como tendo atingido sua “eficácia”, para mim, simbólica (cf. Bourdieu, 1990). Ao assumir um ou outro discurso, o Projeto Tamar está estabelecendo relações de poder e dominação (controle social) no processo de interação social, sendo este o elemento-chave para a compreensão do significado do processo de intervenção.

Dessa forma, deve-se compreender a dimensão de uma política pública de intervenção governamental, que causou e causa impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais nos modos de vida dos indivíduos por ela envolvidos, estando envolta por relações de poder e dominação (controle social) entre os diferentes atores. Visando a estabelecer o significado dessa política de intervenção, inicialmente procuro explicar o que é o Projeto Tamar, como foi sendo constituído e como se dá sua atuação. Com isso, pretendo verificar suas matrizes, situando-o no ambientalismo brasileiro. Em seguida, analisa-se como se dá a intervenção do Projeto Tamar com base em relações de poder e dominação (controle social) entre os três atores sociais (Estado/ONG-indivíduos). Reconhece-se que durante o processo de intervenção houve o estabelecimento de um “outro” processo de socialização, que partiu da apropriação do sentido de natureza. A apropriação do sentido de natureza traz à tona a necessidade de explicitação desse conceito. Quando se fala de natureza trata-se, na verdade, do sentido que os indivíduos atribuem à natureza e não da natureza como algo “nato”, isto é, natural, sem sentido.

Para Merleau-Ponty:

“Existe natureza por toda parte onde há uma vida que tem um sentido, porém, não existe pensamento; daí o parentesco com o vegetal: é natureza o que tem um sentido, sem que esse sentido tenha sido estabelecido pelo pensamento. É a auto-produção de um sentido. A Natureza é diferente, portanto, de uma simples coisa; ela tem um interior, determina-se de dentro; daí a oposição de “natural” e “acidental” (2000: 4).

Fica-se, pois, com a idéia de que natureza é a auto-produção de um sentido. Esse sentido é aqui interpretado como a intenção dos atores sociais, portanto, não consegue-se escapar da necessidade de que as condutas humanas, inclusive em relação à natureza, não sejam racionais. Como pensa Husserl “A Natureza envolve tudo, a minha percepção e a dos outros, enquanto estas só podem ser para mim um afastamento do meu mundo” (citado por Merleau-Ponty, 2000: 129).

Concorda-se, portanto, com a idéia de natureza trazida por Husserl (a partir de Merleau-Ponty, 2000), o que permite a aproximação com a noção dos sujeitos como indivíduos capazes de exprimir sentidos (percepções) por meio de suas condutas. Naquela interpretação, a natureza é uma construção social, pois como afirmou o autor, a natureza envolve tudo que não é individual. Isto é, natureza é tudo aquilo que permite a localização do sujeito no mundo (social).

Na busca em identificar esse sentido de natureza (como uma construção social) que é aqui transformado em significado (Cardoso de Oliveira, 1998), fiz uma comparação entre dois modelos diferenciados de intervenção do Projeto Tamar, a saber: o de Praia do Forte e o de Regência¹⁸.

Isso me permitiu compreender melhor a visibilidade do Projeto Tamar, enquanto política pública, partindo do significado do processo de intervenção social, dos impactos causados pela sua implementação e das relações de poder e dominação (controle social) que se revestem entre os diferentes atores na interação constituída dentro de uma rede definida pelo Estado/ONG-indivíduos, no que diz respeito às relações estabelecidas entre si e a natureza.

Diante do exposto, é oportuno apresentar o meu **problema de pesquisa**, que parte da seguinte questão: qual é o significado do processo de intervenção do Projeto Tamar em comunidades de pescadores? Como é construída a teia de significados tecida por diferentes atores sociais (Estado/ONG-indivíduos) durante o processo de intervenção?

¹⁸ O trabalho de campo foi realizado primeiramente em Regência durante o mês de janeiro de 1999 e, posteriormente, em Praia do Forte onde estive durante o mês de julho de 1999. Inicia-se a análise por Praia do Forte por ser o local onde está situada a sede nacional do Projeto Tamar. Além do mais, todas as informações gerais sobre o funcionamento do Projeto Tamar foram obtidas a partir de uma visita inicial que fiz em janeiro de 1997 ao Projeto Tamar em Praia do Forte.

Nesse contexto, como são explicitadas as relações de poder e dominação entre os atores envolvidos?

Ao problema apresentado, foram acrescentados os seguintes **pressupostos**:

- 1) O Projeto Tamar é uma política pública ambiental de natureza governamental que se redefine durante o processo de intervenção em comunidades de pescadores, assumindo uma configuração híbrida.
- 2) Esta configuração híbrida do Projeto Tamar vem atender a um outro modelo de política que preconiza o “encolhimento” do Estado, ao passo que delega suas responsabilidades a instituições da sociedade civil, como no caso a Fundação Pró-Tamar.
- 3) Na definição das relações entre Projeto Tamar e Fundação Pró-Tamar parece haver uma confusão de papéis entre a estrutura estatal e a não-governamental que impede o reconhecimento dos papéis sociais dos indivíduos que constituem o grupo, inclusive do ponto de vista da construção de suas identidades. Por outro lado, essa confusão de papéis facilita a intervenção do Projeto Tamar nas comunidades, posto que torna-se difícil identificar quem são os “homens do governo”, tendo em vista que, tanto aqueles que representam o Estado, quanto os que representam a ONG, utilizam-se da legitimidade estatal como estratégia para a manutenção das relações de poder e do controle social.
- 4) As propostas de sustentabilidade – definidas e redefinidas durante o processo de intervenção – alteram o modo de vida dos indivíduos das comunidades de pescadores, promovendo mudanças não só no sentido de natureza, mas também em relação as suas práticas sociais, culturais e econômicas.
- 5) Tais propostas podem representar uma visão ecosófica (Guatarri, 1995) que contribui para situar o Projeto Tamar no quadro do ambientalismo brasileiro. Entretanto, assume outro significado quando está considerado no processo de intervenção, como uma relação de poder e controle social sobre os indivíduos das comunidades de pescadores.

A **escolha do tema** justifica-se pela: (a) visibilidade que o Projeto Tamar adquiriu na última década, possibilitando situá-lo como o programa de conservação da natureza mais importante do Brasil; (b) carência de estudos de natureza sociológica sobre o assunto, qual seja: intervenção de políticas públicas estatais de caráter ambiental; (c) importância de se proceder a uma caracterização e interpretação sociológica sobre o Projeto Tamar, no que tange sua configuração híbrida: Estado/ONG; (d) oportunidade de se verificar empiricamente, a partir de dois modelos de sustentabilidade, a dimensão do alcance do discurso veiculado pelo Projeto Tamar sobre a “formação da consciência ambiental” em indivíduos de comunidades de pescadores; (e) por fim, possibilitar a construção de uma análise sobre estratégias discursivas dos indivíduos das comunidades de pescadores, a partir da caça de tartarugas e pesca (após a intervenção).

A **seleção dos atores** (Estado/ONG-indivíduos) se deu em função do objeto escolhido para o estudo. No início do processo de intervenção, a relação era estabelecida entre Estado, representado pelo Projeto Tamar/IBDF (atualmente Ibama) e os indivíduos das comunidades de pescadores. Posteriormente, a relação se complexifica, com o surgimento da Fundação Pró-Tamar, em 1988; a relação entre Estado e ONG se dá por aproximação, ou distanciamento, no contínuo processo de intervenção e os indivíduos das comunidades de pescadores continuam sendo parte do processo.

A **definição do campo** se deu em função dos seguintes critérios: (a) relevância do local para a política de intervenção do Projeto Tamar, no que diz respeito a programas de sustentabilidade (econômica) e a antiguidade; (b) pertencer a áreas de influência de distintos coordenadores; (c) apresentar diferenças em relação ao modelo de intervenção. Veja-se na seqüência a descrição desses critérios com maior clareza¹⁹.

¹⁹ Definir o local a ser pesquisado não foi fácil, considerando a extensão – área coberta pelo Projeto Tamar ao longo do litoral e ilhas no Brasil. Dois aspectos apresentaram-se como fundamentais para a escolha: desenvolvimento sustentável e educação ambiental. Partindo desses dois conceitos cheguei a três bases de proteção que poderiam servir como campo para a realização da pesquisa: Praia do Forte, por ser a sede do Projeto Tamar e onde estão concentrados todos os dados a seu respeito, Pirambu/SE, que foi a primeira base instalada pelo Projeto Tamar e Regência, segunda base criada. Por dois motivos: tempo e recursos financeiros não poderia visitar as três primeiras bases do Projeto Tamar, apesar de saber que seria o ideal. Optei, a partir de conversas com pessoas do Projeto Tamar, por escolher Praia do Forte e Regência como locais para a pesquisa. Regência foi preferida a Pirambu, por servir para o Projeto Tamar como modelo, pois lá nasceram programas para a geração de emprego e renda direcionados aos pescadores e suas famílias, como a confecção de camisetas, oficina de adesivos, confecção de tartarugas de pano, entre outros.

Praia do Forte é uma vila de pescadores. Está localizada no litoral norte da Bahia; pertence ao município de Mata de São João, área de influência da Região Metropolitana de Salvador – RMS e do município de Camaçari. Sua total população é de 1 126 habitantes, sendo 534 homens e 592 mulheres²⁰. Nessa localidade 400 homens são pescadores, destes 70 são pescadores de alto mar e 330 são chamados de “marisqueiros”. Usam como sistema de pesca o artesanal.²¹

Em Praia do Forte estão localizadas a sede nacional do Projeto Tamar e também da Fundação Pró-Tamar. Foi a terceira das três comunidades que sofreram o processo de intervenção do Projeto Tamar, sendo a que tem maior visibilidade nacional e internacional.

A Praia do Forte tornou-se um refúgio particular da vida silvestre, da categoria de unidade de conservação de proteção integral, a partir de 1975, por força do Decreto Estadual nº 24643, de 28 de fevereiro de 1975 e, posteriormente, pela Portaria/IBDF nº 064, de 06 de fevereiro de 1984. A unidade de conservação ficou definida por 1384 quilômetros quadrados (Funatura, 1987; Marcovaldi et al, 2000).

A presença de instâncias de poder público municipal e estadual é visível. A vila tem escolas, posto policial, creche que atende à comunidade e outras atividades do setor de serviços assim discriminadas: 16 bares, 5 lanchonetes, 18 restaurantes, 16 barracas de praia, 18 pousadas e um *ecoresort*²², construído em 1984.²³ O *ecoresort* é de propriedade dos donos de Praia do Forte, que transformaram a praia em um pólo de “ecoturismo”.

O poder do Projeto Tamar no local aparece de modo diluído. Entretanto, por ser um programa do governo federal, o Projeto Tamar tem legitimidade diante daquela comunidade, especialmente perante os pescadores, tendo em vista que tem competência para fiscalizar a atividade pesqueira no local, fazendo uso do “poder de polícia”.

Além de Praia do Forte, a pesquisa de campo foi realizada em Regência.

Regência é uma vila de pescadores, pertencente ao município de Linhares/ES, estando localizada no litoral norte do Espírito Santo. A população de

²⁰ Dados fornecidos pela Fundação García D’Ávila, abril de 2001.

²¹ Informação obtida a partir de contato telefônico com o Presidente da Colônia de Pesca de Praia do Forte, em abril de 2001.

²² Espécie de hotel que dispõe de uma área para atividades de lazer.

²³ Dados fornecidos pela Fundação García D’Ávila, abril de 2001.

Regência é dividida entre os que habitam a zona rural – 4 002 pessoas (72,18%) e zona urbana – 1 542 pessoas (27,82%), totalizando 5 544 habitantes, sendo a distribuição por sexo dos que moram na zona urbana a seguinte: 801 homens e 741 mulheres.²⁴ Apesar de haver um grande número de pessoas na zona rural, o elemento humano que me interessou na pesquisa habita prioritariamente a zona urbana, precisamente o centro da vila de pescadores de Regência. Esse recorte se dá em função da intervenção do Projeto Tamar no local, posto que suas políticas buscam alternativas de sustentabilidade apenas para os pescadores da região e suas famílias, porque eram eles os que matavam e/ou comiam ovos de tartarugas. Em Regência 60 pescadores estão inscritos na Colônia de Pesca de Linhares/ES. A Associação de Pescadores de Regência tem 20 associados e 9 diretores, foi criada pelo Projeto Tamar por volta de 1998. O sistema de pesca dos nativos é artesanal e simbólico (cf. Entrevista – 43), se orientando pelo segredo (cf. Maldonado, 1991). Os pescadores de Regência realizam a pesca no rio, indo ao mar apenas quando este está manso. Todos os entrevistados pescadores e demais indivíduos da comunidade moram dentro do perímetro urbano no centro da vila de pescadores.

Em Regência está situada a base de Comboios. Foi a segunda das três primeiras comunidades que sofreu a intervenção do Projeto Tamar. Sua escolha foi preferida em relação a Pirambu/SE, em função da área de influência da coordenação regional da Bahia, que atua incorporando também o Estado de Sergipe. Regência pertence à coordenação do Projeto Tamar da Região Sudeste e tem algumas singularidades que lhe dão grande relevância para esse estudo. A primeira é sua característica geofísica. Local de difícil acesso, com mar de águas perigosas, entrecortada pelo Rio Doce, situada dentro de uma reserva biológica, da categoria de unidade de conservação de proteção integral (Decreto nº 90222, de 25 de setembro de 1984), tendo 833 hectares, sendo 100% das terras da reserva pertencentes à União.

Ao contrário de Praia do Forte, a base de Comboios, situada em Regência, não é aberta à visitação e, pelas conversas que tive no local, parece haver um controle incisivo do Projeto Tamar/Fundação Pró-Tamar sobre o crescimento urbano no local, tendo em vista que a Fundação Pró-Tamar comprou uma extensa área para formar

²⁴ Fonte: IBGE/Linhares, janeiro de 1999.

uma espécie de cinturão verde, buscando restaurar a mata nativa em torno da vila de pescadores e, ao mesmo tempo, impedir o crescimento no sentido leste-oeste, pois ao sul está situada a reserva biológica e ao norte o Rio Doce (cf. EI – 3).

Em Regência o Projeto Tamar desenvolve experiências modelos, ou seja, projetos-pilotos, como a confecção de camisetas, que é um dos mais importantes programas de sustentabilidade econômica para famílias de pescadores e, no futuro, pode assegurar a auto-sustentação do Projeto Tamar.

A confecção de camisetas é um programa de sustentação econômica, que assegura renda às famílias de pescadores, principalmente para o período de proibição da pesca (meses de dezembro a março). Emprega 15 pessoas da comunidade de Regência, sendo 13 funcionárias mulheres. Do total de funcionários, 11, isto é 71%, têm parentesco direito com os pescadores da comunidade. A distribuição por função na confecção ocorre da seguinte forma: 1 (uma) auxiliar de serviços gerais; 5 (cinco) costureiras; 5 (cinco) serigrafistas; 2 (duas) passadeiras; 1 (uma) arrematadeira; 1 (uma) cortadeira. Além desses funcionários, a supervisora da confecção de camisetas é também da comunidade, entrou no Projeto Tamar quando ainda era adolescente e foi progredindo profissionalmente até chegar ao mais alto cargo. Os funcionários não recebem salário, ganham por produção e formam, desde 1998, uma cooperativa. Segundo a contadora da Fundação Pró-Tamar em Regência, a necessidade de criar a cooperativa ocorreu em função dos encargos sociais e tributários, quando a Fundação (Pró-Tamar) demitiu todos os funcionários e criou um outra forma de relação de trabalho (cf. EI – 7).

Uma fala deve ajudar a descrever a necessidade de criação das cooperativas:

“É eu já moro aqui a muito tempo. Foi ótimo quando o Tamar veio pra Regência. Deu muito emprego pra muita gente aqui, ajudou muita gente. No caso agora o Tamar deu uma quebrada, né, dispensou todo mundo e aí criaram uma cooperativa né, eles fizeram uma cooperativa, se você for trabalhar aquele mês, vai ser descontado 8%, se você recebe mais vai ser descontado mais, entendeu? Aí aquela grana vai pro banco, vai ficar num canto, pra daqui um ano a gente ter o fundo de garantia, aquelas coisa e tal” (Entrevista – 46).

A criação de cooperativas em Regência vem atender à perspectiva que o Projeto Tamar apresenta para o desenvolvimento daquela comunidade, isto é, suas idéias baseiam-se na produção como forma de geração de emprego e renda, diferentemente da experiência de Praia do Forte, em que o foco é o ecoturismo. A diferença de atuação ocorreu em função das especificidades dos locais (EI – 2). Praia do Forte é uma área particular em que o interesse dos proprietários é o turismo e em Regência, o Projeto Tamar definiu o curso do seu desenvolvimento. Portanto, faz-se uma comparação entre esses dois modelos de intervenção do Projeto Tamar.

O **objetivo geral** é compreender o processo de intervenção do Projeto Tamar em comunidades de pescadores, buscando identificar o seu significado, a partir das relações de poder e dominação estabelecida entre os atores sociais: Estado/ONG-indivíduos. Com vistas a constatar como de fato ocorre essa intervenção, foram adotados os seguintes objetivos específicos: (a) analisar o Projeto Tamar e sua redefinição durante o processo de intervenção; (b) compreender o significado da redefinição do Projeto Tamar, partindo-se da perspectiva do “encolhimento” do Estado, como uma política pós-neoliberal; (c) identificar e analisar como são definidos os papéis no Projeto Tamar, a partir de sua configuração híbrida; (d) interpretar o sentido das propostas de sustentabilidade, definido e redefinido durante o processo de intervenção do Projeto Tamar, considerando a forma como os indivíduos das comunidades recebem tal processo; (e) identificar e confrontar os possíveis modelos de intervenção do Projeto Tamar, tomados a partir das pesquisas sobre as comunidades de Praia do Forte e Regência.

Para a consecução dos objetivos propostos, torna-se necessária, **metodologicamente**²⁵, a análise do discurso produzido por meio da fala dentro de uma perspectiva pragmática, como forma de ação e significação, assim: “cada ato de fala (batizar, permitir, mas também prometer, afirmar, interrogar, etc.) é inseparável de uma instituição, aquela que este ato pressupõe pelo simples fato de ser realizado” (Maingueneau, 1993: 33).

²⁵ A pesquisa teórica e a coleta de informações iniciaram-se em 1997. Entretanto, foram aperfeiçoadas a partir do final de 1998. Para a pesquisa teórica, foram fundamentais as leituras empreendidas por meio das disciplinas, Teoria Sociológica, Estado e Sociedade, Cultura, Sociedade e Estado, Metodologia Científica e Epistemologia das Ciências Sociais.

O processo de comunicação é constituído por ações sociais, em que não só as falas e silêncios são expressões de significados, mas também o lugar de onde se fala e para quem se fala. Para a análise partilha-se da noção de que o ato de enunciação se realiza na intersubjetividade humana, de modo que: "... o interlocutor não é um elemento passivo na constituição do significado. Da concepção do signo lingüístico como 'sinal' inerte que advém da análise da língua como sistema sincrónico abstrato, passa-se a uma outra compreensão do fenómeno, à de signo dialético, vivo, dinâmico" (Brandão, 1991: 10).

Para tanto, realizei entrevistas e coletei alguns depoimentos (estes com antigos moradores, que puderam 'contar um pouco da história do local'). Tais técnicas ocorreram em diferentes momentos e locais. As entrevistas institucionais identificadas no texto por **(EI)**, seguidas pelo número de ordem, foram realizadas com coordenadores, fundadores e funcionários do Projeto Tamar/Fundação Pró-Tamar em Praia do Forte, Regência e Brasília, entre os anos de 1999 e 2001. As entrevistas e coleta de depoimentos, caracterizadas no texto por **(Entrevista)**, seguidas pelo número de ordem, ocorreram em duas comunidades/vilas de pescadores – Praia do Forte e Regência. Foram entrevistados pescadores, vinculados ou não aos programas do Projeto Tamar, suas mulheres e filhos ou filhas, no caso da existência de vinculação; lideranças comunitárias – representantes de associações de pescadores e de moradores, colônia de pesca, pároco e o gerente responsável pelo Sebrae (em Praia do Forte); pessoas que estavam na região antes do processo de intervenção do Projeto Tamar; pessoas mais antigas das comunidades. Essas entrevistas foram realizadas nos meses de janeiro e junho de 1999. Estive aproximadamente 30 dias nas duas comunidades.

Durante o mês de junho de 1999 (período que estive em trabalho de campo em Praia do Forte) não encontrei o Presidente do Projeto Tamar nem a Presidente da Fundação Pró-Tamar. Tendo em vista suas informações serem imprescindíveis para a conclusão da pesquisa, enviei pelos correios dois questionários a eles endereçados. Todavia, obtive resposta de apenas um deles, no caso, da Presidente da Fundação Pró-Tamar. Por essa razão, voltei a campo em Praia do Forte, em janeiro de 2001, quando consegui realizar a entrevista com o Presidente do Projeto Tamar.

As entrevistas atenderam a um roteiro mínimo pré-determinado²⁶, mas sofreram modificações em função do desenrolar das conversas. Foram gravadas e deglavadas posteriormente, sendo a transcrição contextualizada com base nas anotações do diário de campo. Nos casos de alguns depoimentos que se prologaram por mais de quatro horas, sugeri a interrupção da conversa e sua continuidade para o dia seguinte, tendo em vista os afazeres do depoente e, nos dois casos, a idade avançada destes.

As entrevistas que ocorreram fora do campo determinado – Praia do Forte e Regência, se verificaram pela importância das informações. Desse modo, entrevistei em Brasília, a ex-diretora do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes do IBDF. Foi por meio dela que se deu a criação do Projeto Tamar. Em Linhares/ES, foram entrevistados o presidente da colônia de pesca (responsável pela área representada por Linhares e todos os distritos, inclusive Regência) e o secretário municipal da agricultura, que falou da importância do Projeto Tamar para o desenvolvimento econômico do município. As listas, contendo a identificação das pessoas a serem entrevistadas, foram fornecidas por funcionários do Projeto Tamar/Fundação Pró-Tamar, mas sofreram alterações em função do meu interesse de pesquisa.

As entrevistas e coleta de depoimentos realizadas em Regência aconteceram durante o dia ou noite, conforme a disponibilidade do “entrevistado ou depoente”. Em Praia do Forte transcorreram apenas durante o dia. Os locais das conversas eram determinados pelos “entrevistados ou depoentes”. Quando houve a opção de escolha, preferi entrevistá-los em suas residências, de modo a estabelecer uma aproximação com o entrevistado e constatar (ver) um pouco mais de perto seus hábitos cotidianos. Algumas pessoas das comunidades (aproximadamente 50%) foram procuradas em suas casas e a maior parte (97%) delas (tanto em Praia do Forte como em Regência) foi bastante solícita. Houve apenas um caso em que a entrevista não conseguiu ter o prosseguimento esperado, que aconteceu com um dos moradores mais antigos de Regência, pessoa que me deu informações limitando-se a dizer apenas “sim”, “não” ou “não sei” (a impressão que tive foi a de que ele se atemorizou com o fato de estar sendo entrevistado; como tratava-se de uma pessoa de idade avançada não insisti). E outro que não consegui entrevistar, que foi o

²⁶ Ver roteiros das entrevistas em anexo.

caso da líder comunitária, Presidente da Associação de Moradores.²⁷ Procurada por diversas vezes, tanto na sua residência, quanto na associação, ela não foi localizada para prestar o seu depoimento, razão pela qual a entrevista foi realizada com os demais representantes da associação: vice-presidente, diretor social e primeiro secretário, além de outro integrante que também faz parte da diretora (mas não será definido seu posto). Entretanto, principalmente em Regência, algumas pessoas faziam questão de serem entrevistadas e me convidavam para passar em suas casas ou fazer um passeio em suas companhias.

Optei por não apresentar nomes das pessoas, na identificação das transcrições, exceto quando as informações prestadas são de ordem institucional (EI), conforme demonstram as tabelas abaixo:

Tabela 1

ENTREVISTAS INSTITUCIONAIS – EI²⁸
(1999-2001)

NOME DO ENTREVISTADO	MÊS (realização da entrevista)	Função e vinculação institucional	LOCAL de realização da entrevista	DURAÇÃO (aproximada em minutos)
1-GUY MARCOVALDI	Janeiro de 2001	Presidente do Projeto Tamar.	Praia do Forte	60'
2- MARIA ÂNGELA MARCOVALDI	Novembro de 2000	Presidente da Fundação Pró-Tamar.	Praia do Forte	Questionário enviado pelos correios e devolvido com respostas por e-mail.
3- JOÃO CARLOS ALCIOTTI THOMÉ	Janeiro de 1999	Vice-presidente da Fundação Pró-Tamar/Coordenador do Projeto Tamar da Região Sudeste.	Regência	180'

²⁷ O fato de a Presidente da Associação de Moradores de Regência não ser entrevistada pode demonstrar o “clima” de conflito que existia entre a associação e o grupo do Projeto Tamar. Pode ter ocorrido que a presidente da associação tenha confundido o meu papel de pesquisadora com o dos pesquisadores do Projeto Tamar e por esta razão ter se recusado a dar entrevista.

²⁸ Esta tabela segue a ordem de importância institucional do quadro atual do Projeto Tamar. Por essa razão, Maria Tereza Jorge Pádua (EI – 11), apesar de ser a fundadora do Projeto Tamar, foi posta em último lugar. Tal localização se deu em razão de sua desvinculação do quadro governamental e do Projeto Tamar na atualidade.

4- VICTOR PATIRI	Julho de 1999	Diretor Financeiro da Fundação Pró-Tamar.	Praia do Forte	40'
5- CECÍLIA BATISTOPTE	Janeiro de 1999	Coordenadora responsável pela Base de Comboios-Regência.	Regência	160'
6- ALEX	Julho de 1999	Biólogo contratado pela Fundação Pró-Tamar, responsável pela parte de Educação Ambiental.	Praia do Forte	60'

(Continua)

(Continuação)

7- AURÉLIA	Janeiro de 1999	Contadora contratada pela Fundação Pró-Tamar em Regência.	Regência	60'
8- SOLANGE	Janeiro de 1999	Administradora da confecção de camisetas, contratada pela Fundação Pró-Tamar.	Regência	60'
9- CARLINHOS	Janeiro de 1999	Assessor da Fundação Pró-Tamar, contratado pela Fundação Pró-Tamar em Regência.	Regência	conversas informais, sem o uso de gravador.
10- BIBIU	Janeiro de 1999	Assessora cultural, disponibilizada por um órgão oficial para prestar serviços junto ao Projeto Tamar.	Regência	60'
11- MARIA TEREZA JORGE PÁDUA	Novembro de 2000	Ex-Diretora do Departamento de Parques e Reservas Equivalentes do IBDF; Presidente da Funatura.	Brasília/DF	50'

Fonte: Suassuna, Dulce. Com base em entrevistas realizadas, em diferentes locais, durante os anos de 1999 a 2001.

Tabela 2

**ENTREVISTAS NAS COMUNIDADES DE PRAIA DO FORTE E REGÊNCIA
(Entrevista)
(1999)**

Entrevista	MÊS	OCUPAÇÃO PRINCIPAL	SEXO	LOCAL DA ENTREVISTA	DURAÇÃO (aproximada em minutos)
1	Julho	Pescador – Presidente da Colônia de Pesca de Praia do Forte	M	Praia do Forte	120'
2	Julho	Pescador	M	Praia do Forte	40'
3	Julho	Pescador/ Tartarugueiro	M	Praia do Forte	50'
4	Julho	Barraqueiro e músico – filho de pescador	M	Praia do Forte	60'
5	Julho	Dona de casa/ antiga moradora	F	Praia do Forte	60'
6	Julho	Gerente da Fundação Garcia D'Ávila	M	Praia do Forte	60'
7	Julho	Pescador	M	Imbassaí/BA	50'
8	Julho	Coordenadora do Programa Guias Mirins	F	Praia do Forte	30'
9	Julho	Pescador	M	Praia do Forte	30'
10	Julho	Dona de casa/ Antiga moradora	F	Praia do Forte	80'
11	Julho	Pescador	M	Praia do Forte	30'
12	Julho	Dona de casa/ Antiga moradora	F	Praia do Forte	20'
13	Julho	Pescador/ Tartarugueiro	M	Imbassaí/BA	60'
14	Julho	Pescador	M	Praia do Forte	30'
15	Julho	Pescador	M	Praia do Forte	20'
16	Julho	Diretora da creche de Praia do Forte	F	Praia do Forte	40'
17	Julho	Artesão	M	Praia do Forte	60'
18	Julho	Pescador/ Tartarugueiro	M	Praia do Forte	60'
19	Julho	Artista	M	Praia do Forte	60'
20	Julho	Morador local, trabalha com turismo	M	Praia do Forte	20'
21	Julho	Gerente do Sebrae em Praia do Forte	M	Praia do Forte	60'
22	Julho	Pároco	M	Praia do Forte	50'
23	Janeiro	Costureira/produção das tartarugas de pano	F	Regência	60'
24	Janeiro	Supervisora da confecção de camisetas	F	Regência	60'

(Continua)

(Continuação)

25	Janeiro	Presidente do Congo/Proprietária da pousada	F	Regência	80'
26	Janeiro	Professor/ex-funcionário do Projeto Tamar	M	Regência	60'
27	Janeiro	Estudante	F	Regência	20'
28	Janeiro	Costureira da confecção de camisetas do Projeto Tamar/mulher de pescador	F	Regência	60'
29	Janeiro	Antigo morador	M	Regência	15'
30	Janeiro	Dona de casa/Antiga moradora	F	Regência	240'
31	Janeiro	Funcionária da lojinha do Projeto Tamar	F	Regência	60'
32	Janeiro	Funcionário da Fundação Pró-Tamar, ex-pescador	M	Regência	60'
33	Janeiro	Integrante da Associação de moradores	M	Regência	90'
34	Janeiro	Adolescentes da oficina de papel (duas meninas e dois meninos)	M, F	Regência	30'
35	Janeiro	Pescador	M	Regência	30'
36	Janeiro	Comandante do barco Careba	M	Regência	40'
37	Janeiro	Turista	F	Regência	30'
38	Janeiro	Pescador “de fora”	M	Regência	30'
39	Janeiro	Pescador	M	Regência	20'
40	Janeiro	Dona de casa	F	Regência	40'
41	Janeiro	Dona de casa	M	Regência	30'
42	Janeiro	Integrante da associação de moradores	M	Regência	20'
43	Janeiro	Presidente da Associação de Pescadores de Regência	M	Regência	90'
44	Janeiro	Ex-pescador/ Antigo morador	M	Regência	220'
45	Janeiro	Proprietária de estabelecimento comercial/antiga moradora	F	Regência	60'
46	Janeiro	Pescador	M	Regência	40'
47	Janeiro	Vice-Presidente da Associação de Moradores de Regência	F	Regência	90'
48	Janeiro	Costureira da confecção de camisetas do Projeto Tamar	F	Regência	50'
49	Janeiro	Estudante	F	Regência	30'
50	Janeiro	Pescador “de fora”	M	Regência	20'
51	Janeiro	Secretário municipal	M	Linhares/ES	40'
52	Janeiro	Presidente da Colônia de Pesca	M	Linhares/ES	50'
53	Janeiro	Costureira da confecção de camisetas do Projeto Tamar/mulher de pescador	F	Regência	60'

Fonte: Suassuna, Dulce. Com base em entrevistas realizadas em Praia do Forte e Regência, no ano de 1999.

Ao todo foram realizadas 64 entrevistas, sendo ouvidas 66 pessoas, em 3175 minutos (aproximadamente 53 horas de transcrições). Durante o período em que estive no campo (tanto em Praia do Forte como em Regência) realizava, em média, 2 entrevistas por dia, às vezes 3. Foram entrevistadas 55 pessoas da comunidade, entretanto a entrevista com o grupo de adolescentes formado por 2 meninas e 2 meninos da oficina de papel em Regência ocorreu coletivamente. Dessa forma, foram entrevistados 34 indivíduos

do sexo masculino e 21 indivíduos do sexo feminino nas duas comunidades, além de terem sido efetuadas 11 entrevistas institucionais. De modo geral, todas as entrevistas tinham que ser marcadas previamente, entretanto, as institucionais foram as mais difíceis de serem realizadas, em função da rotina de trabalho dos entrevistados.

Durante a realização do trabalho de campo, percebi que em Regência há uma predisposição para a conversa; as pessoas estão sempre dispostas a falar, mesmo sobre o que elas não sabem ou conhecem apenas por *ouvir dizer*. Acredito que tal fato se deve à tranquilidade do local, pois é uma vila tão pacata que os dois únicos fatos que movimentaram o lugar durante o período que lá estive, foram a minha presença circulando pela vila com gravador, câmera e, por vezes de carro, e a de uma equipe de um canal de televisão local que foi mostrar o passeio de barco (participei desse passeio), como um roteiro para o ecoturismo no Estado do Espírito Santo.

Em Praia do Forte, acredito que, em função do número de moradores “de fora”, e das relações com o trabalho e o turismo, não há muita “necessidade” de se falar, especialmente sobre o Projeto Tamar, embora também tenha sido procurada por pessoas que gostariam de registrar seus depoimentos. Ao contrário de Regência, em Praia do Forte a quantidade de turistas portando câmeras, máquinas fotográficas, entre outros equipamentos, é muito grande. Assim, uma pesquisadora a mais ou a menos não faz muita diferença.

Além das entrevistas e dos depoimentos, fiz anotações em diário de campo; consultei dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em Linhares/ES, realizei pesquisa documental em biblioteca pública em Salvador/BA²⁹; obtive alguns documentos fornecidos pelo Projeto Tamar como material publicitário e um relatório da Fundação Pró-Tamar/1998; e construí um arquivo de fotografias e imagens das localidades visitadas. Além disso, consegui um exemplar do Plano de Manejo de Praia do Forte, gentilmente cedido pela Funatura, na pessoa de sua presidente.³⁰ Também visitei as bibliotecas do Ibama e do MMA, ambas em Brasília. Nelas busquei informações e documentos relativos ao Projeto Tamar, bem como legislação aplicada ao tema.

²⁹ Para esta pesquisa documental e bibliográfica contei com a colaboração do estudante de Comunicação Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA – Bruno Vasconcelos Araújo, motivo pelo qual agradeço sua colaboração.

³⁰ O Plano de Manejo de Praia do Forte veio ao meu conhecimento por meio da entrevista de Pádua (EI – 11), que me possibilitou a retirada de uma cópia.

Constatei, entretanto, que não há um arquivo de documentos sobre o Projeto Tamar e as informações a ele referidas são esparsas e descontraídas. Na sede nacional do Projeto Tamar os documentos disponíveis são materiais de divulgação. Na biblioteca do Ibama, por seu turno, os documentos encontrados são desatualizados e muitos deles não têm a data em que foram escritos. O único lugar que visitei e encontrei informações mais concretas sobre o Projeto Tamar foi a biblioteca do CID/AMBIENTAL do MMA. Lá, consegui leis pertinentes ao tema e vídeos sobre o Projeto Tamar. Na oportunidade, tomei conhecimento da existência do livro *Assim nasceu o Projeto Tamar*, que foi muito relevante para esse estudo. Outros documentos, como o projeto que concebeu o Projeto Tamar e o estatuto da Fundação Pró-Tamar não foram fornecidos pelas instituições a que recorri e, a meu ver, eram relevantes para a realização de minha pesquisa.

Capítulo I

TAMAR: um projeto que se tornou realidade

1 Tamar: um projeto que se tornou realidade

Neste capítulo pretende-se mostrar como o Projeto Tamar se constitui enquanto política pública governamental. Essa constituição pode ser compreendida imediatamente quando se constata que a decisão que o criou foi emanada do Estado (por meio do IBDF). Entretanto, o quadro é bem mais complexo. Isso porque ao surgir como política pública governamental o Projeto Tamar torna-se parte de “situação anômica”, tendo em vista que o Brasil “realizava-se no mito desenvolvimentista” (Ferreira, 1993:177). Essa “situação anômica” pode ser melhor descrita ao compreender-se que, como mostra a autora, havia uma aliança tecnoburocrata militar para promover o crescimento econômico por meio da aceleração da produção industrial. Isso quer dizer que não havia espaço para decisões que significassem rupturas com a “ideologia do desenvolvimento”. Como ao pensar-se em políticas para o meio ambiente tem-se uma associação explícita com a necessidade de frear o crescimento industrial (e todas as suas implicações), era natural que durante aquele período a definição de políticas na direção da preservação ambiental não fosse prioridade governamental.

Segundo Marcovaldi et al (2000), até o final da década de 70, a posição oficial do governo brasileiro era pela inexistência de tartarugas marinhas, embora o Decreto nº 76623/75 (doc. 2 da lista de leis em anexo) indicasse a ameaça de extinção de duas espécies desses animais. Essa posição paradoxal do governo brasileiro pode ser compreendida em dois planos: o nacional e o internacional.

No nacional, o mito do desenvolvimentismo demarcava a forma como as políticas públicas governamentais atuavam, assentando-se na perspectiva de que indústria representava crescimento econômico e progresso. Essa idéia havia nascido durante a década de 40, como mostra Furtado: “A amplitude do processo de industrialização no Brasil se

evidencia quando se tem em conta que, entre 1949 e 1964, a produção industrial brasileira multiplicou-se por 3,5, ao passo que a importação de produtos industrializados diminuiu em 30 por cento” (1968: 29).

O investimento do governo brasileiro na produção significou a substituição da política de importação, que reduziu número de produtos industrializados importados no período compreendido entre 1949 e 1964. Isso implicou na indicação de resultados favoráveis ao processo de industrialização, embora tenha ocorrido nesse período, as duas fases da primeira crise da economia brasileira. A primeira fase correspondeu historicamente até 1963 e a segunda entre os anos de 1964 e 1966 (Tavares e Serra, 2000). Naquela conjuntura, as políticas se definiam dentro do traçado desenvolvimentista. O ano de 1964 representou um marco-limite que reorientou a política econômica brasileira por conta do regime militar, todavia, o paradigma dos ideais desenvolvimentistas teve continuidade. As repercussões desses resultados deram-se durante os anos 70, período em que a indústria brasileira apresentou um forte crescimento.

Como foi mostrado, o quadro estrutural (produção) do Brasil indicava crescimento industrial, entretanto esse crescimento foi promovido sem que houvesse a previsão de suas conseqüências, sendo considerado pelo governo brasileiro como um fato isolado. Além do fator crescimento econômico, Ferreira (1993) indica que a escusa da política do governo federal ocorria por considerar os problemas ambientais como questões de soberania e segurança nacional, vinculando a definição de políticas para o setor ambiental à perícia burocrática. Na verdade tudo era feito para obstaculizar políticas que viessem na contramão do crescimento industrial.

Naquele período, a política estatal viabilizou o modelo empresarial tripartite, consistente numa associação entre Estado (gestor), capital privado nacional e capital internacional. Essa política foi norteadora da criação de diversos complexos químicos e petroquímicos, dentro os quais destacam-se o Pólo Petroquímico e Siderúrgico de Cubatão e o Complexo Petroquímico de Camaçari – Copec – este último tem maior importância para a análise por estar localizado no município de Camaçari/BA, próximo ao município de Mata de São João/BA, onde se situa a Praia do Forte.

O rápido crescimento dos setores químicos e petroquímicos no Brasil mostra que as ações adotadas pelo governo federal se dirigiam para a assimilação de um

modelo de desenvolvimento pautado na industrialização. Havia, no entanto, uma completa despreocupação do governo em relação aos impactos socioculturais e ambientais da industrialização. O governo desconsiderava qualquer plano ou programa calcado numa proposta diferenciada de crescimento econômico.³¹

Numa pesquisa realizada no Estado da Bahia, Franco (1993) constatou, por exemplo, que até o fim da década de 80 não havia qualquer plano de gerenciamento ambiental relativo ao Complexo Petroquímico de Camaçari, retratando, segundo ela,

“o descaso das empresas e do Estado para com o meio ambiente e sua participação – ativa no caso das indústrias e passiva do Estado (fiscalização) – na degradação ecológica com a deterioração gradativa de diversas formas de vida (vegetal, animal, humana) nas áreas de influência do empreendimento ...” (1993: 78).

Em estudo mais recente, Diegues (1996) alia-se à perspectiva tomada por Franco (1993), mostrando que a grande preocupação do governo brasileiro durante a década de 70 era criar uma imagem do Brasil como um país avançado, industrializado, sob a ideologia do *milagre econômico*, também chamada de mito do desenvolvimentismo. Para que esse milagre lograsse êxito, foram consolidados inúmeros esforços e canalizados para a produção industrial. Além disso, houve a concessão de subsídios e incentivos (sobretudo fiscais) para a agroindústria, que significou a intensificação do uso de biocidas, inseticidas, concentração de terra e renda na zona rural e expulsão de trabalhadores do campo para as cidades. Nesse período, em Camaçari/BA, por exemplo, paralelamente à instalação de indústrias, houve um intenso crescimento populacional, marcado pela migração campo-cidade, onde no perímetro urbano registrou-se um índice de crescimento de 14,32%, enquanto no rural, o índice foi negativo (cf. dados de Franco, 1993).

Como foi descrito, no quadro-cenário instaurado no Brasil até o final da década de 70 era pouco provável a definição de políticas públicas para o meio ambiente. Portanto, considerando o teor das políticas existentes (todas fundadas no desenvolvimentismo), parece curioso o surgimento do primeiro programa de conservação

³¹ O modelo de desenvolvimento inspirado na idéia de crescimento econômico foi trazido para refletir o contexto brasileiro pela Escola da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal. A teoria cepalina associava desenvolvimento econômico a progresso técnico. Furtado (1968, 2000); Cardoso e Faletto (2000).

ambiental para o ecossistema marinho durante esse período. Tal surgimento pode ser considerado a partir das observações de Ferreira (1993) como uma situação de anomia.

No plano internacional tem-se uma outra realidade. No período marcado pelo final da década de 70 e início dos anos 80 houve consideráveis avanços em relação à questão ambiental. Entre 1968 e 1972 foram realizadas duas conferências internacionais para discutir os problemas ambientais, em verdade, relacionados à poluição atmosférica e do efeito estufa. A primeira delas foi realizada em Paris, em 1968, e ficou conhecida como Conferência da Biosfera. A segunda, realizada em Estocolmo no ano de 1972, teve maior repercussão que a primeira, em virtude de ter contado com a maior participação de países subdesenvolvidos, principalmente nos fóruns pré-conferência. Veja o que afirma McCormick a esse respeito:

“Mas o mais importante produto das discussões pré-conferência foi o novo e tenaz papel dos países menos desenvolvidos no debate ambiental. A poluição, um problema dos países industrializados, pode ter sido a centelha da conferência, mas os países menos desenvolvidos utilizaram seu poder de voto na Assembléia Geral para assegurar que a perspectiva do Terceiro Mundo fosse apreciada desde o início” (1992: 100).

Pelo que afirmou o autor, percebe-se que as pré-conferências da Conferência de Estocolmo, ou ECO-72, significaram a inclusão nas discussões de pautas eleitas pelos países menos desenvolvidos. Parece haver um consenso na literatura quanto a isso, pois, nessa mesma linha de raciocínio, Sachs (2000) também assinala o caráter, diga-se, democrático, das pré-conferências da ECO-72. E mostra que daí formaram-se dois blocos ou duas correntes de pensamento: de um lado, os pensadores da abundância, que defendiam uma teoria otimista em relação à vida na terra (*the cornucopinas*) e, de outro, aqueles que advogavam teses pessimistas, baseadas no fim do mundo, chamados os catastrofistas ou *doomsayers*.

As discussões travadas entre as duas correntes se dirigiam para afirmações sobre a questão do desenvolvimento. As teses otimistas desembocavam na priorização do crescimento econômico e estavam diretamente relacionadas ao campo da dominação material e simbólica dos países desenvolvidos (Bourdieu, 1989), como demonstra Sachs: “O otimismo epistemológico era popular entre os políticos de direita e de

esquerda: soluções técnicas sempre poderiam ser concebidas para garantir a continuidade do progresso material das sociedades humanas” (2000: 51). Em contrapartida, segundo o autor, os pessimistas falavam em tom de alarme, pois, para eles, caso não houvesse o controle sobre o crescimento demográfico e econômico, haveria o apocalipse. Teoria defendida, principalmente, dentro dos pressupostos malthusianos.

A polarização das teorias que se dava nos países desenvolvidos era notória, até porque a poluição, como efeito da industrialização, já se fazia notar nesses países, enquanto nos países menos desenvolvidos o fenômeno ainda era incipiente. No entanto, para que os países menos desenvolvidos tivessem seus interesses contemplados suas participações eram fundamentais. Assim, contribui McCormick:

“[A Conferência de Estocolmo] marcou igualmente uma transição do Novo Ambientalismo emocional e ocasionalmente ingênuo dos anos 60 para a perspectiva mais racional, política e global dos anos 70. Acima de tudo, trouxe o debate entre os países menos desenvolvidos e mais desenvolvidos – com suas percepções diferenciadas das prioridades ambientais – para um fórum aberto e causou um deslocamento fundamental na direção do ambientalismo global” (1992: 97).

Estocolmo representou um marco, pois nela foram discutidas questões políticas, sociais e econômicas, de forma ampla, envolvendo governos de vários países do mundo com os problemas ambientais. Como resultado imediato da referida conferência, foi criado o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas³² (*United Nations Environmental Programme* – UNEP), ligado a ONU. Esse programa teve atuação limitada pelos recursos financeiros de que dispunha, mas conseguiu implementar um Programa dos Mares Regionais (RSP – *Regional Seas Programme*), que foi de significativa importância para o direcionamento de objetivos a uma área ambiental específica. O RSP teve início em 1974, e com um enfoque mar a mar, apresentava uma preocupação central: a poluição marinha. A particularidade desse programa residia no fato de que a implementação de políticas ambientais ficariam a cargo dos países envolvidos, ou seja, conforme um plano regional. Portanto, caberia ao RSP a aplicação genérica do plano de ação e a nação envolvida

³² Este programa foi ratificado pela Resolução nº 2997 da Assembleia Geral da ONU em 15 de dezembro de 1972 e teve sua primeira sede em Nairobi, Quênia (McCormick, 1992).

definiria, a partir do plano geral, a melhor forma para a implementação das medidas. Assim contribui McCormick:

“O UNEP agiu como um catalizador inicial e, à medida que cada programa foi crescendo, os próprios estados assumiram o financiamento e a administração, e os organismos científicos nacionais empreenderam o trabalho de monitoração e pesquisa, utilizando os órgãos da ONU para consultoria especializada (...)” (1992: 121).

Esse programa pôde ser avaliado logo na primeira década de atuação – 1983 – apresentando números representativos quanto à participação (cento e vinte países, quatorze órgãos da ONU e doze organizações internacionais).³³ Porém, o surgimento de dois problemas puseram fim a sua atuação. O primeiro foi a falta de recursos financeiros e o segundo o não-cumprimento de acordos por parte de alguns países envolvidos. No final das contas, o RSP conseguiu concluir, apenas, um relatório, relativo ao Mediterrâneo. Mesmo assim, a avaliação feita pelo UNEP sobre o RSP foi positiva, pois levou em consideração todas as limitações que aquele programa havia sofrido.

Apesar de extinto, o RSP deixou alguns legados: 1) os programas dirigidos a contextos específicos têm maior eficácia na sua atuação e 2) a implementação de medidas em caráter regional, delegando poderes para os países realizarem suas políticas, de acordo com suas condições ambientais e financeiras, pode facilitar a execução de um plano de ação genérico. A meu ver, essa posição deu visibilidade para demonstrar a necessidade de realização de programas e pesquisas para a conservação dos mares e do ecossistema marinho.

Nessa época, estava em vigor no Brasil a Lei nº 5197, de 3 de janeiro de 1967, que dispunha sobre a proteção à fauna e à flora brasileiras e dava outras providências. Essa lei estabelecia em seu artigo 1º, *caput*, que:

“Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.”

³³ Ver a esse respeito. Peter Hulm. “The Regional Seas Programs: What fate for UNEP’s Crown Jewels?” *Ambio* 12:1 (1983). pp. 2-13. (Citado por McCormick, 1992)

A existência de legislação em vigor, no entanto, não coibia a destruição da fauna silvestre, tanto que, em 1975, havia 355³⁴ animais em perigo de extinção no Brasil. Existiam leis, porém não eram cumpridas e, exceto pela existência do IBDF, não havia órgãos governamentais fiscalizadores³⁵ para coibir e prevenir a destruição da fauna brasileira. Além disso, a atuação do IBDF era mais incisiva sobre a proteção e fiscalização de Florestas Nacionais, como se constata a seguir: “Legislation partially protecting sea turtles was passed in Brazil in 1967 and a moratorium on the capture of leatherback (*Dermochelys coriacea*) and hawksbill (*Eretmochelys imbricata*) turtles was approved in 1968” (Marcovaldi et al, 1999:35).

A idéia recorrente naquela época era a de que os recursos naturais no Brasil eram abundantes, portanto, não havia porque se preocupar com o esgotamento da diversidade biológica³⁶.

“Não havia qualquer programa ou unidades de conservação no Brasil. A legislação federal em vigor (Lei 5197/67) era genérica e se restringia a proibir o comércio de produtos e sub-produtos da fauna silvestre. Toda a ação governamental era dirigida exclusivamente à proteção dos parques nacionais e reservas biológicas terrestres. Mas existiam acordos internacionais, muitos deles com a participação do Brasil, que protegiam as tartarugas marinhas” (Marcovaldi et al, 2000: 21).

Verifica-se, do que foi mencionado acima, que havia pouca preocupação com a fauna silvestre, enquanto a ação governamental se direcionava para as áreas de parques nacionais e reservas biológicas. Todavia, um acordo internacional sobre comércio, parece favorecer mudanças no cenário brasileiro, pelo menos em termos legais, quando o então Presidente Geisel, subscreve e o Congresso Nacional promulga a Convenção sobre comércio internacional das espécies de flora e fauna selvagem em perigo de extinção, que assim estabeleceu:

³⁴ Ver Decreto nº 76623, de 17 de novembro de 1975 – doc. 2 da lista de leis em anexo.

³⁵ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – foi criado em 22 de fevereiro de 1989. É uma entidade autárquica de regime especial, com autonomia administrativa e financeira, dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede em Brasília – DF.

³⁶ Diversidade biológica ou biodiversidade é a “variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os

“Havendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo nº 54, de 24 de junho de 1975, a Convenção Internacional sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, concluída em Washington, a 3 de março de 1973;

E havendo a referida convenção entrado em vigor, para o Brasil, em 4 de novembro de 1975;

Decreta que a Convenção, apensa por cópia ao presente Decreto, seja executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Ernesto Geisel” (Decreto 76.623, de 17/11/75 – doc. 1 da lista de leis em anexo).

Se para a questão ambiental no Brasil os avanços se davam de modo lento e apenas em termos legais, para o governo brasileiro assinar a convenção representou uma possibilidade de inserção do Brasil na rota do comércio internacional, indo ao encontro da política desenvolvimentista. Dessa forma, ressaltam-se as afirmações de Diegues:

“Essa imensa degradação ambiental e pauperização social estavam, no entanto recoberta pela ideologia do chamado ‘milagre econômico’, expressa também na Conferência de Estocolmo (1972), na qual a posição do Governo brasileiro era de atrair as indústrias dos países industrializados, mesmo à custa da degradação ambiental” (1996: 127).

Na verdade as intenções do governo se dirigiam para o ‘milagre econômico’. Apesar das provisões legais, como se vê, nada era feito para proteger os animais, não havia políticas nesse sentido. Pádua argumenta em tom crítico: “*Leis haviam, mas quem as faria cumprir.*” (EI – 11). Dentro da formação do ambientalismo brasileiro, os anos 70 marcam o início de um ambientalismo combativo e denunciador, em que teve particular importância nessa constituição o Manifesto Ecológico Brasileiro – O Fim do Futuro³⁷ (v. Diegues, 1996).

Percorrendo o mesmo caminho, vão as afirmações de Ferreira:

“Na verdade, a emergência de condutas ecologistas, durante o final da década de 70, ocorreu em um quadro social de anomia diante do

complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade de espécies, entre espécies e de ecossistemas (Lei nº 9985, art. 2º, III, de 18 de julho de 2000 – doc. 10 da lista de leis em anexo).

³⁷ O referido manifesto foi encabeçado por José Luiztemberger.

perfil de qualidade dos sistemas naturais. Até a década de 70, o país realizava-se no mito desenvolvimentista e a questão ambiental, sob a perspectiva de valores predatórios, era tratada como a antítese do desenvolvimento nacional” (1998: 84).

A direção das análises de Diegues (1996) e Ferreira (1998) indicou o caminho cheio de percalços em que transita o ambientalismo brasileiro desde a década de 70. Nesse cenário controverso, a posição do Brasil encaminhava-se para o encontro do “milagre econômico”. Compreende-se, conforme a análise dos atores, que as leis eram apenas elementos formais que serviam como aparato para a tecnoburocracia militar. No que diz respeito à questão ambiental, nem sequer o discurso-legislação de que fala Viola (1998) havia sido assimilado, principalmente no caso de programas para o ecossistema marinho. Ademais, o movimento ambientalista incipiente falava da natureza como um *mito moderno*, isto é, “um conjunto de representações existentes entre setores importantes do conservacionismo ambiental de nosso tempo, portador de uma concepção biocêntrica das relações homem/natureza, pela qual o mundo natural tem direitos idênticos ao ser humano” (Diegues, 1996: 53).

Nessa ótica, o discurso científico se dirigia para teses preservacionistas do “mito moderno”, sendo definido por disciplinas como Biologia e Oceanologia³⁸ que iniciavam estudos com esse objetivo. No Brasil havia apenas uma faculdade de Oceanologia, que integrava a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no *campus* de Rio Grande. Nela, as pesquisas ligadas ao ecossistema marinho eram incipientes e buscavam indentificar espécies de conchas e moluscos existentes no Brasil. Um dos professores e pesquisador desta instituição interessado nesta temática convida um grupo de alunos para participar da pesquisa, que incluía trabalhos de campo por todo litoral brasileiro e ilhas oceânicas. O grupo foi formado por José Catuetê Albuquerque, Lauro Barcellos, Guy Marcovaldi, Lauro Madureira, Eunice Maria Oliveira e Maria Ângela Azevedo, que já haviam realizado viagens em conjunto e tinham muitas afinidades, pois compartilhavam os mesmos projetos de vida. A noção de projeto de vida significa que tendo o indivíduo um campo de possibilidades de escolhas ele canaliza seus esforços para uma daquelas possibilidades (cf. Velho, 1994).

Em 1976, foi iniciada a pesquisa universitária por Fernando de Noronha/PE, da qual resultou a identificação de centenas de conchas, que contribuíram para a descoberta de novas espécies de moluscos. A partir daí, a pesquisa recebeu patrocínio de uma indústria de pescado, de uma companhia aérea e de uma distribuidora de combustível. Em 1977, os estudantes viajaram por grande parte do litoral do Nordeste e chegaram até o Atol das Rocas/RN (cf. Marcovaldi, 2000). No entanto, durante a viagem um fato contribuiu para a formação da identidade daquele grupo:

“Nos dias e noites que ficamos em Rocas, ao amanhecer os estudantes encontravam rastros e muita areia remexida na praia, mas não se davam conta de que a mudança no cenário era produzida pelas tartarugas fazendo os ninhos durante a madrugada. Em uma noite dessas, os pescadores que acompanhavam os estudantes desceram do barco, vieram até a praia e mataram onze tartarugas de uma só vez. A imagem foi chocante para os que assistiram à cena, devidamente fotografada. Foi a primeira vez que os estudantes viram uma tartaruga marinha” (Marcovaldi et al, 2000: 15).

A matança das tartarugas marinhas transformou o grupo num todo homogêneo, constituindo uma interação de modo harmônico formando uma espécie de

“(…) solidariedade *sui generis* que, nascida das semelhanças, vincula diretamente o indivíduo à sociedade; (e que) propomos chamá-la (de) mecânica. Essa solidariedade não consiste apenas um apego geral e indeterminado do indivíduo ao grupo, mas também torna harmônico o detalhe dos movimentos” (Durkheim, 1995: 79).

A relação parte-todo refere-se à sincronicidade das ações de cada indivíduo agindo no grupo, que se processa espontaneamente, por esses indivíduos terem incorporado o sentido de coletividade. A integração do indivíduo no grupo é discutida em Bourdieu, a partir da linguagem. Segundo o autor:

“(…) a língua é feita para comunicar, portanto, para ser compreendida, decifrada,” por isso, o universo da linguagem é um *sistema de trocas simbólicas*. E continua: “Compreender não é reconhecer um sentido invariante, mas apreender a singularidade do caso particular” (1983: 157).

³⁸ Ciência que estuda os oceanos e ecossistema marinho.

A explicação de Durkheim (1995) e a interpretação de Bourdieu (1983) ajudam-me a elucidar a interpretação da troca de experiências partilhadas pelo grupo de estudantes num processo de interação. Essa troca de experiências pode ser tomada como uma “troca simbólica”, realizada a partir da linguagem – conversas do grupo – que exprimem o sentido de que cada parte se agrega ao todo. Dessa forma, enquanto os estudantes articulam idéias, discutem projetos (pessoais e profissionais), podem estar construindo uma teia de significados que é incorporada pelo grupo. Um exemplo comum na sociedade contemporânea são as gírias. Alguns grupos de jovens utilizam no processo de comunicação signos de linguagem, que, embora para eles tenham sentido, se deslocados do contexto, não podem ser compreendidos.

A idéia de partilhar projetos e experiências, promovendo um tipo de solidariedade *sui generis*, deu ao grupo uma identidade, de modo que, ao voltar da viagem ao Atol das Rocas em 1977, os estudantes (grupo do Projeto Tamar) encaminharam uma denúncia ao IBDF informando-o sobre a morte de tartarugas marinhas. Essa denúncia foi acompanhada de relatório com fotos e vídeos.

Os depoimentos relatados no livro *Assim nasceu o Projeto Tamar* por Marcovaldi et al mostram que “(...) as expedições acabaram despertando a verdadeira vocação desses alunos de Rio Grande, alertando-os para a necessidade, mais urgentemente do que imaginavam, de proteção do ecossistema marinho...” (2000: 17).

“Foi assim que a Faculdade de Oceanologia, onde ainda não se falava em conservação, acabou formando uma geração pioneira no país, pois todos passaram a se dedicar profissionalmente à conservação marinha. E isso aconteceu quando praticamente não existiam entidades ambientalistas organizadas no Brasil, que mal cuidava de suas florestas – e no mar apenas lutava com poucas armas para acabar com a matança das baleias” (Marcovaldi et al, 2000:17).

A idéia de preservação da natureza, agora presente nas pesquisas científicas encaminhadas na Faculdade de Oceanologia da UFRGS, serviu para que as gerações que estavam em formação orientassem seus estudos e pesquisas, levando em consideração a proteção ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, estabelecendo um novo perfil profissional para os estudantes daquela instituição.

Esses oceanólogos em formação foram despertados sobre a necessidade de refletir a respeito da preservação ambiental. Compartilhando os mesmos pensamentos, adotando a mesma profissão e buscando a preservação da natureza, o grupo constrói sua identidade, redefinindo sua noção de *habitus*, tendo, a partir da morte das tartarugas, uma compreensão de um processo de interiorização que implicava na internalização da objetividade. O sentido subjetivo que foi trazido pela matança não ficou enclausurado no nível individual; trouxe implicações para a atuação na vida profissional do grupo, marcada, especialmente, a partir do relatório com a denúncia (Bourdieu, 1989).

Não foi obtida resposta do IBDF sobre a denúncia³⁹, o que pode ter ocorrido em função de este não ser o órgão competente para tratar de assuntos relativos a tartarugas marinhas, visto que tais animais eram da responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – Sudepe) e sua existência contrariava a posição oficial assumida pelo Brasil, qual seja, a de que não havia tartarugas marinhas.

No entanto, tal fato, que poderia representar um empecilho à formação da identidade grupal, seu *habitus*, na verdade funcionou como um reforço para o fortalecimento do grupo, que incorporou o sentido de preservação da natureza como um valor e passou a lutar por uma causa determinada: a proteção das tartarugas marinhas.

Entretanto, no início da década de 70, após ser constatado por meio de pesquisas científicas que as tartarugas marinhas realizavam rotas migratórias para a reprodução e alimentação, ocorreram pressões internacionais – principalmente dos Estados Unidos – para que os diversos países, que apresentavam condições ambientais propícias para aqueles animais, realizassem pesquisas para detectar a existência ou não de espécies (Marcovaldi et al, 1999).

As pesquisas realizadas, principalmente pelos Estados Unidos, indicavam que as tartarugas marinhas faziam rota migratória para se reproduzirem. Assim, instituições internacionais que protegiam esses animais tinham interesse em identificar suas rotas migratórias para dar efetividade à preservação. Como afirmam os autores: “... as tartarugas marinhas representam um recurso natural compartilhado, cuja preservação depende de

³⁹ A competência sobre as tartarugas marinhas era da Sudepe. Cf. informação de Pádua (EI – 11).

ações efetivas de todos os países integrantes de rotas migratórias” (Marcovaldi et al, 2000: 21).

Como assinalam os autores, o Brasil, apesar de ser um desses países – cuja topografia litorânea apresenta praias largas e as águas têm temperatura elevada – não havia realizado qualquer estudo a esse respeito. Posteriormente, foi efetuada uma pesquisa no Estado do Rio de Janeiro, em que se constatou não haver condições para a reprodução daqueles animais no sul do Estado e que, no norte, apesar de as condições serem propícias, os habitantes, a maioria de áreas urbanas, nunca haviam visto uma tartaruga. Os resultados dessa pesquisa foram assimilados como oficiais pelo governo brasileiro, assumindo que não existia tartaruga marinha no Brasil (Marcovaldi et al, 1999).

Tudo levava a crer que a posição do Brasil em relação a inexistência de tartarugas marinhas ocorreu devido ao interesse no desenvolvimentismo. Dessa forma, considerando como Bourdieu que a relação entre Estado e outras instituições se processa dentro do campo da dominação material e simbólica, salienta-se que:

“As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social” (1989: 12).

Nesse emaranhado de significados, podem-se interpretar os argumentos do autor partindo dos interesses como posições ideológicas assumidas. De um lado, a posição científica, que concluiu não haver tartaruga marinha no Estado do Rio de Janeiro. Por outro, a posição do Estado, que se apropria do resultado, generalizando-o.

Mesmo desconhecendo os procedimentos da pesquisa, evidencia-se que qualquer pesquisador, por menos que soubesse sobre tartarugas, não tomaria como campo

para sua pesquisa apenas áreas consideradas urbanas, mostrando-se, com isso, que tal pesquisa procedeu de modo arbitrário.

Na condução desse debate é importante salientar ainda que a posição oficial adotada pelo Brasil pode ter sido tomada em função dos programas desenvolvimentistas (Furtado, 1968), em que as políticas ambientais dirigiam-se apenas a parques e florestas devido os interesses internacionais na Floresta Amazônica (EI – 11).

Assumir a inexistência das espécies de tartarugas marinhas no Brasil justificaria a não-existência de investimentos para a área de pesquisas sobre esses animais⁴⁰. Assim, a tomada daquela posição pode ter sido estratégica. A esse respeito, McCormick (1992) enfatiza que havia uma desconfiança generalizada dos países menos desenvolvidos em relação ao planejamento ambiental. O lugar de ser dessa desconfiança aparece, pelo menos no caso do Brasil, como se o planejamento ambiental freasse o desenvolvimento econômico, nos moldes da industrialização, dentro da fórmula de que produção/indústria gera crescimento econômico.

No período dessas discussões, final da década de 70, o Brasil foi convidado a participar de uma conferência internacional promovida pela Organização dos Estados Americanos – OEA (Conferência OEA/79). Pelas “artimanhas do acaso”, a recém-empossada Diretora do Departamento de Parques e Reservas Equivalentes do IBDF foi a representante oficial do governo brasileiro.

Artimanhas do acaso está sendo utilizada dentro da compreensão feita por Cardoso de Oliveira (Grupioni et al, 1995) ao tratar de sua trajetória intelectual, citando o trabalho de Peirano (1989) em que a autora aborda o tema do “acaso” nos itinerários profissionais de alguns cientistas sociais. Utilizando-se as artimanhas do acaso para analisar o surgimento do Projeto Tamar, pode-se dar movimentação à história de sua concepção, considerando Pádua um dos personagens centrais. Pádua é engenheira agrônoma, com mestrado em Ecologia pela universidade de Michigan – EUA. Na época, como reconhecimento de seu trabalho na área de conservação, foi convidada a integrar o quadro do IBDF, como diretora do Departamento de Parques e Reservas Equivalentes, sendo aquela sua primeira missão oficial no exterior.

Nessa conferência realizada em Washington, em 1979, as discussões priorizaram o ecossistema marinho e como o Brasil não tinha qualquer programa nesse sentido, a participação de Pádua restringiu-se, apenas, a ouvir, como pode ser observado pelo trecho da entrevista:

⁴⁰ Nesse período, apesar de ter sido admitido oficialmente que não existiam tartarugas marinhas no Brasil, foram encontrados registros de espécies daqueles animais capturadas e mortas no litoral do Ceará e em Pernambuco, sendo que esses animais haviam sido marcados em áreas de reprodução do Suriname. Este fato repercutiu e aumentou a pressão internacional sobre o Brasil – maior país da América do Sul e com a maior faixa de costa litorânea – aproximadamente 8.000 quilômetros – deste hemisfério (Marcovaldi et al, 2000).

“Na década de 1970, a OEA me convidou para um congresso em Washington, onde foram discutidos mais do que tudo os recursos marinhos, mais relacionados às tartarugas marinhas e peixe-boi marinho. Fui como ouvinte representando o Brasil e vários países apresentaram seus trabalhos com as tartarugas marinhas ... vários países da América do Sul e da América Central já tinham seus trabalhos com tartarugas marinhas e eu não pude abrir a boca, pois no Brasil a gente não sabia nada sobre tartarugas marinhas e peixe-boi, por isso voltei envergonhada.” (EI – 11).

Como se vê, diversos países tinham políticas e programas de pesquisa para o ecossistema marinho, enquanto o Brasil não tinha sequer um projeto nesta área. (A importância das tartarugas no âmbito dos programas dos países americanos, dava-se por conta de serem animais que realizam rotas migratórias para se reproduzirem e se alimentarem).

Após sua volta, Pádua usou de toda sorte de medidas para dar início a um programa de conservação ao ecossistema marinho – pensando, sobretudo, nas tartarugas e no peixe-boi, dizendo o seguinte:

“Então, eu solicitei a Sudepe que passasse a competência da tartaruga marinha para o IBDF. A fauna silvestre já era competência do IBDF, mas as tartarugas marinhas não, porque a Sudepe entendia, as autoridades entendiam que, por serem animais de hábitos aquáticos, deveriam ser de competência da Sudepe. Então eu pedi para que a Sudepe passasse a tartaruga marinha e o peixe-boi para o IBDF e não tive a menor dificuldade para isso. Através de uma portaria esses animais passaram para a responsabilidade do IBDF. Então, era o que eu queria que ficasse com o IBDF, que tinha naquela época grandes técnicos (...)” (EI – 11).

A solicitação da transferência da competência da Superintendência Regional de Desenvolvimento da Pesca – Sudepe⁴¹ – sobre as tartarugas e o peixe-boi para o Departamento Nacional de Parques e Reservas Equivalentes representou o primeiro passo para a criação de uma política pública governamental para o ecossistema marinho. O

⁴¹ A Sudepe foi uma autarquia federal, instituída pela Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962, e posteriormente extinta pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Durante sua existência, esteve vinculada ao Ministério da Agricultura.

segundo foi a destinação dos recursos para essa área. Como afirmou a entrevistada, o departamento por ela dirigido dispunha de recursos financeiros. Assim, ela distribuiu igualmente as verbas: “50% dos recursos foram destinados para os parques nacionais e reservas equivalentes e 50% destinados para a fauna silvestre” (EI – 11).

Até aquele momento as informações sobre tartarugas marinhas vinham a partir de pesquisas realizadas em outros países. No Brasil como se viu pela pesquisa realizada no Estado do Rio de Janeiro, as informações eram genéricas e pouco precisas.

Para formar a equipe de pesquisadores que seria responsável pelo programa sobre o ecossistema marinho, foi convidado Renato Petry Leal – da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul – Zoológico de Porto Alegre (Marcovaldi et al, 2000), designado como coordenador da Divisão de Proteção da Fauna Silvestre. Novamente o acaso aparece na concepção do Projeto Tamar. Leal já tinha conhecimento do trabalho desenvolvido pelo grupo de estudantes da Faculdade de Oceanologia da UFRGS, posto que havia trabalhado com uma das suas integrantes no Zoológico de Porto Alegre. Ciente do seu desempenho convidou um deles, recém-formado, para integrar a equipe: José Catuetê de Albuquerque – o Catu. Catu levou com ele um outro colega do grupo: Guy Marcovaldi, dando assim continuidade aos projetos de vida traçados nos bancos acadêmicos. Ainda em 1979, oceanólogos foram contratados por meio da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza – FBCN – para fazer o levantamento de tartarugas marinhas e do peixe-boi em conjunto, já que as áreas de ocorrência geralmente se sobrepunham (Marcovaldi et al, 2000).

Merece destaque o que diz Pádua:

“Começamos tudo do zero, com muita dificuldade, porque não havia tradição de oceanologia no Brasil nem equipamentos adequados disponíveis. Mas conseguimos contratar especialistas, fomos buscá-los onde eles estavam, na única faculdade de oceanologia do país. Tivemos a felicidade de escolher as pessoas certas. Eles não tinham medo, mergulhavam, viajavam em qualquer tipo de embarcação, para qualquer lugar, sem seguro de vida, sem seguro saúde. Não impunham restrições de hora, local ou tipo de trabalho ...” (EI-11).

O levantamento inicial tinha três objetivos definidos: mapear as espécies de tartarugas marinhas e suas principais áreas de reprodução; fazer uma avaliação

quantitativa dessas espécies e proteger esses animais no litoral e ilhas oceânicas. Com base nesses três objetivos foram definidas as coordenadas e estratégias para a implantação do primeiro programa ambiental voltado para o ecossistema marinho do Brasil: Projeto Tartarugas Marinhas, mais tarde chamado de Projeto Tamar.

Como observam os autores a seguir:

“A escassez de informações, inclusive bibliográficas, determinou a primeira etapa do trabalho de Levantamento das Praias de Desova de Tartarugas marinhas no litoral brasileiro, iniciado a partir de dados primários. Nos primeiros meses de 1980 foram enviados questionários a prefeituras, universidades, delegacias regionais do IBDF e colônias de pescadores, de todas as localidades, do Oiapoque ao Chuí. A equipe perguntava se as tartarugas eram vistas, se utilizavam as praias para desova e em que período do ano. Em caso afirmativo, se havia alguma utilização econômica do animal, seja do casco, carne ou ovos” (Marcovaldi et al, 2000: 27).

Os dados primários foram registrados nos diários de viagem dos pesquisadores e juntamente com outras técnicas, como observação in loco, coleta de depoimentos com as populações tradicionais e questionários enviados pelos correios (a prefeituras, vilas, colônias de pescadores, em que se indagava sobre a ocorrência, naquela região, de alguma espécie de tartaruga marinha) serviram para construir um quadro geral sobre a situação das tartarugas marinhas no Brasil.

Com o recebimento dos primeiros questionários vindos de diversas localidades, iniciou-se a catalogação dos dados, definindo-se o campo: “as tartarugas marinhas existiam mesmo no Brasil e desovavam, habitualmente, a partir do litoral norte do Rio de Janeiro até o Oiapoque, extremo norte do Amapá, próximo à Guiana Francesa (...)” (Marcovaldi et al, 2000: 27).

Com vista nos dados levantados, os pesquisadores chegaram a construir a caracterização das tartarugas marinhas:

As tartarugas marinhas são répteis, possuem pele seca, coberta de placas, respiram por pulmões e a temperatura do corpo é regulada pelo ambiente. Para conseguirem ficar embaixo d’água prendem a respiração. Assim, o organismo funciona lentamente (coração bate devagar) num fenômeno chamado de bradicardia. Animais pré-históricos, surgiram pra mais de 180 milhões de anos e conseguiram sobreviver a todas as

mudanças ocorridas no planeta até então. Para se tornarem aquáticas, tiveram o número de vértebras reduzido, fundindo-se nas costelas, formando uma carapaça resistente, porém leve. No lugar de dentes, desenvolveram um bico e suas patas foram transformadas em nadadeiras. Não têm cérebro evoluído, porém desenvolveram a visão, olfato e audição, bem como o sentido de orientação, de modo que podem voltar aos locais em que nasceram, mesmo tendo realizado viagens transcontinentais, tanto para a reprodução quanto para a alimentação. São as chamadas rotas migratórias das espécies. Quando chegam à fase adulta adquirem grande porte. Mesmo assim, têm grande agilidade no mar, mas quando procuram as praias para a desova são extremamente lentas, o que as tornam vulneráveis à ação humana. Por postura deixam aproximadamente 120 ovos, sendo que a desova ocorre em diferentes etapas (aproximadamente a cada 15 dias, chegam a desovar entre 2 ou 3 vezes). Os filhotes eclodem entre 45 e 60 dias, quando voltam ao mar procurando pelo barulho das ondas ou pela luminosidade, isto porque o percurso chamado ninho-mar ocorre geralmente à noite, sendo orientado pela luz do luar (Revista do Tamar, 1998 e 1999).

E então definiram os objetivos originais do Projeto Tartarugas Marinhas, que assim foram apresentados: 1) quantificar o número de espécies; 2) verificar a distribuição e abundância das tartarugas marinhas, ao longo da costa brasileira; 3) identificar o período e a localização geográfica das desovas, e 4) salvar as tartarugas da ameaça de extinção. Com esses objetivos, foi iniciado o trabalho de campo, em maio de 1980, pelas praias da Paraíba, local escolhido aleatoriamente, por estar no centro da área de interesse (Marcovaldi et al, 2000).

Como registra Pádua em seu depoimento a Marcovaldi et al:

“As pesquisas de campo começaram em maio de 1980 pelas praias da Paraíba, local escolhido por amostra aleatória e por estar no centro da área de interesse. As condições de trabalho eram bastante precárias: ‘Os dois oceanólogos responsáveis pelo projeto utilizavam-se de equipamentos próprios, meios de transporte inadequados e dispunham de pouca verba. O levantamento por região foi feito com apoio das delegacias do IBDF nos Estados e em conjunto com universidades e outras instituições” (2000: 27).

Mesmo sob condições inadequadas de trabalho, o levantamento executado nas praias do litoral brasileiro e nas ilhas oceânicas prosseguiu até 1981⁴² e foram apresentados, preliminarmente, os seguintes resultados: “As tartarugas marinhas procuram para desova, preferencialmente, praias largas, de topografia plana, água de temperatura elevada e areia própria para escavação da cova de postura, com pouca compactação, sem pedras ou raízes” (Marcovaldi et al, 2000: 27). Além disso, os pesquisadores já sabiam que existiam sete espécies de tartarugas marinhas⁴³, agrupadas em duas famílias: *Dermochelydae* e a *Chelonidae*. Sendo que no Brasil havia cinco espécies de quelônios marinhos desovando.

Os primeiros resultados da pesquisa possibilitaram a definição do quadro: havia sete áreas primordiais para a proteção e pesquisa das tartarugas marinhas, conforme pode-se verificar no quadro demonstrativo a seguir (Tabela 3):

Tabela 3

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ESPÉCIES DE TARTARUGAS ENCONTRADAS
NO BRASIL - 2000

Espécies	<i>Caretta caretta</i>	<i>Chelonia mydas</i>	<i>Eretmochelys imbricata</i>	<i>Dermochelys coriacea</i>	<i>Lepidochelys olivacea</i>
Nome comum	Cabeçuda	Verde	De Pente ou Verdadeira	De Couro ou Gigante	Oliva
Área prioritária de desova	Norte do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Sergipe	Fernando de Noronha, Atol das Rocas e Trindade	Bahia e Sergipe	Espírito Santo	Sergipe
Tipo de alimentação	Carnívora e herbívora	Herbívora	Carnívora	Carnívora	Carnívora e herbívora
Peso máximo (kl)	250	350	150	900	65
Comprimento da carapaça (m)	1	1,20	1	2	0,60 cm
Consumo	Alimentação	Alimentação	Alimentação e casco para produção de pentes, anéis ...	Alimentação, banha para óleo.	Alimentação

Fonte: Suassuna, Dulce. A partir de informações fornecidas pelo Projeto Tamar durante o trabalho de campo, bem como nas Revistas do Tamar, 1998 e 1999.

⁴² Maria Ângela Marcovaldi e Guy Guagni dei Marcovaldi. “Marine turtles of Brazil: the history and structure of Projeto TAMAR-IBAMA. Elsevier Science Ltd., 1999.

⁴³ Mais detalhes sobre o comportamento desses animais, veja Tabela 3.

Verifica-se pelo quadro demonstrativo que, embora a pesquisa tenha realizado um levantamento inicial, ela serviu para identificar as espécies existentes no Brasil, contribuindo, inclusive, para a definição das áreas onde os pesquisadores instalariam as bases de proteção, isto é, o local onde ficariam os equipamentos necessários para o desenvolvimento do trabalho, servindo, também, como alojamento da equipe. As bases de proteção funcionavam como ponto de apoio dos pesquisadores nas respectivas áreas.

Os locais, chamados de principais “sítios de desova” foram escolhidos para servirem como bases de proteção, devido, principalmente, ao número considerado como elevado de desovas ocorridas⁴⁴ (Marcovaldi et al, 2000). Tanto é assim que os sítios mereceram estudos mais intensivo por parte dos pesquisadores, conforme registra-se a partir do fragmento da entrevista de um deles:

“(...) Em 1982, iniciou o trabalho de campo fixo nas principais áreas de reprodução, que foram detectadas nesse levantamento de dois anos por toda a costa brasileira e iniciou-se esse trabalho de proteção nessas três áreas de reprodução mais significativas, cada uma delas com foco em uma espécie ou em determinado motivo. No Espírito Santo, por exemplo, pela grande concentração de Carettas e pela exclusividade da Dermochelys – exclusividade entre aspas –, pela concentração maior da Dermochelys. A Bahia, o Norte da Bahia, pela concentração de Carettas e pela ocorrência de Eritmochelys imbricata, tartaruga de pente, internacionalmente a mais ameaçada. Em Sergipe, também, pela ocorrência de Carettas, e com uma concentração da Lepidochelys Olivacea, a menor das tartarugas, com uma única área como conhecida de concentração, toda costa atlântica brasileira” (EI – 3).

Devido à importância relacionada ao número de desovas, das sete áreas principais identificadas, três foram escolhidas para constituírem as bases iniciais: Praia do Forte, Comboios/ES e Pirambu/SE⁴⁵, tendo como principais responsáveis pela investigação: Guy Guagni dei Marcovaldi – Coordenador Nacional; Maria Ângela Marcovaldi (Neca) –

⁴⁴ Esse dado aparece como controverso, pois os registros do Projeto Tamar indicam que entre os anos de 1982 e 1983 o número de tartarugas desovantes era próximo a zero. Sabendo-se que as tartarugas demoram 25 anos para chegar na fase reprodutiva, como é que em 1998 os registros do Projeto Tamar indicam que 4200 tartarugas desovantes foram protegidas? Ver gráfico 1 e discussão realizada no capítulo III.

Coordenadora da Bahia/Sergipe e Edson Valpassos Motta e Maria da Glória Brito Abaurre – Coordenadores do Espírito Santo⁴⁶. Registra-se que:

“(...) E, a partir desses três focos, o trabalho se estendeu para áreas anexas, num segundo momento e, para as chamadas áreas de alimentação, onde há concentrações grandes para alimentação ou para crescimento. E, paralelo a tudo isso também, desde o início, o trabalho nas ilhas oceânicas, de Abrolhos, Atol das Rocas, Fernando de Noronha e Trindade. Onde ao longo desses dezoito anos, o monitoramento e a proteção vêm sendo realizado. É... Isso gerou toda uma estrutura institucional, um arcabouço funcional, institucional, eu diria, que é o Projeto Tamar” (EI – 3).

A partir do trabalho iniciado nas bases (Praia do Forte, Comboios–Regência, Pirambu/SE), começou a haver maior projeção e divulgação da necessidade de preservação das tartarugas marinhas e, por conseguinte, do ecossistema marinho. Em 1982, a Sudepe baixou portaria proibindo a captura desses animais, dando respaldo legal ao trabalho desempenhado pelo Projeto Tamar, fato que voltou a ocorrer quatro anos mais tarde.

A partir de 1989, o Projeto Tamar foi vinculado institucionalmente ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. A atuação desse instituto compreende a conservação da biodiversidade, das unidades de conservação no Brasil e do patrimônio espeleológico, visando a garantir que ações públicas e privadas, que interferem na qualidade dos recursos ambientais, sejam acompanhadas e mantidas num padrão de equilíbrio ambiental e conduza a um desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável.⁴⁷

Devido ao crescimento do Projeto Tamar, em 1990 o Presidente do Ibama o transformou em Centro Nacional de Conservação⁴⁸ e Manejo das Tartarugas marinhas –

⁴⁵ Praia do Forte, Praia de Comboios em Regência e Reserva Biológica de Santa Isabel na Praia de Piramba/SE são áreas consideradas primordiais para manutenção de estudos intensivos (Revista do Tamar, 1999).

⁴⁶ Os dois pertenciam ao quadro funcional do Estado do Espírito Santo. Posteriormente foram substituídos por João Carlos Alciotti Thomé, que, naquela época, ainda era estagiário.

⁴⁷ Ver site www.ibama.gov.br. In. área de atuação.

⁴⁸ O termo conservação, pode ser entendido, na definição dada pelo art. 2º, inciso II, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, como segue: “o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.”

Centro Tamar⁴⁹ (Portaria nº 186, Tema 7, Centros Técnicos). Porém, permanece com o nome “Projeto Tamar” até os dias atuais. Dentro da estrutura organizacional dos quadros do Ibama, o Projeto Tamar é um Centro Especializado, do tipo órgão descentralizado. Entende-se por Centro Especializado, aquele centro técnico, que desenvolve atividades de pesquisa e manejo na Fauna Silvestre⁵⁰, estando vinculado ao Departamento da Vida Silvestre da Diretoria de Ecossistemas – DIREC – que controla, monitora e orienta o manejo das espécies ameaçadas de extinção, como é o caso das tartarugas marinhas (Portaria nº 186/90, art. 3º). A seguir ver-se a atuação nacional do Projeto Tamar.

⁴⁹ Após a criação do Centro Tamar, houve em 1991 a criação do Centro Nacional de Conservação e Manejo de Sirênios – Peixe-boi (Portaria nº 40-N, de 16 de agosto de 1991).

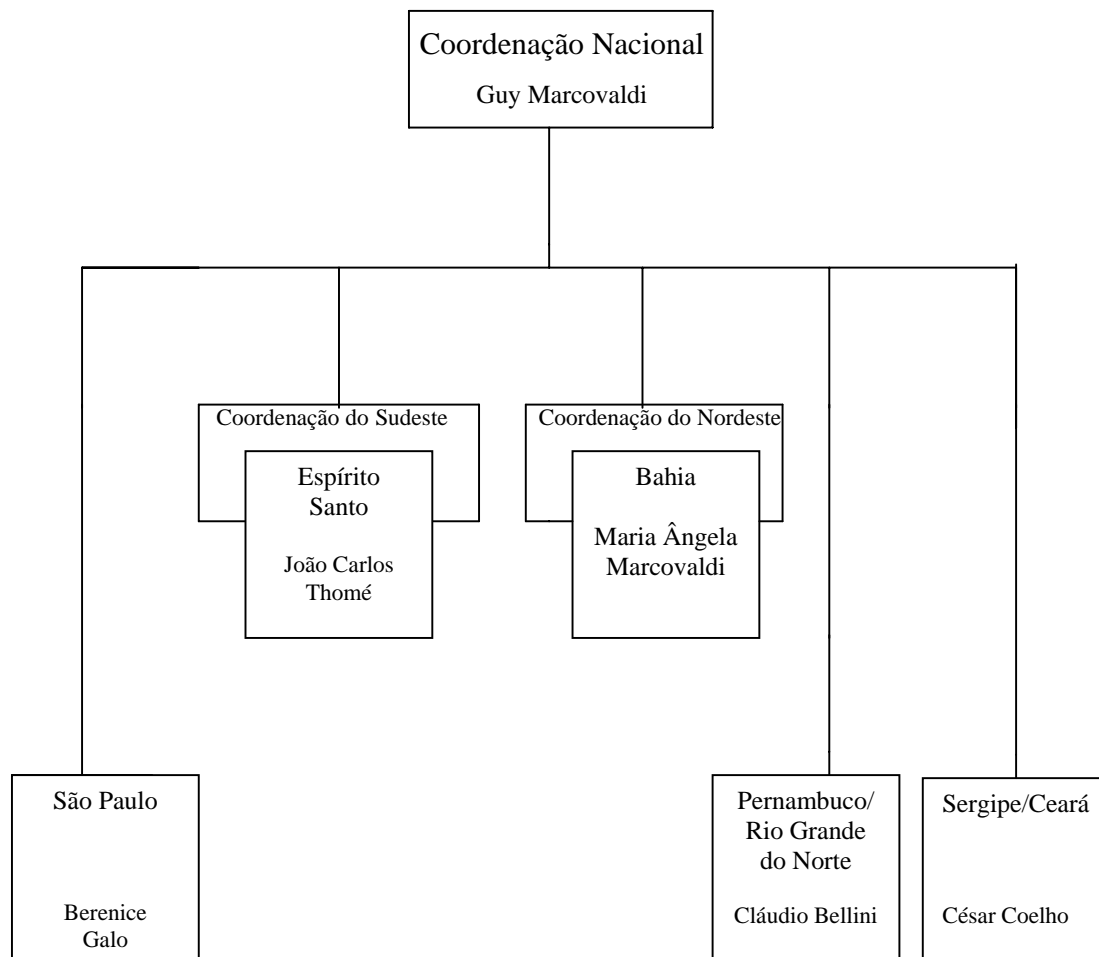
⁵⁰ Exemplos de outros centros especializados: Centro de Pesquisa para a Conservação de Aves Silvestres – CEMAVE; Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos; Centro Nacional para a Conservação dos Predadores Naturais – CENAP, Centro Nacional dos Quelônios da Amazônia – CENAQUA.

A administração do Projeto Tamar, conforme a referida Portaria, deve ser realizada por um chefe, nomeado pelo Presidente do Ibama, por indicação do diretor da DIREC, tendo como atribuições:

“I- orientar e coordenar as atividades do TAMAR; II- propor ao superior imediato a programação de trabalho da respectiva unidade; III- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área; IV- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados; V- exercer todos os atos de administração necessários à implementação das atividades do Centro, observada a legislação vigente” (Portaria nº 186/90, art. 9º).

As atribuições do chefe do Projeto Tamar são dispostas conforme uma organização interna, que atende a um sistema de coordenações. Atualmente, o Projeto Tamar tem uma coordenação nacional – sediada em Praia do Forte e cinco coordenações regionais, quais sejam: Coordenação Regional da Bahia; Coordenação Regional de Sergipe e Ceará; Coordenação Regional de Pernambuco e Rio Grande do Norte; Coordenação Regional do Espírito Santo; Coordenação Regional de São Paulo (Marcovaldi et al, 2000). Ver-se a seguir o fluxograma organizacional do Projeto Tamar.

Fluxograma do Projeto Tamar



Fonte: Suassuna, Dulce. (2001). Com base em dados fornecidos pelo Projeto Tamar em 1999.

Como pôde-se perceber de acordo com o fluxograma do Projeto Tamar, o sistema de atuação ocorre por meio de uma coordenação nacional, duas coordenações regionais e sub-coordenações. Com essa estrutura o Projeto Tamar atua seguindo as diretrizes definidas pelo art. 5º da Portaria nº 186/90, como segue:

- “a) refúgio particular da fauna e flora da Praia do Forte e adjacências;
- b) Condomínio Parque Interlagos – Bahia;
- c) Subaúma – Bahia;
- d) Regência ou Reserva Biológica de Comboios – Espírito Santo;
- e) Povoação – Espírito Santo;
- f) Guriri – Espírito Santo;
- g) Praia de Pirambú ou Reserva Biológica de Santa Isabel – Sergipe;
- h) Abais – Sergipe;
- i) Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha;
- j) Ilha de Trindade – Espírito Santo;
- l) Reserva Biológica do Atol das Rocas – Rio Grande do Norte;
- m) Praias do Peba ou Estação Ecológica do Peba – Alagoas.”

Até 1990, o trabalho executado pelo Centro Tamar compreendia onze áreas prioritárias, porém, com a implantação de projetos de desenvolvimento urbano, que se deu em 24 de outubro de 1996, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA resolveu ampliar a área de atuação do Projeto Tamar, que passou a ter a seguinte configuração:

- “Art. 1º. O licenciamento ambiental, previsto na Lei nº 6.938/81 e Decreto nº 274/90, em praias onde ocorre a desova de tartarugas marinhas só poderá dar-se após avaliação e recomendação do IBAMA, ouvido o Centro de Tartarugas marinhas – TAMAR.
- Art. 2º. As áreas previstas no art. 1º situam-se:
- a) no Estado do Rio de Janeiro, da praia do Farol de São Tomé (Município de Campos) até a divisa com o Estado do Espírito Santo;
 - b) no Estado do Espírito Santo, do Portocel (Município de Aracruz) até a divisa com o Estado da Bahia;
 - c) no Estado da Bahia, da divisa com o Estado do Espírito Santo até a foz do rio Corumbá (Município de Itamaraju) e da praia de Itapuã (Município de Salvador) até a divisa com o Estado de Sergipe;
 - d) no Estado de Sergipe, da divisa com o Estado da Bahia até o Pontal dos Mangues (Município de Pacatuba) e da praia de Santa

Isabel (Município do Pirambu) até a divisa com o Estado de Alagoas;

e) no Estado de Alagoas, da divisa com o Estado de Sergipe até o final da faixa litorânea do Município de Penedo;

f) no Estado de Pernambuco, no Distrito Fernando de Noronha, as praias do Boldro, Conceição, Caieira, Americano, Bode, Cacimba do Padre e Baía de Santo Antônio; e

g) no Estado do Rio Grande do Norte, em toda extensão da praia de Pipa (Município de Alagoinhas)” (Resolução/Conama nº 10, de 24 de outubro de 1996).

No entanto, além do monitoramento costeiro, a Portaria nº 186/90, anterior a essa Resolução, determinou outras competências ao Projeto Tamar:

“Ao Centro Nacional de Conservação e Manejo de Tartarugas Marinhas compete:

I – promover o controle de zonas de reprodução e alimentação destes animais ao longo do litoral brasileiro, visando o restabelecimento das suas populações;

II- promover programas de conscientização ambiental, adequados às realidades regionais em suas áreas de atuação;

III- propiciar estudos científicos sobre as espécies e o monitoramento das suas populações;

IV- desenvolver e propor formas de manejo que visem assegurar o uso sustentado das espécies de tartarugas marinhas com ocorrência no Brasil;

V- implementar um programa de aperfeiçoamento e capacitação do corpo técnico da unidade;

VI- manter um banco de dados das atividades de manejo desenvolvidas” (Portaria nº 186/90, art. 4º).

Dentro da competência do Projeto Tamar, percebe-se que, além do desenvolvimento de atividades de pesquisa e manejo, cabe-lhe a atuação no processo educativo, promovendo programas de conscientização junto às comunidades locais. Com isso, há indicação de que houve ampliação dos objetivos originais – definidos quando do seu surgimento – para poder acompanhar a realidade do processo de intervenção junto às comunidades envolvidas.

A fixação das Bases de Proteção ao longo da costa e ilhas oceânicas definiu-se da forma que segue:

Ilustração

Mapa das Bases de Proteção (reprodução)

Fonte: Revista do Tamar, 1999.

De acordo com o mapa percebeu-se que as bases de proteção estão instaladas em 11 estados brasileiros. Para executar as ações nessas bases o Projeto Tamar necessita de apoio de políticas ambientais e do amparo legal.

Com o estabelecimento do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC e por meio da Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988, que previu o zoneamento de usos e atividades na costa, dando prioridade à conservação e proteção de áreas de restinga, dunas e praias, o Projeto Tamar começa a estabelecer um plano de desenvolvimento para os locais de reprodução e proteção das tartarugas marinhas, levando-o a almejar um crescimento mais acelerado, em termos de áreas a serem cobertas. (Tais fatos suscitaram a criação de uma fundação para dar apoio a esse plano de desenvolvimento – v. capítulo II).

Entretanto, o amparo legal para o plano de desenvolvimento só ocorreu em 1995, por meio da Portaria nº 10⁵¹, que, em suma, definia o seguinte: considerando a necessidade de preservação das tartarugas marinhas e que o tráfego de veículos nas praias e áreas de restinga provocam impacto ambiental⁵², perturbando a manutenção dos ninhos nos locais da postura, decide: proibir o trânsito de veículos na faixa de praia compreendida entre a linha de maior baixa-mar até cinquenta metros acima da linha de maior preamar do ano, cabendo ao Projeto Tamar e às Prefeituras Municipais locais, prioritariamente: a identificação e bloqueio dos acessos à praia por veículos; a fiscalização das áreas demarcadas. Determinava, ainda, as penalidades cabíveis.

Na linha de trabalho do plano de gerenciamento costeiro, outra Portaria, a de nº 11⁵³, determinou a proibição da utilização de luzes de edificações, iluminação pública, luminosidade de faróis dos veículos e outras fontes artificiais nas praias em que havia reprodução das tartarugas marinhas, sob o argumento de que a iluminação artificial interfere na orientação de filhotes recém-nascidos no seu trajeto ninho/mar. Juntas, tais portarias deram respaldo legal para que o Projeto Tamar desse prosseguimento aos

⁵¹ Portaria nº 10 é de 30 de janeiro de 1995, sendo publicada pelo DOU em 31 de janeiro de 1995.

⁵² Entende-se por impacto ambiental a interferência de fatores externos ao ecossistema nativo, provocando desgaste, destruição, ou causando danos ao meio ambiente. Ou seja, qualquer alteração significativa no meio ambiente em um ou mais componentes, provocada por uma ação humana (Serviço de Comunicação Social da Petrobrás, 1992).

⁵³ A Portaria nº 11 é de 30 de janeiro de 1995, publicada em 31 de janeiro de 1995.

trabalhos de pesquisa e manejo das tartarugas marinhas, com base numa ação coordenada, amparada num “plano de ação”.

Como análise a respeito da disposição do governo em estabelecer leis para amparar programas na área ambiental, apresento a abordagem de Viola, quando salienta:

“As políticas públicas estão hoje a meio caminho entre um discurso legislação bastante ambientalizado e um comportamento individual-social bastante predatório, sendo que, por um lado, as políticas públicas têm contribuído para estabelecer um sistema de proteção ambiental no país, mas, por outro, o poder político é incapaz de fazer os indivíduos e as empresas cumprirem uma proporção importante da legislação vigente” (1998: 136).

Além do mais existem diferenças substanciais entre as políticas públicas nacionais e internacionais, que são preconizadas pela divergência de interesses entre os países desenvolvidos, à frente de organismos internacionais como a ONU e os países subdesenvolvidos, que buscam, ainda, alcançar o desenvolvimento em termos tecnológicos e industriais, num discurso atrelado à idéia de progresso como crescimento econômico. A divergência entre as posições desses países está também relacionada aos riscos e às pautas prioritárias, pois, se o problema da poluição já era alvo de discussões na Conferência da Biosfera em 1968, os países subdesenvolvidos, só por volta de meados da década de 80, se debatem com este problema. (Sachs, 1993; Viola, 1986).

Todavia, a partir dos anos 80, os problemas de degradação ambiental enfrentados pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos parecem coincidentes, mas os problemas de degradação social, também suscitados em virtude da degradação ambiental, são diferentes, pois, enquanto os países desenvolvidos têm como sanados problemas relacionados à moradia, alimentação, saneamento básico, vestimenta e transporte, os países subdesenvolvidos vivem em condições miseráveis.

Das argumentações trazidas por Sachs (1993) e Viola (1986) conclui-se que há o estabelecimento de um confronto de interesses entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos quanto ao problema ambiental. Trazendo a discussão para o campo sociológico, a partir do que propõe Viola (1986), e considerando que no panorama geral os problemas sejam “similares”, subsiste uma diferença imanente, qual seja, os países

desenvolvidos têm problemas ambientais, enquanto os países subdesenvolvidos sofrem problemas socioambientais.

As diferenças de interesses entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos foram trazidas para as discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no mês de junho de 1992, no Rio de Janeiro, conhecida por ECO-92.

A ECO-92 teve dois eventos principais: a Conferência das Nações Unidas, que contou com a presença de 178 representantes de diversos países e 112 Chefes de Estado e o Fórum Global, uma conferência realizada por instituições da sociedade civil, com representantes de organizações não-governamentais, movimentos de ambientalistas e de minorias, que contribuíram para construir um pano de fundo marcado por decisões políticas, mas que não tinham efeito mandatório. Foram definidos quatro acordos: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas; Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e a Agenda-21 (MMA, 1998).

De todos esses acordos, a Agenda 21 teve maior repercussão, por servir para a definição de programas e planos de ação, que tivessem em tela a questão da sustentabilidade aliada à educação ambiental, como demonstra essa passagem:

“A Agenda 21 é um plano de ação estratégico, que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica” (MMA, 1998: 13).

Como um conjunto de princípios baseados em acordos internacionais, tal Agenda favorece a inserção de novas posições sobre o uso dos recursos naturais, padrões de consumo e adoção de novas tecnologias, chamadas de tecnologias limpas, para assegurar a conservação da natureza. Afirma-se ainda, que ela “traduz em ações o conceito de desenvolvimento sustentável” (MMA, 1998: 13), entendido como todo aquele “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade

das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (Relatório Bruntland⁵⁴ citado por Lemos, 1996: 11). É o mesmo que ecodesenvolvimento – termo usado pela primeira vez por Maurice Strong em 1973 –. Tal conceito ganhou relevância prática sendo compreendido como: “uma proposta de desenvolvimento ecologicamente orientado, capaz de impulsionar os trabalhos do recém-criado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA” (Leis, 1999: 146).

No Brasil, a adoção do termo ecodesenvolvimento deu-se com base no documento *Nosso futuro comum* (Comissão, 1991) e tem como um dos principais aspectos o tom crítico ao modelo de desenvolvimento baseado na idéia de crescimento econômico, apontando a incompatibilidade entre os padrões de consumo atuais e o desenvolvimento sustentável. Mostra, ainda, tal documento, a necessidade de desenvolver programas de educação ambiental com as populações tradicionais, isto é, populações nativas ou locais.

Ainda no contexto brasileiro, foi constituída uma *Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21* em 1997. Essa comissão foi formada por representantes de diversos ministérios e de entidades da sociedade civil.⁵⁵ Sua finalidade era criar a *Agenda 21 brasileira*, que teria o objetivo de “contribuir para a construção e a implementação de um novo paradigma de desenvolvimento para o país” (MMA, 1998:19). A comissão vem discutindo, desde 1997 (até a atualidade), questões relativas a Agenda 21, bem como a concepção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil, em que seja garantida a qualidade de vida da população, onde se insere a compreensão de educação ambiental como:

“(…) processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competência voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” (Art. 1º da Lei nº 9.975/99)

Assim, a educação ambiental contribui para a redefinição de valores sociais do homem em relação à natureza. Com isso, a noção de conservação do meio

⁵⁴ O Relatório Bruntland foi um documento elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, então presidida pela Primeira Ministra da Noruega, Gro-Bruntland (MMA, 1998). Gro H. Bruntland foi ministra e líder do Partido Trabalhista norueguês (Lemos, 1996).

⁵⁵ Ver a composição da referida comissão, (*In.* MMA, 1998: 20)

ambiente é entendida como um bem coletivo, em que se busca qualidade de vida por meio do desenvolvimento sustentável. Nesse ângulo, coube à Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável criar uma pauta de prioridades em que a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável fossem contemplados. Essa pauta de prioridades foi chamada de “Agenda 21 brasileira” e para sua elaboração devem estar presentes os seguintes aspectos: 1) Incorporar o princípio federativo, que significa designar competência para estados e municípios poderem estabelecer suas políticas para o desenvolvimento sustentável, relegando à instância federal apenas aquelas responsabilidades e tomadas de decisões que não puderam ser efetuadas nas instâncias inferiores. 2) Possuir caráter gerencial consistente e mobilizador dos meios, na busca de soluções e possibilidades para viabilizar ações de longo prazo, necessárias ao desenvolvimento sustentável. 3) Adotar visão prospectiva, abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional do desenvolvimento sustentável. O que consiste em substituir os atuais métodos de produção de tecnologias por sinergias positivas que tenham efeito menos nocivo ao meio ambiente, devendo estar aliadas à eficiência econômica, equidade social, conservação e qualidade ambiental e democracia.

Essa abordagem possibilita a compreensão do paradoxo presente no quadro das políticas estatais. Parece haver um esforço do governo no estabelecimento de leis em relação à questão ambiental (desenvolvimento sustentável e educação ambiental), porém, permanece incerto o cumprimento de tais leis. Desse modo, concordo com Viola em relação ao discurso-legislação e recorro de trechos da entrevista de Pádua (EI-11), em que ela afirmava em outros termos, mas com o mesmo sentido, que não adiantava apenas a existência de leis; a questão é como fazer para lhes dar efetividade.

Podem-se tomar aqui alguns exemplos do discurso-legislação, entre os anos de 1997 e 2000, quais sejam: a Lei nº 9433 de 08 de janeiro de 1997⁵⁶, que institui a política nacional de recursos hídricos; a Lei nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998⁵⁷, que define sanções penais e administrativas para condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; a Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999⁵⁸, que dispõe sobre a educação ambiental,

⁵⁶ Publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 08 de janeiro de 1997.

⁵⁷ Publicada no DOU, em 17 de fevereiro de 1998.

⁵⁸ Publicada no DOU, em 28 de abril de 1999.

instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental; a Lei nº 9984 de 17 de julho de 2000⁵⁹, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA– e a Lei nº 9985⁶⁰ de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC⁶¹. Todas elas foram aprovadas num intervalo de três anos, tendo grandes implicações para a definição do quadro das políticas ambientais no Brasil. Entretanto, esta última que define o SNUC é, certamente, a mais importante, por interferir na definição de áreas desapropriadas para fins de proteção integral.

Pelo que dispõe o conceito legal, uma unidade de conservação é:

“espaço territorial e seus recursos naturais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”(Lei 9985, art.2º, inciso I).

As unidades de conservação, integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, podem ser de dois tipos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As unidades de proteção integral são Estações Ecológicas⁶², Reservas Biológicas⁶³, Parques Nacionais⁶⁴, Monumento Natural e Refúgio Silvestre. O §1º do art. 7º da Lei 9985/00 define como sendo objetivo das unidades de proteção integral a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, excetuando-se os casos previstos nesta Lei. A intenção presente no

⁵⁹ Publicada no DOU, em 18 de julho de 2000.

⁶⁰ Esta última foi de fundamental importância para a atuação do Projeto Tamar, posto que suas atividades envolvem, além da participação na criação e implantação, a gestão de algumas unidades de conservação no Brasil (Portaria nº 186/90, arts. 5º e 6º).

⁶¹ Publicada no DOU, em 19 de julho de 2000. Esta é correspondente ao Projeto de Lei 2.892/92, decretado pelo Congresso Nacional, e sancionado pelo Vice-Presidente da República em 18 de julho de 2000, sendo intitulado como a Lei nº 9985, cuja ementa é a regulamentação “do art. 255, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.”

⁶² “A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas” (Lei nº 9985/00, art. 9º).

⁶³ A Lei nº 9.985/00, em seu artigo 10, define o objetivo da Reserva Biológica como “a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais”.

⁶⁴ “O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (Lei 9985/00, art. 11).

dispositivo legal é de dar proteção integral às unidades de conservação, em que são típicos exemplos: o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha/PE, a Reserva Biológica de Atol das Rocas/RN, Reserva Biológica de Comboios/ES, Reserva Biológica de Santa Isabel/SE. Com base na definição dessas áreas como sendo de proteção integral, o Projeto Tamar pode dar maior ênfase ao trabalho de conservação da natureza, inclusive pela restrição do acesso de pessoas a essas áreas.

Já as unidades de uso sustentável ou unidades de manejo sustentável têm como objetivo: “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Lei nº 9985/00, art. 1º, § 2º). Nas unidades de uso sustentável ou unidades de manejo sustentável pretende-se, também, preservar os atributos naturais, porém é admitida a exploração de parte dos recursos. São exemplos de unidades de uso sustentável: Áreas de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativa; Reserva de Fauna; Reserva Particular do Patrimônio Natural. A Praia do Forte é um exemplo de unidade de conservação de uso sustentável, do tipo Refúgio Particular de Animais Silvestres (Portaria nº 64, de 6 de fevereiro de 1984). O depoimento a seguir registra o seguinte:

“O Projeto Tamar desde o início de suas atividades sempre trabalhou com a questão de criação das Unidades de Conservação. Comboios na verdade foi criada por uma ação do Tamar. Abrolhos foi criado por uma ação do Tamar; também, Atol das Rocas, Parque Nacional de Fernando de Noronha, áreas onde não se tinha nenhum trabalho e a gente começou o trabalho e virou parque ou virou reserva; Pirambu, Reserva Biológica de Pirambu em Sergipe; também Parque Estadual de Itaúnas, Parque Estadual de ..., estariam várias unidades, onde a gente ajudou a criar e ajuda a manter” (EI – 3).

Ao desenvolver ações públicas orientadas à proteção da diversidade biológica, o Projeto Tamar coordenou sua atuação para que áreas que sofriam com o impacto ambiental fossem tomadas e legalmente definidas como unidades de conservação. É o caso de Atol das Rocas/RN, Fernando de Noronha/PE, Comboios/ES, Reserva Biológica de Santa Isabel/SE, entre outros. Mas a proposta do Projeto Tamar não pode ser reduzida a uma ação pontual, qual seja, trabalhar para estabelecer unidades de conservação. A contribuição do Projeto Tamar na definição de áreas como unidades de conservação é

parte do seu trabalho técnico, mas que tem uma repercussão imediata: modifica as relações estabelecidas entre a natureza e os indivíduos das comunidades que sofrem a intervenção. A modificação das relações entre homem/natureza pode sugerir que o Projeto Tamar desempenha no espaço público um papel de um agente externo, promotor de uma política de desenvolvimento. Discutirei a seguir, o significado dessa política.

1.1 O ‘desenvolvimentismo’ e o Projeto Tamar

Durante a realização das atividades de pesquisa e manejo das tartarugas marinhas, o Projeto Tamar foi ampliando seus objetivos iniciais e percebendo a necessidade de desenvolver estudos intensivos em áreas importantes, mas que sofriam com as conseqüências do impacto ambiental. A proposta do governo brasileiro, principalmente durante as décadas de 70/80 era desenvolver as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como forma de integrá-las ao crescimento industrial das regiões Sul e Sudeste, esta última economicamente mais importante. No Nordeste, as regiões litorâneas receberam recursos para promover o “desenvolvimento” urbano, por meio do turismo e da instalação de pólos industriais, como por exemplo, o Complexo Petroquímico de Camaçari – Copec, situado no litoral norte do Estado da Bahia⁶⁵.

O desenvolvimento urbano do litoral trouxe como conseqüências, no âmbito do turismo, o investimento em loteamentos, com urbanização, iluminação pública, água encanada, entre outros (Martine, 1993; Franco, 1993). Os loteamentos de áreas litorâneas provocaram a expulsão da população nativa para áreas distantes da faixa litorânea, enquanto as classes alta e média, que habitavam as regiões centrais das cidades, passam a investir no litoral, comprando imóveis para veraneio (Luchiari, 1999). O pescador nativo e sua família sofrem os efeitos do desenvolvimento ao ter que deixar o lugar onde moravam para que pessoas vindas de outras partes passem a ocupar esse local. Durante o verão, principalmente, há uma maior concentração da população que vem das cidades para o litoral (período que coincide com a desova das tartarugas marinhas). Se quando a

⁶⁵ A esse respeito ver Franco (1993).

população litorânea era constituída apenas pelos nativos, as tartarugas marinhas já sofriam com a ameaça de predadores humanos. Com a “urbanização” do litoral, a situação se agravou (Portarias nº 10 e 11 – doc. 7 da lista de leis em anexo).

Cada vez mais as tartarugas serviam aos interesses do turismo e do comércio, como mostram Marcovaldi et al a seguir:

“Percorrendo cada localidade, peregrinando de praia em praia, de casa em casa, indagando pacientemente se as tartarugas existiam, os oceanólogos somavam às informações dos pescadores achados de resquícios dos animais – ovos, cascos, objetos manufaturados. Em Pernambuco, onde o levantamento foi feito entre junho e julho de 1980, encontraram uma loja de artesanato especializada em entalhes de tartaruga funcionando em hotel de luxo na praia de Boa Viagem, em Recife. Na localidade de Ponta de Pedras, além de carne de tartaruga servida em restaurante, viram uma **Chelônia mydas**, capturada em rede de pesca, com grampo de marcação dos Estados Unidos” (2000: 28).

Com efeito, a necessidade do desenvolvimento do turismo no Brasil nasce ancorada nas propostas de crescimento econômico e de integração regional. Cardoso e Falleto (2000) tratando de questões relacionadas ao subdesenvolvimento e dependência, mostram haver uma dialética entre centro (países desenvolvidos) e periferia (países subdesenvolvidos), cuja base se definiu no enclave colonial e se enraizou⁶⁶ até nossos dias. As relações entre centro e periferia se constituem como uma justaposição do modelo do centro sobre os países periféricos. Por essa razão, esses países adotaram o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento industrial, como foi o caso do Brasil.

Com base na literatura de Cardoso e Falleto (2000), observa-se que o modelo “desenvolvimentista” acabou sendo incorporado culturalmente. Dessa forma, qualquer proposta de intervenção que se disvirtue do caminho desenvolvimentista pode ser passível de questionamento no âmbito do contexto em que se inserem (Bosi, 1987). Isto se dá porque essas propostas representam “novas formas ou padrões de desenvolvimento” diferentes daqueles associados ao crescimento econômico.

Para que um novo modelo de desenvolvimento fosse adotado por países como o Brasil, era necessário não só a existência de mudanças na esfera política, definição

⁶⁶ Quando se fala em enraizamento não se está supondo o isolamento do meio social de influências externas. Cf. Ecléa Bosi. “Cultura e desenraizamento” (Bosi, 1987).

de leis ambientais, mas também na própria cultura, entendida como espaço em que se processam redes de relações sociais, que exprimem seus significados, assim: “acreditamos como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias ...”.(Geertz, 1989: 15). Pode-se falar da constituição de uma cultura política no Brasil (Bosi, 1987), estruturada no modelo liberal, estando sempre associada ao crescimento econômico. Por isso é compreensível que, em termos formais, seja possível a adoção de medidas, conforme pude verificar, a partir da análise das leis. No entanto, no momento de se fazer cumpri-las, parece existirem brechas que produzem verdadeiros abismos entre a disposição legal e a vontade de aplicá-las (lembre-se, mais uma vez, do discurso-legislação citado por Viola, 1998).

Nessa discussão foi inserido o Projeto Tamar. Quando iniciou-se a instalação das bases de proteção, o grupo do Projeto Tamar sentiu, ao viver dentro das comunidades, que haveria uma grande dificuldade em mudar os hábitos e práticas daqueles indivíduos, pois se a lei que proibia capturar ou matar tartarugas já existia desde 1967 e não havia o seu cumprimento, como lhe dar efetividade a partir do momento de sua intervenção? A solução encontrada foi a seguinte:

“Aprendemos na prática, se nós não déssemos meios para que o pescador deixasse de matar e comer os ovos das tartarugas o projeto não ia pra frente. A solução encontrada foi o pagamento de um salário-mínimo (que, inclusive, era mais difícil de ser encontrado algum pescador que ganhasse o mínimo) para fazer com que esse pescador parasse de matar a tartaruga e fosse um aliado no trabalho de proteção” (EI – 1).

Nesse momento, a meu ver, a intervenção do Projeto Tamar dá início ao programa de sustentabilidade (sobretudo econômica), apesar de ser ainda incipiente e insuficiente, posto que apenas alguns pescadores foram contratados. Entretanto, foi o bastante para alterar o modo de vida desses pescadores, bem como sua relação com a natureza (discutirei mais adiante esse intervenção). Como um programa governamental, e naquele momento exclusivamente governamental, o Projeto Tamar apresentava indícios de que sua política de intervenção ia de encontro ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro.

Em outro ângulo desponta a preocupação em compreender o significado dessas políticas consubstanciado no programa de sustentabilidade (econômica). No campo da sociologia política muitos trabalhos, como o de Leal (1975) e Martins (1993), abordam o significado de políticas dessa envergadura como forma de manutenção de poder, amparada em favores ou no chamado “toma-lá-dá-cá”. Isto se dá, sobretudo, porque a intervenção do governo, em determinadas áreas de comunidades tradicionais (camponeses e pescadores), dá-se em favor de grandes projetos econômicos e não tem qualquer preocupação com as populações envolvidas, a saber:

“Algumas vezes, o pressuposto inconfessado e inconfessável é o próprio aniquilamento das populações que possam representar algum estorvo para a implantação de grandes projetos governamentais – seja pelo aniquilamento pela integração e assimilação (tema insistente nas opções governamentais de certo período da ditadura militar recente) seja pela aniquilação física (...)” (Martins, 1993: 62)

Nesse ínterim, o autor cita alguns exemplos de populações aniquiladas por processos de intervenção governamentais, como os *Waimir-Atruahi*, os *Kreenakarove*, ambos reduzidos a aproximadamente 20% do que eram. Nessa mesma linha, vão as considerações de Bosi (1987). Ao tratar da cultura e do desenraizamento, a autora mostra que tanto a conquista colonial como a conquista militar representam a supressão brutal das tradições, porém, a dominação econômica de uma região sobre outra, dentro de um mesmo país, representa muito mais que isso – torna os nativos estrangeiros dentro de sua própria terra.

Os programas intervencionistas do Projeto Tamar considerados como um recurso de sustentabilidade alteram os modos de vida dos indivíduos e mesmo que sejam fruto de discussões no seio das comunidades, foram propostos dentro de uma verticalização, isto é, de cima para baixo. Neste caso, as mudanças não nasceram de necessidades geradas dentro das comunidades, seguindo as tendências da implantação de políticas públicas no Brasil (Jacques Weber, 1997).

Sendo uma política de natureza estatal, o Projeto Tamar acaba assumindo, durante o processo de intervenção, os procedimentos adotados pelas políticas públicas do Estado, podendo agir em determinadas circunstâncias dentro de um certo fisiologismo,

embora deseje alcançar as sustentabilidades econômica e ambiental (Sachs, 1993; Bursztyn, 1993) para as comunidades de pescadores. Esses tipos de sustentabilidade devem ser percebidos no processo de intervenção do Projeto Tamar como produtores de mudanças sociais, dando novos significados às relações sociais das comunidades envolvidas. As teses defendidas pelo Projeto Tamar vão na direção de que sustentabilidade econômica assegura a sustentabilidade ambiental, ao passo que os aspectos culturais e sociais são deixados quase de lado. Exatamente sobre eles me detenho neste momento. Nem todas as propostas vinculadas à sustentabilidade ambiental e econômica do Projeto Tamar não foram avaliadas em relação ao impacto causado nas comunidades, do ponto de vista do indivíduo, de seu modo de vida, sua sociabilidade e seu sistema de representações.

Analisando a perda de significado e as patologias culturais Habermas (1987) contribui para que se entendam as perdas individuais, sociais e culturais nos seus diferentes aspectos a que podem estar submetidos os indivíduos durante o processo de intervenção.

A compreensão de Habermas pode ser bem evidenciada, a partir de uma construção gráfica, em que o autor cruza conceitos relacionados aos comportamentos estruturais: cultura, sociedade e pessoa, em relação às alterações no domínio de reprodução cultural, integração social e socialização, apresentando, por fim, a dimensão de avaliação como racionalidade do conhecimento, solidariedade dos membros e responsabilidade pessoal. A ilustração gráfica mostra o seguinte:

Tabela 4CONSEQÜÊNCIAS PATOLÓGICAS DA RUPTURA DO MUNDO NATURAL⁶⁷

Componentes Estruturais				
Alterações no domínio de	Cultura	Sociedade	Pessoa	Dimensão de avaliação
Reprodução Cultural	Perda de sentido	Retirada de legitimação	Crise na orientação e educação	Racionalidade do conhecimento
Integração Social	Perturbação da identidade colectiva	Anomia	Alienação	Solidariedade dos membros
Socialização	Ruptura da tradição	Retirada da motivação	Psicopatologias	Responsabilidade pessoal

Fonte: Figura 1 Conseqüências patológicas da ruptura dos processos de reprodução do mundo natural (reproduzidos da figura 22 do livro de Jürgen Habermas, *The Theory of Communicative Action*, Volume 2, Boston: Beacon Press; Cambridge: Polity Press, 1987. Extraído de Goldblatt (1996: 182).

Prendendo-se aos seguintes aspectos: (1) Cultura: perda de sentido, perturbação da identidade coletiva e ruptura da tradição. (2) Sociedade: retirada de legitimação, anomia, mesmo desconsiderando para a análise os demais aspectos trazidos

⁶⁷ Reprodução.

por Habermas (1987), o modelo ajuda a compreender a dimensão das modificações causadas pela interferência de políticas intervencionistas em comunidades de pescadores. As propostas que se substanciam em tipos ideais de sustentabilidade (Sachs, 1993) modificam a cultura nativa produzindo ressignificações não apenas em relação à natureza, mas no processo de interação social e cultural.

Nesses termos, pode-se dotar o Projeto Tamar com o caráter de ser uma política pública intervencionista, que altera o modo de vida de comunidades de pescadores, não só por meio da “chegada de pessoas de fora nestas comunidades”, mas principalmente porque age racionalmente com o objetivo de alterar seus modos de vida, pautando-se numa idéia de preservação da natureza (com base nas tartarugas marinhas).

Entretanto, admito que, mesmo ocorrendo transformações no modo de vida das comunidades envolvidas, também houve um processo de redefinição dos objetivos do próprio Projeto Tamar, pondo em questionamento seu significado durante o processo de intervenção. A adoção dessa perspectiva me permite inserir o Projeto Tamar no movimento ambientalista brasileiro, construindo uma outra forma de apropriação da natureza, diferente da que o orientou quando do seu surgimento.

Em seguida, verifica-se como essa perspectiva pode ser construída, bem como qual é a localização do Projeto Tamar sob a ótica do ambientalismo brasileiro, considerando suas perspectivas de sustentabilidade ambiental e econômica.

De acordo com os procedimentos seguidos pela política ambiental de natureza governamental, pode-se afirmar que houve permeabilidade de propostas preservacionistas – dentro da idéia do *mito moderno* apresentada por Diegues (1996) – no processo de intervenção iniciado pelo Projeto Tartarugas Marinhas. Porém, mostra-se, também, que o conhecimento empírico obtido pela vivência do grupo nas comunidades pode ter significado mudanças na forma de implementar programas subsequentes, possibilitando alterações no enfoque preservacionista. Discute-se, na seqüência, “desvendando relações: como situar o Projeto Tamar no ambientalismo brasileiro” e como pode ser construído este percurso.

1.2 Desvendando relações: como situar o Projeto Tamar no ambientalismo brasileiro?

Os pressupostos que norteiam a inserção do Projeto Tamar no ambientalismo brasileiro fundamentam-se nas teses defendidas pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN. Criada em 1958, essa fundação foi uma das primeiras organizações não-governamentais a ter como preocupação a questão ambiental no Brasil. De acordo com Diegues (1996), pela sua importância institucional, a FBCN inspirou o surgimento e a forma de atuação de outras organizações não-governamentais, como a Funatura⁶⁸, além de exercer influência sobre instituições governamentais, como o Ibama – extinto IBDF – e o Instituto Florestal de São Paulo.

As teses da FBCN estavam ligadas à defesa da natureza como um elemento intocável, princípio remanescente do ambientalismo europeu do século XIX (Viola, 1986). Esse ambientalismo do século XIX tinha uma visão associada à preservação integral de parques e reservas, preconizando a mínima interferência da ação humana. Notadamente,

“Alguns destes ativistas naturalistas e pessoas adinheiradas de orientação filantrópica reuniram-se, em 1958, na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, com sede no Rio de Janeiro. Essa organização faz parte da pré-história do ecologismo brasileiro, já que seus objetivos e modo de atuação foram estritamente conservacionistas, na linha das sociedades protetoras de animais, surgidas em vários países no séc. XIX” (Viola, 1986: 14).

Em sua afirmação, o autor ressalta a origem dos integrantes da FBCN como pertencentes a uma corrente de ativistas naturalistas e, por isso, os situa na pré-história do ecologismo brasileiro. A visão do autor é justificada pela compreensão dos postulados de conservação adotados pela FBCN. É válido destacar que tais postulados foram irradiados pela FBCN para outros organismos não-governamentais, como a Funatura e também para governamentais, como são os casos do Ibama – extinto IBDF e do Instituto Florestal de São Paulo.

Na mesma direção, Diegues (1996) ressalta que a influência da FBCN sobre todos esses organismos fomentou a criação de uma corrente chamada por ele de

⁶⁸ Fundada e presidida desde sua criação por Maria Tereza Jorge Pádua.

“preservacionistas”, cuja idéia remanecente vai ao encontro da defesa da natureza como um elemento intocável. Esta idéia é apresentada pelo autor como “o mito da natureza intocável” ou “o mito moderno”. Entretanto, Diegues vai além: associa a aceitação do mito da natureza intocável por parte das equipes que constituíam tais organismos às suas formações intelectuais, posto que todos eles são oriundos da área das ciências naturais. Com isso, o autor desvenda o mito, mostrando que a aceitação daquela visão de natureza estava associada à neutralidade científica, posta como validação do conhecimento produzido. A metodologia sugerida para a realização dos trabalhos de proteção à natureza preconiza a não-interferência da ação humana, conforme segue:

“A finalidade básica de um parque é a manutenção de seus ecossistemas naturais, com um mínimo possível de alterações por ação humana. Juntamente com outras categorias de áreas protegidas, os parques serão, em futuro não distante, as únicas áreas naturais do planeta” (Câmara, 1986. Citado por Diegues, 1996).

Essas idéias ainda hoje se fazem presentes na legislação ambiental brasileira⁶⁹ e têm como pano de fundo a dualidade na relação homem-natureza, vista como um recorrente conflito.

A assimilação das idéias da FBCN pelo Projeto Tamar ocorreu em função de vinculações institucionais entre Pádua – na época, Diretora do Departamento de Parques e Reservas Equivalentes do IBDF e o Almirante Ibsen de Gusmão Câmara – sócio-fundador e ex-presidente da FBCN entre os anos de 1981 e 1987. Entretanto, além da vinculação institucional, havia laços de amizade entre Câmara e Pádua. Quando decidiu criar o Projeto Tartarugas Marinhas, Pádua discutiu e se aconselhou com o amigo. Como o repasse de recursos do IBDF para o Projeto Tamar exigia uma certa burocracia, Pádua solicitou ao amigo que a FBCN servisse como intermediária, recebendo a verba e destinando-a ao Projeto Tamar, para que houvesse a contratação da equipe técnica (cf. EI-11). A ligação institucional entre o Projeto Tamar e a FBCN existiu até a criação da Fundação Pró-Tamar, em 1988.

Em depoimento registrado o almirante Câmara afirmou que: “O Guy sempre vinha aqui para conversar, trocar idéias.(...) Mas logo o Tamar aprendeu a caminhar

⁶⁹ Ver por exemplo: sobre o SNUC – art. 2º, VI, Lei nº 9.985/00.

com as próprias pernas e tornou-se uma das organizações ambientalistas mais importantes do mundo” (Marcovaldi et al, 2000: 23).

Por meio dessas conversas também foram construídos laços de amizade entre a equipe do Projeto Tamar e Câmara, donde compreende-se uma assimilação das idéias fundadoras do preservacionismo na descrição dos objetivos originais do Projeto Tamar, como segue: “The inicial objectives of TAMAR were to quantify the number of species, distribution and abundance of sea turtles, the seasonality and geographic range of egg-laying, and the primary threats to turtle survival” (Marcovaldi et al, 1999: 35).

Inicialmente, todos os objetivos se dirigiam ao caráter técnico – trabalho de proteção das tartarugas marinhas – do Projeto Tamar, ligados, portanto, a uma visão preservacionista que ignorava a presença dos homens nas comunidades da costa litorânea brasileira, homens estes que sofreriam o processo de intervenção daquele programa governamental. Quando a presença de pescadores era percebida, havia a imediata associação dos homens como predadores natos. Esse discurso, atralelado ao preservacionismo, pode ser observado a seguir:

“Para livrar as tartarugas marinhas do perigo de extinção, em 1980 o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente(sic)⁷⁰, criou o PROJETO TAMAR. (...) Com a finalidade de restabelecer o ciclo reprodutivo das tartarugas marinhas, interrompido pela ação do homem, o TAMAR implantou bases de proteção e pesquisa nas principais áreas de ocorrência desses animais.” (doc. 5, em anexo)

Interpretando literalmente o que está disposto, observa-se que a criação do Projeto Tamar deu-se para “livrar” as tartarugas marinhas da ação do homem. Essa visão aponta como causa da ameaça de extinção das tartarugas marinhas a ação predadora do homem, levando-se a crer na existência de uma relação de conflito entre o homem e a natureza. É oportuno lembrar que o homem caracterizado é aquele que vive em comunidades pesqueiras do litoral, que tem na caça da tartaruga um hábito ou prática incorporado às suas tradições. Portanto, há um conflito entre o homem e a natureza, que justifica a necessidade de intervenção para controlar a ação humana. Foi partindo desse

⁷⁰ Viu-se no capítulo I que o Projeto Tamar foi criado pelo IBDF – órgão à época ligado ao Ministério da Agricultura.

pressuposto que a corrente constituída por preservacionistas puros⁷¹ definiu suas estratégias para a proteção da natureza.

Tal corrente sofreu influência dos trabalhos de Charles Darwin – “Sobre a Origem das Espécies” de 1859 e a “Descendência do Homem” de 1871 (citado por Diegues, 1996).⁷² A tese evolucionista de Darwin que serve como norte para a Biologia, foi posteriormente apropriada pela Ecologia e se reflete no embrionário movimento ambientalista, considerando, no caso particular do Brasil, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN.

Trazendo a discussão para o campo sociológico, enxerga-se a ligação de Darwin com as teses defendidas pelo preservacionismo puro, por meio do trabalho de Durkheim (1995). Esse autor associa o funcionamento da sociedade ao funcionamento de um organismo vivo, cujo grau de complexidade está identificado pelos tipos de relação estabelecidos pelo órgãos que constituem o todo. A associação entre o funcionamento da sociedade e os seres inferiores conduz a uma percepção de mecanicidade, chamada de solidariedade do tipo mecânica. As sociedades complexas, por seu turno, representar-se-iam num modelo chamado de solidariedade orgânica, em que o funcionamento dos órgãos, que são interdependentes e têm funções específicas, devem estar em perfeita harmonia para que o todo esteja integrado. Passa-se, pois, de sociedades menos desenvolvidas para sociedades complexas, inspirando-se num modelo que além de funcional é evolucionista. A presença do evolucionismo no pensamento de Durkheim (1995) reflete a preocupação do século XIX em traçar um rumo para a sociedade, mas também pressupõe, sobretudo a partir deste autor, que quanto mais complexas as sociedades, mais instáveis elas serão, portanto, tendem a um desequilíbrio. É o que Durkheim chama de uma situação de anomia.

É interessante observar que a sociedade do tipo solidariedade mecânica é vista como uma sociedade harmônica, em que os indivíduos se relacionam de modo

⁷¹ Dentre eles cita-se como mais importante John Muir. Muir, além de ser um teórico, era também um ativista. Criou o Parque Nacional Yosemite, em 1890. Foi fundador do Sierra Club, uma das mais respeitadas organizações ambientalistas (Diegues, 1996).

⁷² Vale lembrar que no campo das ciências humanas, o evolucionismo, sobretudo antropológico, aparece como uma “transposição do evolucionismo biológico (*A Origem das Espécies, de Darwin, 1859*) que teria servido de justificação ao primeiro. Note-se que o primeiro é bem anterior ao segundo. Vico elabora sua teoria das três idades (que anuncia Condorcet, Comte, Morgan, Frazer) no século XVIII, e Spencer, fundador mais radical de (sic) evolucionismo sociológico, publica suas próprias teorias antes de ter lido *A Origem das Espécies*” (Laplatine, 1988: 66).

integrado, dentro de uma perfeita sincronia, o que sugere uma sociedade em que o homem e a natureza estejam em equilíbrio, havendo uma possibilidade de interação entre homem e natureza. Ao mesmo tempo, a partir da divisão do trabalho, o progresso e a tecnologia dão maior complexidade às ações sociais e o homem passa a manter uma relação diferenciada com a natureza. Progresso e tecnologia são desencadeadores do desequilíbrio na sociedade. Esta visão está associada aos postulados axiológicos da neutralidade científica no sentido de que, para fazer ciência, é necessário manter uma relação de distanciamento entre o cientista e objeto investigado. A ciência feita com tal rigor é aquela que tem seu status de cientificidade assegurado, posto que se baseia na experimentação e na observação dos fatos, com o propósito de estabelecer leis gerais. O distanciamento entre cientista e seu objeto pressupõe uma relação de conflito, assim como a relação homem e natureza preconizada pelos preservacionistas puros (a partir dos postulados da Biologia) se consubstancia numa contradição. O que se leva a pensar que a relação dual e ambígua entre homem e natureza define-se com base na idéia de que o homem é o agente destruidor da natureza, por sua natureza. Isto é, o homem não é parte dela, aparece como um elemento externo a ela para destruí-la. Aqui, pode-se inferir uma visão muito próxima ao preservacionismo puro, por assim dizer:

“Se a essência da ‘conservação dos recursos’ é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (wilderness). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (Diegues, 1996: 30).

Vê-se com isso que na origem do preservacionismo puro está uma crítica radical à idéia de progresso, no sentido preconizado por Durkheim (1995), de que tal idéia rompe com a harmonia entre homem e natureza, provocando por isso uma série de desequilíbrios. Nesta percepção encontra-se a aproximação entre os postulados do preservacionismo puro e a teoria durkheimiana.

O modelo para a conservação de parques ocorreu com base no mito moderno, por essa razão sofreu críticas dentro do próprio preservacionismo puro (cf. Diegues, 1996). Da forma como foi apresentado pelo autor, parece que alguns defensores

do preservacionismo puro decidiram fazer uma releitura dos postulados que enunciavam a relação homem-natureza dentro de uma ambigüidade. Trabalhos como os de Gomez-Pompa e Kaus (1992) apontam nessa direção e tomam em consideração que alguns elementos humanos podem estabelecer uma relação harmônica com a natureza, desde que tenham modos de vida diferentes do urbano (ou como comentou um dos biólogos durante o meu trabalho de campo em Regência, um modo de vida “urbanóide”).

Essa autocrítica do preservacionismo puro também foi assimilada pelo Projeto Tamar, mas de acordo com o que me informou um dos entrevistados, “*não em razão do conhecimento teórico, mas em razão da própria prática*” (EI – 1). Dessa forma, parece ter havido no Projeto Tamar um esforço para um desprendimento das idéias que preconizavam a natureza como intocável, sobretudo levando em consideração o objeto da proteção – tartarugas marinhas. Veja o que diz o entrevistado a respeito da caça das tartarugas marinhas:

“Bom é o seguinte: o pessoal não vivia só de tartarugas aqui, mas é aquela coisa ne, é um animal que não é muito fácil, mas torna sendo fácil de capturar. Então, veja bem, o pessoal daqui, não só o pessoal daqui, mas de outras praias, que antigamente Praia do Forte não era assim tão famosa, ne. Era uma praia deserta que nem chegava carro, essa coisa toda. Então, o pessoal daí, o pessoal não tinha essa coisa de preservar, tinha gente do Ibama, mas não tinha essa coisa, não tava ainda pra chegar o pessoal a conhecer e tal. Então, o pessoal às vezes pegava na rede o animal, quer dizer comia, ne. Pegava os ovos fazia farofa com a gema e comia, mas quer dizer não é da minha época, mas o pessoal fala, ne. Então vai aumentando ne, vai pros filhos, netos, fazendo aquela mesma coisa” (Entrevista – 18).

Pode-se perceber que após a descrição de Praia do Forte, o entrevistado que é ex-pescador e se tornou tartarugueiro, começa a falar de “uma coisa”; essa coisa que ele fala é a prática ou o hábito de caçar tartaruga, que foi incorporado aos costumes dos pescadores, seus filhos e netos. O fato de virem desovar na praia facilitava a captura e as pessoas das comunidades caçavam as tartarugas, da mesma forma que pescavam o peixe, com o objetivo de se alimentar, de ter uma forma de subsistência. Em Praia do Forte, por exemplo, além dos ovos de tartaruga, com os quais fazia-se a farofa (também, cf. EI – 3), os indivíduos nativos tiravam o casco das tartarugas para fazer adereços: anéis, pulseirais,

brincos, pentes, entre outros. Aquela era a percepção de natureza que tinham, uma fonte provedora de meios para suas subsistências (Husserl, citado por Merleau-Ponty, 2000).

A forma pela qual os pescadores se apropriavam da natureza tornou a prática da caça da tartaruga uma maneira de agir fixa. Mas, além desse fator um outro representou, inicialmente, dificuldade para o Projeto Tamar realizar o trabalho de proteção a esses animais, qual seja, o fato de virem desovar nas praias. Assim a desova foi decisivamente o elemento mais importante para fazer com que o Projeto Tamar procurasse trabalhar dentro da perspectiva de integração social, isto é, buscando a participação dos indivíduos das comunidades de pescadores.

Houve, portanto, a necessidade de envolver a comunidade no trabalho de proteção às tartarugas, inclusive por conta da extensão da costa brasileira (aproximadamente 8000 km).

A integração de indivíduos da comunidade no Projeto Tamar começou com a contratação dos pescadores mais experientes, chamados de práticos ou tartarugueiros. Para os pesquisadores do Projeto Tamar esses pescadores seriam imprescindíveis para mostrar-lhes os hábitos das tartarugas e a habilidade em encontrar os ninhos. A meu ver, com isso os pesquisadores reconhecem que os pescadores tinham uma apropriação do espaço costeiro (natureza) e conhecimento “prático” sobre as espécies do ecossistema marinho, inclusive, as tartarugas.

Logo nos primeiros anos do levantamento, a equipe do Projeto Tamar constatou que, para fazer a preservação, era preciso estabelecer uma relação de “cordialidade” com os pescadores e demais moradores do litoral (EI- 1).

“A equipe viajou por todo o litoral sergipano. Em várias localidades viu tartarugas marinhas capturadas em pesca de rede e arpão e o comércio de carne, cascos e ovos nas feiras livres. Nessa primeira viagem, Pirambu foi identificada como área prioritária para a segunda etapa do trabalho – avaliação quali-quantitativa e implantação do Plano de Manejo –, realizada no ano seguinte. A comunidade reunia pescadores e trabalhadores das roças de coco, mandioca e fazendas de gado de leite. Muitos deles cultivavam um hábito antigo, denominado por verbo específico criado pelos nativos: tartarugar – uma arte desenvolvida e aprimorada com a experiência de muitos anos” (Marcovaldi et al, 2000: 41).

Como foi descrito, para que os pesquisadores dessem início à implantação do Plano de Manejo e à proteção das tartarugas marinhas era necessário buscar o apoio da comunidade. Tal necessidade foi percebida porque as práticas de tartarugar e carebar haviam sido incorporadas como hábitos nas tradições da cultura nativa dos pescadores, sendo definida como uma “arte” pelos próprios agentes interventores.

Podem-se, pois, interpretar as constatações a que chegaram os pesquisadores do Projeto Tamar, a partir da perspectiva do estabelecimento de uma maneira de agir fixa que foi incorporada pelos indivíduos das comunidades de pescadores de modo cristalizado (Durkheim, 1991). Essa maneira de agir fixa estrutura-se na teoria durkheimiana como uma introspecção da moral, isto é, à medida que a prática é fundida nos hábitos, costumes e tradições da consciência coletiva constrói-se uma maneira de agir fixa. A idéia de fixidez das práticas que se tornaram hábitos assenta-se na base do direito consuetudinário, que se opõe às maneiras de agir não-fixas, que estão sob a égide do direito público. Compreendendo como Durkheim (1991), que o direito público é aquele que define regras positivadas, com base num sistema de codificação, pode-se entender a necessidade do estabelecimento de regras sociais (inclusive legais) como forma de regulação dos modos de vida. Torna-se plausível, na compreensão dos agentes interventores, a necessidade de se buscar leis para dar amparo a sua atuação, que consiste primeiramente na proibição da prática da careba, mas que, num segundo momento, implicou na proibição de outras práticas relacionadas à atividade pesqueira. É o que se percebe na fala de um ex-pescador, que é funcionário do Projeto Tamar em Regência:

“sempre tem aquelas pessoas que gostam de criticar, que não aceitam, por exemplo, a questão da pesca, né? É, a gente vê que o trabalho deles de preservação realmente ajuda, mas só que nós vemos também, por outro lado, que às vezes eles [Projeto Tamar] entram muito em contraste ... Mas eles não tão tentando prejudicar as pessoas que pescam e eles sempre procuram colocar isso da melhor maneira possível, explicando o tempo certo que deve pescar porque no tempo principalmente do robalo, quando tá no tempo de desova, não pode pescar” (Entrevista – 32).

O caso descrito, a partir de Regência, serve para ilustrar situações de resistência à idéia de proibição da pesca que também ocorreu em Praia do Forte. Isso porque tanto em Regência como em Praia do Forte, os pesquisadores do Projeto Tamar

apelaram para o uso do poder discricionário do Estado, no exercício da dominação racional-legal (Weber, 1986).

Entretanto, para que a maneira de agir fixa dos indivíduos fosse alterada (que é uma possibilidade na teoria durkheimiana, tendo em vista que a moral pode ser receptiva à mudança) era necessário mais do que leis positivas (direito público – para Durkheim, principalmente, o direito repressivo ou punitivo – penal); precisava-se estabelecer leis que deveriam ser incorporadas aos costumes dos indivíduos da comunidade de pescadores, isto é leis baseadas no direito consuetudinário (Durkheim, 1991).

Caldeira, em estudo realizado sobre o cotidiano de moradores de um determinado bairro em São Paulo, mostra que os hábitos de uma comunidade não podem ser modificados subitamente, pois constituem-se “maneiras cristalizadas de se fazer as coisas, com valores, enfim.” (1984: 113). De onde se conclui que o exercício da dominação racional-legal do Projeto Tamar seria insuficiente, assim como são muitas vezes ineficientes políticas públicas que tentam impor modos de vida diferentes daquele a que determinadas comunidades estão acostumadas.⁷³ Com efeito,

“O estilo de vida, o gosto são elementos culturais e sociais, ou seja, por mais que se deixe o espaço livre para opções individuais, elas se dão sempre com referência a um conjunto de regras que são compartilhadas por um grande número de pessoas, por grupos sociais” (Caldeira, 1984: 113).

No mesmo sentido Martins ressalta que, muitas políticas públicas que surgem em prol de grandes projetos econômicos, como construção de hidrelétricas, açudes, rodovias, são de grande impacto social e ambiental. Para o autor, tais políticas não têm como destinatárias as populações locais e sim interesses supervenientes (baseados na exploração econômica), conforme esta citação:

“seu pressuposto é o da remoção dessas populações (como aconteceu com os *Kreenakorore*, com a abertura da rodovia Cuiabá-Santarém; ou com os Parakanã, devido à abertura da rodovia Transamazônica e a construção da hidrelétrica de Tucuruí – apenas para citar dois casos, entre outros” (1993: 62).

⁷³ Um exemplo interessante pode ser dado em relação aos conjuntos habitacionais. Muitos moradores recebem suas casas e reproduzem naquele novo espaço características específicas de seus antigos modos de vida, como cores das paredes, varais na frente de casa – apesar de existir um quintal ou área de serviço (Chauí, 1993).

A questão que se coloca às políticas públicas dessa envergadura está bem formulada na argumentação de Martins:

“Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade” (1993: 63).

Conforme salientou o autor, a questão da implementação de políticas públicas no Brasil se direciona ao poder econômico de grupos privados, enquanto produz impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais nos modos de vida dos indivíduos que vivem em comunidades tradicionais.

1.3 Redefinindo modos de vida: o Projeto Tamar e a apropriação do sentido de natureza

Considerando as afirmações de Martins (1993), pode-se ter a dimensão do significado do processo de intervenção de políticas públicas em comunidades como uma forma de exercício de dominação e poder. Entretanto, conforme a teoria de Durkheim (1991) e as reflexões de Caldeira (1984) identifica-se que o esforço no sentido de alterar os modos de vida de determinadas comunidades não constitui tarefa fácil, pois são consubstanciados em hábitos e tradições que foram cristalizados na consciência coletiva como moral. Com base nessas argumentações, entende-se o porquê da necessidade da adoção do modelo de constituição das políticas do Projeto Tamar em que se preconiza o envolvimento das comunidades no processo de intervenção. Essa condição pode ser entendida como uma maneira de promover mudanças no modo de vida dos indivíduos, sobretudo em suas maneiras de agir fixa, como é o caso da prática da careba.

Todavia, o envolvimento das comunidades se deu na intervenção do Projeto Tamar como uma forma de imposição, em que os instrumentos repressores e punitivos do Estado agem por meio das normas, ou seja, como um fato exterior e coercitivo àquelas comunidades que se lhes impõe. Neste âmbito, pode-se concluir que, se de um lado

a intervenção não se ampara na redefinição dos costumes, atuando com base no direito consuetudinário, ela não tem êxito, tendo em vista que a prática da careba é uma maneira de agir fixa para aqueles indivíduos. Por outro lado, atuando desta forma, a coercitividade da intervenção promove mudanças severas, desconsiderando os costumes, hábitos e tradições que são parte da consciência coletiva ou comum.

No capítulo seguinte, buscando melhor compreender o significado da relação todo-parte em relação ao Projeto Tamar e à Fundação Pró-Tamar, atenta-se para a definição do cenário político brasileiro, dentro da perspectiva de uma nova ordem social, em que as políticas estatais tendem a dar lugar a políticas oriundas da sociedade civil (Alvarez, 2000; Coelho, 2000).

Capítulo II

O significado da relação Todo-Parte:

Projeto Tamar – Fundação Pró-Tamar

2 O significado da relação Todo-Parte: Projeto Tamar – Fundação Pró-Tamar

Entende-se o Projeto Tamar como uma política pública ambiental de natureza governamental, constituindo um todo, sendo a Fundação Pró-Tamar uma parte. Para tanto, admite-se que apresenta uma formação híbrida, ou seja, o desenvolvimento e a execução dos trabalhos são realizados conjuntamente pela parte estatal – representado pelo Ibama e por um organismo não-governamental – Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas, conhecida como Fundação Pró-Tamar⁷⁴.

A atuação da agência estatal e da ONG ocorre de forma complementar, visando: 1) à conservação ambiental, que compreende técnicas de proteção e manejo das tartarugas marinhas, entendida como diversidade ambiental e 2) à ação social dirigida aos pescadores e suas famílias, que consiste na diversidade sociocultural. (Relatório Fundação Pró-Tamar, 1998).

Partindo desse pressuposto, este capítulo foi dividido em uma parte descritiva, em que são apresentados a definição e os objetivos da Fundação Pró-Tamar e uma parte analítica onde se procura entender como se dá a constituição desse órgão e o que mudou no Projeto Tamar após o seu surgimento. Nesse ínterim, o debate se situa no campo do ambientalismo brasileiro, tendo como preocupação central interpretar o sentido de uma rede montada a partir da interação entre uma agência estatal – Ibama e um organismo não-governamental – Fundação Pró-Tamar.

⁷⁴ Há uma tendência recente de considerar as ONGs como terceiro setor. Terceiro setor pode ser definido como “um conjunto de organizações sociais sem fins lucrativos (associações, fundações, instituições, etc.), presentes desde longa data em nossa sociedade, com uma atuação voltada ao atendimento das necessidades de segmentos da população e unidas por uma mesma legislação reguladora (Coelho, 2000: 17).

2.1 O que é a Fundação Pró-Tamar?

Viu-se no capítulo anterior que além das atividades de manejo, que compreendem a parte técnica de proteção e estudo das tartarugas marinhas, o Projeto Tamar executa um trabalho de intervenção, caracterizado como interação social ou ação social pelo próprio Projeto Tamar, em comunidades de pescadores do litoral brasileiro. Esse trabalho de intervenção passou a desenvolver-se de modo mais enfático a partir da criação da Fundação Pró-Tamar⁷⁵ ocorrida em 1988.

A Fundação⁷⁶ Pró-Tamar⁷⁷, entidade sem fins lucrativos, tem como finalidade co-administrar o Projeto Tamar em parceria com o Ibama. Desde o seu surgimento, tem como objetivos precípuos: o desenvolvimento de ações caracterizadas como de interação social, bem como a contribuição para o aperfeiçoamento científico das pesquisas sobre tartarugas marinhas no Brasil. Seu nascimento partiu de uma ação coordenada por Guy e Maria Ângela Marcovaldi, que à época exerciam as funções de Presidente e Coordenadora Regional do Projeto Tamar, respectivamente.

Até 1987, o Projeto Tamar executava o monitoramento de praias em seis estados brasileiros: Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. No decorrer da execução desse trabalho, o grupo do Projeto Tamar percebeu não só a necessidade de ampliar as áreas a serem monitoradas, mas também como estender sua atuação em cada um daqueles estados. No entanto, Guy Marcovaldi afirma que, naquela época: “o repasse de verbas do Governo Federal foi reduzido, tornando incompatível a ampliação do programa com a quantidade de recursos financeiros disponíveis.” (EI – 1). Em verdade, o orçamento tornou-se insuficiente em função do crescimento do Projeto Tamar, que, num período de oito anos, ampliou de três para onze o número de bases instaladas.

⁷⁵ A Fundação Pró-Tamar foi reconhecida como uma instituição de utilidade pública federal por Decreto em 7 de março de 1996. Doc. 9 da lista de leis em anexo.

⁷⁶ Monteiro (1989), comparando associações e fundações, destaca que: nas fundações os fins e interesses não são próprios, mas alheios, isto é, do fundador. Os fins são perenes e imutáveis, limitando-se os administradores a executá-los simplesmente. O patrimônio é fornecido pelo instituidor, que tanto pode ser um particular como o Estado. As resoluções são delimitadas pelo instituidor, afirmando-se por isso que seus órgãos são servientes.

⁷⁷ A sede nacional da Fundação Pró-Tamar é em Praia do Forte, município de Mata de São João/BA.

“Em 1988, o Tamar já contava com 150 pessoas, a maioria das comunidades costeiras trabalhando em prol da conservação das tartarugas marinhas. Como o IBDF e os demais órgãos governamentais não tinham possibilidade de admitir essas pessoas, além de agilizar a captação de recursos junto a agências de financiamento e setor produtivo, várias outras ONGs faziam esse papel, muitas delas sediadas em grandes centros, longe das ações de campo do Tamar.” (EI – 2)

A partir do momento em que houve o estabelecimento da ação conjunta entre o Ibama e a Fundação Pró-Tamar, o todo constituído pelo Projeto Tamar apresentou um crescimento acentuado, posto que em quatorze anos ampliou de três para vinte e uma as áreas cobertas pelo monitoramento do grupo do Projeto Tamar. Isso significa que muitas comunidades litorâneas foram sofrendo o processo de intervenção dessa política de caráter ambiental. Assim, não só o número de funcionários e de programas de sustentabilidade (econômica e ambiental) foram ampliados, mas também o número de comunidades que sofreram a política intervencionista.

Dessa forma, a intervenção do Projeto Tamar se dá em vinte e uma comunidades litorâneas, que são definidas tecnicamente pelo Projeto Tamar como bases de proteção⁷⁸, sendo classificadas segundo os seguintes critérios: bases de proteção para reprodução e bases de proteção para alimentação. As bases de reprodução são assim chamadas por se definirem como áreas de reprodução das tartarugas marinhas. No local, o número registrado de desovas é significativo, ou seja, ocorre com frequência, em grande quantidade, sendo áreas procuradas por tartarugas fêmeas adultas. Nas bases de alimentação, não há número significativo de desovas, sendo áreas procuradas pelas tartarugas jovens para alimentação.

O monitoramento das áreas, com a fixação das bases protetoras, se estende desde o norte da Região Nordeste até a Região Sudeste, no Estado de São Paulo, conforme pode-se verificar com base na tabela 5 abaixo:

⁷⁸ Bases de proteção são locais onde os técnicos do Projeto Tamar realizam trabalhos de pesquisas e proteção das tartarugas marinhas. Elas bases dispõem de infra-estrutura para acomodar os pesquisadores e estagiários. Além disso, nestes locais os pesquisadores têm à disposição os equipamentos necessários para a proteção e manejo e outros que facilitam a execução das atividades, como computadores para a catalogação do banco de dados e veículos, em que são realizados os trabalhos de campo (cf. notas de campo, janeiro de 1999).

Tabela 5

ÁREA COBERTA PELO PROJETO TAMAR
(2000)

Base	Coordenação	Espécies encontradas	Área Monitorada	Classificação técnica	Programas desenvolvidos
Almofala Localizada no distrito de Itarema.	Ceará	Chelonia mydas, Eretmochelys imbricata, Caretta caretta	Torrões, Almofala, Boca da Barra, Porto dos Barcos, Guajiru, Praia do Farol, Volta do Rio e Espreaiado. (40 km)	Área de alimentação	
Atol das Rocas 1991	Rio Grande do Norte	Chelonia mydas, Eretmochelys imbricata	Ilhas do Farol e do Cemitério. (7 km ²)	Área de reprodução e de alimentação.	
Fernando de Noronha 1984	Pernambuco	Chelonia mydas, Eretmochelys imbricata, Caretta caretta	Vinte e uma ilhas. (26 Km ²)	Área de reprodução e de alimentação.	
Pontal do Peba 1988	Alagoas	Caretta caretta, Chelonia mydas, Lepidochelys Olivacea.	Praias do sul do Estado. (70 km)	Área de alimentação.	Desenvolvimento de “novas” tecnologias para minimizar a captura acidental nesta área.
Pirambu 1981	Sergipe	Chelonia mydas, Lepidochelys Olivacea.	Todas as prais da Reserva Biológica de Santa Isabel criada em 1988. (131 km)	Área de reprodução e de alimentação.	Trabalho de educação ambiental iniciado em 1993. Programas voltados para a valorização das expressões artísticas e culturais. (artesanato, confecção de camisetas)

(Continua)

(Continuação)

Ponta dos Mangues	Sergipe	Chelonia mydas		Área de reprodução e de alimentação.	
Abais	Sergipe	Chelonia mydas, Lepidochelys olivacea	Praia de Itaporanga, D'Ajuda e Estância.	Área de reprodução.	
Arembepe 1983	Bahia	Eretmochelys imbricata, Caretta caretta, Lepidochelys olivacea e Chelonia mydas	Praias entre a Foz do Rio Joanes até a Foz do Rio Jacuípe.	Área de reprodução.	
Praia do Forte, localizada no Município de Mata de São João 1982	Bahia	Eretmochelys imbricata, Caretta caretta, Lepidochelys olivacea e Chelonia mydas	Praias entre a Foz do Rio Jacuípe até a Foz do Rio Sauípe. (50 km)	Área de reprodução.	Programas de Educação ambiental e sustentabilidade econômica ligados ao ecoturismo.
Sítio do Conde 1991	Bahia	Eretmochelys imbricata, Caretta caretta, Lepidochelys olivacea e Chelonia mydas	Praias entre a Foz do Rio Inhambupe até o loteamento Costa azul.	Área de reprodução.	

(Continua)

(Continuação)

Mangue Seco 1991	Bahia	Eretmochelys imbricata, Caretta caretta, Lepidochelys olivacea e Chelonia mydas	(32 km)	Área de reprodução.	
Mucuri 1994	Bahia	Eretmochelys imbricata, Caretta caretta, Lepidochelys olivacea	(54 km)	Área de reprodução.	
Comboios / Regência 1982	Espírito Santo	Dermochelys coriacea, Chelonia mydas, Eretmochelys imbricata	Barra do Riacho até a foz do Rio Doce	Área de reprodução	Programas de sustentabilidade econômica
Guriri	Espírito Santo	Eretmochelys imbricata, Caretta caretta, Lepidochelys olivacea e Chelonia mydas	Praias desde o Pontal do Rio Ipiranga até Conceição da Barra (55km)	Área de reprodução.	Potencial para ecoturismo
Itaúnas 1991	Espírito Santo	Caretta caretta, Dermochelys coriacea, Eretmochelys imbricata, Chelonia mydas e Lepidochelys olivacea	Praias desde Conceição da Barra até a divisa com a Bahia (30 km)	Área de reprodução.	

(Continua)

(Continuação)

Lagoa do Mosarás – Povoação 1987	Espírito Santo	Caretta caretta, Dermochelys coriacea, Eretmochelys imbricata, Chelonia mydas e Lepidochelys olivacea	Praias entre a foz do Rio Doce até o pontal do Rio Ipiranga	Área de reprodução e de alimentação.	
Trindade	Espírito Santo	Chelonia mydas	(2 km)	Área de reprodução e alimentação.	
Bacia de Campos	Rio de Janeiro	Caretta caretta		Área de reprodução e alimentação.	
Ubatuba	São Paulo	Caretta caretta, Dermochelys coriacea, Eretmochelys imbricata e Chelonia mydas	Ilha Anchieta (Praia Sul, Praia Leste, Praia Presídio, Praia Palmas, Praia Cerco do Guilherme), Boqueirão, Praia Bonete, Praia Tenório, Praia Ubatumirim, Praia Vermelha do Sul, Praia Lagoinha, Praia Cedro, Praia Enseada, Praia Almada, Praia Piciguaba, Saco da Ribeira, Ilhabela, Praia Lázado, Praia Itaguá, Praia Léó, Praia Vermelha, Praia Sununga, Praia Perequê-Mirim, Pontal da Cruz, Praia Santos (Aquário de Santos), Praia Fortaleza, Praia Cedro, Praia Promirim, Praia Itamambuca (100 km)	Área de de reprodução e de alimentação.	Programas caracterizados como “de interação social” pelo Projeto Tamar, com as comunidades de Piguaba, Almada, Bonete, Camburi e Ilha Anchieta.

Fonte: Suassuna, Dulce. A partir de dados fornecidos pelo Projeto Tamar, em julho de 1999.

Conforme verifica-se na tabela 5, a área protegida pelo Projeto Tamar, ao longo da costa brasileira e ilhas oceânicas, compreende aproximadamente 1100 quilômetros de praias. Grande parte das áreas em que estão fixadas as bases de proteção tornaram-se unidades de conservação. É o caso da base de Comboios, localizada no distrito de Regência, Município de Linhares/ES, da base da Reserva Biológica de Santa Isabel em Pirambu/SE e de Praia do Forte, Município de Mata de São João/BA.

Para realizar o trabalho de proteção de toda essa área, os pesquisadores do Projeto Tamar trabalham dentro da seguinte perspectiva:

Parte técnica: compreende o manejo, pesquisa e proteção das tartarugas marinhas.

a) Monitoramento das áreas de reprodução e alimentação: consiste no monitoramento das praias e da transferência de desovas⁷⁹. Ocorre durante o período de reprodução das tartarugas marinhas. É realizado por pesquisadores, estagiários e pescadores, chamados de “tartarugueiros”.

b) Programa de treinamento de estagiários: treina estudantes de Biologia e áreas afins, na participação das diversas atividades de conservação e manejo de tartarugas marinhas. As atividades consistem no seguinte: “localização e transferência de desovas, acompanhamento de eclosões, liberação de filhotes recém-nascidos, marcação de fêmeas matrizes, processamento de dados, acompanhamento e orientação dos pescadores “tartarugueiros” e atividades educativas nas comunidades onde residem e em áreas adjacentes” (Fundação Pró-Tamar, 1998: 4).

c) Programa de estágio qualificado: é realizado após o estágio preparatório (anteriormente descrito), com candidatos que apresentaram desempenhos excepcionais. A seleção desses

⁷⁹ Para a transferência de desova, o prosseguimento é o seguinte: as praias são monitoradas sistematicamente a fim de localizar os ninhos, “através de rondas noturnas e diurnas (a pé, a cavalo, de bicicleta ou, quando possível, com veículos tipo Jeep). É realizado o monitoramento das principais áreas de desova pelos pesquisadores, pescadores e/ou estagiários. Os ninhos são sinalizados com estacas especiais e protegidos com o auxílio de telas, contra predadores (animais domésticos ou selvagens), nas Áreas de Estudo Integral” (Relatório da Fundação Pró-Tamar, 1998: 9).

candidatos baseia-se em critérios pré-definidos, como: liderança, postura institucional, relacionamento com a comunidade local, facilidade de comunicação, e, principalmente, bom desempenho nas atividades de conservação e manejo.

Esse estágio visa a preparar profissionais para a atuação na área de pesquisa, conservação e manejo de ecossistemas costeiros. Tem um período de duração entre um e dois anos.

Parte de interação social: compreende o desenvolvimento de programas sociais nas comunidades de pescadores, realizado, prioritariamente, pela Fundação Pró-Tamar. Está subdividido em duas etapas:

- a) desenvolvimento sustentável: corresponde à geração de emprego e renda para pescadores, suas mulheres ou demais indivíduos da comunidade.
- b) educação ambiental: consiste no estabelecimento de programas ou projetos implementados junto às comunidades que sofreram intervenção do Projeto Tamar. Destina-se principalmente a crianças e adolescentes das comunidades de pescadores.

A implantação dos trabalhos de campo se deu efetivamente a partir de 1982, tendo em vista que entre 1980 e 1981 havia sido feito o levantamento preliminar das áreas de proteção e alimentação.

A implementação do “trabalho de campo” (termo usado para caracterizar as atividades de pesquisa e manejo das espécies de tartarugas marinhas), consiste na instalação das bases de proteção, conforme as considerações seguintes:

“Despite almost two decades of conservation work, it has not been possible to extend equal effort to all areas of Brazilian coastline, even within TAMAR stations. Therefore, an intensive study area (ISA) and a conservation area (CA) are associated with each of the continental stations that have nesting populations” (Marcovaldi et al, 1999: 2).

Dessa forma, a realização dos trabalhos do Projeto Tamar foi dificultada em função da extensão da área, tendo em vista que, ao longo de quase todo o litoral, ocorrem registros que indicam a presença de tartarugas marinhas. Assim, os pesquisadores adotaram dois procedimentos distintos a saber: o primeiro foi a definição das áreas que

merecem estudos mais intensivos (ISA), enquanto que o segundo procedimento foi definir as áreas em que seria necessário, apenas, a sua conservação (CA)⁸⁰.

Nas áreas de estudos intensivos foram instaladas bases de proteção para a reprodução, pois são nelas onde ocorrem o maior número de desovas. Como por exemplo: Praia do Forte – BA e Comboios/Regência – ES.

Nas bases de proteção (ISA) há uma equipe permanente de pesquisadores, geralmente constituída por estudantes de Biologia e pelo menos um coordenador, graduado em Biologia, Zootecnia ou Oceanografia. A equipe realiza o monitoramento das áreas chamado de patrulhamento. A ISA pode ter uma extensão de 5 a 50 km e, no caso de grandes percursos, são usados veículos especiais para o seu monitoramento.

O trabalho de campo consiste na proteção e marcação das tartarugas marinhas (fêmeas). Ele é realizado pelo menos duas vezes à noite e um pouco antes do amanhecer, por volta das seis horas da manhã.

No caso de encontrar-se desovas na praia, pode haver duas formas de procedimento: 1) quando a área é segura, não oferecendo ameaça ao ninho (presença de predadores, ou risco), realiza-se o monitoramento *in situ*⁸¹. O monitoramento *in situ* consiste na permanência do ninho no local, devendo o lugar exato da desova ser sinalizado com estacas e proteção especial, com o auxílio de telas; 2) quando a área apresenta algum tipo de ameaça ao ninho, ou é distante da base, há a transferência dos ovos numa caixa de isopor para as ISA, onde ficarão nos cercados de incubação. Os cercados de incubação são localizados na praia, mas dentro de uma área em que os pesquisadores podem monitorar mais facilmente em função da proximidade da base. Os cercados têm 10 metros de comprimento por 15 metros de largura e a cava mede 0,50 centímetros de profundidade, sendo cercada por arame farpado, bem esticado, impedindo o acesso de animais domésticos. Nos cercados de incubação os ovos estão submetidos às condições similares às da desova (mesma temperatura, por exemplo). A seguir ilustração dos cercados de incubação.

⁸⁰ Os termos ISA e CA são definidos pelo Projeto Tamar a partir dos trabalhos de pesquisa sobre tartarugas marinhas do IUCN/SSC – Marine Turtle Specialist Group. Marcovaldi et al (1999) e Vieitas et al (1999).

⁸¹ Conservação *in situ* é a “conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso, de espécies domesticadas ou cultivadas nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características” (Lei nº 9.985/00).

Ilustração: cercados de incubação

Fonte: Suassuna, Dulce. (1999). Arquivo de fotos de Regência.

Em qualquer dos procedimentos é realizada a contagem dos ovos, e registrados em ficha do caderno de campo. Após a eclosão são contabilizados o número de filhotes nascidos vivos e os mortos antes do nascimento (ovados).

Para o monitoramento da área, além da equipe de estagiários e de um pesquisador-coordenador, existe a participação de pescadores da região, porém, apenas os estagiários e pesquisadores podem realizar os procedimentos, cabendo aos pescadores apenas informar a ocorrência. A seguir, um dos pescadores descreveu assim sua prática:

“Esse processo é meio difícil, é só pra quem tem experiência, porque agente sai às 4h30 da manhã, 5h., 4h., tem que acordar cedo, porque quando acorda tarde o sol esquenta muito, tem que sair cedo. A gente encontra o rastro dela, segue pelo rastro, depois da linha da maré, pra gente que já tem experiência é fácil de encontrar o ninho, mas pra quem não tem, encontrar é difícil. Depois que ela termina o rastro ela faz a cama para desovar, só que a cama que ela faz é muito grande, é enorme, né! E ela coloca os ovos antes de fazer a cama, depois que ela coloca os ovos ela cobre o ninho, aí ela mexe tudo, é um danado de balaio de gato é

que tá o ninho, aí ela mexe com tudo. Tem um estagiário aqui, que vem fazer um estágio aqui, que ele faz o seguinte. Ele fica olhando a tartaruga desovar a noite, né, ele saicom uma Suzuki e tal, lanterna e tal. Quando ela acaba de desovar, e acaba de fazer o ninho não acha mais os ovos, é meio complicado. Ela faz uma coisa muito segura. Então, a gente com experiência, eu mesmo, tem gente que usa varetinha pra vasculhar o local, eu tenho até umas (...) Mas, eu não procuro com a vareta, eu procuro assim de jeito que a gente tá aqui, cavo aqui... [Ele me pergunta se eu conheci uma ex-funcionária (bióloga) do Projeto Tamar e continua] Ela se admirava e me perguntava: como é que o senhor consegue? Eu dizia o trabalho ensina a gente. Já o Miúdo, que é mais velho do que eu, ele tem que usar a vareta senão não acha” (Entrevista – 13).

Verifica-se que a experiência dos pescadores/práticos foi imprescindível para a realização do trabalho do Projeto Tamar. Aproveitando-se da experiência dos mais antigos, o Projeto Tamar conseguia fazer o trabalho com maior agilidade e os tartarugueiros contratados serviam inclusive como “professores” para os biólogos, oceanólogos, entre outros técnicos. Após a etapa que o tartarugueiro de Imbassaí (praia próxima a Praia do Forte) descreveu, o procedimento a ser obedecido ocorre da seguinte forma, como mostram Marcovaldi et al:

“Unlike the ISAs, the Cas are monitored and protected by the local fishermem. These are the same fishermen who in the past were the main turtle hunters and egg collectors, and are now hired by TAMAR to patrol sections of beaches. Each fisherman is responsible for patrolling ca. 5 km of beach each morning” (1999: 3).

Há, portanto, diferentes procedimentos. A diferenciação se faz necessária porque a equipe técnica do Projeto Tamar não consegue monitorar todo o litoral, então foram definidas as áreas prioritárias (ISAs) e as secundária (CAs). Nestas os tartarugueiros contratados são indispensáveis, como demonstrou-se pela fala do entrevistado anteriormente (Entrevista – 13). Assim, os pescadores treinados pelo Projeto Tamar estão habilitados a realizar a transferência do ninho da CA para a ISA mais próxima.

O procedimento é o seguinte: encontrando o ninho, o pescador coloca todos os ovos dentro de uma caixa de isopor e a envia por meio de transporte terrestre, comunicando-se imediatamente com a ISA, para que alguém receba a encomenda. Quando

os ovos chegam, é adotado o procedimento-padrão de identificação do local, contagem e colocação no cercado de incubação.

A metodologia desenvolvida pelo Projeto Tamar apresenta três aspectos fundamentais: 1) marcação das tartarugas adultas (macho e fêmea⁸²); 2) eclosão dos filhotes; 3) colocação dos recém-nascidos no mar.

O primeiro aspecto – a marcação – é considerado em função da necessidade de identificação do animal, o que foi feito adotando-se o método internacional de marcação, que consiste na identificação da tartaruga por meio de uma placa de metal com o nome TAMAR e o país de origem, tendo como principal objetivo não só a pesquisa sobre os aspectos comportamentais de reprodução e alimentação, como também a avaliação das populações desovantes em quantidade e a identificação das rotas migratórias.⁸³

O segundo aspecto da metodologia está relacionado ao controle dos pesquisadores sobre a eclosão dos filhotes que estão sendo chocados pela areia da praia. Como parte da metodologia, o controle da eclosão é feito passando o tempo mínimo de incubação, que é realizado duas vezes, pelo menos, para evitar que ao nascer o filhote fique preso na tela de proteção ou exposto ao sol, acarretando morte em pouco tempo.

Particpei do nascimento de uma ninhada em Comboios-Regência e pelo que pude perceber, conforme a descrição dos pesquisadores responsáveis, é que, logo após a eclosão, os filhotes são contados, medidos com um paquímetro e têm seus dados registrados numa espécie de diário de campo. Contam-se também o número de filhotes que nascem ovados e alguns deles quando apresentam qualquer sinal de vida são levados para o laboratório, onde são adequadamente nutridos, podendo sobreviver ou não. Logo após tais procedimentos, os filhotes são soltos na areia da praia para que façam o percurso ninho-mar, que corresponde à terceira etapa da metodologia.

⁸² A identificação do sexo da tartaruga se dá, principalmente, pelo tamanho do rabo. Os machos têm o rabo mais longo do que as fêmeas (notas de campo, julho de 1999).

⁸³ A marcação é a introdução de uma marca, plaqueta de aço inoxidável, na nadadeira anterior direita com auxílio de alicate especial. No local da marca são gravadas as seguintes informações: ADVISE TAMAR – CX. POSTAL 0639 – BRASÍLIA – BRASIL, além do número na outra face, que permite a identificação do exemplar marcado, de acordo com as anotações de campo. Para tanto o Projeto Tamar segue padrões internacionais. Por meio da marcação é possível obter dados como: “número de vezes que uma fêmea adulta retorna à praia para desovar em um mesmo período, intervalo de tempo em que estes retornos ocorrem (intervalo internidal), local da praia que utilizam para desovar, posição dos ninhos de um mesmo indivíduo e período entre uma estação de desova e a próxima (anual, bianual, ...)” (Revista do Tamar, 1999).

No momento em que estive presente, fui informada de que é necessário deixar as tartaruguinhas seguirem o caminho, sem que haja qualquer interferência dos pesquisadores, salvo quando elas caem num buraco e não podem sair, ou mesmo quando um predador se aproxima. Todos os filhotes de uma mesma ninhada foram soltos na mesma hora. Posteriormente, tomei conhecimento de que há três formas de procedimento para a soltura dos filhotes de tartarugas marinhas, a saber:

“ Colocá-los logo que nascem, em pequenos grupos no local onde foram efetuadas as desovas, para percorrerem o espaço ninho-mar. É importante que os grupos sejam pequenos para diminuir a predação, já que dispersos chamam menos a atenção na água; colocá-los dispersos no mar com auxílio de embarcações, depois da linha de rebentação ou mantê-los em tanques apropriados, de duas semanas a seis meses, até que atinjam um porte maior, para que a predação seja diminuída em função do limite tamanho da presa – tamanho do predador, além de aumentar sua agilidade” (Notas de campo, janeiro de 1999, Regência).

Embora exista polêmica sobre qual é o método mais apropriado para fazer o percurso ninho-mar, os pesquisadores do Projeto Tamar seguem esse procedimento, por acreditarem que é o mais “natural” de todos. Além disso, algumas pesquisas indicam que as tartarugas procuram para desovar as praias onde nasceram. Dessa forma, realizando esse percurso, elas podem se familiarizar com o local e voltar na idade adulta para desovar.

A metodologia de trabalho do Projeto Tamar obedece às diretrizes da *International Union For Nature Conservation* – IUCN, o que significa dizer que há o intercâmbio de informações entre o trabalho realizado no Brasil com essa instituição, especialmente o *Marine Turtle Specialist Group* – MTSG/SSC.

Algumas bases de proteção têm espaços abertos à visitação pública, em que os procedimentos adotados podem ser observados por turistas, como por exemplo em Praia do Forte. Entretanto, em outras bases, o acesso não é permitido, como é o caso de Comboios/Regência-ES (sendo objeto de crítica da comunidade, especialmente da associação de moradores, em relação à proibição do acesso do público ao local).

A fiscalização das áreas é competência do Ibama, através do seu quadro funcional. No entanto, os pesquisadores e estagiários da Fundação Pró-Tamar também ajudam na fiscalização para a manutenção da área. Durante o período em que estive em

Regência percebi que, além de serem responsáveis pela fiscalização, os técnicos locais também funcionam como bombeiros. Constatei que existem na área muitos incêndios provocados e os técnicos são solicitados para apagar o fogo. A ocorrência é alta, pois num mesmo dia constatei dois chamados.

Os resultados alcançados pelo Projeto Tamar, em relação ao trabalho de proteção das tartarugas marinhas, são significativos embora não sejam conclusivos, pois para haver uma avaliação concreta dos mesmos deve-se esperar o ciclo evolutivo desses animais que é de aproximadamente 25 anos e o Projeto Tamar tem apenas 20 anos.

A tabulação dos dados é feita por biênio, quando as informações das 21 bases são passadas à sede nacional que tem um banco de dados. Nos dois primeiros anos de “trabalho de campo”, por exemplo, foram protegidos 112 303 ovos, gerando 66 547 filhotes, das cinco espécies de tartarugas marinhas existentes no Brasil.

As informações parciais, coletadas com base em dados de 1998 fornecidos pelo Projeto Tamar, dão conta de que foram liberados, em média, 350 mil filhotes de tartarugas marinhas por ano e em cada estação são protegidos aproximadamente 8000 ninhos, sendo que 70% desses ninhos permanecem com a conservação *in situ*.

Entre 1996 e 1997, os resultados apresentados foram os seguintes: 1) a ocorrência de destruição de ninhos atingiu um nível próximo de zero, considerando todas as bases de atuação. Em Praia do Forte, por exemplo, não houve durante esse período qualquer registro de destruição de ninho ou mesmo de tartaruga morta pela ação humana; 2) 70% dos ninhos permaneceram nos seus locais de origem, isto é, *in situ*; 3) geração de empregos, assim caracterizados pelo Projeto Tamar: diretos e indiretos, treinamento de técnicos; 4) desenvolvimento de diversos projetos de educação ambiental, direcionados a crianças e adolescentes das comunidades locais.

Entre 1980 (quando de sua fundação) e 1998 o Projeto Tamar atingiu a marca de 2 700 000 filhotes soltos ao mar⁸⁴; em 2000, o número alcançou 3 400 000 filhotes de tartarugas marinhas.

Para manter o programa em crescimento, o Projeto Tamar teve que ampliar suas fontes de arrecadação, pois os recursos repassados pelo Ibama tornaram-se

⁸⁴ Dados coletados em trabalho de campo na Sede do Projeto Tamar em Praia do Forte, em julho de 1999.

insuficientes. A consecução de outros recursos financeiros foi possível pela existência da ONG, que pode estabelecer convênios e receber patrocínios, conforme pode se verificar o que afirma o entrevistado:

“atualmente, o Ibama contribui com 25% e a Fundação Pró-Tamar⁸⁵ financia os 75%⁸⁶ restantes, com a ajuda de convênios com a União Européia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD, Petrobras, que é patrocinadora oficial do Projeto desde sua criação e de outras empresas. No entanto, a comercialização de produtos com a marca Tamar tem sido uma contribuição crescente, cuja finalidade é a promoção da auto-sustentação do Projeto” (EI – 1).

A propósito, a necessidade de estabelecer convênios com instituições da sociedade civil faz parte da política estatal, que preconiza o encolhimento do Estado. Na verdade, há uma conjuntura internacional favorável a essa posição do Estado, conforme analisam Ribeiro (2000), Sader (1999) e Alvarez (2000). Essa posição implica na divisão de responsabilidades estatais com a sociedade civil, instituindo-se uma relação horizontal entre Estado e organismos não-governamentais, que permite o estabelecimento de convênios, patrocínios e parcerias com a iniciativa privada.

Situações similares à de instituições brasileiras como o Projeto Tamar também acontecem em organismos internacionais. É o que ocorreu com a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – IUCN, atingida por uma grave crise financeira durante a década de 50. Tal organismo se viu obrigado a criar uma fundação para lhe fornecer subsídios financeiros para que pudesse realizar seus programas (McCormick, 1992). Segundo o autor, em 1961 a IUCN divulgou um manifesto, conhecido como Morges, no qual denunciava a falta de recursos financeiros para dar andamento aos programas de conservação da natureza, embora houvesse disposição e capacidade técnica por parte da equipe que a constituía. O problema financeiro foi de certo

⁸⁵ Observe-se que, 90% dos recursos oriundos da Fundação Pró-Tamar se destinam ao pagamento de pessoal, em que estão incluídos pessoas do quadro técnico, como biólogos, oceanólogos, estagiários, mas também pessoas das comunidades envolvidas, que realizam trabalhos como “tartarugueiros” ou estão ligados às cooperativas, como a confecção de camisetas, oficina de papel reciclado, confecção de adesivos, entre outros. Os 10% dos recursos restantes são empregados em programas de educação ambiental ou como incentivo a festas comunitárias (EI – 1).

⁸⁶ Sendo que dos 75% correspondente a parte da Fundação Pró-Tamar, 90% destinam-se ao pagamento de pessoal e 10% são designados para o desenvolvimento de programas comunitários (Marcovaldi et al, 1999).

modo contornado a partir da criação de um órgão independente para levantar fundos, tendo em vista que os recursos oriundos da UNESCO eram repassados com morosidade à IUCN. Julian Huxley e Max Nicholson começaram a agir na busca de criar um organismo para salvar a IUCN, quando então surgiu o *World Wildlife Fund – WWF*.

“(…) Huxley mencionou a idéia de levantamento de fundos juntamente com Max Nicholson, cujo envolvimento com a IUCN durante os anos 50 o havia convencido de que a União era incapaz de administrar eficientemente seus próprios negócios (sobretudo financeiros), tendo-lhe ocorrido a idéia de um órgão gêmeo da IUCN que fosse responsável pelo levantamento de fundos. A prioridade desse órgão seria ‘salvar’ a IUCN. Nicholson propôs um novo órgão que consistiria de um consórcio registrado na Suíça, um grupo de operações responsável pelo estabelecimento de prioridades e alocação de fundos, um clube de mantenedores constituído de membros ricos de diversos tipos de apelos nacionais. O conceito foi discutido na conferência de Arusha (...) em setembro e o World Wildlife Fund (WWF) foi lançado em Londres, naquele mesmo mês. Em dezembro foram lançados apelos nacionais nos Estados Unidos e na Suíça, seguidos por outros na Holanda em 1962, e na Alemanha e na Áustria em 1963. No conjunto, vinte apelos nacionais foram realizados durante os primeiros dez anos de operação” (McCormick, 1992: 57).

O modelo que concebeu o WWF serviu de base para a concepção de outros fundos de conservação da natureza pelo mundo e considerando o caso da Fundação Pró-Tamar pode-se afirmar que existem similitudes entre os objetivos que deram ensejo à criação daquele Fundo e aqueles que motivaram o surgimento da ONG brasileira, a saber:

“Foi criada uma ONG para captar recursos, para que o Tamar pudesse investir. Através da ONG da Fundação Pró-Tamar são feitos convênios com a Petrobrás, tem vários programas pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente. A ONG funciona como uma captação de recursos, é principalmente visando contratar pessoal, porque o Ibama, ele entra com a parte logística: carro, combustível, manutenção de carro, aluguel, telefone e a Fundação entra com a mão-de-obra para dar continuidade aos trabalhos” (EI – 6).

A aproximação dos dois modelos não se dá aleatoriamente. Viu-se anteriormente que o WWF⁸⁷ fornecia subsídios técnico-científicos e contribuía com o repasse de recursos financeiros para o Projeto Tamar, relação que era intermediada pela FBCN e pelo ente estatal que criou o Projeto Tamar. O resultado dessa relação foi o estabelecimento de vinculações institucionais e administrativas entre o grupo do Projeto Tamar e agentes ligados ao WWF, propiciando a percepção da construção de um modelo institucional que daria maior flexibilidade na atuação do programa, sobretudo por evitar a burocracia governamental quando da necessidade de receber recursos.

Para os coordenadores do Projeto Tamar, a constituição da ONG lhes deu maior flexibilidade na gestão dos recursos financeiros e com isso a possibilidade de auto-sustentação tornou-se mais concreta (Marcovaldi et al, 2000).

O relacionamento entre as ONGs do Sul – como são caracterizadas tais instituições da América Latina – e as ONGs do Norte foi objeto de estudo de Sherer-Warren (1998). Segundo a autora, de um lado estão as ONGs do Sul que trabalham dentro da tendência à autogestão, não só administrativa como financeira. Porém, a auto-gestão ainda é uma utopia, pois, há uma dependência econômica entre aquelas e as ONGs do Norte. Além disso, as ONGs latino-americanas ainda almejam a realização de um projeto utópico, compreendido como a busca de uma sociedade civil mais justa e participativa, com propósitos revolucionários. Para tanto, lutavam pelo exercício democrático com vistas a uma participação de minorias nas instâncias de poder ou mesmo pela luta ecológica. Por outro lado, as ONGs do Norte estão preocupadas com os resultados quantificáveis e impõem às agências financiadoras a cobrança destes resultados às ONGs do Sul. Mesmo assim, nesse descompasso de interesses, a autora afirma que vai-se construindo um caminho na “trilha da cooperação internacional do desenvolvimento” (1998: 174).

Com essa compreensão, pode-se interpretar o relacionamento da Fundação Pró-Tamar com fundos internacionais. A cooperação dos organismos internacionais com a ONG brasileira foi vista como uma saída para a dependência dos recursos governamentais, pois:

⁸⁷ Pode-se tomar como exemplo do repasse de recursos financeiros da WWF para o Projeto Tamar o projeto: *Project for Preservation, Tagging and Evaluation of Sea Turtles in the Principal Nesting areas of the Brazilian Coast* (sic) – nº 3.376.

“Delineava-se com mais clareza a consciência de que, para sobreviver e cumprir sua proposta de trabalho com responsabilidade técnica e profissional, um programa de conservação da natureza no Brasil não poderia depender somente dos orçamentos governamentais” (Marcovaldi et al, 2000: 90).

Merece atenção o que afirma Sherer-Warren:

“A cooperação internacional – por intermédio da ajuda financeira das ONGs do Norte e, mais recentemente, com o aumento gradativo de fundos oficiais – tem sido responsável pela manutenção das infra-estruturas mínimas de funcionamento de grande parte das ONGs do Sul” (1998: 165).

Conforme entende-se, por um lado, houve uma certa autonomia da Fundação Pró-Tamar em relação ao governo federal, por outro, a ajuda financeira de organismos internacionais pode ser interpretada a partir de uma relação de dependência econômica (Furtado, 2000). Mesmo assim, com base em critérios pré-determinados é possível encontrar, segundo Sherer-Warren, um tipo ideal de ONG nos países latino-americanos, que toma como pressuposto a articulação entre diversos atores sociais, dentre eles o setor estatal. Esse tipo, definido como articulista, é entendido como um agente mediador entre o Estado e a sociedade civil e compreende:

“(...) uma autonomia tanto em relação aos movimentos quanto em relação aos partidos políticos. Entre suas estratégias de fortalecimento da sociedade civil vêm apresentando duas tendências complementares. Uma é a formação de redes entre organizações da sociedade civil e atores políticos sensibilizados para a busca de solução para uma mesma problemática (fóruns locais, nacionais e similares), ou a procura de um maior intercâmbio entre as próprias ONGs latino-americanas (associações de ONGs, seminários de ONGs e redes de informação). Outra é o estímulo à participação contínua da sociedade civil, por intermédio de suas organizações e de seus mediadores na elaboração ou implementação de políticas públicas, visando sobretudo a ampliação do espaço da cidadania e democratização do poder local e regional. É a partir desta matriz ‘articulista’ que as ONGs populares e as ONGs ambientalistas vêm encontrando um terreno mais fértil para intercâmbios e articulações, bem como para o surgimento de ONGs populares ecologizadas” (Sherer-Warren, 1998: 170).

Conforme a definição da autora, interpreta-se a partir do tipo ideal articulista, o significado da atuação da Fundação Pró-Tamar, tendo em vista seu papel mediador entre governo e organismos da sociedade civil nacionais e internacionais, o que possibilita a construção de uma “rede ecológica” – a partir das tartarugas marinhas – que dá movimento às ações dos setores destacados.

2.2 O significado da criação da Fundação Pró-Tamar

As ONGs “visam desencadear processos educacionais e de capacitação, objetivando a construção de uma cidadania plena.” (Sherer-Warren, 1998: 164). A partir do que propõe a autora, pode-se compreender o sentido da criação da Fundação Pró-Tamar como uma busca de realização de um projeto utópico, que se mostra superior a uma visão pragmática que reduziria sua criação à necessidade de recursos financeiros. Por meio dessa compreensão, admite-se que o seu surgimento tem como objetivo o desencadeamento de processos educacionais, buscando a sustentabilidade das comunidades envolvidas, com base na construção da formação de uma consciência ecológica ou ambiental, a partir das tartarugas marinhas. Dessa forma colocamos como condição que a necessidade dos recursos financeiros deu-se para fomentar programas na área social. Essa perspectiva possibilitaria que as propostas de sustentabilidade econômica (programas de geração de emprego e renda) e cultural (programas de educação ambiental) apresentadas pelo Projeto Tamar fossem inseridas numa visão de interação social entre o seu grupo de pesquisadores e os indivíduos das comunidades de pescadores, em que: “a participação das populações constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento de sistemas comunitários de gestão de recursos” (Vieira, 1998: 68).

Nesse sentido, o Projeto Tamar dá um passo significativo para seu posicionamento no movimento ambientalista brasileiro dentro de uma visão mais humanista, isto é, que escapa de decisões meramente políticas, bem como das instâncias executivas. Nesse sentido, parece haver uma “articulação ético-política”, ou seja, uma ecosofia, que consiste numa intermediação entre “(...) os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) (...)” (Guattari, 1995:

8). O primeiro compreende-se a partir da causa ambiental – preservação das tartarugas marinhas. O segundo registro se consubstancia por meio do diálogo entre a esfera estatal e a ONG, em que se considera o público e o privado, com ações conjugadas dirigidas às comunidades litorâneas. O último registro, relacionado à subjetividade humana, pode ser percebido a partir da iniciativa dos coordenadores-fundadores de buscar na causa de preservação um nova escala de valores para aquelas comunidades, redefinindo suas práticas, que eram costumeiras, posto que eram hábitos impregnados na consciência coletiva dos indivíduos das comunidades de modo tradicional. Compartilho com Berger e Luckmann da seguinte compreensão:

“Somente uma pequena parte das experiências humanas são retidas na consciência. As experiências que ficam assim retidas são sedimentadas, isto é, consolidam-se na lembrança como entidades reconhecíveis e capazes de serem lembradas.⁸⁸ Se não houvesse esta sedimentação o indivíduo não poderia dar sentido a sua biografia. A sedimentação intersubjetiva também ocorre quando vários indivíduos participam de uma biografia comum, cujas experiências se incorporam em um acervo comum de conhecimento. A sedimentação subjetiva só pode ser verdadeiramente chamada de social quando se objetivou num sistema de sinais desta ou daquela espécie, isto é, quando surge a possibilidade de repetir-se a objetivação das experiências compartilhadas” (1999: 96).

Confere-se, pelo exposto, que o sentido de tradição é incorporado a partir da sedimentação das experiências compartilhadas pelos indivíduos. Essa forma de interpretar a tradição sugere a inscrição dos hábitos e práticas dos indivíduos na consciência coletiva, podendo, portanto, perceber-se a influência de Durkheim (1989; 1995) para a definição daquela noção. No entanto, aparece um elemento que transcende os postulados durkheimianos, qual seja, a intersubjetividade, significando que: “A história passada da sociedade pode ser reinterpretada sem necessariamente ter como resultado subverter a ordem das instituições” (Berger e Luckmann, 1999: 98).

Dessa forma, os indivíduos são vistos como verdadeiros autores de suas experiências, dentro de um movimento que dá singularidade às suas ações (Weber, 1991).

⁸⁸ “O termo ‘sedimentação’ derivado de Edmund Husserl foi usado pela primeira por Schutz em contexto sociológico” (Berger e Luckmann, 1999: 95).

A ação que deu ensejo à criação da Fundação Pró-Tamar pode ser interpretada como uma tentativa de se buscar novos significados ao sentido de natureza – a partir das tartarugas marinhas – dentro de um projeto utópico, em que a interação com os indivíduos nas comunidades seria o viés de todo o processo.

A minha percepção de enxergar uma busca da ecosofia pode ser apreendida pelo que me disse o entrevistado: “*As pessoas trabalharam voluntariamente muito tempo, todo mundo ajudou um pouco, deu um pouco de si e isso é uma característica da nossa equipe. Todo mundo aposta um pouco nas coisas, em todos os níveis, e há um pouco de família no grupo ...*” (EI – 3). Cada indivíduo, por meio de suas experiências, interagiu para a constituição do grupo, o que se poderia chamar de “espírito de equipe” e interagiu também dentro das comunidades, até para que tivessem o processo de reconhecimento do grupo perante os indivíduos das comunidades envolvidas. Nessa acepção, o interesse coletivo se sobrepõe aos interesses individuais, compartilhando o mesmo ideal – preservação das tartarugas marinhas – e, com isso, dando ao Projeto Tamar um caráter utópico.

Na condução desse debate, concordo com Sorrentino, quando considera como utópico “(...) todas las ideas situacionalmente trascendentes y no sólo las proyecciones de los deseos que una outra manera tienen un efecto transformador sobre el orden histórico-social existente” (1995: 53). Sendo a noção de preservação das tartarugas marinhas uma idéia incorporada pela equipe do Projeto Tamar como uma utopia, as suas propostas se dirigem para a produção de um efeito transformador da realidade.

Trabalhando esse ideal utópico, as relações estabelecidas por diferentes atores, a partir da configuração híbrida do Projeto Tamar, proporcionam uma dinâmica social diferenciada, em que as tomadas de decisão representam uma ecosofia, que consiste em admitir que há um conjunto de preferências estéticas que funcionam na integração e dá uma dinâmica social ao Projeto Tamar, o que pode justificar a transcendência do ideal político dando lugar ao paradigma estético. Conforme Leis:

“Esta fase deve ser entendida como um espaço complexo de criação intelectual, onde se combinam as visões de artistas, cientistas e políticos, onde a arte e a utopia se encontram com a realidade. Embora não seja este o lugar para discutir a relação entre utopia e estética, não me parece que ela seja um produto arbitrário. A utopia

se confunde com a arte em momentos históricos onde se abrem para a humanidade novas opções civilizatórias, já que estas implicam sempre novas opções de sensibilidade, de valores e de racionalidade. Cabe lembrar aqui a observação de Nisbet em relação a tradição utópica ocidental, quando marca a importância das experiências comunitárias, derivadas da vasta série de literatura criativa (começada pela **Utopia** de Thomas Morus), concluindo que a ‘arte é capaz de influenciar a vida’. Nisbet indica a existência de um vínculo estreito entre o imaginário das comunidades utópicas e as idéias ecológicas. Ele aponta vários significados como sendo compartilhados entre ambos, os quais praticamente permitiriam considerar a comunidade utópica como uma comunidade ecológica” (1999: 56).

Ao tecer tais considerações a respeito da obra de Nisbet (1998), em relação à utopia e às artes (estética), o autor indica um interessante caminho para poder realiza-se uma análise a respeito do grupo de pesquisadores – coordenadores/fundadores – que constroem o Projeto Tamar e a Fundação Pró-Tamar. As contribuições de Leis me fazem refletir para além do material e do racional, percebendo o envolvimento dos pesquisadores naquele grupo como uma comunidade ecológica, que, na visão de Nisbet, foi um tipo de comunidade utópica. Quando se desvia do caminho material, pode-se compreender melhor as intenções dos coordenadores do Projeto Tamar em criar a Fundação Pró-Tamar.

Com efeito, ressalta-se que a ação que motivou o surgimento da Fundação Pró-Tamar não se prendeu apenas ao aspecto material. Deveu-se, sobretudo, pela incorporação de ideais e valores construídos em relação à natureza, a partir das tartarugas marinhas. Tais razões me fazem supor que os coordenadores/fundadores, bem como, o restante da equipe, que é chamada de grupo do Projeto Tamar, constroem uma comunidade ecológica.

A constituição dessa comunidade ecológica pode ter permitido ao grupo do Projeto Tamar uma visão diferenciada sob as formas de proceder junto às comunidades de pescadores. E a modificação nos procedimentos, quando da intervenção social, pode ser refletida como uma “nova visão de conservação” – em que a participação dos indivíduos das comunidades torna-se efetivamente importante. Enveredando nessa perspectiva, situam-se, em seguida, os parâmetros de conservação assumidos pelo Projeto Tamar.

2.3 Um sentido para Conservação: a participação das comunidades

O significado de conservação preconiza que no processo de intervenção ocorra a participação das comunidades envolvidas, conforme observam Vieitas et al:

“Conservation projects are seldom successful without the involvement of local people, especially where the native population has been a strong force in the depletion of the resources.

(E continua)

Today, the implementation of successful conservation projects often includes environmental education and involvement of local communities. For sea-turtle recovery and mangement staretegies the IUCN/SSC Marine Turtle Specialist Group (1995) encourages the active participation of coastal communities and the promotion of economic alternatives to the exploitation of sea turtles” (1999: 127).

Verifica-se, conforme a citação, que a ação conservacionista só é possível se houver interação entre os diferentes atores que participam do processo. Isto quer dizer que os indivíduos – alvo do processo de intervenção social – devem ser tomados como sujeitos-atores. No caso da intervenção, a definição do modo como a política ambiental vai ser implementada constitui uma parte essencial do projeto socioambiental, como afirma Carvalho:

“Um projeto sócio-ambiental democrático passa necessariamente pela articulação dos movimentos sociais no planejamento do território e seus usos, indicação de políticas públicas, construção de formas de acesso e proteção dos recursos ambientais. O eixo deste projeto é a priorização de modos de vida ambientalmente sustentáveis em detrimento da concentração do acesso aos recursos numa pequena parcela da sociedade, e da implementação de estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico que põem em risco a sustentabilidade social e ambiental do conjunto da sociedade” (1995: 61).

A conclusão que chegou a autora neste estudo demonstra existir no movimento ambientalista brasileiro uma preocupação crescente com a questão social, representando a possibilidade de uma tomada de consciência em relação aos impactos

sociais, culturais e econômicos que podem ser causados por uma política ambiental. Na iminência desses impactos, são definidos para os indivíduos, que estão no processo de interação social, novos valores, novas representações sobre a forma como se organizam social, cultural, ambiental e economicamente. Ressalta-se que o viés democrático da política tem importância crucial para que projetos socioambientais atinjam seus objetivos, no caso, a forma pela qual são realizados os procedimentos para aplicação das políticas públicas.

Assim, partilho da tese defendida por Carvalho (1994), quando afirma que os projetos ambientais devem ir além da sustentabilidade física, que entendo como ambiental, devendo-se encontrar uma mediação entre aquela e a sustentabilidade política, em que os grupos sociais envolvidos tenham acesso aos bens ambientais, materiais e simbólicos. Segundo disse-me um dos entrevistados, a forma de intervir buscando a participação das comunidades é:

“... uma tendência moderna da conservação. Fizemos isso sem ter acesso a essa informação. Você chega numa praia, enxergando a coisa na prática (...) Você não precisa de nenhum modelo teórico para ver que é preciso convencer a população da necessidade de preservar. E a gente abandonou também a idéia mais policialesca de agir com fiscalização, que a gente podia também proibir as pessoas trazendo guardas, polícias florestais para impedir que as pessoas pegassem os ovos das tartarugas. O nosso caminho foi outro, o caminho de fazer com que se conscientizassem da necessidade de preservar... Foi uma coisa instintiva” (EI – 1).

No entanto, nem sempre o processo de intervenção da política ambiental deu-se dessa forma. As políticas governamentais ambientais no Brasil eram executadas de modo vertical, desconsiderando os hábitos e práticas das populações nativas e se dirigiam para a adoção das regras do sistema (Diegues, 1996). O processo de intervenção governamental partia de pressupostos fundados em mecanismos de poder, entendido como um conjunto de relações que envolve luta e em que a dominação de um sobre os outros consiste na apropriação do conhecimento nos termos do racionalismo ocidental (Foucault, 1979).

Nessa compreensão, Tassaura mostra que:

“(...) qualquer intervenção, educativa ou não, para que se realize, exige o conhecimento, mas exige também que ele esteja associado a um poder. Este poder é político. Parece paradoxal considerar que, ao mesmo tempo em que o conhecimento não é neutro, isto é, possui poder, ele encontra-se na dependência do poder político para que se efetive enquanto conhecimento socialmente relevante e necessário através da intervenção e, portanto, da educação” (1994: 42).

A percepção do uso do conhecimento como um instrumento de legitimidade do poder na intervenção social é factível. No entanto, afirmar-se que ele depende do poder político demonstra haver uma teia de significados que desemboca na relação entre os diferentes atores sociais envolvidos na intervenção.

Vale destacar, ainda, que os processos de intervenção davam-se sempre como imposição de um modelo baseado na compreensão do homem-nativo como um predador natural. Assim, os projetos se estruturavam dentro de uma racionalidade em que o planejamento e o conhecimento (científico) eram preteridos ao conhecimento prático das comunidades envolvidas.

Diegues assinala que:

“Existe, no entanto, uma consciência crescente de que a continuidade da diversidade de culturas humanas é elemento fundamental para a constituição de sociedades pluralistas e democráticas, e, no final das contas, sustentáveis. Mais importante, ainda, existe consciência crescente de que a diversidade ecológica deve caminhar *pari passu* com a diversidade cultural e que uma depende da outra” (1996: 96).

Assim, embora o grupo do Projeto Tamar tenha percebido de imediato que era necessário contar com o apoio do pescador e estimular a participação da comunidade, é importante lembrar que existe uma diferenciação marcante entre a participação entendida como a contratação do pescador para facilitar o trabalho dos pesquisadores e a participação efetiva das comunidades, em que deve ser respeitado o espaço do outro, isto é, a forma como o outro pensa e age em relação à natureza, os seus hábitos socioculturais e suas atividades econômicas. De tudo que foi exposto, uma questão aparece como fundamental: o que é a participação das comunidades para o Projeto Tamar?

A resposta a este questionamento pode indicar se o processo de intervenção social do Projeto Tamar vem sendo realizado por meio do “(...) reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas” (Telles, 1999: 138), onde se supõe que o processo ocorre dentro de ideais democráticos ou se continua sendo uma política imposta de modo vertical.⁸⁹ A seguir será tratada a questão do reconhecimento de diferenças preconizadas como condição para a construção da identidade.

2.3.1 O reconhecimento das diferenças

“Somos técnicos superiores, onde nunca teve gente de nível superior morando, numa comunidade em que a grande maioria recebe um salário-mínimo. Então, mesmo a gente não querendo ser diferente, a gente é diferente” (EI – 3).

O grupo do Projeto Tamar vive em comunidades de pescadores onde foram instaladas bases de proteção. Essa vivência nas comunidades pode ser apresentada dentro de uma dupla perspectiva: uma de aproximação e outra de distanciamento. A aproximação significa o partilhar interesses, tornando-os comuns. A distância parte do pressuposto de que a convivência dentro de uma mesma localidade não significa, necessariamente, ter os mesmos interesses.

O conceito de comunidade vem sendo tratado na literatura sociológica como uma apropriação ideológica do discurso público. Entretanto, “As lutas baseadas na comunidade que não são simplesmente defensivas desenvolvem-se como reconhecimento político da identidade social – classe, raça, origem nacional, vulnerabilidade ambiental – emancipada das restrições espaciais paroquiais” (Smith, 2000: 150).

Dessa forma, é importante observar que o reconhecimento das diferenças mostra a discriminação de papéis no processo de interação social entre o grupo do Projeto Tamar e indivíduos das comunidades. Considerando como Berger e Luckmann que os

⁸⁹ Voltarei a essa discussão nos capítulos III e IV, quando terei uma melhor percepção sobre as formas de implementação de políticas do Projeto Tamar, considerando as especificidades regionais.

“papéis representam a ordem institucional” (1999: 104), tem-se o estabelecimento de uma relação bilateral no processo de interação. Assim,

“... o ator identifica-se com as tipificações da conduta *in actu* socialmente objetivada, mas restabelece a distância com relação a elas quando reflete posteriormente sobre sua conduta. Esta distância entre o ator e sua ação pode ser conservada na consciência projetada em futuras repetições das ações”(Berger e Lukmann, 1999: 103).

Conforme os autores, o ator social pode adotar dois tipos de conduta: uma que se processa dentro de relações imediatas e outra consistente numa lógica racionalizada. No primeiro caso é como se o indivíduo agisse por instinto; no segundo, usa a reflexão.

Apropriando-me da interpretação de Berger e Lukmann (1999) para compreender o processo de interação entre o grupo do Projeto Tamar e os indivíduos das comunidades de pescadores, afirmo que a política intervencionista pode suscitar dois tipos de comportamento. Um meramente reativo. Outro racionalizado. No primeiro caso, a relação dá-se por meio da causa-e-efeito, isto é, admite-se que para toda ação existe uma reação na mesma proporção e força. No segundo caso, as condutas individuais podem se exprimir de duas formas: pela disponibilização de meios para alcançar fins – agindo racionalmente em relação a um objetivo determinado – ou buscando a preservação de valores semelhantes à honra – em que o indivíduo age racionalmente em relação ao valor (Weber, 1991).

Tais condutas são construtoras de significados e constituem formas de resistências aos padrões de comportamento determinados institucionalmente pela intervenção. Mas também pode levar aqueles indivíduos a uma acomodação generalizada. No caso, o reconhecimento das diferenças apresenta como aspecto positivo o fato de que os indivíduos das comunidades podem ser percebidos como sujeitos de direitos, que têm condutas distintas, configurando-se assim a noção de que são atores sociais.

Se a visão de conservação (moderna) utilizada pelo Projeto Tamar aposta no reconhecimento dos indivíduos das comunidades como atores sociais, admite-se que há uma possibilidade de que tal visão implique numa nova concepção da relação homem-natureza. A esse respeito trabalharei a seguir.

2.4 Os tipos ideais de sustentabilidade

Ao tratar deste tópico intenciono mostrar como ocorreu o processo de intervenção social do Projeto Tamar em comunidades de pescadores, partindo do pressuposto de que essa intervenção foi construída dentro de uma ação dialógica (Ingriman, 1994) entre o grupo do Projeto Tamar e os indivíduos das comunidades de pescadores.

Entendo que o processo de intervenção social do Projeto Tamar se dá de duas formas. A primeira delas é assegurada por meio de programas que fomentam a geração de emprego e renda nas comunidades, chamada pelo Projeto Tamar como a busca de auto-sustentação. A segunda, na ordem, porém não menos importante no processo, é estruturada a partir de propostas de educação ambiental. Pela ordem de exposição, começo a explanação tratando da auto-sustentação e, em seguida, apresento os princípios da educação ambiental para o Projeto Tamar.

2.4.1 Auto-sustentação: o significado de desenvolvimento sustentável

A compreensão da auto-sustentação – concepção utilizada pelo Projeto Tamar, que tem como significado a geração de emprego e renda para pescadores e suas famílias – é aqui entendida como um conjunto de propostas que tem como parâmetro a noção de desenvolvimento sustentável.

A noção de desenvolvimento sustentável é abordada, institucionalmente, com base na Portaria nº 22-N⁹⁰, de 10 de fevereiro de 1992, que assim dispõe:

“Considerando a necessidade de estabelecer uma política de desenvolvimento sustentado, assim entendido como processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a atuação institucional se harmonizam reforçando o potencial presente e futuro do meio ambiente, suporte das atividades econômicas das populações tradicionais, respeitando a livre determinação sobre a evolução de seu perfil cultural; (*omissis*)”.

⁹⁰ Doc. 7 da lista de leis em anexo.

O conceito de desenvolvimento sustentável empregado pelo Ibama segue a orientação da noção apresentada pelo Relatório Brundtland à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, assim apresentado: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Lemos, 1996: 11).

Com base nesse conceito, Sachs (1993), definiu cinco dimensões de sustentabilidade, quais sejam, social, econômica, ecológica, espacial e cultural, que serão tomadas como tipos ideais (Weber, 1983), por entender que são parte da concepção de desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade social se estrutura dentro da perspectiva de pensar o desenvolvimento com qualidade de vida. Busca-se uma equidade social, com a diminuição das disparidades entre ricos e pobres, especialmente relacionada aos padrões de consumo. A sustentabilidade econômica é assegurada à proporção que são empreendidas medidas macroeconômicas, tendo peso considerável a capacidade para a gestão dos recursos e o fluxo constante de investimentos dos setores público e privado. A sustentabilidade espacial, por sua vez, é configurada a partir do equilíbrio entre o rural e o urbano, enquanto a sustentabilidade cultural significa um mergulho nas raízes culturais, tradições que inspirem os hábitos e práticas locais. Por fim, a sustentabilidade ecológica, deixada propositadamente por último nesta relação, que quer dizer:

“ – ampliar a capacidade de carga da espaçonave Terra, através da criatividade, isto é, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida; – limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não agressiva ao meio ambiente; – reduzir o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem; – promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta; –intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial; – definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento” (Sachs, 1993: 38).

Com base nesta noção, pode-se tomar o conceito de desenvolvimento sustentável como genérico (Weber, 1983). Talvez por essa razão tal conceito preste-se a incansáveis discussões, até mesmo controvérsias (Ferreira, 1996).

Tomando o conceito de desenvolvimento sustentável como uma temática a ser estudada pela Sociologia e considerando-a como histórica, portanto, sendo “possuidora de eterna juventude” afirma-se que o conceito de desenvolvimento sustentável, em sua generalidade, configura-se como um modelo conceitual, isto é, um tipo ideal, à medida que “(a) essência da sua tarefa gravita em torno do caráter transitório de todas as construções de ideal-tipo mas, simultaneamente, em torno do caráter inevitável da sua constante renovação” (Weber, 1983: 38).

Ademais, o próprio Weber (1983) toma o conceito de desenvolvimento como um tipo ideal e afirma que tais modelos podem ter um valor heurístico considerável, alertando, todavia, que é necessário que o conceito não se confunda com a realidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável apropriado para meu estudo (cf. Sachs, 1993) serve apenas como um guia às propostas de auto-sustentação apresentadas pelo Projeto Tamar. Como um tipo ideal, a noção de desenvolvimento sustentável permite que em dado momento determinadas características sejam mais evidenciadas que outras, tal qual uma caricatura, acentuando-se, no caso em estudo, as características de sustentabilidade econômica e de sustentabilidade ambiental numa tentativa de aproximação ao modelo.

A contratação dos pescadores aparece, a meu ver, como a primeira proposta de sustentabilidade apresentada pelo Projeto Tamar, notadamente:

“Como os pescadores caçavam as tartarugas para se alimentar e vender o casco, a solução seria encontrar novas fontes de renda, para que eles pudessem sobreviver sem matar as tartarugas e violar os ninhos para comer os ovos. Só assim as campanhas de conscientização dariam resultado. Dezoito anos depois, o índice de destruição dos ninhos pelo homem, nas áreas de atuação do Projeto, é quase zero. Em Praia do Forte, todos os ninhos são protegidos e ficam em seus locais originais, sem necessidade de manejo. São os próprios pescadores que trabalham como tartarugueiros, patrulhando as praias e fiscalizando os ninhos” (Revista do Tamar, 1998: 14).

“Nós constatamos na prática que seria indispensável contar com o pescador. Isso porque os pescadores tinham técnicas desenvolvidas para encontrar tartarugas desovando, para localizar os ninhos e conheciam muito mais de tartarugas marinhas do que nós (aprendemos na faculdade que as tartarugas não existiam no Brasil). Se, por exemplo, o grupo gastava duas semanas procurando o ninho e, mesmo assim, muitas vezes não encontrava, a partir do momento em que chamamos o primeiro pescador para trabalhar para o IBDF, conseguimos achar o ninho na primeira noite. Aprendemos na prática que se não buscássemos o apoio do pescador não poderíamos fazer a preservação” (EI – 1).

Quer dizer: com a contratação dos pescadores mais respeitados e antigos de cada comunidade o Projeto Tamar inicia o processo de interação social estabelecido entre o grupo que o constituía e os indivíduos das comunidades envolvidas. A contratação dos pescadores como tartarugueiros é um dos programas de geração de emprego e renda, apresentados pelo Projeto Tamar durante sua intervenção nas comunidades de pescadores. Esse programa consiste na substituição da mão-de-obra pesqueira, que caçava tartarugas (por necessidades alimentares ou não), alocando-a para a execução do trabalho de proteção das tartarugas marinhas. Percebe-se, com isso, que a contratação dos pescadores tem significado vital para o Projeto Tamar, não só por assegurar a sustentação econômica de alguns pescadores e suas famílias, mas também como uma tentativa de formar uma “consciência ambiental” àquele grupo social, dentro da fórmula: sustentabilidade econômica assegura a sustentabilidade ambiental. A adoção desse modelo representa, para o Projeto Tamar, o meio encontrado para alcançar o fim: a proteção das tartarugas marinhas.

A partir desse programa, outros foram apresentados, como foi o caso da confecção de camisetas. Iniciado em Regência-ES, em 1984, esse programa tem como finalidade empregar mulheres e filhos de pescadores da comunidade, propiciando-lhes uma renda adicional, ao longo do período de proibição da pesca (enquanto perdurar esse período, os pescadores recebem o seguro desemprego cujo valor corresponde a um salário-mínimo).

Todos os programas voltados às comunidades, foram iniciados pelo Projeto Tamar, porém, com o tempo, foi estimulada a criação de cooperativas, para que as pessoas das comunidades pudessem fazer o gerenciamento do negócio, como apreende-se do que segue: *“O Projeto Tamar deu o impulso inicial, mas com o tempo, foi necessário que a comunidade ‘andasse com suas próprias pernas’”* (EI – 8).

A redefinição da visão anterior sobre a natureza, que pode ser representada dentro de uma evolução preservação-conservação, é possível de ser percebida apoiando-se no modelo de sustentabilidade, embora reconheça-se que, por tratar-se de um tipo ideal, nenhum conceito tão genérico quanto o de desenvolvimento sustentável existe em estado puro. Com base nas falas, pude verificar que o caminho de sustentabilidade adotado pelo Projeto Tamar segue ao encontro da sustentabilidade econômica, o que me leva a supor que os outros aspectos da noção de desenvolvimento sustentável podem ter sido desconsiderados no âmbito das propostas dessa política de intervenção. Todavia, há possibilidade de que as demais dimensões da sustentabilidade sejam encontradas na proposta de educação ambiental que passo a discutir.

2.4.2 A educação ambiental como proposta do Projeto Tamar

Enquanto o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser tratado como um ideal tipo, a educação ambiental, entendida como um conjunto de “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Lei nº 9795/99, art. 1º) e ainda a competência atribuída ao Centro Tamar pela Portaria nº 186/90 no seu art. 4º, quando afirma que caberá àquele Centro “promover programas de conscientização ambiental, adequados às realidades regionais em suas áreas de atuação”. Pode-se perceber uma aproximação entre o conceito e a realidade empírica, isto é, como o conceito de educação ambiental tem implicações práticas nas propostas apresentadas pelo Projeto Tamar.

Concordo com Antuniassi, quando afirma que a educação ambiental:

“(...) se constitui ... em uma ação conscientizadora que tem por objetivo levar o homem, nos seus diferentes papéis a reassumir sua condição de componente do ecossistema que a civilização moderna vem negando e que, numa visão prospectiva, poderá inviabilizar sua própria sobrevivência. À Educação Ambiental cabe provocar reflexão sobre o relacionamento homem/natureza, tendo em vista uma transformação do seu posicionamento face ao Universo. Fazer com que o homem entenda que lhe compete assegurar para si, para sua comunidade e gerações futuras, um ambiente que lhe proporcione a sobrevivência em padrões capazes de satisfazer suas necessidades físicas e psicossociais” (1995: 44).

Essa definição trazida pela autora aproxima-se da perspectiva tomada pelo Projeto Tamar, que compreende a educação ambiental como:

“A capacidade de você informar uma pessoa como ela deve proceder (em relação à natureza) (...) mas, a capacidade de você fazer que a pessoa goste da natureza ou de uma parte da natureza. Isso, para mim, é educação ambiental. Ou seja, fazer a pessoa compreender que ela precisa da natureza” (EI – 1).

A convergência entre o entendimento apresentado pelo Projeto Tamar e o de Antuniassi é salientada pela necessidade do estabelecimento de uma relação entre homem e natureza, encaminhando-se para um elo em que o homem comece a perceber a natureza de uma outra forma, levando-o “(...) a readquirir a noção de sua vinculação com a natureza, propiciar esse reencontro, está no âmago das ações que se entende por Educação Ambiental” (Antuniassi, 1995: 44).

As propostas do Projeto Tamar que se encaminham para a educação ambiental são formuladas dentro de um caráter informal, como observa-se a seguir:

“É um pouco complicado, até hoje há uma briga aqui, se a educação ambiental deve ser uma coisa formal ou não ... O Projeto Tamar sempre fez nas comunidades, desde o início foi se envolver primeiro com os problemas. Primeiro, todos os técnicos do Projeto moram nas comunidades onde o Tamar trabalha, onde ele é responsável pela área. Então, isso já te trás uma vivência diferente, você se envolve com os problemas, afinal é ali a tua casa também e é você tem um monte de conhecimento para passar para as pessoas, às vezes não só em relação às tartarugas, mas higiene, alimentação, saúde ... Hoje as coisas estão globalizadas, todo mundo tem acesso a um monte de informações, mas há algum tempo atrás, quando o Tamar chegou a essas pequenas

comunidades, muitas delas não tinham nem energia, não tinham nada. Então, as pessoas do Tamar sempre se preocuparam com isso. E a educação ambiental foi sendo feita de uma forma bem informal mesmo.”

(E continua)

“Arruma um gerador, passa um vídeo, quando chega a energia em um lugar; uma ou duas pessoas têm TV, o Tamar compra uma TV e põe lá pra levar informações para as pessoas” (EI – 6).

Dentro da informalidade, o grupo do Projeto Tamar desenvolve programas comunitários que vão desde palestras e exibição de vídeos, cursos sobre educação ambiental em creches e escolas das comunidades, programa guias mirins e tartaruga *by night* – desenvolvidos em Praia do Forte – criação de bibliotecas e museus ecológicos – existentes em Praia do Forte e Regência – incentivos a programas de valorização e resgate do artesanato local, apoio e participação em festas populares, até a plantação de hortas comunitárias. Todos esses programas buscam, segundo o Projeto Tamar, resgatar a “auto-estima” da população local (EI – 9, EI – 10). O resgate dessa “auto-estima” significa que em algum momento essa estima foi perdida, o que me permite enveredar na noção apresentada por Habermas (1987) de que alguns componentes estruturais em relação à integração social sofrem patologias sociais que podem ser caracterizadas também no nível pessoal como uma “alienação”.

Para assegurar legitimidade, a intervenção do Projeto Tamar busca, na implementação dos programas, a participação de alguns indivíduos “de dentro” das comunidades. Um deles contou-me como era feito o trabalho para mostrar que a tartaruga devia ser protegida. Veja o seguinte depoimento:

“A gente levamos 150 gelados, levamos acho que foi 200, eu nem lembro. Levamos várias fitas que falava de tartaruga, mostrava as coisas como acontecia, elas subindo pra desovar, os filhotes andando indo pra praia e também os meninos falando com eles e tal ... Rapaz, é uma coisa fantástica. Todo mundo se conscientizou rápido, agora parou, não sei porque. Fizemos em Subaú, em N. Senhora do Pió, em Baixinhos, em Porto Sauípe; também fizemos umas cinco ou seis palestras em Guarajuba, Cassimirim, Praia das Pedras, Malhadas, entendeu? Isso aí ajudou muito a conscientizar as pessoas, sabe os pescadores ...” (Entrevista – 13).

O trabalho realizado como uma proposta pedagógica é exposto pelo pescador como algo prazeroso, que implicava no estabelecimento e na construção de redes de sociabilidade. Para ele, a partir daquele momento, todo mundo se conscientizou rapidinho e ele não consegue entender por que o grupo do Projeto Tamar parou com esse programa. Quer dizer, ir a outras praias, conhecer outros personagens e, ao mesmo tempo, situar o lugar de onde ele fala, ou seja, como ser pescador e preservar, ou mesmo ter a institucionalização do seu papel dentro do Projeto Tamar. Ser do Projeto Tamar parece lhe dar distinção dentro da comunidade, como se fosse ‘o escolhido’, tendo para ele o significado de ser “mais” importante.

Por outro lado, pensando-se a partir do Projeto Tamar, esse programa possibilitou maior visibilidade, ao propiciar o estabelecimento do diálogo com indivíduos nas comunidades de pescadores.

Talvez a informalidade da atuação do grupo do Projeto Tamar possa ter influenciado na aceitação ou não dos programas por parte dos indivíduos das comunidades de pescadores. No entanto, a educação ambiental pode ser concebida no Projeto Tamar, à medida que se estrutura como uma perspectiva que vai ao encontro da “formação de uma consciência ambiental”, como realçou a fala do entrevistado anteriormente: “*Isso aí ajudou muito a conscientizar as pessoas, sabe os pescadores*” (Entrevista – 13, trecho citado anteriormente).

Pretende-se entender o significado da “formação da consciência ambiental”. Para o Projeto Tamar a consciência ambiental está diretamente relacionada à necessidade de preservar as tartarugas marinhas. Nessa compreensão, o sentido da ação dos sujeitos, conforme afirma Weber (1991), é o princípio que norteia sua racionalidade. Assim, quando os tartarugueiros – pescadores práticos contratados para monitorar as praias – estão executando seus trabalhos de proteção às tartarugas, suas ações podem ser interpretadas como condutas racionais com um objetivo, tendo-se uma correspondência imediata entre sustentabilidade econômica e sustentabilidade ambiental. Para o Projeto Tamar forma-se, por meio dessa conduta, a consciência ambiental.

Entretanto, além de ação direta como a acima citada, outras mais pontuais aparecem nas falas dos pescadores (como pude perceber nas conversas que tive com eles). São condutas do tipo: soltar tartaruga que ficou presa na rede de pesca; não retirar ovos dos

ninhos e não matar a fêmea que vem até a praia para desovar. Essas ações são indiretas, isto é, não têm uma correlação imediata com a fórmula de que sustentabilidade econômica gera a sustentabilidade ambiental. Para o Projeto Tamar tais ações (indiretas) também são vistas como resultado da formação da consciência ambiental.

Assim, as ações diretas ou indiretas, identificadas nas condutas dos pescadores (tartarugueiros ou não), desenvolvem-se por meio de um processo que indica um fim determinado – o sentido de preservação das tartarugas marinhas – formando-se a consciência ambiental. Nessa perspectiva, a compreensão de Weber pode ajudar a interpretar esse sentido como a construção de uma

“... ação social (incluindo omissão ou tolerância) que orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros). Os ‘outros’ podem ser indivíduos conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas” (1991: 14).

A partir do que afirmou o autor, busquei interpretar na conduta dos pescadores a tipificação de uma ação social (reação, omissão ou tolerância), que visa a um fim determinado. Portanto, está definida pela intencionalidade de práticas traduzidas por suas falas ou discursos, imprimindo o sentido de “formação da consciência ambiental” para alguns pescadores e indivíduos das comunidades.

Todavia, por mais que os resultados do Projeto Tamar levem a uma compreensão da formação da consciência ambiental, esta não ocorreu de modo homogêneo na comunidade, posto que apenas os pescadores mais “práticos” na caça das tartarugas e coleta de seus ovos foram contratados pelo Projeto Tamar. Dessa forma, a causalidade imediata: sustentabilidade econômica gera a sustentabilidade ambiental não pode ser considerada como uma característica que dá uniformidade às ações dos indivíduos na comunidade. Sendo assim, foi necessário o estabelecimento de diálogos que buscavam o convencimento da necessidade de preservação das tartarugas marinhas. O diálogo, dentro de um processo complexo nas redes de relações, é passível de críticas, pois a ação comunicativa tem uma natureza conflitiva (Habermas, 1987).

A envergadura desse processo dialógico será objeto da discussão a seguir, partindo-se da categoria mudança social, que é entendida como possibilidade de alteração dos modos de vida dos pescadores e suas famílias, a partir da intervenção do Projeto Tamar. Para esse trabalho, a mudança implica na redefinição de práticas e hábitos cristalizados na consciência coletiva, como maneiras de agir fixas (Durkheim, 1991).

Um lado da mudança

Numa ação em que se podem esperar três tipos de comportamentos distintos, os atores sociais – os pescadores e demais indivíduos das comunidades – podem agir por meio de uma reação imediata ao Projeto Tamar, em que resistiriam ao modelo de intervenção se expondo ao mostrarem-se contrários. Podem se omitir ignorando a presença do novo, ou podem simplesmente tolerar tal presença, numa situação que poderia ser tomada como uma acomodação.

A seguir as falas que escolhi podem mostrar a formação do processo dialógico, construído individualmente, mas que busca a representação de um discurso ‘coletivizado’:

“A carne de tartaruga era a mesma coisa de carne de boi, matava pra comer. Ave Maria, se alguém pegar uma tartaruga, tem que enterrar para não ver” (Entrevista – 10).

“Isso aí funcionou, eles chegaram e realmente o povo comia, eu não sei quanto tempo eles têm aí, isso aí não vai ser negado” (Entrevista – 7).

“Realmente eles passaram um filme sobre isso, várias vezes num grupo que nós temos aí mesmo, eles passaram vários filmes explicando direitinho todo mundo se conscientizou aqui em Praia do Forte. É tudo tranqüilo não se tem briga nenhuma com eles, nem eles com a gente. Acontece se eles precisar, nós pescadores precisar de alguma coisa eles servem, sobre isso ficou tudo tranqüilo, tá tranqüilo sobre essa parte” (Entrevista – 4).

As três falas mostram, em primeiro lugar que, a tartaruga fazia parte do hábito alimentar e dos modos de vida desses indivíduos. Indicam, em segundo lugar, que após a intervenção de um agente externo – Projeto Tamar – houve modificações nas

condutas dos indivíduos. A primeira fala sugere que a modificação se deu pelo fato de que, atualmente, se alguém matar uma tartaruga tem que escondê-la da fiscalização. A segunda mostra que o trabalho de prevenção funcionou, insinuando que ninguém naquela comunidade continua tendo práticas de destruição das tartarugas marinhas. E a terceira aponta que não há conflitos ou resistências ao Projeto Tamar, estando os pescadores (e a comunidade de modo geral) conscientes da necessidade de proteger as tartarugas marinhas.

Vê-se com isso que cada indivíduo representa um papel diferenciado ao ser posto frente a frente com o “novo”. O novo aqui tem o significado do agente externo que chegou para mudar. Dessa forma, acredito como Sader que “o discurso que revela a ação revela também o seu sujeito” (1988: 57).

Percebe-se que dentro de uma mesma comunidade foram feitas diferentes leituras a respeito do novo. No primeiro caso, a fala é de uma mulher de pescador, que é a mais antiga moradora daquela comunidade. A segunda é de um pescador que chegou na localidade há pouco tempo, e a terceira é de um pescador nativo, que se tornou tartarugueiro. Tomando-se as três falas para fazer uma análise mais genérica, observa-se que numa comunidade definida *a priori* como tendo uma certa homogeneidade, podem ser detectadas formas diversas para absorver os conteúdos dos discursos, isto é, o sentido subjetivamente visado da fala dos sujeitos (Weber, 1991). Ou como afirmou Habermas (1987): o discurso se dá de modo conflituoso.

Assim, concordo com Chauí que, analisando as formas de resistir ou se conformar, mostra que a consciência ‘trágica’ – definida assim com base na tragédia grega – “opera com paradoxos, porque o real é tecido de paradoxos, e que opera paradoxalmente, porque tecida de saber e não-saber simultâneos, [é a] marca profunda da dominação” (Chauí, 1993: 178).

Contudo, no real constituído de paradoxos pode-se encontrar a consciência que diz não e essa consciência que diz não provoca a desordem na ordem e pode:

“abrir brechas, caminhar pelos poros e pelos interstícios da sociedade brasileira: a Greve da Amnésia, a Greve do Zelo, as casas coloridas do BNH, o SACI, a comédia circense, os folhetos das ‘salvações’, os ‘pajés’, o ‘sair de casa’, a dispersão dos movimentos populares, (...) a invenção do ‘pedaço’, [as tartarugas que depois de

mortas são escondidas], são práticas que desordenam a ordem ... (Chauí, 1993: 178).

Toda essa discussão me ajuda a compreender que as propostas de educação ambiental formuladas pelo Projeto Tamar podem servir para orientar a formação de uma ‘consciência ecológica’, mas podem ser vistas pelos indivíduos das comunidades como uma política de dominação de um agente externo. Nesse caso, é possível que ocorram resistências por parte dos indivíduos envolvidos no processo de intervenção. Por isso, os especialistas da área ambiental tendem atualmente a defender que haja estudos precedentes nas comunidades para avaliar os impactos socioculturais das políticas ambientais (Ab’Sáber e Müller-Plantenberg, 1998).

O outro lado da mudança

Noutra conversa com um antigo pescador em Praia do Forte, perguntei-lhe se hoje as tartarugas são preservadas. Ele me afirmou com convicção que:

Hoje graças a Deus, hoje parece até brincadeira, quem matava antes, hoje ajuda a preservar. Aqui tem um rapaz, que sempre em toda entrevista minha eu falo essa história. Olha você conhece ele, Manoel. Ele era tão baseado assim, na época da reprodução, na desova da tartaruga, que ele sabia o dia que ela saía pra desova, no mês de agosto né. Ele localizava o ninho, tirava os ovos e levava. Ele sabia o dia que ia voltar pra desovar. E dizia: Oh Chico, de hoje a quinze dias ou dezesseis dias ela volta. É que o cara ia matar. (...) Quando eu entrei pro Tamar aí eu fiquei assim, eh! tem que consertar o Manoel porque o cara era um azarado, ele vivia disso aí mesmo. Vendia alguma coisa, mas o hobby dele era chegar o verão e caçar, né! (Entrevista – 35).

O trecho citado mostra que, além de alguns pescadores da região conhecerem profundamente os hábitos das tartarugas, há uma associação entre a ação de matar aqueles animais com o azar. Como disse um pescador, o fato de o outro conhecer muito bem sobre tartarugas o tornava um azarado. Azarado é o sujeito que tem falta de sorte para conseguir alcançar aquilo que almeja. Aqui, pode-se entender pela fala que o pescador era um azarado por conseguir aquilo que almejava – matar a tartaruga. Não seria uma inversão de valores?

Dumont, estudando a sociedade indiana, alerta para o fato de que as regras da alimentação constroem em torno de si um emaranhado de significados, cujas implicações não se encontram ligadas apenas aos princípios hierárquicos das castas e à divisão do trabalho. As regras da alimentação “... estão ligadas também às idéias de impureza, na medida em que ultrapassam a impureza permanente de casta” (1992: 187). O alimento tem um valor simbólico, por isso se submete aos critérios de intocabilidade. Tomando o caso do proibitivo em relação à vaca, afirma o autor:

“Os Indianos védicos tinham em alta conta a criação de gado, e se pode supor que, como muitos outros pastores, eles não matassem as reses sem boas razões, razões sacrificiais, e que só era consumida a carne dos animais sacrificados. Em outros termos, existiu uma atitude religiosa em face do gado, que não surpreende, e que deve ser tomada como ponto de partida daquilo que mais tarde se tornou a veneração da vaca, já celebrada no vedismo como símbolo cósmico, mãe e nutriz universal etc” (Dumont, 1992: 202).

Quer dizer, a vaca tornou-se símbolo de devoção religiosa em função do pastoreio, havendo restrições para o seu consumo. Nessa direção, pode-se conduzir a interpretação do significado do sujeito azarado por matar a tartaruga.

Nessa acepção, pode-se enfatizar que o processo de formação de uma consciência sobre a necessidade de preservar as tartarugas está sendo incorporado – é como se matar a tartaruga significasse violar um proibitivo ou interdito social –, por essa razão, esse indivíduo infrator pode ser considerado um azarado – como de fato foi.

Numa outra interpretação, vinda a partir do estudo realizado por Mead (1988) sobre as sociedades primitivas, é possível fazer a associação entre a conduta do indivíduo “azarado” como um “ladrão de alimento”. Analisando a vida cotidiana dos Tchambuli – habitantes do lago e pescadores –, Mead observa que se trata de um povo hospitaleiro e alegre, tendo apenas um momento de intolerância, com o roubo de alimento. Atente-se aos fatos da descrição: “O ladrão de alimento era entregue sem piedade a outra aldeia, onde ele ou ela era executado, sendo sua cabeça considerada um troféu para validar a casa cerimonial daquele grupo, e um preço era pago à aldeia a que pertencia o ladrão” (1988: 235).

Considerando as respectivas proporcionalidades, o caso do “ladrão de alimento” também pode servir para analisar o caso do “pescador-infrator”, sob outra ótica. Aqueles indivíduos que não se submetem às regras convencionadas a partir da intervenção do Projeto Tamar na comunidade, (sabendo-se que tais regras foram dispostas como alteração dos modos de vida cristalizados na maneira de agir fixa dos pescadores, mudando hábitos e tradições), passam a ser vistos como infratores. Roubar um alimento pode significar o mesmo que matar uma tartaruga. O indivíduo que praticou a ação desobedeceu ao que estava convencionado no momento determinado.

Todavia, pode-se formular um questionamento: qual é o significado do sentido da ação do indivíduo que aceita ou se conforma à intervenção do Projeto Tamar? Conforme Marcovaldi et al:

“A comunidade de Praia do Forte abandonou aos poucos a prática de pegar ovos e matar as fêmeas. Foi-se conscientizando de que deveria ajudar a proteger os animais. Quando encontravam um ninho ou uma tartaruga desovando, moradores e pescadores chamavam a equipe do Tamar. Só houve alguma resistência para abandonar a rede de três malhos, onde a tartaruga, capturada acidentalmente, acaba morrendo” (2000: 70).

Atentando ainda para o que me contou o entrevistado:

“A tartaruga tornou-se símbolo dos lugares em que o Projeto Tamar instalou bases. Em Praia do Forte todas as pousadas têm a tartaruga como símbolo. Em Regência, acontece a mesma coisa. Em Pirambu o desenho da Prefeitura é uma tartaruga” (EI – 1).

Parece haver um conjunto de significados que foram incorporados como símbolos às tartarugas marinhas. O sentido que a tartaruga define é o símbolo da preservação. Por isso fica evidenciado a partir da análise da fala do pescador (anteriormente vista) que o sujeito que mata é azarado. Berger e Luckmann contribuem para interpretar essa relação em que:

“O indivíduo entrega-se então completamente à nova realidade. Entrega-se à música, à revolução, à fé, não apenas parcialmente mas com o que é subjetivamente a totalidade de sua vida. A facilidade com que se sacrifica é evidentemente a consequência final deste tipo de socialização” (1998: 193).

Entretanto, é oportuno lembrar que há um sentido subjetivamente visado na ação de cada sujeito, por isso alguns aceitam a intervenção do novo e outros a ela resistem. Esse processo que poderia ser interpretado com ‘conformismo e resistência’ dá ensejo a pensar as comunidades não como um todo homogêneo, mas como um cenário em que é possível enxerga-se, em determinados momentos, rupturas.

Daí a se pensar nesse momento que a aceitação ou não do novo depende de como a política pública – Projeto Tamar – foi encaminhada na comunidade. Tendo sempre a visão da possibilidade de existência de diferenças nas comunidades, o processo de intervenção deve ser aberto para o diálogo. Dessa forma, conclui-se que quando o diálogo é possível de ser estabelecido, há um forte indicador de que o exercício de dominação racional-legal (poder de fiscalização do Projeto Tamar/Ibama) foi intermediado pela dominação carismática. Esta conclusão se dá por reconhecer-se que a dominação racional-legal (Weber, 1986) é insuficiente para agir sobre ações consubstanciadas em maneiras de agir fixas, recordando-se, pois, da explicação dada por Durkheim (1991). Ao fazer uso da dominação carismática o Projeto Tamar consegue definir mecanismos de confiança nas redes de sociabilidade (Weber, 1986). Com isso passa a atuar no nível da moral, dos costumes e das tradições. Tanto é assim que redefine a prática de tartarugar (caça à tartaruga) como proteção a esse animal. A mudança ocorreu porque o Projeto Tamar ultrapassou o limite das maneiras de agir não-fixas, penetrando na moral das comunidades de pescadores.

2.5 Para além da dominação racional-legal

Foi afirmado anteriormente que o Projeto Tamar, compreendido como uma configuração híbrida, pode ter eficácia simbólica em suas ações, orientadas a um objetivo determinado: a conservação das tartarugas marinhas. Enquanto o Projeto Tamar consegue eficácia simbólica, que existe, a meu ver, por força da combinação entre a dominação racional-legal e a dominação carismática, ele ganha legitimidade para se situar no ambientalismo como um dos projetos de conservação da natureza mais importantes do Brasil (EI – 11). Aqui pretende-se analisar essa compreensão.

Essa prática de interação social utilizada pelo Projeto Tamar culminou por tornar-se uma competência, no caso uma atribuição dada pela Portaria nº 186/90, quando determinou a necessidade de atuação do Projeto Tamar junto às populações locais.

O Projeto Tamar, com base em programas de geração de emprego e renda e educação ambiental, vem estimulando a participação dos indivíduos no espaço público, entendido “como o espaço no qual a ação e o discurso de cada um podem ganhar efetividade na construção de um *mundo comum*” (Telles, 1999: 38).

Essa participação no espaço público tende a produzir nos indivíduos um sentimento de pertencimento ao grupo do Projeto Tamar, como pude observar numa conversa com uma das mulheres da comunidade de Regência. Ela disse: “*o Tamar consegue que a comunidade se sinta parte do projeto*” (Entrevista – 36). Parece haver não só uma vinculação institucional, que se dá pelo fato de ser uma cooperativada, mas há o estabelecimento de laços de confiança entre o indivíduo e o grupo do Projeto Tamar. Essa confiança é, entretanto, abstraída das ações individuais e incorporada pelos sistemas abstratos, assumindo uma forma discrepante da confiança básica (Giddens, 1991), e levando-se à conclusão de que a confiança no sistema perito (Projeto Tamar) é impessoal. A noção de sistemas perito é trazida a partir de Giddens e significa: “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (1991: 35)

Nesse sentido o autor observa que é necessário que os indivíduos depositem confiança nos sistemas peritos, mas essa confiança passa na modernidade por uma redefinição. Ela é entendida como algo que precisa ser trabalhado, nas palavras de Giddens (1991), como algo que precisa ser ganho, sendo necessário trabalho e envolvimento dos sistemas perito, que pode levar a um processo mútuo de auto-revelação, isto é, a identificação dos atores que constituem o sistema perito e dos indivíduos que depositaram neles a confiança.

Buscando respaldo na interpretação de Giddens, pode-se afirmar que na relação estabelecida entre o Projeto Tamar e os indivíduos das comunidades pode existir formas ou circunstâncias em que são definidos laços de confiança. Entretanto, para que isso ocorra é necessário que existam mecanismos para trabalhar a confiança na comunidade. Essas relações de confiança tomariam uma forma mais concreta por meio da participação

do Projeto Tamar nas atividades comunitárias, como registrou um dos entrevistados citados anteriormente (Entrevista – 17).

Viu-se também que o processo de aprendizagem em relação à formação de uma consciência ambiental ou ecológica pode e deve-se dar de modo bilateral, em que, de um lado, o agente que intervém passa conhecimentos baseados nos sistemas peritos e, do outro, estão os indivíduos das comunidades, que muito têm a ensinar por meio de suas práticas tradicionais para os “sistemas peritos” (Giddens, 1991; Antuniassi, 1995).

De acordo com os dados coletados e principalmente pelas entrevistas, verifica-se que é possível o estabelecimento do diálogo entre o grupo do Projeto Tamar e os indivíduos das comunidades e que isso representaria uma forma de estabelecer laços de confiança por meio da participação. Nessa percepção pode-se inferir que o Projeto Tamar deixaria de lado a busca de legitimação de suas ações com base na dominação racional-legal e inclusive defrontando-se com os interesses dos proprietários da terra, para buscar “ganhar a confiança” da comunidade, tal qual uma relação de conquista. Essa confiança pode promover o sentido de integração social, o que pode solidificar os laços de sociabilidade entre o Projeto Tamar e os indivíduos das comunidades.

Aqui, afirma-se conforme Arendt que: “o ato humano primordial deve conter a resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: **quem és?**” (1981: 191). Na sutileza estilística pode-se perceber a relação de conquista e o processo de reconhecimento das diferenças entre os indivíduos das comunidades em detrimento do agente externo – aquele recém-chegado – Projeto Tamar.

Há nesse questionamento a delimitação de espaços sociais e simbólicos em relação aos indivíduos das comunidades de pescadores. Ficou subentendido que suas identidades estão definidas, restando a confirmação de que o outro é “aquele que chega”. Todavia, a identidade dos indivíduos também é modificada durante a intervenção. Tal modificação pode dar-se por meio do reforço a ela ou pelo seu desconhecimento, estabelecendo-se de uma ou de outra forma conflitos na comunidade. Os conflitos estão assentados em estratégias ou mecanismos que movimentam as relações sociais, que são revestidas por dominação e poder.

Durante a intervenção as relações de dominação e poder são estabelecidas como uma condição do processo de socialização dos atores sociais envolvidos (indivíduos

da comunidade-Projeto Tamar). É como se servissem para dar movimentação à história, lembrada nos relatos dos moradores mais antigos, como um espaço diferente do que é na atualidade, sendo detectada a presença do “novo” ou da mudança (Certeau, 1994).

Entretanto, ser condição do processo de socialização não quer dizer que para ter eficácia simbólica as relações de poder e dominação não necessitem do diálogo com a comunidade. Pelo contrário, o diálogo é uma condição imprescindível para o fortalecimento de laços sociais, sobretudo por engendrar mecanismos de confiança (Giddens, 1991).

Assim, para ganhar a confiança dos indivíduos nas comunidades o Projeto Tamar criou programas de sustentabilidade econômica, de modo a assegurar a sustentabilidade ambiental. Além disso, buscou outras estratégias, como programas educacionais, que buscam, de certo modo, as sustentabilidades cultural e social, (vale ressaltar o que afirmou o pescador quando disse não entender o motivo pelo qual o Projeto Tamar não havia continuado com as palestras). Pensa-se: é como se o grupo do Projeto Tamar tivesse sempre uma carta para retirar de dentro da manga, em que suas intenções nunca são de fato explicitadas. Ao tomar-se o grupo que constitui o Projeto Tamar como um sistema perito e os indivíduos das comunidades como atores leigos pode-se compreender a relação de conflito estabelecida no seio das comunidades que sofrem a intervenção (Giddens, 1991). Tal esclarecimento pode ajudar a estabelecer a dimensão do significado da atuação do Projeto Tamar nas comunidades de pescadores do litoral brasileiro, sobretudo porque, como se viu, a interação entre o Projeto Tamar e os indivíduos se dá dentro de relações de poder e dominação (Weber, 1986).

Nesse debate, concordo com Giddens quando diz que, no cenário da modernidade, cada vez mais pessoas vivem “em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam os aspectos principais da vida cotidiana” (1991: 83). Com esse propósito, o Projeto Tamar é uma instituição moderna (inclusive em relação ao seu funcionamento interno: parte-todo), que usa como mecanismo de encaixe entre práticas locais e relações globais a preservação das tartarugas marinhas, promovendo, pelo processo de intervenção, rupturas com as tradições culturais e sociais dos indivíduos das comunidades de pescadores envolvidas.

Tentando encaminhar essa discussão, nos capítulos seguintes serão tratadas as questões de interpretação da ação dos sujeitos em relação ao Projeto Tamar e ao seu grupo. Tais questões serão trabalhadas à medida que forem suscitadas nas falas dos diferentes atores sociais, acreditando, conforme Sader, que “os discursos constituem os sujeitos” (1988: 56).

Até então, no meu trabalho, a questão do desenvolvimento sustentável (aqui utilizada como uma noção ideal típica que inclui as sustentabilidades ambiental, social, cultural e econômica) foi tratada dentro de parâmetros conceituais em relação ao processo de intervenção do Projeto Tamar. Agora tomarei para a análise tal noção (ideal-típica) com base em duas experiências empíricas: Praia do Forte e Regência.

Capítulo III

Praia do Forte: a terra tem dono

(o significado da intervenção do Projeto Tamar)

“Onde quer que se desembarcassem, os europeus viam que os prenúncios não eram mentirosos: a terra, muito embora selvagem, era um rico tumulto de cores e sons, de animais de caça e vegetação abundante. Mesmo levando em conta que algumas descrições mais entusiasmadas do Novo Mundo eram na verdade peças de propaganda imobiliária, na época tão dada a falsidades como hoje, a temática da beleza abundante é tão comum que não pode ser uma mentira combinada. Essa verdade simplesmente se impunha às penas relutantes e hesitantes dos observadores brancos. Se os cronistas não fossem quem eram talvez tivessem escrito uma nova mitologia na América” (Turner, 1990: 91).

Notas etnográficas sobre Praia do Forte e Regência

Faz-se necessário neste momento prestar-se alguns esclarecimentos. O leitor deve ter percebido que até então a tese foi construída dentro de uma perspectiva histórica, que analisa o surgimento do Projeto Tamar e sua relação com a Fundação Pró-Tamar – enquanto Todo-Parte – , considerando os planos nacionais e internacionais em relação às políticas ambientais e ao movimento ambientalista. A construção de toda a primeira parte foi necessária em função de não existirem dados documentais que mostrassem o perfil do Projeto Tamar. Na verdade, as informações que existiam eram esparsas e, algumas vezes, desconstruídas. Não havia registros que permitissem a corporificação do Projeto Tamar no quadro das políticas públicas ambientais.

A partir de agora pretende-se compreender o significado do Projeto Tamar tomando duas formas diferentes de intervenção. Para tanto foram escolhidas duas comunidades de pescadores: Praia do Forte e Regência, que estão sob coordenações regionais distintas (Bahia e Espírito Santo, respectivamente), buscando entender-se como o Projeto Tamar constrói seu processo de integração social.

De imediato pode-se perceber que os capítulos III e IV atendem a uma mesma estrutura, entretanto, as discussões travadas em seus contextos são diferentes. As diferenças se dão em função da idéia do Projeto Tamar de que, para cada localidade, deve ser implantado um “programa” específico, que prefiro entender como política de intervenção. Reforça-se, mais uma vez, que os modelos de intervenção do Projeto Tamar em Praia do Forte e em Regência são diversos e que essas diferenças estão relacionadas com as formas de poder e de controle social que se estruturam durante o processo de “integração social”.

Em 1997 decidi estudar o Projeto Tamar. Sobre ele coletei algumas informações iniciais, quando estive em Praia do Forte, que me possibilitaram a construção de uma “outra impressão”.⁹¹ Por meio desses dados percebi, por exemplo, como atua o Projeto Tamar em termos geográficos e identifiquei alguns de seus propósitos. Naquela oportunidade, conversei com Cláudia Vieitas, bióloga e pesquisadora do Projeto Tamar. Disse-me ela que o trabalho direcionado às comunidades não era realizado da mesma forma em todos os locais onde o Projeto Tamar tinha bases de proteção. Era dada maior ênfase a determinadas localidades, de acordo com as especificidades regionais. Isso me ajuda a justificar o fato de haver começado a análise por Praia do Forte, pois é lá onde está situada a sede nacional do Projeto Tamar, sendo o local em que são tomadas as decisões sobre as políticas de intervenção.

Considerando o meu interesse de trabalho, Cláudia Vieitas indicou-me Regência como local para fazer a pesquisa e, como já havia esclarecido na introdução, ela me pôs em contato com os coordenadores daquela base.

Fui a Regência em janeiro de 1999, após ter me correspondido por e-mail com Luciana uma das responsáveis pelo escritório do Projeto Tamar em Vitória/ES. Assim como o Projeto Tamar tem um escritório em Vitória/ES também tem um em Salvador/BA. Esses escritórios funcionam como uma espécie de âncora, que possibilita o estabelecimento de maiores contatos com outras instituições, como universidades, empresas privadas, de modo a facilitar o trâmite para convênios e patrocínios.

A minha chegada em Regência, assim como em Praia do Forte (na segunda vez que estive, para fazer as entrevistas e coleta de depoimentos) era esperada pelo Projeto Tamar e por pessoas da comunidade que trabalham junto a ele. Isso se deu porque, para realizar o estudo, tive que enviar o projeto de pesquisa para ser analisado pelos responsáveis e só então tive a autorização para realizar o trabalho de campo.

Estive em Praia do Forte para realizar as entrevistas, coletar os depoimentos de moradores e de alguns coordenadores e técnicos do Projeto Tamar, além de

⁹¹ Falo “outra impressão” porque conhecia e acompanhava o trabalho do Projeto Tamar desde 1985. Porém, meu conhecimento se restringia ao fato de saber que se tratava de um programa de proteção às tartarugas marinhas, situado em Praia do Forte e em Aremepe/BA (duas praias próximas a Salvador, local em que costumava passar férias desde 1985). Partindo desse pressuposto, busquei construir uma “outra impressão” do Projeto Tamar.

observar a comunidade, em julho de 1999. Nesse período não encontrei o Presidente do Projeto Tamar e a Presidente da Fundação Pró-Tamar que estavam em férias. Para obter as informações que eram indispensáveis, enviei questionários pelos correios, mas apenas o de Maria Ângela Marcovaldi foi respondido. Então, voltei em janeiro de 2001 para realizar a entrevista com Guy Marcovaldi.

Muitos recortes poderiam ser trazidos a partir das entrevistas realizadas, mas preferi realçar a problemática da integração social, inserida dentro da noção de intervenção. Parto de duas perspectivas discursivas que foram mais evidenciadas nas falas dos indivíduos das comunidades de Praia do Forte e de Regência. Um discurso que é construído pelos indivíduos das comunidades como forma de “afrontamento”, definido como resistência e outro que se corporifica por meio da participação. O primeiro discurso tem lugar na fala dos pescadores que eram caçadores de tartarugas e talvez continuem sendo. O segundo é assumido por pescadores que eram caçadores de tartaruga, mas que abandonaram essa prática para trabalhar junto ao Projeto Tamar.

Há também o discurso construído e veiculado pelo Projeto Tamar, por meio de seus coordenadores e pesquisadores. Esses discursos apresentam controvérsias em relação às falas dos pescadores. As “distorções” são encontradas tanto em relação às falas dos pescadores que não têm vínculo empregatício com o Projeto Tamar (neste caso a crítica é enfática), quanto em relação aqueles que trabalham junto ao Projeto Tamar (aqui mais sutis).

Apesar das críticas, a maioria dos entrevistados nas duas comunidades (cerca de 65%) afirmam que o trabalho realizado pelo Projeto Tamar é muito importante para a preservação das tartarugas, mas 70% dos pescadores entrevistados discordam da necessidade de fiscalizar as práticas pesqueiras.

Nas comunidades obtive como resultado geral uma aprovação do trabalho realizado pelo Projeto Tamar. Aproximadamente 70% dos entrevistados em Praia do Forte e 80% dos entrevistados em Regência aprovam, grosso modo, o trabalho realizado pelo Projeto Tamar. Pretende-se, a partir de agora, analisar os motivos que justificam essa idéia de aprovação, sendo tomados dois pressupostos: (1) se a aprovação é fruto do receio de retaliações do Projeto Tamar em relação às comunidades, como por exemplo, o medo de perder o emprego (tendo em vista que do total dos entrevistados nas duas localidades, pelo

menos 50% tinha algum vínculo empregatício – ele ou um parente seu – com o Projeto Tamar); (2) ou se houve, dentro da perspectiva advogada pelo Projeto Tamar, a formação de uma consciência ambiental nesses indivíduos.

Os dois pressupostos contribuem para a definição do cenário no qual se insere o Projeto Tamar como um elemento que vem alterar o modo de vida da comunidade, se apropriando da natureza (entendida no contexto do Projeto Tamar a partir da perspectiva de que significa algo original, conforme Merleau-Ponty (2000), dentro do “mito da intocabilidade”, anteriormente discutido segundo a interpretação dada por Diegues (1996)).

A centralidade dos atores sociais é apresentada a partir da relação Projeto Tamar/Fundação Pró-Tamar-indivíduos das comunidades de pescadores. Acredito que a relação entre o Estado e a ONG foi devidamente discutida e analisada no segundo capítulo, entretanto, faz-se necessário esclarecer-se melhor quem são os indivíduos das comunidades.

Os indivíduos das comunidades são pescadores, mulheres, filhos ou filhas. São nativos das comunidades de Praia do Forte e de Regência, ou pelo menos moram na localidade antes da chegada do Projeto Tamar, exceto os mais jovens. Todos esses são considerados como tendo o sentimento de pertencimento as suas respectivas comunidades, tendo laços de afetividade com o lugar, com os outros moradores, constituindo suas famílias nesses ambientes. São indivíduos que partilham dos sentimentos coletivos por meio de hábitos, práticas, costumes, mitos e ritos e com isso ajudam a construir a consciência comum nas suas comunidades. São considerados “povos pescadores” por terem como principal atividade produtiva a pesca, e também por serem construídos, a partir da pesca, todos os seus sistemas de representações coletivas (Mead, 1983).

Expõe-se a seguir quem são esses homens, mulheres e adolescentes, para que se tenha um perfil aproximado de suas identidades.

O perfil desses indivíduos é muito parecido em Praia do Forte e em Regência, embora existam diferenças nos seus sistemas de representações coletivas. Em Praia do Forte a história da comunidade é construída com base na idéia do mito colonizador (García D’Ávila); isto quer dizer que sua história é contada a partir de um indivíduo de fora da comunidade. Em Regência o sistema de representações é uma construção dos próprios

indivíduos da comunidade, o herói é um caboclo igual a eles, definindo-se uma das principais diferenças em relação às duas vilas de pescadores.

Antes de se falar em diferenças, quero realçar algumas similitudes. Tanto em Praia do Forte quanto em Regência os indivíduos nativos vivem com uma renda mensal próxima a um salário-mínimo, às vezes não chegando a esse valor. Alguns (não tenho dados quantitativos a respeito) sabem escrever o nome, porém não vão além disso. Outros nem escrever o nome conseguem. Em Regência, por exemplo, tive conhecimento da existência de um programa (do governo federal, mas não há ligação com o Projeto Tamar) para a alfabetização de adultos, que funciona na Casa do Congo. Constatei, por meio de uma visita ao local, que todos os adultos que estavam presentes eram do sexo feminino. Havia apenas um homem, o professor. Verifiquei, entretanto, que a única pessoa da comunidade, filha de pescador, que chegou a cursar universidade, é supervisora da confecção de camisetas do Projeto Tamar.

Em Praia do Forte as casas dos pescadores são conjugadas e pintadas. Uma das moradoras nativas se recorda que nem sempre foi assim.

“As casas era quase tudo de palha, essa primeira casa quem fez foi o finado Raimundo... As casas era de palha eu mesma ia morrer em casa de palha. A minha casa tem cinco cômodos. Paguei à prestação, botando água na cabeça pra poder pagar...”
(Entrevista – 10).

As casas em Regência são separadas por cercas (de arame) ou por plantas, algumas são de tijolo, outras de barro (poucas), mas poucas eram pintadas. As casas dos pescadores entrevistados são de tijolo. A modificação das casas é apresentada pelo Projeto Tamar como uma melhoria da qualidade de vida da comunidade de Regência, sendo um legado do trabalho de intervenção que é realizado na localidade (cf. EI – 3; EI – 4). Ver a ilustração abaixo.

Ilustração – Casa de pescador em Praia do Forte

Fonte: Suassuna, Dulce. (1999). Arquivo de fotos sobre Praia do Forte.

As casas dos pescadores possuem sala, dois quartos, cozinha e banheiro, algumas com terraço outras não. Em Praia do Forte, em algumas casas visitadas o banheiro fica dentro de casa, em Regência, o banheiro era no quintal da casa. A área aproximada das casas em Praia do Forte é cerca de 50 m², não há quintal amplo e a maioria não tem terraço. Em Regência as casas são maiores em metros quadrados (aproximadamente 80 m²), possuem terraço e quintal; em algumas delas cultivam plantas medicinais, algumas árvores frutíferas e possuem um pequeno roçado.

Ilustração – Casa de pescador em Regência

Fonte: Suassuna, Dulce. (1999). Arquivo de fotos sobre Regência.

Como pode-se verificar de acordo com as fotografias nas comunidade as ruas não são asfaltadas. Apesar do barro e da lama (objeto de reclamação de alguns moradores), em Praia do Forte 60% dos entrevistados não querem asfalto, pois segundo eles, traria uma espécie de “invasão” das áreas por pessoas de fora. Isto quer dizer que, de certo modo, há uma preocupação com o impacto causado pelo turismo e em Regência as opiniões sobre o assunto se dividem. Recorda-se aqui do trabalho de Luchiari (1997), quando afirma que algumas regiões do litoral paulistano foram “invadidas” pela especulação imobiliária após o asfaltamento e a criação de infra-estrutura sanitária. Não há sistema de esgoto, mas têm energia elétrica. Em Praia do Forte a água vem de poços

artesianos e em Regência, ela é retirada do Rio Doce, clorada e distribuída pelo sistema de encanamento. Apesar das críticas cerca de 60% dos entrevistados em Praia do Forte e 50% dos entrevistados em Regência preferem que a comunidade continue como está. Nas duas localidades os moradores me contaram que preferiam que houvesse sistema de saneamento e, em Praia do Forte disseram que o proprietário da área e o Projeto Tamar não querem o saneamento.

Nas casas que visitei nas duas comunidades todas tinham geladeira, fogão a gás, televisão, liquidificador e rádio. Alguns desses eletrodomésticos eram muito antigos, chegavam a ter mais de trinta anos, como o fogão a gás da casa de Dona Aurora.

Não vi nas casas (nem em Praia do Forte, nem em Regência) cascos de tartarugas ou qualquer objeto dela derivado, embora os pesquisadores do Projeto Tamar tenham encontrado alguns desses adereços ao chegarem em Praia do Forte em 1982. Observei também que apesar de serem “povos pescadores” preferem se alimentar de carne “vermelha”, de boi, ou mesmo como era “antigamente” de carne de tartaruga, que como eles mesmos afirmam “*era uma carne semelhante à de boi, com muitas vitaminas*” (Entrevista – 30, analisada adiante).

Como será visto mais adiante, alguns moradores são bem desconfiados com os estranhos, mas quem não seria? Porém, são pessoas tranquilas, que vivem o hoje sem ter pressa para chegar o amanhã; acredito que, por essa razão em Regência, por exemplo, alguns pescadores não se preocuparam em preparar a documentação para requererem o seguro desemprego junto ao INSS – um direito⁹² que a lei lhes assegura durante o período de proibição da pesca – meses de dezembro a março (cf. Entrevistas – 43 e 52).

Em relação aos serviços há algumas diferenças que podem ser pontuadas. Praia do Forte dispõe de posto de saúde, posto policial, ambos em funcionamento, presença do poder público municipal, que vem frequentemente à vila, consultar a população, serviço de limpeza pública, pequeno aeroporto (para atender os turistas). Na verdade, todos esses serviços existem para atender aos turistas, conforme pude perceber durante minha estadia no local. É interessante para o proprietário da área que ela esteja sempre limpa, que caso

⁹² Apresentado pelo Presidente da Associação de Pescadores e pelo Presidente da Colônia de Pesca como uma conquista da luta de pescadores.

ocorra algum acidente sejam prestados os primeiros socorros e que a violência seja coibida por conta da presença policial. Além disso há 5 escolas (municipais ou estaduais e particulares), sendo uma de 2º grau, duas de 1º grau e três pré-escolares. Dentre estas há uma creche, que é mantida com recursos repassados pelo Projeto Tamar.⁹³

O porto é o local onde os pescadores se reúnem para “prostrar e cuidar de suas as embarcações, sendo considerado um espaço de socialização. Encontrei alguns deles no local e funcionou como ponto de referência para marcar as entrevistas.

Ilustração – Porto de Praia do Forte

Fonte: Suassuna, Dulce. (1999). Arquivo de fotos sobre Praia do Forte.

⁹³ A creche é dirigida por D. Edisar, uma senhora que mora a mais de 30 anos no local. Ela presta serviços voluntários à creche. A creche cobra por criança uma mensalidade de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), isto é, aproximadamente 1/5 do salário mínimo da época (1999). Porém, nem todos os pais têm condição de pagar, para aqueles que não podem o pagamento é dispensado após ser feito o estudo do caso.

A Igreja que fica em frente ao porto e a rua em frente à Igreja é o principal acesso à praia. Em Praia do Forte há apenas três acessos à praia. Uma moradora nativa assim descreve as mudanças em Praia do Forte, particularmente em relação à Igreja. Diz ela: “*É eu morava lá, tinha a Igreja, a Igreja era da cor da barra assim, ainda tinha a pedra de Santo Antônio ... A Igreja era sempre ali, agora era menor, depois que fizeram grande*” (Entrevista – 10).

A restrição do acesso à praia ocorre porque sendo área particular o público em geral está proibido de ultrapassar os limites pré-estabelecidos, além do mais o *ecoresort* ocupa grande parte da faixa litorânea, tendo seu ingresso permitido apenas para os hóspedes. A praia em frente ao Projeto Tamar o acesso também é proibido por causa dos cercados de incubação. Alguns locais, como por exemplo, na praia em frente o Projeto Tamar, além de diversas placas informando a inacessibilidade da área, existem cercas de arame farpado.⁹⁴ Indo em direção à Praia pela rua da Igreja, à direita do porto encontram-se as barracas que têm o mesmo padrão, feitas de tijolo, madeira e cobertas com palha. Elas servem principalmente para os turistas. O fluxo turístico em Praia do Forte é intenso, durante os meses de alta estação é difícil encontrar vagas em pousadas ou hotéis. A população de Praia do Forte chega a duplicar durante esses meses.

Ilustração – Barracas em Praia do Forte (padronizadas)

Fonte: Suassuna, Dulce. (1999). Arquivo de fotos sobre Praia do Forte.

⁹⁴ Ver no mapa de Praia do Forte – capítulo III – a área marcada com o nome PROJETO TAMAR.

Em Regência ao longo da praia não há barracas. O comércio ao longo da costa é proibido. O acesso aos baístas também é restrito. Na vila só há um caminho para alcançar à praia, nele anda-se em linha reta aproximadamente 1000 metros dentro de restinga (que compreende parte da reserva biológica). A questão da inacessibilidade à praia é um dos principais aspectos de conflito em Regência entre os representantes da Associação de Moradores e o grupo do Projeto Tamar. Os representantes querem que o acesso seja permitido e o grupo do Projeto Tamar não aceitam. O fluxo turístico em Regência é quase inexistente, no local existe duas pousadas (uma delas do Projeto Tamar) e alguns moradores alugam quartos em suas casas para receber uns poucos visitantes. Há um posto de saúde, mas o médico só vem prestar atendimento quinzenalmente. No local não tem posto policial, mas esse fato não pareceu relevante para a comunidade, porque todos os entrevistados disseram que uma das melhores coisas que existia em Regência era a inexistência de violência, tanto que os moradores dormem com janelas e portas abertas (fato que me causou muito estranhamento).

Há uma escola municipal de 1º grau. Além disso, a Casa do Congo funciona como sala-de-aula para alfabetização de adultos, como pode ser visto de acordo com a ilustração abaixo.

Ilustração – Casa do Congo – Alfabetização de Adultos

Fonte: Suassuna, Dulce. (1999). Arquivo de fotos sobre Regência.

Existem algumas mercearias, não sei ao certo, duas ou três no máximo. O comércio é praticamente inexistente.

No centro ecológico do Projeto Tamar, os moradores de Regência podem ter acesso à biblioteca e ao posto de serviços odontológicos (este serviço é patrocinado pela Petrobras⁹⁵ em convênio com o Projeto Tamar e a Prefeitura Municipal de Linhares). Existe também um clube que funciona na sede da Associação de Moradores. Nele os moradores nativos, principalmente as mulheres, se reúnem no fim de semana para dançar forró. É muito interessante, algumas delas deixam seus filhos e maridos em casa e vão para o forró sem se preocupar com nada. Lá, essas mulheres, muitas delas com idade avançada, dançam só ou acompanhadas por uma amiga. Os jovens também vão para o forró e algumas meninas, caso não encontrem pares masculinos, dançam com suas amigas. Registre-se que o número de homens é maior do que o de mulheres em Regência. Isto é tanto na zona rural como na urbana – vila de pescadores – o número de homens é maior que o de mulheres.⁹⁶

Ilustração – Porto em Regência

Fonte: Suassuna, Dulce. (1999). Arquivo de fotos sobre Regência.

⁹⁵ A Petrobras tem uma base de extração de combustível em Regência.

⁹⁶ Para uma descrição com maiores maiores detalhes, ver capítulo IV.

3 Praia do Forte: a terra tem dono (o significado da intervenção do Projeto Tamar)

Neste capítulo analiso o significado do processo de intervenção do Projeto Tamar em Praia do Forte e suas implicações no estabelecimento de redes de sociabilidade e nos modos de vida dos pescadores e demais indivíduos.

Praia do Forte está situada no município de Mata de São João, no Estado da Bahia, a aproximadamente 60 quilômetros de Salvador – capital. A área de Praia do Forte abrange aproximadamente 12 km de extensão, sendo limitada ao oeste pelo Rio Pojuca, ao norte e nordeste por outras propriedades particulares e ao sul e leste pelo Oceano Atlântico.

Sua população fixa é estimada em 2500 habitantes⁹⁷, dos quais 1500 são votantes. 49% da população total é constituída por homens. Desde o início do século XX (por volta de 1930 – cf. Entrevista – 10) a pesca tem sido a principal atividade econômica dos chefes de família. Na atualidade, entretanto, especialmente a partir de 1990, os homens mais jovens buscam outras alternativas de emprego (ligadas principalmente ao turismo ou comércio, por meio de relações de assalariamento). Mesmo assim Praia do Forte é considerada uma vila de pescadores (Funatura, 1987).

É um refúgio particular da vida silvestre, da categoria de unidade de conservação de proteção integral, que significa a busca da “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (Lei nº 9985/00, art. 2º, VI).

⁹⁷ Dados fornecidos a partir da Entrevista – 6.

Toda a área correspondente à Praia do Forte (1384 km) pertence à propriedade particular. Dessa forma, o processo de intervenção do Projeto Tamar na comunidade de pescadores tem singularidades que se expressam pela definição de três atores sociais: o Projeto Tamar (considerado nesse interím associado à Fundação Pró-Tamar), os pescadores e suas famílias (que representam a comunidade⁹⁸) e os proprietários da área.

Pela complexidade do fenômeno e também em função do meu interesse de pesquisa, a análise considera o estabelecimento de uma relação de conflito no seio da comunidade⁹⁹ de Praia do Forte, tomada como vila de pescadores. A relação de conflito dá-se entre atores sociais vindos “de fora” (agente externo, como por exemplo o Projeto Tamar) e os indivíduos nativos. Veja-se a seguir o mapa de Praia do Forte.

⁹⁸ Nesse sentido é válida a definição de comunidade trazida por Smith, de que “a comunidade é adequadamente concebida como o lugar de reprodução social, mas as atividades envolvidas nessa reprodução são tão difusas que a identidade e as fronteiras espaciais da comunidade são freqüentemente indistintas” (2000: 148). Assim, para mim comunidade não significa apenas localidade, trata-se, na verdade de um conceito mais amplo e que está relacionado ao compartilhamento de valores e de uma identidade coletiva em construção.

⁹⁹ Os pescadores que têm suas falas consideradas para análise são nativos da região, sendo parte integrantes da colônia de pescadores de Praia do Forte e parte ligada ao Projeto Tamar. Além destes, pessoas da comunidade em geral também foram ouvidas.

Ilustração
Mapa de Praia do Forte (reprodução)
(1999)

3.2 Um pouco da história local: Praia do Forte – a terra tem dono

“Essas são as terras mais antigas do Brasil. Eram de Garcia D’Ávila, que veio para o Brasil com Thomé de Souza, o primeiro governador geral, em 1549. Inicialmente Garcia D’Ávila criou gado e instalou um mirante para vigiar o mar. No alto da colina construiu, entre 1550 e 1552, algumas casas, a igreja de N. S. da Conceição e sua própria residência, denominada de Casa da Torre. A partir de 1590 dedicou-se a conquistar novas terras e ampliar os seus domínios, expulsando invasores e tomando terras de índios” (Marcovaldi et al, 2000: 64).

A designação de “Praia do Forte” está relacionada com a história da colonização do Brasil. A Praia do Forte recebeu esse nome em virtude da existência de um forte no local.

No período que precedeu o descobrimento do Brasil, Portugal enviou àquela terra homens de armas e degredados para fundar a capital na Baía de Todos os Santos. Esses homens de armas viajaram sob o comando de Tomé de Sousa e, dentre eles, destacou-se um jovem chamado Gárcia D’Ávila. O jovem D’Ávila ficou responsável pelos armazéns que vieram do Reino, que foram edificadas em Salvador. Na História, esses fatos ocorreram em 1549. Para tomar conta dos armazéns, afirmou Calmon: “Não se sabe o que ganhou, administrando o material del-rei, nesses primeiros tempos da Bahia. O fato é que mudou de ofício ao chegar a caravela Galega carregada de gado vacum” (1983: 23), passando a dedicar-se à criação de gado, fato que ocorreu a partir de 1551. Conta ainda o historiador, que D’Ávila enriqueceu avançando seu domínio sobre as terras de Itapoã chegando até Rio Jacuípe, local em que se situava a angra de Tatuapara, onde ergueu a torre, que, pela fortaleza edificada, cedeu o nome à praia – Praia do Forte. A construção da torre tinha por finalidade impedir a entrada de invasores holandeses e piratas franceses, como contam em seus relatos os atuais moradores do local:

“A Praia do Forte é uma área privilegiada em termos da história do nosso país. Ocupada desde os primórdios da colonização brasileira, esta área foi o maior bastião luso-brasileiro na defesa da terra contra os piratas franceses e os invasores holandeses, assim como foi, também, importantíssimo ponto de apoio e de concentração daqueles baianos que se batiam a favor da independência do Brasil e, mais tarde, daqueles que apoiavam o Império contra as lutas

separatistas que abalaram o Primeiro e o Segundo Reinados” (citado por Funatura, 1987: 40).

A história de Praia do Forte, que remonta ao tempo de colonização do Brasil, indica que o forte funcionava dentro do modelo medieval havia um castelo, que era habitado por Garcia D’Ávila, e, ao seu lado, algumas casas, que eram a moradia dos que trabalhavam no castelo e uma igreja.¹⁰⁰ Sua existência data de 1552, tendo uma arquitetura similar à dos castelos europeus construídos durante a Idade Média. Desse tipo de construção, o castelo é o mais antigo do Brasil, sendo tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional.

“O primeiro Garcia d’Avila veio para o Brasil com Tomé de Souza, o Primeiro Governador Geral, em 1549. Inicialmente, criou gado nas proximidades de Salvador e por volta de 1552 instalou-se na angra de Tatuapara, aí fazendo construir, na praia, uma torre de onde se pudesse vigiar o mar e dar o sinal de chegada dos navios, amigos ou inimigos. No alto de uma colina próxima, fez construir casas de moradia, a igreja Nossa Senhora da Conceição e sua própria casa senhorial, que foi, assim a primeira a ser denominada Casa da Torre” (Funatura, 1987: 40).

A construção do forte para a proteção contra invasores era conhecida na época. Escolhiam-se locais distantes das praias, protegidos o suficiente, e que tivessem uma certa altitude que permitisse aos que se abrigavam ver qualquer chegada pelo mar sem, no entanto, serem vistos. Essa idéia de fortificação ou fortaleza fez com que o local fosse protegido dos invasores holandeses e franceses, que tentam ocupar o Brasil logo após o anúncio de sua descoberta. Foi o caso da capitania de Pernambuco, que sofreu com a invasão holandesa. Garcia D’Avila intensificou a conquista de terras, chegando a expulsar franceses que se aventuravam pela região, até que, em 1590, conquistou também Sergipe (Calmon, 1983).

Durante o século XVIII, a casa da Torre foi reconstruída e tornou-se “sede do maior latifúndio do Brasil, com terras na Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Piauí e Maranhão. Hoje, a Casa da Torre ... é chamada de Castelo Garcia D’Ávila” (Marcovaldi et al, 2000: 65).

¹⁰⁰ Para melhor localização veja o mapa de Praia do Forte, p. 147.

Da história que remonta ao período colonial, a Praia do Forte guarda apenas vagas lembranças trazidas a partir de relatos de alguns moradores. Conta-se que, posteriormente, no século XIX, as terras que antes se alastravam por vários estados da Região Nordeste foram divididas e a área do castelo foi transformada numa fazenda, porém antes foi alvo de lutas contra invasores holandeses, havendo resistência dos habitantes mestiços. Os moradores mais antigos do local relatam a história da fortificação e mostram que as relações sociais sofreram muitas mudanças em relação ao modo de vida, pois antes os moradores do local tinham como atividade principal o trabalho na fazenda de gado. Como nota-se a seguir: *“agora tá quase tudo novo, as coisas não são mais como antes. Antigamente todos viviam trabalhando na fazenda e tinha um lugar em que se matava as pessoas. (...)O meu pai trabalhava na roça, mas pescava de vez em quando. Mas, o meu marido era pescador”* (Entrevista –10).

Segundo me contou a entrevistada, durante muito tempo o modo de vida rural foi definidor das relações sociais de produção em Praia do Forte, mas essa realidade foi sendo alterada e, paulatinamente, a pesca foi ocupando o lugar da agricultura tornando-se a principal atividade econômica da região por volta da década de 30. O pai da entrevistada era trabalhador rural, tendo a pesca como atividade secundária; no entanto, o marido já tinha a pesca como atividade principal.

Como área particular, em 1970 a Fazenda Praia do Forte tornou-se propriedade de dois empresários paulistas, que decidiram transformá-la em área de preservação ambiental. A seguir mostrarei como foi construído esse processo.

3.3 Praia do Forte: Refúgio Particular da Vida Silvestre¹⁰¹

Cheguei à Praia Forte/BA em julho de 1999 com o propósito de dar continuidade à pesquisa iniciada em janeiro daquele mesmo ano em Regência (cujos dados são objeto de análise no próximo capítulo). Fiz o contato com o grupo do Projeto Tamar no local, por meio de telefonemas e e-mail, de modo que estava sendo esperada. Já conhecia Praia do Forte como local turístico; agora meu papel seria outro: o de problematizá-la, sobretudo com base na relação entre os indivíduos dessa comunidade e o Projeto Tamar. Buscando tal objetivo tão bem formulado por Durkheim (1983) nos termos de construção do problema sociológico, alguns elementos do ‘evidente’ chamaram-me a atenção. Um deles, sem dúvida, foi o ‘poder’ da Fundação Garcia d’Ávila¹⁰² – imediatamente detectado por meio de instrumentos de divulgação (placas, faixas e outros sinalizadores, sempre a ela reportados). Por meio de conversas informais, tomei conhecimento de que aquela fundação era presidida pelo proprietário de Praia do Forte. Por isso a Praia do Forte, ou melhor, a Fazenda Praia do Forte é um Refúgio **Particular** de Animais Silvestres¹⁰³, em que está evidente tratar-se de propriedade particular.

A Fazenda Praia do Forte destinava-se à produção do coco, sendo caracterizada por um tipo de agricultura em larga escala. No entanto, no processo produtivo, as relações de produção se davam dentro de uma agricultura nos moldes tradicionais, em que o trabalhador sobe descalço com um facão em punho e corta o coco (Funatura, 1987).

¹⁰¹ Entende-se por Refúgio de Vida Silvestre uma área que tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, sendo da categoria unidade de conservação de proteção integral (Lei 9985/2000, art. 13, *caput*). O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários (Lei 9985/2000, art. 13, §1º).

¹⁰² Fundada em 1981 pelos proprietários de Praia do Forte, tem como principal objetivo controlar o crescimento desordenado na localidade e implementar planos e programas para a “preservação da natureza”.

¹⁰³ Portaria nº 064, de 06 de fevereiro de 1984.

A iniciativa de transformar a Fazenda Praia do Forte¹⁰⁴ em unidade de conservação partiu dos próprios proprietários Wilherm Hormann Klaus Peters e Detler Amdres Manfred Peters – conhecidos como irmãos Peters –, mas apenas Klaus Peters¹⁰⁵ aparece como proprietário, sendo chamado pelos pescadores de “alemão”.¹⁰⁶ Na verdade, os pescadores têm razão porque embora sejam paulistas, os proprietários são descendentes de alemães.¹⁰⁷

Em função da extensão da área e com os objetivos de melhor administrá-la e protegê-la, um dos proprietários encomendou um Plano de Manejo¹⁰⁸, que foi realizado pela Fundação Pró-Natureza – Funatura, em 1987, dentro do seguinte entendimento: “instrumento básico a fornecer diretrizes para a conservação dos recursos naturais contidos na Unidade (...)” (Funatura, 1987: 2), mas também como elemento capaz de dar subsídios para a formulação de uma proposta de desenvolvimento sustentável, ou seja, buscar o desenvolvimento dentro de um planejamento estratégico, em que a sustentabilidade aparece como pano de fundo. No entanto, a visão dos empresários deve ser inserida no contexto histórico da política brasileira.

Desde 1975 as áreas fixadas entre os limites dos municípios de Camaçari e Mata de São João (onde está situada a Praia do Forte) pertencem ao Parque Ecológico e Reserva Florestal de Garcia D’Ávila (Programa de Proteção à Natureza – PRONATUR/BA e Decreto estadual nº 24643/75), sendo áreas particulares passíveis de desapropriação. Entretanto a desapropriação não ocorreu (Funatura, 1987) e os proprietários solicitaram ao IBDF a regulamentação da unidade como Refúgio Particular (Portaria/IBDF nº 064/77).

A solicitação feita pelos proprietários ao IBDF parece ter relação com o teor das políticas públicas governamentais da época, que tinham caráter desenvolvimentista e visavam ao crescimento da indústria e do turismo, com forte entonação na urbanização da

¹⁰⁴ Além de Praia do Forte, aos irmãos Peters também são proprietários de outras fazendas: Covão, Camaragipe e Passagem Grande. Todas localizadas no município de Mata de São João/BA. Não tenho dados sobre o tamanho da área.

¹⁰⁵ Não foi entrevistado, porque *a priori* não fazia parte do interesse de pesquisa.

¹⁰⁶ Essa questão suscita uma análise em relação as diferenças étnicas em Praia do Forte. Embora seja importante, não é parte do meu interesse nesse estudo.

¹⁰⁷ Na época em que compraram a fazenda, os proprietários tinham conhecimento de uma norma (Portaria de nº 327/77) do antigo IBDF, que regulamentava a existência de uma unidade de conservação para áreas particulares (Funatura, 1987). Acrescento, entretanto, que sua destinação como unidade de conservação trouxe-lhes alguns benefícios, como por exemplo, a redução de impostos territoriais.

¹⁰⁸ Ver em anexo: os objetivos do Plano de Manejo da Fazenda Praia do Forte.

faixa litorânea da Região Nordeste (Franco, 1993; Diegues, 1997; Ferreira, 1999). Conforme observa Luchiari (1997), a política do governo federal no início da década de 80 impulsionou o turismo, principalmente na região litorânea do Nordeste. Tal fato preocupou os proprietários da área, que encomendaram um Plano de Manejo para melhor administrar o local.

Desse modo, ao Plano de Manejo caberia informar aos proprietários sobre os recursos naturais disponíveis na área e como deveriam ser utilizados dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, com o seguinte significado: “(...) otimizar o gerenciamento da fazenda, aliando medidas efetivas de proteção dos recursos naturais do uso público e à exploração econômica da mesma” (Funatura, 1987: 4).

A perspectiva tomada pelos proprietários da área foi dirigida à exploração econômica, tomando a natureza como mercantil, isto é, foram buscados meios para que fossem retirados da natureza, com base na apropriação e troca, valores que se transformam em bens e serviços, como por exemplo, a exploração turística de paisagens.

O esforço dos proprietários para transformar Praia do Forte num empreendimento lucrativo, por meio da exploração de sua beleza paisagística, pode ser compreendido sob a ótica da perspectiva de “natureza mercantil”. A idéia de natureza mercantil é apresentada conforme Godard, que assim a define:

“A natureza encontra aqui um reconhecimento na medida em que ela constitui fonte de mercadorias. Segundo uma via direta, conseguimos inserir os elementos naturais no âmbito da apropriação e da troca, o que implica sua separação tanto do estado natural quanto do contexto de sua produção. Segundo uma via indireta, conseguimos estabelecer e fixar uma relação entre certos bens e serviços mercantis e um certo estado ou uma certa representação da natureza, de maneira que o acesso a uns e outros apareça como indissociável, como no caso das ligações entre o turismo hoteleiro e as passagens das regiões turísticas” (1997: 249).

Segundo as considerações do autor sobre a natureza mercantil tem-se, em primeiro lugar, a noção de apropriação e troca da natureza. Essa apropriação ocorre quando a natureza é considerada uma mercadoria, podendo ser objeto de “troca” no mercado. Godard (1997) dissocia a natureza do estado natural – idéia de original, apresentada anteriormente a partir de Merleau-Ponty (2000) – da natureza situada no contexto da

produção. Essa perspectiva tomada pelo autor vai ao encontro do conceito de natureza em Husserl (citado por Merleau-Ponty, 2000). Nele Husserl mostra que a natureza é produto da percepção humana.

A segunda noção trazida por Godard (1997) em relação à natureza mercantil associa os bens e serviços (como por exemplo o turismo) às representações da natureza. Portanto, o modelo de Praia do Forte é baseado na idéia de uma natureza mercantil, porque como viu-se anteriormente, os proprietários da área se apropriaram da natureza (beleza paisagística do local) e construíram um empreendimento ambiental.

O empreendimento ambiental foi sendo construído e a possibilidade de o Projeto Tamar se instalar na área pode ter sido vista pelos irmãos Peters como uma forma de justificar a apropriação da natureza em Praia do Forte.

Dessa forma, podem-se compreender algumas ações dos proprietários de Praia do Forte. Em primeiro lugar, a idéia de tornar a área uma unidade de conservação, que pode ser entendida como um conjunto de ações direcionadas ao controle do desenvolvimento urbano, que passava a se alastrar de modo ‘desordenado’ pelo litoral brasileiro (Franco, 1993). Em segundo lugar, a “permissão” para a instalação do Projeto Tamar e, posteriormente, de sua sede nacional, o que daria legitimidade às ações preservacionistas que os proprietários tinham intenção em desenvolver na comunidade de pescadores. Essas ações podem ser enunciadas como formas de controle social, em que o papel do Projeto Tamar aparece, em determinados momentos (cf. consegui perceber de acordo com falas de pescadores), como mero coadjuvante. As formas de controle são definidas sobre: a especulação imobiliária em Praia do Forte, as edificações (inclusive casas de pescadores, que não podem ser reformadas), os tipos de comércio, o tipo de urbanização (em que não é permitido o asfaltamento, tentando manter as características “originais” do lugar), o acesso à praia. Essas formas foram estabelecidas por meio do Plano de Manejo nos seguintes termos:

“Um fator que condiciona fortemente o manejo do Refúgio é sua localização, em grande extensão, junto à praia que é, basicamente, feito pelo Refúgio e todas as atividades aí desenvolvidas ocorrem sem que o público obedeça ou diferencie qualquer situação de limites praia/propriedade particular. Com isto, são inúmeros os problemas a serem enfrentados e com os quais ter-se-á que conviver: o acesso à praia não poderá ser impedido; a frequência

não é selecionada, ou seja, o público não é educado e polui a área, se embebeda, congestiona as ruas da vila com seus veículos, alimenta um tipo de comércio de bebidas e comidas que funciona em condições clandestinas e precárias de higiene e de maneira desorganizada (Funatura, 1987: 45).

Além disso o Plano de Manejo considera:

“A existência da vila na propriedade também é um fator que condiciona uma série de recomendações de manejo. Mesmo sendo uma comunidade pequena, necessita de vários serviços básicos e que têm sido implantados precariamente, como comércio, e outros, com transporte, que visa atender-la mas que contribui para a chegada de elementos indesejados (...)” (Funatura, 1987: 45).

Gostaria de observar que não se tem interesse em analisar as idéias apresentadas pelo Plano de Manejo, tomando-as apenas como dado. Assim, segundo esses dados, a transformação de Praia do Forte como “natureza mercantil” deve estar submetida a algumas recomendações (que incluem uma visão pré-definida dos que freqüentam a praia) buscando dar efetividade às formas de controle social. Grosso modo, essas idéias devem ser apreendidas enquanto uso da racionalidade capitalista, fruto de uma visão empreendedora que associa a exploração econômica aos princípios ambientais, definida, conforme Viola (1998) e Leis (1999), como “ambientalismo empresarial”.

Segundo Leis (1999), o ambientalismo empresarial é constituído por empresários que efetuam seus negócios relacionando os padrões ambientais e adotando-os como estratégias de competitividade. Apresenta uma visão otimista sobre o crescimento econômico e sustentabilidade e tornou-se mais evidenciado a partir da criação do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (Business Council for Sustainable Development – BSCD), fundado em 1990. Esse conselho organizou diversas conferências, das quais resultou o relatório “Mudando o Rumo” (Changing Course), publicado em 1992 (cf. Leis, 1999). O grupo pretendia dar uma ressignificação para o lugar onde seria promovido o desenvolvimento sustentável, dando ao setor privado o espaço que antes – até Estocolmo – pertencia ao setor estatal. A intenção do BCS D representa “o esforço das empresas multinacionais para atender ao desafio ambiental e participar assim na definição das novas regras da política global” (Leis, 1999: 157).

Pode-se entender, portanto, que a visão daqueles empresários convergiu para a posição assumida pelo BCDS, qual seja: eles traçaram um plano de desenvolvimento sustentável para Praia do Forte, em que o capital investido estaria sendo canalizado para a preservação ambiental – essência da proposta do ambientalismo empresarial –, conteúdo da “natureza mercantil”(cf. Godard, 1997). Nesses termos concorda-se com a análise feita por Leis (1999) de que parece haver uma tendência de assimilação dos valores relacionados à natureza pela ‘nova burguesia’, inclusive como forma de atualizar sua visão de mundo.

No entanto, buscar a preservação ambiental, mesmo dentro de uma visão do ambientalismo empresarial, parece paradoxal. Pois sabe-se, de antemão, que o empresário capitalista sempre definiu sua relação como sendo capital-trabalho, deixando de lado qualquer sentido de preservação, ao contrário, destruindo a natureza. Todavia, no setor estatal a situação não era diferente. No Brasil as décadas de 70 e 80 foram marcadas por políticas públicas estatais que se direcionavam para o crescimento industrial, denominado de progresso. Essas políticas forneciam incentivos fiscais para a instalação de indústrias e intensificava a integração regional, definindo pólos de desenvolvimento industrial (Bielschowsky, 2000).

Conforme o Plano de Manejo de Praia do Forte, um dos fatores mais preocupantes para o manejo daquela unidade de conservação era o crescimento industrial e o acelerado processo de urbanização do litoral, que significava um aumento da população em localidades circunvizinhas à Praia do Forte como Camaçari/BA. Essa preocupação tinha lugar de ser porque havia sido instalado em Camaçari/BA o Complexo Petroquímico, que:

“alterou profundamente as características demográficas do município de Camaçari, projetando em seus principais distritos da época (Camaçari e Dias D’Ávila) os impactos decorrentes de um fluxo migratório muito expressivo que atingiu seu máximo no período 78/80 (... com) a chegada de 20.523 pessoas no município de Camaçari, corresponde(ndo) a uma média de 6 famílias/dia ...” (EIA¹⁰⁹, 4^a parte, 1989: 21/5. Citado por Franco, 1993: 79).

Considerando-se que o município de Mata de São João é vizinho do município de Camaçari e também região de influência do Copec, pode-se compreender a preocupação dos proprietários da Fazenda Praia do Forte e outras (já citadas) em conter o

crescimento urbano, impedir o loteamento das fazendas e definir o Plano de Manejo para a área. A política adotada pelo governo brasileiro era de intensificação do processo industrial em todas as regiões. Como conseqüência dessa política, gerou-se no litoral brasileiro, sobretudo no baiano, um crescimento demográfico descontrolado, definido por pessoas que vinham em busca de emprego e traziam consigo suas famílias (Franco, 1993). O governo federal não atentou para o fato de que, para estimular uma política “desenvolvimentista”, era necessário “preparar o terreno”, o que significa dizer, investir em infra-estrutura urbana e definir uma política de geração de emprego que absorvesse os impactos decorrentes do crescimento demográfico.

Entretanto, a questão da “entrada” de pessoas de fora na comunidade de Praia do Forte não era preocupação apenas dos proprietários. Alguns moradores nativos também perceberam que em determinado período (década de 70) houve um crescimento da população, em função de pessoas que vinham de outras localidades. Em uma das entrevistas, um pescador nativo de Praia do Forte contou-me que, em determinado período, houve um certo estímulo ao crescimento urbano da praia, promovido a partir do loteamento, a saber:

“Veja bem, antes só tinha um meio de vida aqui – a pescaria. Pescaria numa fazenda, o pessoal pescava e trabalhava numa fazenda, daí o dono da fazenda abriu um loteamento, o pessoal foi construindo, e aí foi gerando emprego, o pessoal foi tomando conta da casa, abrindo pousada, gerando mais emprego. E a própria empresa construía também, (assim) foi chegando mais gente e foi crescendo a população” (Entrevista – 9).

Com isso, pode-se perceber que Praia do Forte encontrava-se inserida no contexto do crescimento desordenado, sendo área de influência da Região Metropolitana de Salvador – RMS, conforme mostra-se a seguir, com base no seu Plano de Manejo:

“Oficialmente, Mata de São João situa-se fora da Região Metropolitana de Salvador (RMS), considerando-se como limite desta o rio Pojuca. Porém, várias situações vividas pelos municípios deste Região Metropolitana, ainda se fazem sentir em Mata de São João. A rigor, este Município está na periferia de descontinuidade urbana (COMPOR, 1985), região composta por municípios ainda muito ligados ao centro maior, Salvador, porém apresentando,

¹⁰⁹ Significa: Estudo do Impacto Ambiental.

ainda, áreas não urbanizadas e/ou desocupadas, que a separam das zonas centrais” (Funatura, 1987: 33).

Com efeito, há influência da RMS sobre Praia do Forte, que sofreu, portanto, os impactos causados pelo processo de desenvolvimento industrial e de urbanização, processo esse que foi intensificado a partir da criação do Centro Industrial de Aratu e principalmente do Copec. Esses dois elementos são apresentados no Plano de Manejo de Praia do Forte como sendo os principais responsáveis “pela ocupação desordenada de toda orla marítima ao norte de Salvador” (Funatura, 1987: 33).

As conseqüências sofridas pelos indivíduos dessa comunidade de pescadores, em razão do crescimento desordenado do litoral norte baiano, são enunciadas como “desvios de antigas formas de trabalho”, notadamente:

“Quanto às populações tradicionais que habitavam a área, em pequenos núcleos de pescadores e alguns agricultores, cada vez mais vão elas sendo desviadas de suas antigas formas de trabalho, voltando-se para novas modalidades de ocupação que vão surgindo com a multiplicação das casas e dos hotéis de veraneio. Estes antigos ocupantes, vêem-se, assim, forçados a adaptar-se às novas circunstâncias, principalmente, porque os novos empregos trazem rendimentos imediatos e certos, seja no caso de pequeno comércio para atendimento aos novos habitantes, seja na construção destas habitações, seja na condição de assalariados diretos destes novos habitantes, como caseiros, jardineiros e empregados domésticos” (Funatura, 1987: 34).

Esses “desvios” podem ser interpretados como novas formas de relações de trabalho. Nessa lógica se encaminham estudos feitos por Diegues (1996; 1997a) e Luchiari (1997), em relação aos caiçaras do litoral norte do Estado de São Paulo. Segundo esses autores, a adoção do padrão de desenvolvimento nos moldes da urbanização e do investimento no turismo, produziu como resultado a marginalização socioeconômica e espacial dos caiçaras, havendo mudanças substanciais nas relações de produção. Dessa forma,

“A expansão do turismo nessa região (isto é no litoral norte de São Paulo) trouxe uma enorme contradição em relação aos recursos naturais. A justificativa da expansão do turismo é a preservação do recurso natural para ser usufruído pelo turista, ao passo que os empreendimentos imobiliários que vêm atrás dele vão destruindo os

recursos naturais, privatizando-os e criando um ambiente artificial” (Luchiari, 1997: 71).

Conforme a autora, a trajetória da proposta desenvolvimentista é marcada por uma contradição em relação ao uso dos recursos naturais, em que se compreende uma faceta escusa em relação ao significado não só do desenvolvimento industrial, mas também relativa ao turismo. Essa proposta apresenta-se como uma possibilidade de absorver a mão-de-obra local, que tem custos baixos, e se destina aos serviços gerais, por meio de subempregos, contribuindo para a expansão imobiliária. Veja a seguir o que afirmam Kowarick e Campanário (1993) a esse respeito.

“(...) a exploração da mão-de-obra não qualificada, no uso pouco racional das matérias-primas e dos recursos naturais existentes, com baixo padrão tecnológico e gerencial na maioria das unidades produtivas, o modelo econômico implantado no pós-guerra reproduziu e aprofundou um padrão perverso de capitalismo, associando, até o final dos anos de 70, acelerando o crescimento econômico com acentuada pauperização” (Kowarick e Campanário, 1993: 255).

A configuração do modelo de industrialização dos anos 80 contou com poucos ajustes daquele utilizado na década anterior. No entanto, conforme assinalaram os autores citados, do ponto de vista da classe trabalhadora, a situação apenas se agravou, pois considerando pesquisas realizadas no Estado de São Paulo (cf. Kowarick e Campanário, 1993), observou-se que o salário real decaiu cerca de 60% em relação à década de 70 (e note-se: tratava-se da região mais rica do país). As ações indicadas pelo modelo de desenvolvimento adotado para a Região Sudeste serviram como espelho para as demais regiões do país, especialmente para o Nordeste.

Em Praia do Forte o impacto causado pela industrialização foi verificado quando da realização do Plano de Manejo, como salientado a seguir:

“Existe aí uma tradicional vila de pescadores, a vila da Praia do Forte que, a despeito dos esforços dos proprietários da fazenda em tentar manter vivas as tradições culturais e ocupacionais desta população, vem ela, cada vez mais, sofrendo as mesmas transformações por que passam as outras vilas de pescadores da orla marítima, impulsionadas, em última análise, pelo desenvolvimento

industrial da Região Metropolitana de Salvador” (Funatura, 1987: 34).

Dessa forma, aqueles moradores nativos que insistem em permanecer na atividade pesqueira são vistos como remanescentes, pois os jovens da comunidade não querem mais ser pescadores, como mostra o depoimento a seguir: “(...) *os jovens correm atrás de emprego na cidade, não querem ser pescador como os pais ...*” (Depoimento de pescador, citado por Marcovaldi et al, 2000: 69). Alguns estudos na área têm confirmado essa tendência. Maldonado (1986), Diegues (1996; 1997a) e Leonel (1998) mostram em seus trabalhos que a pesca tende a se tornar uma atividade assalariada. A atividade pesqueira artesanal (cf. Maldonado, 1986) perde seu espaço para a pesca industrial, posto que os pescadores artesanais e autônomos passam a se submeter às relações de assalariamento por não terem condições de competir com os empresários, que dispõem de embarcações maiores e melhor equipadas. Em Praia do Forte esta tendência pôde ser percebida desde a década de 80, conforme enunciava o Plano de Manejo:

“A incerteza dos resultados, a competição com os pescadores amadores provenientes dos loteamentos e hotéis, que usam melhores equipamentos e as ofertas de emprego por parte de proprietários de barcos maiores e de empresas pesqueiras e outros empregos surgidos com as transformações da área, vêm diluindo a figura do pescador tradicional” (Funatura, 1987: 35).

Nessas considerações percebe-se que houve um custo social, gerado pelo desenvolvimento, e que em Praia do Forte se expressou por meio de um reflexo do crescimento industrial do RMS. O desenvolvimento aliado ao crescimento industrial aparece como uma fórmula imediata de geração de emprego e renda na ‘nova ordem social’. Nessa ótica, os custos social e ambiental não são avaliados (Luchiari, 1997; Bartholo Jr. e Bursztyn, 1999).

Ressalta-se, todavia, que a visão dos empresários de Praia do Forte, apesar de vislumbrarem o lucro capitalista naquele empreendimento, foge um pouco dessa ‘nova ordem social’, isto é, do desenvolvimentismo. Na verdade, eles lançam mão da visão ambientalista, procurando estabelecer o custo ambiental dos empreendimentos, inclusive por meio do Plano de Manejo. Porém, o custo social, que tinha como consequência a

diluição do papel do pescador tradicional, não foi devidamente assimilado pela ótica dos empresários.

Em relação ao custo social, durante a realização do trabalho de campo essa questão foi trazida por alguns entrevistados, sob o ponto de vista de que os aspectos culturais foram relegados e que ‘a indústria da pesca’ estava, paulatinamente, ocupando o espaço do pescador autônomo.

Com efeito, mesmo que a visão empreendedora e ambientalista dos proprietários de Praia do Forte se dirigisse para uma noção de desenvolvimento sustentável, com base no ecoturismo (turismo ecológico), com planejamento e controle sobre o crescimento urbano, as conseqüências inexoráveis advindas pela situação conjuntural de Praia do Forte, em relação ao programa de integração nacional, promoveu uma série de mudanças socioculturais naquela comunidade, sobretudo considerando a redefinição da atividade pesqueira, com implicações diretas sobre as práticas sócio-culturais dos pescadores e suas famílias.

Esse processo que já era complexo, torna-se ainda mais confuso com a chegada de pesquisadores do governo, na época IBDF, que vêm estudar a área, procurando informações sobre tartarugas marinhas. Na seqüência, abordarei a chegada desses pesquisadores, a forma como se dá o processo de intervenção naquela comunidade e qual é o seu significado.

3.4 A chegada do Projeto Tamar em Praia do Forte

Em junho de 1980 a Praia do Forte foi visitada por Guy Marcovaldi e Maria Ângela Marcovaldi, dois jovens oceanólogos contratados pelo IBDF a fim de identificar a existência de tartarugas marinhas. Como os proprietários da área tinham uma visão ligada ao “ambientalismo empresarial”(Viola, 1998 e Leis, 1999), dentro da perspectiva de transformar Praia do Forte em “natureza mercantil” (Godard, 1997), houve a imediata aceitação do grupo de pesquisadores do Projeto Tamar por parte daqueles empresários. A chegada do grupo ocorreu em junho de 1982 e correspondia à última etapa do trabalho de campo, que consistia no levantamento de áreas de reprodução e alimentação das tartarugas marinhas do litoral e ilhas oceânicas do Brasil.

Os pesquisadores do Projeto Tamar obtiveram informações de que havia um número significativo de desovas e além disso muitos animais eram capturados em redes de pesca, ou mesmo quando vinham à praia para a reprodução. Constataram que os ovos eram retirados, mas não eram apreciados pela comunidade local e que a tartaruga não tinha a mesma importância “cultural” como para as comunidades de Pirambu/SE e Regência. Assim eles dizem: “Os pescadores sequer conheciam tão profundamente hábitos de comportamento dos animais, como os tartarugueiros de Pirambu e os carebeiros de Regência, cujas práticas não se repetiam em Praia do Forte, nem em outras localidades da região” (Marcovaldi et al, 2000: 63).

Logo após sua chegada, o grupo de pesquisadores encontrou um arquiteto que ali estava para projetar e implementar um plano de urbanização e ocupação da Praia do Forte, encomendado pelos proprietários da Fazenda Praia do Forte. Os proprietários se interessaram de imediato pela proposta apresentada pelos pesquisadores do Projeto Tamar que consistia, sobretudo, na preservação das tartarugas marinhas e prometeu ajuda-los para a implantação da base de proteção no local. Por essa razão, o trabalho de mapeamento da área realizou-se simultaneamente com o projeto de urbanização, sendo muitos assuntos discutidos em conjunto (Marcovaldi et al, 2000).

Com base na teoria da ação social, pode-se interpretar a partir de Weber (1991) a conduta dos empresários como intencionais e produtoras de sentido, dentro de sua racionalidade, porque a vinculação entre eles e o Projeto Tamar legitimaria as suas

condutas – por ser uma política pública de caráter governamental e federal, bem como daria visibilidade ao seu projeto de transformar a área em natureza mercantil. Assim, os pesquisadores tiveram não só o aval dos proprietários, mas também apoio logístico inicial, para instalar a terceira base de proteção do Projeto Tamar, o que se deu em 1982, logo após a instalação das bases de Pirambu/SE e Regência.

Pode-se compreender as relações entre os proprietários e o Projeto Tamar como uma simbiose que associa o “ambientalismo empresarial” e a intervenção governamental (Viola, 1998 e Leis, 1999).

Desse modo, o compartilhamento de interesses em relação à preservação ambiental aproximou os pesquisadores do Projeto Tamar aos proprietários da área, que logo iniciaram discussões para transformar Praia do Forte em uma área de proteção permanente. Essa possibilidade seria uma perspectiva de proteger Praia do Forte, por longo prazo, do processo de urbanização “descontrolado”. Na simbiose entre os empresários e o Projeto Tamar houve a união entre o útil e o agradável, num quebra-cabeça onde as peças se ajustavam. A vinda dos pesquisadores com o fim de estudar e proteger as tartarugas marinhas funcionou como um ajustamento à racionalidade empresarial ambientalista dos proprietários da Fazenda Praia do Forte. As peças se encaixaram num mecanismo em que a confiança, que significa “uma forma de ‘fé’, na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva (...)” (Giddens, 1991: 35). Essa confiança se estrutura com base no reconhecimento de que os pesquisadores constituem-se em um sistema perito, possuindo ‘capital cultural’ para implantar um programa de preservação ambiental. Estabelecendo-se mecanismos de encaixe baseados na confiança, ter-se-ia um compromisso entre as partes, levando-se a considerar Praia do Forte como um espaço em que a natureza seria protegida, tornando-a uma “natureza mercantil” (Godard, 1997).

No entanto, não se pode deixar de destacar que, além dos proprietários da área e do Projeto Tamar, outros indivíduos constituem o todo social, que se pode chamar de comunidade de Praia do Forte. Esses indivíduos são pescadores, moram na vila, que fica no centro da praia, e estavam lá muito antes das terras serem adquiridas pelos seus atuais proprietários. Tem-se, portanto, a constituição do contexto de Praia do Forte: a presença de três atores sociais, a saber: proprietários (iniciativa privada), Projeto Tamar (Ibama/Estado)

e os pescadores (população nativa), que sofreram o processo de intervenção dentro de uma dupla perspectiva (novos proprietários e governo).

Todavia, não foi a primeira vez que a intervenção de agentes externos em comunidades (que constituem populações tradicionais) ocorreu de forma impositiva, alterando o modo de vida (hábitos e práticas) dos indivíduos, sem que haja prévia discussão, em que os pontos de vista dos nativos sejam considerados. Muitas análises mostram que governo e iniciativa privada aliam-se em processos de intervenção, buscando como objetivo o desenvolvimento – sinônimo de crescimento econômico –, porém desestruturando os modos de vida dessas populações (Martins, 1991; Diegues, 1996 e 1997a; Luchiari, 1997).

A forma como o processo de intervenção do Projeto Tamar ocorreu em Praia do Forte suscitou questionamentos dos moradores nativos – comunidade de pescadores – e se entre proprietários e Projeto Tamar houve a construção de uma relação calcada em mecanismos de encaixe e na confiança nos sistemas peritos (Giddens, 1991), a perspectiva dos que sofreram a intervenção foi outra.

Durante a realização do trabalho de campo, pude sentir que a comunidade tinha vontade de expressar seus anseios, não só como uma forma de resistência ao processo de intervenção da política pública – Projeto Tamar –, mas também para confrontar-se aos proprietários, que, assim como os agentes do Projeto Tamar, eram indivíduos “de fora” da comunidade. Nas entrevistas, muitos pescadores mostravam-se críticos à atuação conjunta daqueles dois atores sociais, por assim dizer: “*Ele [referindo-se ao presidente do Projeto Tamar] juntou mais o alemão [proprietário da área], que agora estão de mal, estão brigado, estão separado. Mas, antes quando o alemão veio para a cidade, veio junto com ele para fazer o fundo e entrar*” (Entrevista – 1).

O pescador afirmou nas entrelinhas do seu depoimento que, ao chegar no local, “o alemão” trouxe o Projeto Tamar como uma forma de justificar suas ações, que eram traçar o plano de urbanização e controlar o crescimento de Praia do Forte, o que sugere que a simbiose entre iniciativa privada e governo se deu dentro de uma perfeita harmonia, embora, atualmente, esteja passando por uma crise. Essa relação simbiótica promove uma confusão de papéis, que pode ser tomada para análise sociológica, a partir da noção de público e privado, trazida por Da Matta (1991), a saber: o público é tomado como

mundo da rua, produtor de um discurso totalizado, que usa de mecanismos impessoais, em que as leis determinam as relações. Pode-se fazer uma analogia com o tipo ideal weberiano de dominação racional-legal. Nesse tipo a lei limita o conjunto das relações sociais, sendo o recurso que garante a legitimidade do discurso dominador (Weber, 1986).

Para interpretar a associação feita pelo pescador (no trecho da Entrevista – 1 anteriormente registrado), em relação ao proprietário da área (iniciativa privada) e os pesquisadores do Projeto Tamar (representantes do governo federal), utiliza-se a noção de tipos de dominação como formas de controle social numa releitura de Weber (1986). A apropriação dos conceitos weberianos permite a compreensão de relação de interesses entre a política pública federal e os proprietários. Veja como entender tal relação.

Por ser uma propriedade particular, Praia do Forte não pode sofrer alterações que não estejam de acordo com seus planos de urbanização e de manejo, submetidos ao crivo da Fundação Garcia D'Ávila. A vila de pescadores integra a propriedade particular, tendo os moradores apenas a posse de suas casas, mas não a propriedade do terreno em que foram construídas. O discurso que legitima a propriedade sobre a terra se funda nos aspectos legais do direito de propriedade. O que pode ser compreendido como uma forma de controle social, entendido como expressão da dominação racional-legal por parte do proprietário sobre os moradores da vila (Weber, 1986).

A complexa relação de poder que tem lugar em Praia do Forte está relacionada à origem daquela terra. Martins (1993) faz uma interessante análise sobre a confusão estabelecida entre posse e propriedade e que utilizei para poder entender essa relação em Praia do Forte. Afirma o autor:

“Até 1850, o direito brasileiro acomodava a posse no interior da propriedade. Não as punha em conflito, além do que o rei mantinha a propriedade eminente da terra, em qualquer caso. O direito de usar e o direito de ter eram separados e combinados. A enfiteuse¹¹⁰ vingou como forma de acomodação. Quando o posseiro desejava desfazer-se da posse (terreno ou casa) havia o direito preferencial do proprietário na sua aquisição. Isso tornava possível, por exemplo, que alguém fosse legítimo proprietário de uma casa em terreno que pertencesse legitimamente a outro” (Martins, 1993: 67).

¹¹⁰ A enfiteuse é um instituto jurídico, que dissocia o direito de usar o bem (posse) e do direito de ter (propriedade).

A situação em Praia do Forte é exatamente essa: toda a área é propriedade particular e as casas têm donos diversos, ou seja, na verdade, a vila de pescadores de Praia do Forte é uma concessão de uso dada pelo proprietário das terras. Essa relação é intrigante para a comunidade e muitas vezes não lhe parece clara. De fato, é algo inusitado pois, como sou dono de uma casa, que está numa terra que não é minha? Da indagação produz-se uma ‘situação de crise’, que se projeta não apenas sobre os particulares, donos de Praia do Forte, mas sobre o Projeto Tamar, que é o representante do poder público mais “presente” no local.

Como os pesquisadores do Projeto Tamar são vistos como aliados dos proprietários da área por compartilharem dos mesmos interesses – dentro de uma relação simbiótica – e, como são investidos pela lei por serem agentes governamentais (pelo menos de acordo com a ligação ao IBDF/Ibama), também fazem uso do discurso de dominação racional-legal (Weber, 1986).

A racionalidade dos pescadores absorveu os dois discursos como um só, por meio da dominação racional-legal. Eles enxergam os interesses dos proprietários e do Projeto Tamar como sendo único. Dentro de sua complexidade, o cenário se transforma de

“*locus* de uma dinâmica de harmonização e integração, acabam corporificando espaços de confrontação de lógicas setoriais, cujo desafio equivale à dominação de um deles sobre os outros. Nessa confrontação, o jogo de cada órgão consiste, de certa forma, em se tomar a parte pelo todo” (Godard, 1997: 226).

Apropriando-me da idéia do autor, pude compreender a dimensão do conflito instaurada em Praia do Forte. A confrontação entre as duas lógicas setoriais são assumidas como uma relação simbiótica entre interesses particulares e governamentais de um lado e pescadores e suas famílias (comunidade) do outro. Estabeleceu-se, assim, um paradoxo entre os atores “de fora” – estranhos à comunidade – e os atores ‘de dentro’ – indivíduos que a integram.

O paradoxo entre os dois pólos da luta travada entre os atores sociais pode ser interpretado como um afrontamento. Inicialmente esse afrontamento deflagra uma relação de oposição, porém, posteriormente, engendra formas derivadas. As formas

derivadas podem surgir a qualquer momento, desde que haja um contexto apropriado para o estabelecimento do conflito (Godard, 1997). Assinalo ainda, partindo do autor:

“Os condicionantes desse afrontamento associam classicamente a afirmação de cada sistema de valores – eis o que se deve e o que não se fazer, eis como deve ser pensado o problema, eis aqui as referências gerais a serem adotadas etc. – e a negação dos outros, com todas as suas graduações: cegueira auto-referencial, conduzindo até mesmo a não se reconhecer a existência de outros princípios; negação ativa de sua existência; negação de sua validade interna; negação de sua pertinência para tratar uma situação dada” (Godard, 1997: 255).

Dentro dessa perspectiva, será discutida, a seguir, a construção das formas de afrontamento dos indivíduos da comunidade de Praia do Forte em relação aos atores sociais “de fora”. Esse afrontamento é construído dentro de estratégias discursivas formadas por heterogeneidades constituídas como modos diferenciados ou pluralidades de pontos de vista, que consistem numa busca incessante por legitimidade.

A ampliação das atividades do Projeto Tamar na área pode ser vista como uma exigência da comunidade por ser um programa governamental. O Projeto Tamar tem reconhecimento pelo trabalho desempenhado em ações pontuais, como se observa a seguir:

“Eles ajudam muito porque temos a ambulância, tem o carro da prefeitura mas, se tem alguma mulher pra ganhar neném, o Projeto Tamar vai levar, é mais fácil procurar o do Projeto Tamar do que procurar o carro da Prefeitura ... sempre não tá na hora e outra coisa: depois do horário o funcionário não vai. Ele não tá disponível pra fazer o socorro. E no Tamar sempre tá disponível, sabe por que? Porque o Zé mora em Praia do Forte. O Domingos mora em Praia do Forte. Adoeceu alguém, o carro da Prefeitura não tá aí, chama quem? Chama Zé, chama quem? Chama Domingos. Eles vão, às vezes liga pra Neto ou vai lá. Olha, tem uma pessoa doente. “– Ah, vô levar.” Não tem horário, nem do dia, nem da noite. Então, tem que elogiar o Tamar porque tá ajudando, entendeu? Às vezes os caras não ajuda, aí os pescadores vai ali e pede ajuda pros dono de barco, eu por exemplo, não tenho o que falar do Projeto Tamar” (Entrevista – 4).

Essas ações pontuais são bem recebidas pela comunidade, como pôde ser observado. Porém, ao mesmo tempo, a comunidade espera que o Projeto Tamar intervenha socialmente enquanto um programa de natureza estatal. A necessidade da intervenção

social aparece por meio da fala, como forma de ampliar a atuação do Projeto Tamar na comunidade. A demanda que a comunidade estabelece para o Projeto Tamar vai além de ações pontuais como absorver parte da mão-de-obra, implementar programas ligados ao ecoturismo e educação ambiental, e até mesmo auxiliar a população com a prestação de pequenos “favores” (como descreveu o entrevistado acima). A demanda implica na exigência de uma maior participação do Projeto Tamar dentro da comunidade.

Nessa interpretação contribui Pinheiro Coelho (2000) ao mostrar que essa exigência estabelecida pela comunidade para o Projeto Tamar consiste numa visão da política. Tratando do gosto pela política, a autora mostra que existem duas formas de apreensão do sentido de política entre os brasileiros. A primeira está relacionada à atividade política profissional, para o caso, estabelecida pela intervenção de uma política pública de natureza governamental em comunidades de pescadores. A segunda forma diz respeito à política referida à polis, isto é, “a política como uma atividade que envolve o processo de formação de opinião sobre o que é comum a todos na sociedade” (Pinheiro Coelho, 2000: 67).

Como enfatiza a autora, a política a partir de uma ação de governo está associada ao sentido de repulsa, vinculando-se a uma característica definida pela formação histórica da sociedade, que predomina no senso comum por meio de expressões do tipo “eu não gosto de política” ou “política, sexo dos anjos e religião não se discutem”. Essa visão da política restrita ao espaço público também foi abordada por Da Matta (1991), sendo analisada a partir da diferenciação entre público e privado. Para esse autor, a política pertence ao espaço público, enquanto os indivíduos estão localizados no espaço privado, suscitando uma espécie de exclusão destes em relação àquela. Para Pinheiro Coelho (2000), os brasileiros têm gosto pela política, mas eles não intencionam se apropriar da política institucionalizada como profissão (Weber, 1986). Por essa razão, mostram-se avessos a ela, assumindo muitas vezes uma posição paradoxal. A ambigüidade dos cidadãos em relação à política pode ser observada quando eles agem por meio de exigências como cobranças ao Estado ou, quando desejam, o (des)compromisso para com as instituições públicas e com os serviços por elas mantidos (Pinheiro Coelho, 2000).

Nesse sentido pode-se compreender a posição defendida pelo entrevistado, pois, sendo o Projeto Tamar uma política governamental pertencente à

instância federal, como pode ter limites em sua intervenção? Portanto, por que não gera emprego para toda a comunidade e amplia sua atuação?

A crítica, que pode ser percebida como um aspecto da constituição de uma situação de crise (Chaui, 1993), é feita pela comunidade à medida que o Projeto Tamar, enquanto política pública, não assume para si o papel de poder público e permite que o “privado” (empresários – donos de Praia do Forte) assuma este papel. Com isso a comunidade não consegue identificar com clareza quais são os objetivos do Projeto Tamar, dando vazão ao que disse um dos pescadores entrevistados: “*Eles colocam tanta coisa quando não é*” (Entrevista – 9) , o que significa que o público, em tese, deveria ser para todos. Por isso, a comunidade entende que proprietários das terras gerem emprego apenas para algumas pessoas, porém não entendem porque o Projeto Tamar não gera emprego para todos.

Além da limitação da atuação do Projeto Tamar em detrimento da atuação dos proprietários de Praia do Forte, outro fator aparece nas falas como produtor de conflitos. Trata-se do direito de propriedade.

Conforme Monteiro, com base no artigo 524 do Código Civil Brasileiro, o direito de propriedade consiste no “direito de usar, gozar e dispor dos seus bens e de reavê-los de quem injustamente os possui” (1989: 91). Esse entendimento pode ajudar a compreender a relação com o direito de propriedade em Praia do Forte.

A terra, que compreende a vila de pescadores e adjacências, é parte de uma complexa relação de poder e dominação em Praia do Forte. Assim, o conflito se estabelece porque os moradores não têm o direito de propriedade sobre o lugar onde moram, pois, como registram Marcovaldi et al (2000), a vila de pescadores foi doada à municipalidade e está preservada por contrato de comodato com os moradores (que podem passar o direito de uso a herdeiros e sucessores), mas estão impedidos de vender as casas ou de reformá-las. Na consciência coletiva da comunidade é difícil compreender essa “indisponibilidade” do seu bem. Essa incompreensão vem sobretudo porque a noção de propriedade para os pescadores é diferente daquela que as sociedades urbano-industriais utilizam.

Segundo Diegues (1996), a propriedade da terra para os pescadores apresenta-se como um elemento de coletivização, em que todos podem fazer uso, sem ser

uma terra que pertence a um dono determinado. A noção da apropriação “coletivizada” da terra faz com que a percepção que os indivíduos das comunidades de pescadores a definam com significados diferentes. Assim, mesmo que a ação dos proprietários tenha por objetivo permitir que os pescadores permaneçam habitando as localidades próximas à praia, conforme sugeriu o Plano de Manejo, a compreensão dos pescadores é outra.

Dessa forma, eles não compreendem o porquê de os proprietários da fazenda não lhes dar o direito sobre a propriedade, tendo apenas a concessão do uso. Para os que são “de fora”, ou seja, que chegaram em Praia do Forte sabendo que era uma propriedade particular e que tinha um dono determinado, é fácil reconhecer que a área pertence a alguém (particular e que, atualmente, é propriedade da Fundação Garcia D’Ávila, da qual um dos proprietários é presidente). Porém, a população nativa resiste ao entendimento de que Praia do Forte tem um único dono. Para ela o proprietário “acha que é dono”, mas o que pude perceber é que na consciência coletiva as terras são de todos, não de uma única pessoa. Essa racionalidade vai ao encontro do que afirmou Diegues (1997) sobre o uso dos espaços comuns por parte dos caiçaras, em que alguns podem plantar em terras que outros já haviam plantado, ou dividir o mesmo roçado.

Como um fator agravante a essa situação, os pescadores que não são contratados pelo Projeto Tamar como tartarugueiros se sentem excluídos do processo de intervenção, construindo um discurso de resistência contra os proprietários da área e também contra o Projeto Tamar. Essa questão pode ser melhor compreendida quando relacionada com a realidade socioeconômica da região, pois não se pode deixar de lembrar que Praia do Forte está situada numa das regiões mais pobres do Brasil, onde aqueles que recebem um salário fixo, mínimo, são privilegiados em relação à grande maioria da população que nada recebe ou que vive no trabalho informal – o chamado “bico”.

Além disso, a presença da pesca industrial torna a pesca artesanal uma atividade quase em extinção, servindo para aqueles pescadores que resistem à pesca industrial como uma atividade que não consegue assegurar-lhes a subsistência. Como me disse um dos entrevistados, hoje em dia “*o peixe tá pouco*” e, ademais, a maioria dos pescadores trabalha para donos de barcos, se submetendo a relações de assalariamento peculiares, pois não recebem salário como forma de pagamento pelo trabalho; apenas têm direito a uma parte do pescado. Essa parte do pescado é vendida a um intermediário, que

leva para feiras e mercados, porém paga ao pescador um preço muito baixo: R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por quilo.

A crítica construída pelos pescadores em relação à atuação do Projeto Tamar em Praia do Forte vai na direção do questionamento sobre a não-intervenção daquele agente externo sobre os pescadores “de fora”, sobre o preço pago pelo quilo do peixe. Segundo os pescadores, todos esses aspectos poderiam ser objeto de intervenção da política governamental, entretanto, nenhuma providência é tomada nesse sentido.

Dessa forma, o significado do Projeto Tamar não é apenas o de defesa dos ideais de preservação ambiental, mas também o de geração de emprego e renda para as comunidades envolvidas. Se a política de geração de emprego é restrita à contratação de alguns antigos pescadores da região, ou mesmo de seus parentes, poder-se-ia ter um tipo de dominação diferente da perspectiva racional-legal, que parece saltar aos olhos quando se analisam apenas os objetivos do processo de intervenção do Projeto Tamar em Praia do Forte.

Sendo assim, alguns pescadores vêem a situação como se estivessem sendo excluídos da participação junto ao trabalho de preservação, chegando inclusive a afirmar que existem critérios que não estão bem definidos na escolha de candidatos a vagas.

Entrevistei um tartarugueiro em Imbassaí, praia vizinha à Praia do Forte, em que alguns pescadores foram contratados pelo Projeto Tamar para fazer a monitoração e ele me contou que um pescador da região um dia lhe perguntou:

“– Venha cá rapaz, se eu matar uma tartaruga, o que é que dá? Eu tô lhe perguntando porque você tá aí e pode me explicar a situação. [Ele respondeu] Eu falei: Fulano eu mesmo não sei lhe explicar a situação, eu sei que é problema, é melhor você não matar. E você sabe que quando o cara tá acostumado a fazer aquilo é meio ruim, volta aqui depois que eu vou conversar com Guy mais a Neca pra saber ..” (Entrevista – 13).

O fragmento da entrevista mostra, entre outras coisas, que havia o costume naquela região de matar a tartaruga e, ao mesmo tempo, sabia-se que a proibição constituía uma forma de afronta ao costume e que por isso os pescadores construíam estratégias para resistir à dominação racional-legal, como pude observar no trecho do depoimento que segue:

“Ninguém mais vê a tartaruga. Ninguém pode mais pegar uma tartaruga dessa pra comer. Ninguém pode mais comer ovo de tartaruga. É a melhor vitamina que tem, tá certo. E continua a gente sendo perseguido por esse camarada. Aí eu fui a ele. Conversei com ele [presidente do Projeto Tamar]. Ele disse: “– Não, não tem problema nenhum não. A gente vai melhorar a situação.” E nunca fez nada por nós” (Entrevista – 1).

Para os indivíduos da comunidade, a construção dos discursos se dirige no sentido de preservação de seus hábitos e práticas, numa tentativa de resistir ao poder de dominação racional-legal dos ‘estranhos’. Tais discursos se estruturam apelando para o estabelecimento de relações de pessoalidade, que significam:

“uma fala da mesma ‘ordem’ e mesmo ‘gênero’ da construção populista – ambos fundados num espaço da sociedade brasileira que traduz o mundo como um assunto de preferências, laços de simpatia, lealdades pessoais, complementaridades, compensações e bondades ou maldades: o espaço da casa!” (Da Matta, 1991: 55).

Conforme pude observar, o discurso utilizado pelo pescador tem fundamento na descrição feita por Da Matta (1991), cuja abordagem se centra em relações pessoais, complementaridades e lealdades. Como a dominação exercida pelo Projeto Tamar não se baseia numa ação assistencialista – prática que a comunidade aceitaria com maior facilidade pelas condições sociais que lhe são impostas pelo poder público local e também por ser uma prática política costumeira na região (ver por exemplo o estudo clássico de Leal, 1975), houve reação contrária, originária dos pescadores que legitimavam o discurso da liderança (acima transcrito). Desse modo, começam a haver certas distorções, que não são propositais, ou como diria Pareto (a partir de Weber, 1991), são inconscientes, mas que encararam a aplicação da lei como uma espécie de perseguição. Com efeito, pode-se lembrar que na política brasileira usa-se o seguinte ditado: “para os amigos tudo, para os inimigos a lei”. Quando em suas práticas as pessoas são limitadas pela lei, acham que não estão sendo tratadas como deveriam, não estão sendo distinguidas, tendo em vista que buscam a personalização de suas ações. Todos querem ser tratados como pessoas e não como *meros indivíduos*, o que sugere a não-distinção no meio da multidão (Figueiredo, 1995).

Se se perceber o meio ambiente e a natureza como objeto cotidiano de uma disputa travada por atores sociais, em relação à maneira de qualificá-lo, pode-se compreender porque a busca de legitimação é um elemento tão importante do processo, tendo em vista que pode servir para ordenar ou classificar os indivíduos em grupos, definindo as relações de poder, por meio de forças em oposição. No caso em tela, a lei é vista como um recurso aliado ao poder dominante (tanto pelo direito de propriedade, quanto pela fiscalização e punições). Por isso, “os dominados” engendram caminhos diferenciados para estabelecer seu afrontamento com vistas em assegurar sua legitimidade (Godard, 1997).

Há algo mais a se dizer a respeito da dominação racional-legal aplicada ao caso brasileiro. Da Matta (1991) constrói uma fábula imaginando a vinda de Alexis de Tocqueville ao Brasil. Com ela (a fábula), o autor quer mostrar como são tratados os cidadãos brasileiros, sobre o questionamento de como Tocqueville analisaria o Brasil. Para ele, Tocqueville se surpreenderia em sua chegada na terra tupiniquim, observando que “ser estrangeiro dava direito imediato a um melhor tratamento do que ser um nativo” (1991: 81).

Refletindo sobre a fábula, vejo que a situação pode me elucidar nos seguintes termos: os pescadores de Praia do Forte são nativos, no entanto, nunca foram tratados pelo proprietário da área com distinção. Ao contrário, muitos mostram em suas entrevistas terem sido ignorados por ele, sem exercerem qualquer ‘poder de liderança’ naquela comunidade. São vistos como ‘*meros indivíduos*’ ou *peçoinhas* (Figueiredo, 1995). No entanto, a chegada dos pesquisadores, já não foi encarada da mesma forma pelo proprietário. Os pesquisadores são pessoas “de fora”, detentoras de capital cultural, por isso, assim como Tocqueville, gozam de um certo respeito, assegurado pela dominação do sistema perito (cf. Giddens, 1991), sendo, por isso, respeitados.

De qualquer forma, estava posto o conflito de interesses ou o afrontamento entre esferas heterogêneas dentro de uma relação de poder e de manutenção de formas de controle social: Projeto Tamar e proprietários de Praia do Forte e os indivíduos nativos.

Outro elemento que contribuiu para acender as chamas do conflito se deu de acordo com o modelo de sustentabilidade e a forma como estava sendo implementado, posto que o projeto de “natureza mercantil” em Praia do Forte centrava-se sobre a

sustentabilidade ambiental e econômica (dos proprietários), mas não tomava em consideração a sustentabilidade social e cultural dos nativos. Portanto, o modelo compreende uma força exterior às consciências coletivas, que modifica práticas sociais e culturais ou *folks*. Recorro novamente a Da Matta, quando indaga: “Qual é a moral de nossa fábula: Ora, ela nos diz que, em situações históricas e sociais diferentes, a mesma noção de cidadania, o mesmo conceito de indivíduo engendram práticas sociais e tratamentos substancialmente diversos” (1991: 81). A propósito, exatamente o que ocorreu com os pescadores e os pesquisadores do Projeto Tamar.

Por essa razão, os pescadores identificam o proprietário da área e os pesquisadores do Projeto Tamar como “de fora” e defendendo interesses diferentes daqueles da comunidade, enquanto impõem novas práticas sociais, vindas a partir da preservação das tartarugas marinhas. Além disso, nessa relação ainda está presente um outro elemento, que aparece sobretudo na tipificação do proprietário da área, como sendo “alemão”, o que marca substancialmente a diferenciação étnica, tendo em vista que a população nativa de Praia do Forte é negra ou mestiça.¹¹¹ A forma de tratamento apresenta-se, a meu ver, como um reforço da identidade, estabelecida, inclusive, a partir da etnicidade¹¹².

Mesmo reconhecendo a importância da diferenciação étnica, tratarei o processo de interação em Praia do Forte como um conflito de interesses em relação às propostas de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental (Sachs, 1993). Nesse aspecto são válidas as considerações trazidas pelo entrevistado:

“O Projeto Tamar para Praia do Forte é muito importante. Foi uma das coisas mais importantes que aconteceu nos últimos tempos. Porque através do Projeto Tamar se fomentou o turismo, então, é uma sustentação do turismo e preservação da tartaruga, uma preservação de Praia do Forte. Você vê é um lugar preservado, né? Tanto tem o Projeto Tamar, tanto tem uma reserva ecológica, então é um lugar preservado. Então, o Projeto Tamar no meu modo de ver é muito importante. [Mas] Eu acho que o projeto apesar de ter um desenvolvimento, ter essa coisa que eu falei, eu acho que eles tinham que se integrar mais na comunidade. (...)”

¹¹¹ Este aspecto não será objeto de análise.

¹¹² Além da questão étnica, outros elementos poderiam diferenciar os “de fora” dos nativos, porém, essa foi a abordagem trazida no discurso do pescador. Esses elementos poderiam ser: o sotaque regional, nível de escolaridade/instrução, entre outros.

participar de pequenos projetos que tem aqui dentro, como ... Oficina do Coco¹¹³” (Entrevista – 17).

A questão central abordada se dirige à necessidade de integração do Projeto Tamar à comunidade, isto é, a definição de um choque entre os valores partilhados comunitariamente e os valores do grupo que constitui o Projeto Tamar.

Essa (des)integração pode ser vista de duas formas. A primeira vai ao encontro do pensamento de Heller (1992), tomando em consideração a perspectiva dialética. Nessa compreensão, a história é a história do conflito. Dessa forma, o processo histórico constrói-se por meio do conflito entre valores de esferas heterogêneas no processo de ‘integração’. Com base no que expõe a autora, pode-se entender a intervenção do Projeto Tamar como uma forma de desintegração social, posto que se tratam de elementos díspares, por isso, à medida que os valores são postos em conflitos, ocorre o decurso do processo histórico e a história é (re)construída sobre uma forma de apropriação de natureza do agente interventor. Mas isso seria pouco para definir a relação que o Projeto Tamar mantém com a comunidade de Praia do Forte, especialmente com os pescadores.

Um dos pescadores entrevistados em Praia do Forte deixou clara como a relação de conflito é estabelecida. Perguntei como o Projeto Tamar se relacionava com os pescadores?

Ele respondeu: *“Quer dizer com os funcionários? Tratam muito bem, é, são umas pessoas excelentes, não tenho nada a dizer das pessoas, porque que tratar bem, recebe bem, né?”* Então perguntei: O que o senhor acha da relação entre o Projeto Tamar e a Prefeitura? (Essa pergunta foi feita porque eu já havia entrevistado o Presidente da Colônia de Pescadores e ele tinha feito críticas incisivas sobre essa relação). O pescador disse:

“Não, eu não tenho nenhum conhecimento sobre a prefeitura, só ouço dizer que a prefeitura taí, tá aí com o Tamar. Eu não conheço quase pessoa nenhuma. Eu conheço merco é pescador que fazem parte de nossa classe. Mas, esse povo mais elevado [deixou em suspense e continuou]. Nós somos descartados da sociedade” (Entrevista – 9).

¹¹³ A Oficina do Coco é um projeto que compreende a realização do artesanato com quenga e a palha do coco. Este trabalho é realizado com crianças da comunidade de Praia do Forte e adjacências – distritos vizinhos (Entrevista – 17).

O fragmento da entrevista deixa transparecer a forma como os pescadores se vêem diante da intervenção do Estado (não só do Projeto Tamar, mas também da Prefeitura). Para essa análise aproprio-me do pensamento de Polanyi (2000).

Segundo Polanyi (2000), a história é construída com base no conflito de valores entre esferas heterogêneas e pode corroborar com verdadeiros massacres culturais, quando é posta em termos de contatos culturais entre povos diferentes. Por oportuno, quando se trata do choque de valores entre esferas heterogêneas dentro de uma mesma cultura podem haver transformações severas, como foi o caso da Revolução Industrial. No entanto, quando se trata do choque entre culturas diferentes, há o desmoronamento destrutivo, o que corresponde a um verdadeiro massacre. Como exemplo, Polanyi cita a condição de algumas tribos nativas da África, notadamente:

“O cafre da África do Sul, um nobre selvagem que não podia se sentir mais seguro socialmente no seu *kraal* nativo, foi transformado numa variedade humana de animal semidomesticado, vestido com os ‘trapos mais disparatados, mais imundos, mais disformes que o mais degenerado homem branco jamais usaria’, um ser indescritível, sem auto-respeito ou padrão, um verdadeiro refugio humano” (2000: 191).

A análise da fala do pescador (Entrevista – 9) pode ser bem compreendida nos termos da noção de um “massacre cultural”, em que está explícita a noção de que o choque de valores promoveu modificações abruptas. Tais modificações levaram-no a afirmar que **os pescadores são descartados da sociedade**.

No quadro analisado definiu-se a configuração de duas falas construídas como estratégias discursivas. Os trechos citados das Entrevistas – 9 e 17 se prestam a análises diferenciadas. Na Entrevista – 9, o entrevistado foi bastante enfático, dando nitidez à situação de conflito. Na Entrevista – 17 o entrevistado diz que o principal problema do Projeto Tamar é a falta de participação, o que pode significar um choque cultural de valores. Apesar de terem sido analisadas de forma diferenciadas, as duas entrevistas tratam da questão da integração, mostrando o sentido do processo de intervenção do Projeto Tamar em Praia do Forte.

A questão da integração pode ser melhor compreendida por meio da abordagem trazida por Bourdieu (1989). Segundo esse autor, as ideologias no processo de integração servem a interesses individuais, apresentando-os como sendo comuns ao conjunto da sociedade (comunidade). Isso ocorre porque há duas formas de produzir a integração, quais sejam, uma real, que se processa por meio da cultura dominante, em que é assegurada a formação de uma comunidade imediata entre todos os seus membros, distinguindo-os de acordo com a estrutura hierárquica e outra fictícia, que tende a formar uma desmobilização para poder legitimar a produção da dominação de um grupo sobre outro e, assim como a anterior, também leva à legitimação das distinções.

Quer dizer, por se tratarem de esferas heterogêneas e apresentarem valores diferenciados, a integração do Projeto Tamar na comunidade é construída por meio do conflito, acontecendo de uma forma real ou fictícia, mas, enfim, que se mostra canalizando-se para a legitimação das distinções entre aqueles atores sociais. Reforça o autor:

“Este efeito ideológico, produz a cultura dominante dissimulando a função da divisão na função da comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distinção em relação à cultura dominante” (Bourdieu, 1989: 11).

A forma como o processo de integração entre Projeto Tamar e comunidade vai se estruturando está diretamente relacionada aos procedimentos de intervenção. No caso, inicialmente, a intervenção seguiu os parâmetros da dominação racional-legal (Weber, 1986) e com isso ficou evidente a distinção entre os atores envolvidos (Projeto Tamar e comunidade).

Durante o processo de intervenção, o Projeto Tamar demarcou o seu campo por meio da dominação racional-legal. “Eu sou governo e vim preservar as tartarugas e para tal posso usar de instrumentos legais dos quais disponho”. O instrumento de comunicação entre Projeto Tamar e comunidade – o discurso, que deveria ser um elemento de unidade, serviu como forma de realçar as diferenças, partindo-se para delimitar os campos dentro da comunidade.

Essa questão da integração tem implicações na redefinição da identidade nativa, pois a definição dos campos, com base na distinção, pode servir, por um lado, para definir o processo de reconhecimento dos indivíduos situados em uma das esferas heterogêneas. E por outro, pode suscitar uma desmobilização do ponto de vista dos que sofrem o processo de intervenção.

No próximo item apresento uma análise de alguns relatos de moradores que contam a importância da definição dos hábitos pesqueiros em Praia do Forte, bem como justificam o significado das tartarugas marinhas para as práticas cotidianas do local. Tem-se o estabelecimento de um duplo significado: o que representa a tartaruga marinha para a comunidade de Praia do Forte e qual é o seu papel para o Projeto Tamar.

3.5 A representação das tartarugas marinhas em Praia do Forte

Em Praia do Forte parti para discutir a representação das tartarugas marinhas seguindo uma dupla perspectiva, a da comunidade e a do Projeto Tamar. As duas perspectivas são postas em diálogo para que se tenha uma noção mais bem delineada da importância da tartaruga marinha para a região.

A perspectiva da comunidade apresenta a tartaruga como símbolo do local, em função da importância na sustentação dos pescadores e suas famílias. Com as tartarugas, os pescadores garantiam uma fonte de alimentação quando o peixe estava escasso. Vêem-na como fonte de proteínas, ou como eles mesmos chamam de “vitaminas”, pois consumiam sua carne e ovos.

De acordo com o que foi observado durante o trabalho de campo, o hábito de caçar a tartaruga era aliado às práticas pesqueiras. Os pescadores de Praia do Forte coletavam os ovos de tartaruga e as capturavam para se alimentarem, algumas vezes por que “*o peixe não dava*”, outras vezes porque tinham o costume de praticarem a caça. Além disso, pelas condições propícias do local para a desova da tartaruga de pente, alguns indivíduos da comunidade usavam o casco desse animal para produzir objetos como pente, anéis, pulseiras, que eram vendidos, de modo a complementar a renda familiar que vinha da pesca.

Para justificar a definição de Praia do Forte como vila de pescadores, apoio-me no depoimento de uma das entrevistadas naquela localidade, que tem cerca de 90 anos e representa uma espécie de memória viva. Ela lembra que seu pai era roceiro, mas seu marido era pescador. Fato que, como se viu anteriormente, sugere a pesca como atividade principal dos homens da vila, chamados “chefes de família”¹¹⁴. O que me permite afirmar que, com o fim do emprego na fazenda ou na roça, os homens voltaram-se para a pesca como meio de vida. Falando sobre a época de seu marido, a entrevistada relata: “*Antigamente era tudo pescado. Era tudo pescador, roceiro ...*” (Entrevista – 10). Quer dizer, os pescadores eram também roceiros. Apesar de viverem da pesca, os homens também mantinham relações de trabalho ligadas à roça, ou mesmo plantavam em suas casas. Mas era por meio da pesca que os homens garantiam a sua subsistência e de suas famílias, mas, além dessa atividade, outra aparece nas entrevistas e depoimentos registrados em Praia do Forte: a caça da tartaruga como alimento.

A captura da tartaruga marinha pelos pescadores era uma forma de alimentação, como afirmou a entrevistada: “*A carne da tartaruga era a mesma coisa que a carne de boi. Matava*” (Entrevista – 10). Na comunidade as tartarugas eram apreciadas tal qual a carne de boi (alimento valorizado no hábito alimentar da região), como percebe-se que a caça estava enraizada como maneira de agir fixa, o que sugere a construção de um processo de identidade a partir das tartarugas marinhas.

A associação entre a caça da tartaruga e a pesca não é casual. Ocorre porque, como contam os pescadores, quando iam à praia, à noite, passar a rede ou a tarrafa, eles encontravam tartarugas pelo caminho, seguiam seu rastro e facilmente localizavam os ovos os quais eram retirados. Às vezes, matavam a tartaruga e levavam a carne para casa, outras vezes só observavam-na, deixando-as ir para o mar.

A associação caça e pesca pode ser melhor elucidada a partir das falas de pescadores nativos da região. “*... por acaso a gente achava uma quando ia pescar, quando ela ia desovar, aí pegava e comia*” (Entrevista – 7). Essa fala é de um pescador que foi contratado para trabalhar junto ao Projeto Tamar, pela experiência que tinha na caça das tartarugas, mesmo assim ele diz que era por acaso, quando achava uma tartaruga

¹¹⁴ O caso dos caiçaras do litoral sul do Estado de São Paulo pode ajudar a compreender a mudança nas relações de produção. Ver Diegues (1997).

capturava-a. A segunda fala é de outro pescador nativo entrevistado (e que não foi trabalhar para o Projeto Tamar): “*Bom, antes se alimentava das tartaruga, [a]panhava os ovos, hoje não, tem o projeto, é proibido.*” (Entrevista – 18).

O enraizamento da caça e do hábito alimentar das tartarugas permite a interpretação das falas – o “dito” – num jogo de linguagem em que expressa sua eficácia simbólica, isto é, “(...) ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais (...)” (Bourdieu, 1989: 159).

Os próprios pescadores que se tornaram tartarugueiros admitem que a tartaruga servia para alimentação, como se registra a seguir:

“Hoje, graças a Deus, hoje parece brincadeira, quem matava antes, hoje ajuda a preservar. Aqui tem um rapaz, que sempre em toda entrevista minha eu falo essa história pro cara. Olha você conhece ele, sicrano. Ele era tão baseado assim, na época de reprodução, na desova da tartaruga, ele sabia o dia que ela saía pra desovar ... Ele localizava o ninho, tirava os ovos e levava. Ele sabia o dia em que ela ia voltar pra desovar [normalmente – uma tartaruga desova aproximadamente três vezes durante uma fase reprodutiva] (Entrevista – 13).

De acordo com a fala, verifica-se que as tartarugas não se inserem nos hábitos e práticas cotidianas apenas por servirem de alimento, mas também por serem parte de um conjunto de práticas que são identificadas por meio de uma disputa entre os pescadores para saber quem eram os mais experientes para caçá-las. O comportamento de desova das tartarugas era conhecido pelos pescadores locais, muitos deles identificavam os ninhos sem precisar do auxílio de qualquer instrumento, como varetas (instrumento utilizado por alguns pesquisadores ou estagiários para identificar ninhos), apenas pelo “olho” e batendo na areia para saber se estava fofa, retirando os ovos que lhes serviam como alimento.

As argumentações trazidas mostram que em Praia do Forte, as tartarugas marinhas serviam tanto como alimento quanto como um símbolo de disputa que servia como um sistema de classificação para demonstrar aqueles que eram os pescadores/caçadores mais experientes. A captura das tartarugas era um fato “que ocorria com certa regularidade” e que estava enraizado na consciência coletiva dos moradores nativos, tendo eficácia simbólica, ou seja, havia a incorporação da noção de *habitus* “(...)

como um sistema de disposição para a prática, [isto é] um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas (...)” (Bourdieu, 1990: 98). Nesses termos, a chegada do Projeto Tamar na comunidade pode representar modificações nos hábitos alimentares e comportamentos culturais dos pescadores, incorrendo no perigo de deslocar o reconhecimento de suas identidades por legitimar a identidade dominante.

Se de um lado estão aqueles que constroem a crítica por meio do afrontamento, de outro estão aqueles que aceitam os valores que passam a ser impostos por meio do processo de intervenção do Projeto Tamar em Praia do Forte. São, em sua maior parte, indivíduos que têm algum vínculo econômico: pescadores que se tornaram tartarugueiros; pais cujos filhos trabalham junto ao Projeto Tamar; lideranças que recebem verba por meio de convênios com o Projeto Tamar.

A consciência individual desses indivíduos foi sendo paulatinamente integrada para dar ensejo à formação de uma outra consciência coletiva, cujo sentido de preservação das tartarugas pretende-se que tenha sido incorporado. Nesse contexto, pode-se perceber que o surgimento de um novo grupo social formado pelos indivíduos que são da comunidade, mas que, durante o processo de intervenção, presume-se que assumem como seus os valores determinados pelos atores sociais “de fora”, em particular pelos sujeitos que constituem o Projeto Tamar.

Para reforçar o processo de desconstrução da identidade do nativo, os pesquisadores – chamados de grupo do Projeto Tamar – assumem que as tartarugas não eram apreciadas como fonte de alimentação pela população de Praia do Forte (apesar de ser uma das áreas em que aqueles animais estavam mais ameaçados pela extinção, posto que a tartaruga de pente desova, prioritariamente, naquela praia). Os pesquisadores sugeriam na construção de seus discursos que as tartarugas não faziam parte da cultura local. Porém, ao mesmo tempo, reconhecem que, ao chegarem em Praia do Forte em 1980, identificaram em algumas casas de moradores cascos de tartarugas servindo como adornos decorativos. Além disso, também constataram por meio de fontes (de dentro da própria comunidade) que alguns indivíduos, mesmo depois da intervenção do Projeto Tamar na área, continuavam a ter as mesmas práticas, como segue:

“Ela [D. Edisar] sempre foi a fiel tradutora e mensageira do trabalho de preservação das tartarugas marinhas em Praia do Forte –

embora confesse que, quando via as bacias de ovos de tartaruga secando ao sol, em alguns momentos chegou a duvidar que o Projeto pudesse ter sucesso” (Marcovaldi et al, 2000: 67).

Pelo exposto, verifica-se que o Projeto Tamar sofreu algumas resistências em sua implantação, a ponto de uma das moradoras que apoiava o trabalho de preservação das tartarugas “duvidasse” que o projeto conseguiria êxito. A dúvida não se dava em relação ao processo de intervenção do Projeto Tamar na área, mas por causa da continuidade dos hábitos da população local, que foi descrito como: ‘tiravam os ovos de tartarugas e deixavam para secar’. Essa continuidade – que assegurou a eficácia simbólica das tartarugas marinhas no *habitus* da comunidade – pode ser interpretada¹¹⁵ como uma resistência ao novo, a um processo de preservação da cultura e que não se sujeitava, naquele momento, a uma “aculturação”. A resistência é aqui entendida como uma reprovação do sentido de apropriação da natureza, que era referência do cotidiano dos indivíduos das comunidades, representando a não-aceitação de um fato exterior que se impõe às maneiras de agir fixas, consubstanciadas em práticas recorrentes (como a caça das tartarugas).

Existem vários estudos que vão na direção da compreensão das resistências como forma de construção da identidade do grupo social. Sader, por exemplo, trabalha com a questão da resistência e de seus modos de expressão no cotidiano de operários da região do ABC paulista, demonstrando que: “(...) A referência ao cotidiano enquanto instância de resistência contrasta com os registros que o apresentavam (e o apresentam) como manifestação de conformismo, da vida repetida, da reiteração não crítica de uma opressão silenciosa” (1988: 141).

O autor dá subsídio para refletir a resistência, entendida como forma de não-conformação ou de reiteração não-crítica. Essa compreensão de resistência me permite inferir que, para cada tipo de intervenção, pode haver um tipo de resistência e que, nesse caso, ela é uma forma de demonstração de descontentamento com aquilo que lhe é (im)posto. Assim, como pode agir uma comunidade de pescadores que cultivava dentre seus hábitos matar ou coletar ovos de tartarugas e que com a chegada de um agente externo

¹¹⁵ Lembro Weber quando afirma que interpretar é um exercício da compreensão, cujo significado é buscar o sentido (Weber, 1991).

– Projeto Tamar – na área é compelido a modificar seus hábitos e práticas, em função da preservação das tartarugas? Olhando o fato pela ótica do nativo (comunidade de pescadores) pode-se compreender que o agente externo, tratado como um fato exterior, está tentando mudar sua cultura enquanto sugere outra. Isto é, alterou não só um conjunto de hábitos e práticas que estavam associados à captura e coleta de ovos de tartaruga marinha como fonte de alimentação, mas também a classificação simbólica dos indivíduos em relação à prática da caça, pois viu-se pelas entrevistas registradas, que a experiência na captura das tartarugas dava fama ao pescador-prático.

Por isso, os indivíduos ‘de dentro’ da comunidade chegavam a duvidar da eficácia da intervenção, que pode ser melhor evidenciada a partir do questionamento: como mudar os hábitos e comportamentos que estavam estabelecidos no seio daquela comunidade como valores culturais? Mas a questão não parava por aí, pois a mudança de comportamento em relação à tartaruga tinha que ser absorvida por meio do sentido de preservação – apresentado como tentativa de formar uma ‘consciência ambiental’ nos indivíduos da comunidade.

A não-aceitação por parte da comunidade da proposta trazida por um fato exterior a ela, que chega impondo novos comportamentos e práticas, pode ser entendida como uma resistência, por assim dizer, “... que tanto pode ser difusa – como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos populares, nos grafitis espalhados pelos muros das cidades – quanto localizadas em ações coletivas ou grupais (...)” (Chauí, 1993: 63).

As resistências podem existir de modo direto, por meio de ações deliberadas ou, como salientou a autora, de modo irreverente, por meio de formas “camufladas” em outras ações.

Nesse sentido outra fala se mostra interessante para interpretar-se, a partir do sentido de resistência, as formas ou facetas que adquire no seio daquela comunidade. Noutra conversa que tive com um antigo pescador ele me contou que um amigo seu havia roubado ovos de tartaruga, levando-os para casa e os escondendo, porém ninguém do Projeto Tamar chegou a desconfiar, e ninguém sabia quem havia violado as (novas) regras. No entanto, esse pescador descobriu quem foi, porque ele conhecia as pegadas do amigo na areia e foi até a casa dele e indagou: “*fulano por que você roubou os ovos de tartaruga?*”

Disse que o amigo ficou sem jeito, mas como já tinha feito não havia mais nada o que fazer (cf. Entrevista – 13).

Observei que os pescadores desenvolveram suas próprias estratégias de resistências, que passaram despercebidas, muitas vezes aos olhos do grupo do Projeto Tamar (que representava a instância de fiscalização do governo no local – dominação racional-legal).

Vale lembrar aqui de uma interessante passagem do livro “*Coisas Ditas*” de Bourdieu (1990), em que é abordada a questão da codificação dentro de uma visão de etnólogo, buscando se distanciar do juridismo – tendência que pretende descrever o mundo social na linguagem da regra. Na referida passagem, o autor afirma ter lido algum dia um texto de Weber que dizia o seguinte:

“Os agentes sociais obedecem à regra quando o interesse em obedecer a ela suplanta o interesse em desobedecer a ela.” E conclui: Essa boa e saudável fórmula materialista é interessante porque nos lembra que a regra não é automaticamente eficaz por si mesma e porque nos obriga a perguntar em que condições uma regra pode agir” (1990: 97).

Desse modo, a resistência da comunidade em aceitar a regra imposta por um agente exterior pode ser notada como uma reação à mudança de hábitos e comportamentos, assinalando-se que a regra não é automaticamente eficaz. Isso significa: para que uma regra seja aceita é necessário refletir acerca das condições em que ela pode agir. O que me leva a pensar sobre a necessidade de se conhecer o grupo social para o qual a regra foi determinada, antes de lhe ser imputada. Conhecer o grupo significa identificar seus valores, a forma como foram construídos e como estabelecem suas relações. O desrespeito aos valores, ou mesmo a simples ignorância a eles, dá margem para que a regra não tenha eficácia. No caso, parte dos indivíduos da comunidade continuou mantendo seus hábitos e práticas de matar a tartaruga, sendo válida a questão proposta por Bourdieu: em que condições uma regra pode agir?

Com relação ao caso brasileiro, esse problema pode ser melhor evidenciado. Da Matta mostra que a questão das leis no Brasil retrata uma situação contraditória, em que existem cidadãos de primeira classe, ou “supercidadãos” e os cidadãos de segunda classe, que são destituídos de direitos. Os supercidadãos revelam-se

por meio de questionamentos do tipo “você sabe com quem está falando?”, em que está presumido a intenção em desobedecer à lei ou abusar da autoridade que lhe investe. Na análise do autor, o exercício da cidadania no Brasil atende ao que se pode chamar de “éticas dúplices”, pois:

“De tudo isso, uma conclusão é óbvia: se no universo da casa sou um supercidadão, pois ali só tenho direitos e nenhum dever, no mundo da rua sou um subcidadão, já que as regras universais da cidadania sempre me definem por minhas determinações negativas: pelos meus deveres e obrigações, pela lógica do ‘não pode’ e do ‘não deve’” (Da Matta, 1991: 100).

Partindo do que afirmou o autor, a constituição das éticas dúplices significa a existência de “supercidadãos” nos espaços privados e de “subcidadãos” nos espaços públicos. Tal interpretação me leva à compreensão de uma dualidade intrínseca à noção de cidadania, interessando-me, em particular, por sua configuração no espaço público. Neste sentido, ela se relaciona com a prescrição legal enquanto dever ou obrigação, por isso, os indivíduos procuram transformar o espaço desse mundo “da rua” em espaços personalizados, construindo redes de relações que desembocam na pessoalidade das ações. Desse modo, convencionou-se, no caso do Brasil, a adotar o estabelecimento de vínculos pessoais nas relações da rua, identificando-se as pessoas pelo nome da família, ou mesmo a localização de sua residência, por meio do endereço de uma pessoa “importante”. (Por exemplo: a casa de fulano, fica perto da casa do Prefeito).

Quando a lei ou a regra é tida como uma obrigação ou um dever, ela sofre resistência para o seu cumprimento, o que pode gerar questionamentos sobre sua validade/universalidade. Assim, a falta de eficácia automática da regra em Praia do Forte, por exemplo, pode ser compreendida na perspectiva de uma resistência que aquela comunidade teve em aceitar a imposição de regras por “agentes externos”, em que o descumprimento implicava em punições. Atentando para as resistências surgidas dentro da comunidade pode-se notar que, como observa Chaui (1993), em alguns casos a resistência pode provocar crises momentâneas, onde se supõe que a comunidade, ou mesmo alguns indivíduos, se mostram contrários à intervenção do Projeto Tamar em Praia do Forte.

Como registrei a partir da fala do pescador: “*O Tamar não faz benefício nenhum pra comunidade (...) pode trazer pra eles, mas pros moradores daqui não. Não,*

pro pessoal da vila, que não tem nada a ver, que não trabalha lá, entendeu.” (Entrevista – 2).

De acordo com o entrevistado, vê-se que há a construção de um discurso de afrontamento ao Projeto Tamar. O afrontamento é mostrado por meio da afirmação de que não houve benefício para a comunidade em geral. O Projeto Tamar pode até, como está subentendido nas entrelinhas, ter-se esforçado para tal; mas, neste caso, os benefícios são recebidos apenas pelos que têm vínculo empregatício. A construção desse discurso pode ser dimensionada ao mostrar-se os números de funcionários tartarugueiros em Praia do Forte. Numa comunidade com cerca de 400 pescadores, 6 foram contratados para trabalhar para o Projeto Tamar. Esses 6 foram escolhidos por serem os mais experientes na captura de tartarugas, critério que estimula desavenças entre os pescadores, pois com se viu existia uma concorrência entre eles para mostrar quem era o melhor caçador de tartaruga.

A perspectiva do afrontamento pode ser tomada como uma “situação de crise” (Chauí, 1993), à medida que se entende, conforme Godard (1997), que existem momentos específicos em que o conflito pode ressurgir, mesmo que em outros momentos ele não esteja posto como resistência direta.

Sendo circunstancial, o afrontamento pode ser situacional havendo período em que a crise é melhor evidenciada. Dessa forma, os atores sociais que estabelecem os discursos têm importância vital, pois, em determinado momento, a crise pode perder seu significado em função da mudança dos seus narradores. O que passa pela clássica pergunta posta por Bourdieu (1983) sobre a importância do “lugar de onde se fala”? Veja a seguir os dois modos de construção do discurso.

3.6 Como se constitui a “situação de crise” em Praia do Forte

Entrevistei o presidente da colônia de pesca de Praia do Forte e por meio desta entrevista consegui identificar o contexto da “situação de crise” e a forma como ela vem sendo construída dentro da comunidade.

“Então como eu disse à senhora naquele dia, daí foi quando seu Guy realmente ele começou a pegar o pescador comprando os ovos

de tartaruga. O pescador vendia, quando ele disse que o Projeto passou a se chamar Tamar – Projeto Tamar/IBDF, na época. Depois aí veio crescendo, crescendo, crescendo. Aí ele chamava o pescador para mostrar a tartaruga, jogava a tartaruga para o mar. Depois ele deixou de chamar o pescador. Também a tartaruga começou a desaparecer, certo? E o pescador começou a cobrar de mim, como é fulano, o que é que tá acontecendo? O que tá acontecendo? As tartarugas tão desaparecendo? Ninguém mais vê a tartaruga. Ninguém pode mais pegar uma tartaruga dessa pra comer. Ninguém pode mais comer ovo de tartaruga. (É a melhor vitamina que tem). E continua a gente sendo perseguido por esse camarada. Aí eu fui até ele. Conversei com ele. Não, não tem problema nenhum não, a gente vai melhorar a situação. E nunca fez nada por nós. Depois daí, saiu com isso aqui, fazendo propaganda para o pescador, que a senhora pode ver. Que diz: a renda será destinada para o pescador, para a colônia dos pescadores e nunca deu nada. Aqui ele botou, fez essa propaganda aqui. Você pode adotar uma tartaruga marinha e depois de tudo você ganha um passeio a Fernando de Noronha, com hospedagem em Fernando de Noronha, hotel. Com a renda destinada aos pescadores. Nunca deu nada. E ele só fazendo propaganda. Aí eu peguei isso aqui, fiz um ofício para o Ministério Público Federal e levei ao conhecimento do MPF, aí a polícia federal veio aqui, aí ele parou de fazer essa propaganda, certo, com o nome do pescador” (Entrevista – 1).

Interpretei o discurso de afrontamento com base na metáfora trazida por Godard da metáfora do “cavalo de Tróia”. Assim, essa forma de proceder representa: “o temor, ou para alguns o desejo de presenciar a emergência de uma tal figura alimenta suspeitas e estimula as posturas de denúncia crítica, visando desvelar os ‘arroubos de grandeza’ ” (1997: 257). No entanto, essa figura discursiva, como preferi entendê-la, se reveste como uma posição ambígua, enquanto busca a legitimidade. Tal ambiguidade pode ser interpretada à medida que as denúncias dirigem-se a um jogo cujo mecanismo utilizado é o mesmo sob o qual foi construída a crítica – a reconciliação injustificável. Acrescenta-se, literalmente Godard: “... esta identidade pode dar lugar a um jogo de espelhos, onde não se sabe mais se a desconfiança ou a denúncia são julgadas como tendo importância crucial ou secundária relativamente à figura do ‘cavalo de Tróia’...” (1997: 27).

Porém, a forma como a denúncia foi construída, deve ser levada a uma reflexão sobre os procedimentos de intervenção do Projeto Tamar em Praia do Forte,

portanto, como se constituem as relações de poder, num jogo que parece ser de cartas marcadas.

O discurso do Projeto Tamar atem-se ao fato de que se constitui como mais um poder em Praia do Forte, em oposição a outras áreas em que se investe como o único poder. Notadamente:

“Eu acho que entra por várias questões diferentes. Vamos começar por Regência. Regência é uma vila de pescadores, cercada por uma reserva biológica impossível de se explorar. Pelo fato de ser uma reserva biológica lógico com algumas exceções como uma área aberta à visitação, uma parte dela, as pessoas podem usar a praia e a Praia do Forte já é uma área particular e tem um dono, que é o senhor que comprou as terras há vários anos. Tem a vila de pescadores que está dentro dessa área que ele comprou, que é a Fazenda Praia do Forte e isso já traz uma outra perspectiva. Então a grande figura lá é o Tamar. É o Tamar que diz não. Aqui não é o Tamar que diz não. Então isso traz uma certa diferença. Lá, por exemplo, em Guriri que é um lugar turístico também lógico com perfil bem distante de Praia do Forte, lá quem diz que não pode ter luz na praia é o Tamar. O Tamar é que briga com a Prefeitura. Aqui a gente não tem esse problema, porque o dono da Praia do Forte tem essa visão conservacionista. Ele não quer (o hotel dele é o resort). Ele não quer luz na praia, estão na terra dele. Então, a gente tem essa coisa que alivia um pouco de ser o poder público institucionalizado aqui, né. Então, aqui como é perto de Salvador, o acesso é muito fácil, tem também várias outras instituições que diluem essa coisa do Tamar, o Tamar passa a ser mais uma entre outras, não a única, entendeu” (EI – 6).

A forma como a relação de poder é trazida pelo entrevistado leva-me a pensar em que sendo apenas mais uma instância de poder, o Projeto Tamar em Praia do Forte tem poder limitado. Nesses termos, as relações de poder e dominação se dão de modo descentralizado, que significa “a transferência de poder do nível central para níveis locais no âmbito de uma estrutura territorial hierárquica, concebendo-se essa repartição como exclusiva” (Godard, 1997: 237).

Como estou interpretando Praia do Forte com base no afrontamento de dois discursos construídos por três atores sociais e que constituem dois grupos sociais distintos, posso partir, nesse caso, para analisá-los, superando a limitação anterior de tratar-se ou não de um poder centralizado ou descentralizado e avanço para compreender as

implicações da responsabilidade exclusiva ou conjunta (do Projeto Tamar e proprietário(s) de Praia do Forte) na gestão do processo de intervenção. Adotando-se a última abordagem estariam consideradas as implicações em relação aos valores dos grupos sociais envolvidos, com base na diferença entre os “de fora” e os nativos.

Recorre-se mais uma vez a Godard quando afirma que:

“Torna-se então ilusória a busca de um qualquer melhor nível para se implantar uma gestão integrada, pois, sejam quais forem os critérios que possamos reter nesse sentido, nenhum nível isolado mostrar-se-ia capaz de responder adequadamente às diversas tarefas que devem ser asseguradas nos processos de gestão” (1997: 238).

Assim, mesmo que o poder do Projeto Tamar em Praia do Forte seja diluído pela força dos proprietários (e da Fundação Garcia D’Ávila), é factível que ele dá legitimidade e visibilidade àquele ator social, portanto, é um importante elo para a gestão de Praia do Forte. Trata-se de assumir os efetivos papéis, que a partir desse momento, poderiam ser tomados como uma co-responsabilidade. Assim, é necessário assumir que, há uma relação simbiótica que é parte desse processo de gestão do refúgio particular em Praia do Forte.¹¹⁶

Nessa visão, a proposta de desenvolvimento sustentável do Projeto Tamar para Praia do Forte se acomoda ao plano traçado pelo proprietário do local, consistindo no investimento do ecoturismo, principal fonte de recursos da região. Por essa razão, o discurso do Projeto Tamar assume que tem propostas de desenvolvimento, conforme as particularidades das áreas. Esse discurso assumido pelo Projeto Tamar representa uma intenção de propor ações pontuais, considerando uma relação entre global e local. Nessa discussão não se pode fugir ao debate travado em relação ao global e local, que tem lugar na sociologia da cultura.

Fethrestone (1997) apresenta a questão da globalização de modo diferenciado das teses que sempre a acusam de se pautar em padrões uniformes. O autor vê

¹¹⁶ Recorda-se aqui do filme “Curta os gaúchos” em que um presidiário foi impedido de tomar banho. Ele questiona para as várias personificações de poder: quem deu a ordem para que ele não tomasse banho e todos falam: são ordens superiores, embora ninguém saiba de quem foi a ordem. No final das contas, ele chegou à conclusão que o carcereiro foi quem deu a ordem. Pelo exemplo, quero mostrar que, por vezes, a descentralização pode promover uma crise de legitimidade, em que a gestão da coisa pública pode estar comprometida.

o processo de globalização como uma abertura para a discussão consciente de novos níveis de diversidades, em que está presente a racionalidade dos atores sociais. Com efeito, a cultura global não é encarada como uma cultura comum (já discutida em seu estudo anterior cujo título é a “Cultura de consumo e pós-modernismo”). As reflexões de Fetherstone apresentam a cultura como um campo onde são exercidos papéis, que têm em comum o fato de buscarem diferenciações, quando defende que:

“Será algo próximo a uma forma subjacente que permite o reconhecimento e a atuação das diferenças, de acordo com o que Durkheim escreveu sobre os aspectos não-contratuais do contrato, ou com a análise de Simmel, sobre o terreno comum, dado como algo certo, que sustenta o conflito social” (1995:31).

Tais fundamentos fazem com que o autor afirme que a globalização “nos torna conscientes do próprio volume, da diversidade e das muitas facetas da cultura.” Isso me permite desviar da visão da cultura numa sociedade baseada por relações de consumo, em que tudo se determina pela perda de sentido. Essa abordagem é trazida por Baudrillard (1970) quando afirma que nessa contemporaneidade as relações se passam como se se estivesse assistindo a um filme, como uma tela de cinema, em que os indivíduos não conseguem dar significados às suas ações, pois são inconscientes do exercício de seus papéis.

Quando se defende que o cotidiano é produtor de significados, admite-se que o homem é o sujeito que produz esse cotidiano, portanto é o homem que dá significado às ações e práticas cotidianas (Heller, 1992). Dessa forma, os atores sociais realizam a apropriação e se encarregam de dar significados às suas ações, ou mesmo de ressignificá-las. Assim, “não jogamos o bebê fora com a água do banho”, não permitindo que mecanismos ou instrumentos da cultura dos “de fora” sejam engessados e absorvidos pela cultura nativa, sem haver elaborações ou ressignificações.

Ao questionarem o processo de intervenção, os pescadores definem que o Projeto Tamar é co-responsável na administração local, por isso, deve assumir sua responsabilidade. Assim, eles estão buscando em suas práticas novos significados para a “preservação das tartarugas marinhas”. Nos seus relatos os pescadores mostram que têm consciência de que Praia do Forte tem ímpeto para o turismo, que o ecoturismo pode ser

uma solução para os problemas sociais da região. No entanto, os procedimentos adotados são merecedores de crítica em função da inexistência de diálogo ou de negociação entre os que legitimam a dominação e os que são por ela dominados (Weber, 1986).

Porém, na construção de suas estratégias discursivas, os dois pólos constroem-se em esferas heterogêneas, em que seus interesses podem ser melhor evidenciados, localizando-se de onde se fala (Bourdieu, 1986). Mas, sem dúvida, há uma colisão de valores que passa a sofrer redefinições à proporção que avança o processo de intervenção do Projeto Tamar. Nesse ângulo, cada vez mais os valores dos indivíduos vão sendo ressignificados, mostrando-se que a relação de dominação tende a alcançar sua eficácia simbólica, vencendo os ora dominados, mesmo que seja pelo cansaço. Isso se evidencia a partir da apropriação discursiva da referência à preservação que alguns indivíduos na comunidade realçam.

O reconhecimento da heterogeneidade dentro de uma determinada comunidade pode servir como um instrumento analítico, em que caberia o seguinte questionamento: “quais são as identidades que se aglutinam, e em quais circunstâncias?” (Marcus, 1991: 205).

Assim, no caso específico da comunidade de Praia do Forte, tem-se, de um lado, aqueles que se aglutinam por manterem algum vínculo (econômico) com o Projeto Tamar; do lado posto existem aqueles que se aglutinam, por não estabelecerem tal vínculo. Observa-se com isso que as circunstâncias de aglutinação são promovidas nos momentos caracterizados como ‘situações de crise’, em que se evidencia o conflito, sobretudo entre os pescadores associados à colônia de pesca e os que se tornaram tartarugueiros.

Nesse ínterim, mais uma vez, contribui Heller quando afirma:

“A explicitação dos valores, portanto, produz-se em esferas heterogêneas. Como dissemos, essas se desenvolvem de modo desigual. Uma esfera pode explicitar a essência em um sentido, ao passo que outra esfera impede isso em outro sentido e se orienta para uma desvalorização. A história é a história de colisão de valores de esferas heterogêneas” (1992: 7).

A partir da citação de Heller constata-se que há um imbricamento entre a perspectiva da autonomia das esferas preconizada por Weber (1991) e a dialética da história em Marx (1989), em que se pode reconhecer a trajetória do pensamento de Lukács (citado

por Heller, 1993). A apropriação das categorias trazidas por Heller está relacionada com a questão do reconhecimento das heterogeneidades ao passo que a autora apresenta a possibilidade de se ter pelo menos dois sentidos. E, nesses dois sentidos, têm-se uma esfera que busca a essência e a outra que caminha para a sua desvalorização, precisamente o que ocorre na relação entre os pescadores em Praia do Forte, pois, se alguns se tornaram tartarugueiros e assumiram os ideais de preservação como seus, redefinindo sua essência; os demais pescadores partem para uma desvalorização do sentido, afirmando como se viu anteriormente, que pouca coisa mudou após a chegada do Projeto Tamar, ou mesmo que as tartarugas desapareceram depois do processo de intervenção.

Acrescenta ainda Heller em aspectos que podem ser elucidativos:

“Mas a colisão entre esferas heterogêneas é apenas uma das contínuas colisões de valores que ocorrem na história. Também dentro de cada esfera deve-se considerar como típica a situação que contribui para a plena explicitação de um aspecto da essência humana, enquanto provoca a degenerescência de outros” (1992: 7).

Dessa forma, parece haver a convergência do conceito trazido por Chauí (1993) denominado de ‘situação de crise’ com a noção de colisão de valores apresentada por Heller (1992). Nesse caso particular, a questão dos valores ressaltam-se, tendo portanto um peso mais significativo, até pelo fato de se reconhecer que se trata de esferas heterogêneas. Assim, parte-se para reconhecer que a ‘situação de crise’ gerada a partir do conflito existente entre pescadores (tartarugueiros e não-tartarugueiros), dentro de uma comunidade, constituída pela vila de pescadores de Praia do Forte, representa uma colisão de valores assim configurada: os que aceitam os novos valores trazidos pelo Projeto Tamar e desvalorizam os antigos e os que permanecem assumindo seus valores anteriores e partem para uma desvalorização dos novos.

Capítulo IV

Regência Augusta: uma mistura de história e mito (o significado da intervenção do Projeto Tamar)

“Aqui a “grandeza” é definida pela relação entre a memória e uma transmissão, pela inserção numa tradição. A noção de patrimônio assume uma posição chave, pelo fato de designar uma totalidade constituindo bens apropriados e geridos tendo-se em vista seu uso e sua transmissão e não apenas sua acumulação. Esses dois bens patrimoniais constituem aquilo que podemos denominar “recursos identitários”(ressources indentitaires), ao mesmo tempo fiadores materiais de perenidade do grupo em questão e suportes simbólicos de sua identidade” (Godard, 1997: 252)

4 Regência Augusta: uma mistura de história e mito (o significado da intervenção do Projeto Tamar)

Viu-se no capítulo anterior que o Projeto Tamar em Praia do Forte exerce uma dominação baseada no tipo ideal weberiano racional-legal, amparando-se na legislação ambiental em vigor, para justificar suas condutas. Verificou-se também que os interesses defendidos pelo Projeto Tamar naquela comunidade coincidem com os objetivos de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável apresentados pelo proprietário daquela área – uma propriedade particular constituída em Refúgio Particular da Vida Silvestre. Nessa convergência de objetivos percebeu-se que o proprietário das terras utiliza o discurso preservacionista do Projeto Tamar para justificar suas ações. Por vezes, o Projeto Tamar funciona como um instrumento a serviço dos interesses do proprietário da área para o exercício de sua dominação racional-legal.

Agora busca-se analisar o tipo de intervenção social realizada pelo Projeto Tamar em Regência. Nesse âmbito, interessa-me “desvendar”, com base no estudo comparativo entre Praia do Forte e Regência, o significado do processo de intervenção do Projeto Tamar. Essa questão, já abordada anteriormente, é novamente trazida nesse capítulo, para elucidar o aspecto metodológico do trabalho.

Qual é o significado do processo de intervenção do Projeto Tamar em Regência? Discute-se, com base na literatura de cunho sociológico, como se processa a intervenção do Projeto Tamar em Regência, por conseguinte como interagem os três atores sociais envolvidos: Estado/ONG-indivíduos, a partir das relações de poder e dominação.

4.1 A chegada do Projeto Tamar em Regência

Era a penúltima etapa do levantamento iniciado pelas praias da Paraíba em maio daquele de 1980. José Catueté de Albuquerque e Guy Marcovaldi contratados pelo IBDF buscavam informações de tartarugas marinhas ao longo do litoral brasileiro. No litoral norte do Espírito Santo foram informados que as tartarugas existiam:

“(…)Todos indicavam Comboios [praia situada em Regência] como a praia com maior concentração de desova. Tudo se confirmou quando percorreram os 37 quilômetros entre a Barra do Riacho e Regência. Souberam que a praia era procurada principalmente pela *Dermochelys coriacea*, chamada na região de careba mole ou de couro. Encontraram cascos, provavelmente de animais mortos na praia quando subiam para desovar, de *Caretta caretta*, chamada careba dura ou amarela, e *Chelonia mydas*, a careba verde” (Marcovaldi et al, 2000: 54).

Com base nas informações de pessoas da localidade e de Augusto Ruschi, pesquisador e professor da Universidade Federal do Espírito Santo, os pesquisadores constataram que havia maior concentração de tartarugas marinhas na praia de Comboios. Essa praia fica a 7 quilômetros do centro da vila de pescadores – Regência. Desde 1984 a praia de Comboios tornou-se a Reserva Biológica de Comboios, da categoria unidade de conservação de proteção integral. A área da reserva é de 833 hectares.¹¹⁷

A primeira visita a Regência Augusta aconteceu em novembro de 1980 e se depararam com uma realidade singular: a tartaruga aqui tinha outro nome, era chamada de careba, lembrança dos antepassados tupiniquins (Marcovaldi et al, 2000). A pequena vila de pescadores é um distrito do município de Linhares/ES. Localiza-se na mesorregião litoral norte do Espírito Santo, sétimo município mais populoso desse Estado. Distante 130 quilômetros de Vitória – capital.

É cercada pelo Rio Doce e o Oceano Atlântico, a vila de pescadores – Regência Augusta – tem uma história marcada por um importante fato, contado nos relatos dos moradores e que remonta ao século XIX, período em que a atividade de extração do ouro em Minas Gerais tinha grande importância para o Império, sendo Regência localizada

¹¹⁷ A Reserva Biológica de Comboios é formada por mata de restinga (notas de campo, cf. informações obtidas por meio do biólogo responsável pela unidade de conservação, janeiro de 1999).

na foz do Rio Doce, um ponto obrigatório para a passagem das embarcações que tinham por finalidade alcançar o Estado de Minas Gerais.

Veja a descrição dessa vila de pescadores feita por Marcovaldi et al:

“Regência é uma pequena vila bucólica, entre o rio e o mar. Fica na foz do rio Doce, onde o porto dos barcos no rio mais parece uma pintura de Monet. Pelos poucos arruados de chão de terra, onde a vida anda sem pressa, espargida pelo perfume das pitangueiras, caminha um povo caboclo, desconfiado, que preserva suas tradições e tem orgulho da sua terra e da sua história” (2000: 55).

Observe a ilustração a seguir:

Ilustração: Fotografia de Regência

Fonte: Projeto Tamar/Regência, 1999.

Ainda durante o levantamento em 1980, os pesquisadores definiram a área prioritária de trabalho (ISA) como sendo a fração da costa compreendida entre a Barra do Riacho localizada no município de Aracruz/ES e a margem direita do Rio Doce (situada nas imediações da vila de pescadores) pertencente ao município de Linhares/ES.

A instalação da base de proteção de Regência só veio a ocorrer dois anos após o estudo preliminar (primeira visita dos pesquisadores), o que quer dizer que o processo de intervenção do Projeto Tamar na área ocorreu a partir de 1982. Como o levantamento indicou, o local para a base foi a praia de Comboios, onde havia mais registros de desovas. Na oportunidade dois biólogos capixabas, que eram servidores do Estado do Espírito Santo, foram designados para realizar o trabalho de manejo das tartarugas marinhas, foram eles: Maria da Glória Abaurre e Edson Valpassos Mota. Durante dois anos o trabalho desses biólogos era realizado apenas no período de reprodução e contava com o apoio de alguns estagiários, dentre eles, João Carlos Alcioni Thomé (Marcovaldi et al, 2000).

Marcovaldi et al enfatizam, com base no depoimento de Abaurre¹¹⁸ que o fato dos pesquisadores não morarem na base impediu a aproximação entre eles e a comunidade, a saber:

“Essa foi uma das dificuldades ... para a equipe se aproximar da comunidade. Faltava a convivência necessária para que os técnicos pudessem conquistar a confiança e compreender os hábitos culturais e as necessidades da população local – o que só veio a acontecer anos depois, quando as novas equipes do Projeto passaram a morar nas localidades onde funcionam as Bases” (2000: 57).

Além do mais, a presença dos pesquisadores (representantes do IBDF) foi confundida com o poder de repressão da Sudepe, na época responsável pela fiscalização da pesca, como mostra-se a seguir:

“Como temiam a prisão ou a apreensão dos seus artefatos de pesca (também em Regência o trabalho dos oceanólogos e biólogos era confundido com a repressão do IBDF à pesca ilegal), os moradores criavam dificuldades para a equipe. Contavam histórias dos antepassados, de pai e de avô que matavam os animais e pegavam

¹¹⁸ Maria da Glória Abaurre foi uma das fundadoras do Projeto Tamar no Estado do Espírito Santo. Fundou, juntamente com Edson Valpassos Mota, a base de Regência, que na época era sazonal (Marcovaldi et al, 2000).

os ovos, mas juravam que essa prática já havia sido abandonada, pois as carebas não existiam mais – embora existissem os cascos e peças de artefatos de tartaruga em suas casas e bares” (Marcovaldi et al, 2000: 56).

Os moradores nativos falavam das tartarugas por meio de relatos, contando histórias, que apesar de serem reportadas aos antepassados, de fato se passavam com eles. Eram formas de falar e ao mesmo tempo omitir os fatos, que eram parte de sua consciência coletiva. Na verdade eles estavam resistindo ao contato com uma cultura diferente da sua (Polanyi, 2000).

O fato de falarem sobre o passado, deixando o presente em suspense pode ser interpretado a partir do sentido de retrospectão, termo usado por Bourdieu (1989), a partir de Husserl (1977). Segundo os autores, a retrospectão é uma forma inteligente de dar sentido às suas práticas no presente, porém deixando sempre “em aberto” suas formulações sobre ele.

A tartaruga marinha, à semelhança do que ocorre em Praia do Forte, representava para a população de Regência uma fonte de alimentação. Todavia, além disso era parte da tradição local – carebar – , ou seja, capturar à noite tartarugas que vinham à praia para desovar. Conforme pude perceber durante o trabalho de campo, embora a careba fosse uma prática pertencente ao universo masculino do pescador, outros indivíduos na comunidade também participavam, como pode-se perceber pelo teor da entrevista que segue:

“Essa praia a gente andava muito, corria lá pra noite, pegando araquá, tinha as tartarugas, mais do que tem hoje, bastante. Mas comia, os daqui comia, eu comia. Eu ficava admirada e admirei muitos que eu não tinha visto. Colhia mais de 300 ovos de tartarugas, tiravam pra comer, deixavam lá e tiravam [isto é deixavam uma parte e retiravam outra], levavam pra casa, as crianças, que às vezes as pessoas pensam assim: como é que sobrevive num lugar assim? Mas tinha ainda o que escolher. Numa comunidade assim tinha muita fartura de peixes, ovos [de tartaruga]. Você sabe que aquilo [os ovos de tartaruga] é muito forte. Então colhia e a gente via tartaruga. Eu vi ali uma tartaruga, ela era do tamanho de um fusca. Só essa vez que eu vi. Mas cheguei a ver, muito bonita, linda. Dessa agora eu não vi mais nunca, que hoje elas se afastaram. A gente não sabe porque. Se é razão de bulir com os ninhos ou a razão de muitas pessoas que aparecem,

né? Então a gente não vê mais, não vê não. Elas hoje aparecem, vem desovar, mas não é mais como era antes, não mais como foi. Foi muito bom e o povo comia. As tartarugas caíam nas redes e eles comia (Entrevista – 25).

Como se viu a natureza era abundante, tinha fartura de peixe e os ovos de tartarugas serviu para alimentar as pessoas. Embora não seja nativa (Entrevista – 25) de Regência, a entrevistada vive na comunidade há muitos anos e conhece bem os hábitos e práticas dos indivíduos. Por não ser nativa da região pode-se perceber que a entrevista se inclui na prática como uma das autoras da história. Sua fala mostra que os ovos de tartarugas eram retirados e servia como alimento e também que, além dos que caçavam (que eram os pescadores chamados de práticos) outros indivíduos participavam da prática. Na verdade suas participações eram indiretas, isto é, viam, presenciavam e comiam, mas não eram eles quem retiravam os ovos, nem matavam as tartarugas.

Outra fala vem reforçar o sentido de retrospectiva, que foi apresentado como uma das principais dificuldades do Projeto Tamar se integrar à comunidade. Veja a seguir:

“Olhe, os pessoal contam que antigamente as tartarugas vinham aqui pra desovar e quando eles iam passando e topavam com uma, eles seguiam o rastro, tirava os ovos e, às vezes, matava” (Entrevista – 39)

De acordo com o pescador nativo de Regência, as pessoas contavam que antigamente caçavam e coletavam os ovos de tartaruga. Como uma fala de um nativo pode-se perceber facilmente a idéia de retrospectiva, em que o indivíduo se coloca na história como narradores.

Por trás da idéia de voltar ao passado existe um fator muito importante: o sentido de natureza que era partilhado pelos indivíduos nativos. É como se os que chegam (Projeto Tamar) comessem a se apropriar da natureza que pertencia aos que lá estavam. Mas uma vez me reporto a noção de contato cultural com base em Polanyi (2000) para entender o processo de intervenção e suas implicações em Regência.

Tratando das transformações ou mudanças que ocorreram no século XIX, Polanyi (2000) procura entender a ineficácia das leis, durante aquele período, como parte

de uma circunstância em que é necessário recuar para conseguir alterar o ritmo da mudança. Afirma: “O ritmo da mudança não é menos importante do que a direção da própria mudança; mas enquanto essa última freqüentemente não depende da nossa vontade, é justamente o ritmo no qual permitimos que a mudança ocorra que pode depender de nós” (Polanyi, 2000: 55).

Então, no processo de intervenção do Projeto Tamar os indivíduos da comunidade devem ter, por meio de suas racionalidades, entendido que seria difícil (talvez impossível) interpor por completo as mudanças que a política determinava. Conquanto, os indivíduos da comunidade, construindo relatos retrospectivos, agiram tentando “frear” o ritmo da mudança. Isso pode possibilitar que a apropriação do sentido de natureza que eles preservavam, por meio de suas práticas (careba e, como se verá adiante, a pesca), continuasse por mais tempo na consciência coletiva da comunidade.

Assim, se eles continuam contando a história da caça das tartarugas por meio de relatos retrospectivos, pode significar que em suas consciências coletivas a prática da careba ainda é parte de suas vidas (pelo menos no sistema de representação coletivo).

Perguntei a todos os indivíduos entrevistados se eles já haviam comido tartaruga. As falas mostram o sentido de retrospectção:

“Comia, mas isso era muito antigamente” (Entrevista – 35).

“Ah, eu comia e muita, não tem que ter vergonha né, eu comia, os amigos meus comiam, matavam e comiam mesmo, não só eu, mas todos aqui comiam mesmo” (Entrevista – 49).

Apesar de admitir que comia tartaruga, o pescador traz no seu depoimento expressões como: *“não tem que ter vergonha”*, *“eu comia e todos aqui comiam”* (Entrevista – 49), refletindo sobre a sua prática como se fosse algo que ele, agora, tivesse que se envergonhar.

A retrospectção pode ser vista, portanto, como parte de um jogo de incerteza, em que a dúvida ou incerteza é explicada por meio do passado. Volta-se ao passado, fala-se dos que mataram tartarugas e excluem-se desse passado, como se fizessem parte de um presente que está sempre em aberto (Bourdieu, 1989).

Se o passado é algo que não volta mais, nada impede que nos seus relatos contem histórias de seus pais, avôs, ou velhos conhecidos, se colocando na narrativa não

como autores da história, mas como narradores dos fatos. O que corresponde a uma estratégia que lhes permitem contar a história sem serem importunados por questionamentos, como por exemplo, por que o senhor matava a tartaruga?

A perspectiva dos indivíduos da comunidade em relação à prática da careba me leva a refleti-la como uma instituição social. A seguir parto desse pressuposto, buscando entender a prática da careba como uma instituição social.

4.2 A *careba* como uma instituição social

Berger et al (1998), partindo de Durkheim (1999), afirmam que a definição de uma instituição social ocorre à medida que é possível identificar no fenômeno as características do fato social. Aproprio-me do conceito de fato social, para defender que a prática da careba, em Regência, consiste numa instituição social, sendo uma maneira de agir fixa para os indivíduos da comunidade. É necessário definir-se o que se entende por instituições sociais.

“As instituições são experimentadas como algo dotado de realidade exterior; em outras palavras, a instituição é alguma coisa situada fora do indivíduo, alguma coisa que de certa maneira (duma maneira bastante ‘árdua’, diríamos) difere da realidade formada pelos pensamentos, sentimentos e fantasias dos indivíduos” (Berger et al, 1998: 196).

Com base na citação, observa-se que uma das primeiras características no nível do conhecimento para apreender-se a noção de instituição como fato social é estar fora das consciências individuais, portanto, a exterioridade. Se carebar é uma prática incorporada à cultura dos pescadores de Regência, que passou de geração em geração, está posta no nível da consciência coletiva para aqueles indivíduos.

A outra característica trazida por Berger et al (1998) a despeito da linguagem como instituição social, é a objetividade que quer dizer, em Durkheim (1999), a repetição de que a coisa está na consciência coletiva como existente. A coisa existe, tornou-se uma prática. Assim, em Regência, a prática da careba tem objetividade à medida que era aceita por todos ou pela maioria. Sendo uma prática adotada por todos ou

pela maioria, certamente a instituição social é dotada de força coercitiva. Dessa forma, quem viola os imperativos categóricos definidos pela prática é severamente punido pela consciência coletiva. A prática da careba é vista como tendo uma força coercitiva, pois todos, dentro daquela comunidade que eram pescadores e reconhecidos socialmente como tal, realizavam a careba, por necessidade alimentar ou não. Ao admitir-se que o pescador tinha uma necessidade alimentar ou cultural concretizada na prática da careba, está-se relativizando o olhar em relação às práticas dos pescadores, o que pode evitar, na minha compreensão, partindo de Da Matta (1981), a construção de um olhar etnocêntrico.

A quarta característica da instituição social está relacionada com a moralidade. Para Durkheim (1999), o fato social goza de autoridade moral, isto é, ao assumir uma prática como instituição social a consciência coletiva a legitima ou dota aquele fato de legitimidade. Nesse caso, em particular, voltarei aos registros do Projeto Tamar em Regência.

Conta o livro *Assim nasceu o Projeto Tamar* que após a contratação de Sr. Aloy –, o tartarugueiro mais experiente de Regência, a comunidade o apontava como o homem do “IBDF”, ou seja, como a figura que representava o poder de fiscalização – IBDF, notadamente:

“Olhe o IBDF, assim os amigos, carebeiros como ele, referiam-se ao Seo Aloy, quando ele passou para o outro lado. Deixou de matar e comer careba. Usava o instinto e a prática, herdada dos ancestrais indígenas, para identificar pelo rastro (as pegadas na areia) quem violava os ninhos” (Marcovaldi et al, 2000: 57).

A identificação do Sr. Aloy, como sendo o homem do IBDF, pode ser tratada com um certo ostracismo da comunidade em relação a ele. Isto se dava porque na verdade aquele indivíduo estava infringindo normas estabelecidas pela autoridade moral, impostas por meio da prática da careba. Aquele pescador estava violando um imperativo social. Volto novamente ao exemplo da linguagem como instituição social. Berger et al afirma que quando

“... uma criança estrangeira que continuamente comete erros de linguagem, o pobre imigrante que carrega o fardo do sotaque, o soldado que não consegue superar o hábito arraigado da fala polida, o intelectual de vanguarda cujo falso jargão mostra que não está ‘por dentro’, todos aqueles são indivíduos que experimentam um

sofrimento muito mais intenso que o das represálias externas; quer queiramos, quer não, temos que reconhecer neles a dignidade do sofrimento moral” (1998: 198).

Ocorrem punições externas para aqueles que transgridem as regras estabelecidas socialmente, porém, pesam sobre esses indivíduos punições que se processam no nível moral, ou seja, que estão relacionadas à autoridade moral, como foi, no caso de Sr. Aloy o ostracismo da comunidade apontando-o como “o IBDF”. Isso ocorre porque o comportamento esperado pela comunidade era de outra ordem, como mostra o trecho da entrevista com uma filha de pescador, que trabalha para o Projeto Tamar, desde a adolescência (por volta dos 13 anos):

“Quando veio o Projeto Tamar, eu lembro que, na época, o meu pai, que é pescador ficou virado[zangado], né, porque, na época, o Tamar veio e tava prejudicando a pesca, mas não, era porque ele não entendia que eles vinheram para proteger a tartaruga marinha, que os pescadores pegavam assim, também pra sobreviver...”
(Entrevista – 31).

Esse comportamento era o esperado na comunidade, porque “homens do governo” chegavam para modificar suas práticas cotidianas, sendo vistos como agentes de fiscalização, que poderiam apreender suas redes de pesca, embarcações e até mesmo impedir que continuassem com a atividade pesqueira. Assim, a comunidade aponta aqueles que foram trabalhar junto ao Projeto Tamar como pessoas que “abandonaram” os valores da comunidade e passam a se apropriar de outra percepção da natureza (que era a do Projeto Tamar).

Por fim, a prática da careba tem historicidade, que consiste na identificação dos acontecimentos históricos que originaram o fato social; na verdade, busca as causas que geraram o fenômeno. Assim, segundo Berger et al: “as idéias corporificadas na instituição foram acumuladas durante um longo período de tempo, através de inúmeros indivíduos cujos nomes e rostos pertencem ao passado” (1998: 198).

Como uma prática institucionalizada a careba é sempre trazida nos relatos a partir dos antepassados, o pai, o avô, ou um velho conhecido, como foi mencionado anteriormente. Todos esses antepassados servem como justificativa para a condução da prática no presente, mas, salienta-se que, como houve uma proibição legal do Projeto

Tamar contra a prática da careba, o presente aparece sempre em aberto, ou seja, ele é omitido em função da lei que passou a ser imposta àquela comunidade.

Perguntei em uma das entrevistas com uma moradora nativa, que trabalha como costureira na confecção de camisetas, se existiu alguma resistência em aceitar o trabalho do Projeto Tamar. Ela disse que:

“Olha resistência assim não, mas sempre tem algumas pessoas né? Ficavam criticando, o fato de poder comer tartaruga à vontade e depois que veio o Tamar incentivando o povo pra conservar, a proteger, aí assim um certo, mais nada de alarmante, né?, mas sempre, né? (Entrevista – 48)

Assim, percebe-se pelo teor da entrevista, que houve resistência da comunidade, embora não de maneira direta, como um enfrentamento. Essas resistências (indiretas) podem constituir-se como parte de um jogo de interesses estabelecido entre os moradores nativos e os homens do governo, como forma de medir forças, isto é buscando identificar os limites. Portanto, a definição dada pela entrevistada mostrando que não foi alarmante, é suficiente para que se entendam que as resistências foram sutis. Além disso, as falas anteriormente analisadas mostram que as evidências haviam ocorrido no passado, que era sempre reconsiderado, tendo o significado de retrospecto, isto é, aquilo que dá o sentido das ações no presente (Husserl, 1977; Bourdieu, 1989).

Enveredando nesta discussão, apóio-me em Bourdieu para mostrar que a proibição funciona na consciência coletiva como um sistema de classificação em que,

“os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como ‘nós’ por oposição a ‘eles’, aos ‘outros’ e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade” (1989: 124).

O sentido de identidade partilhado pela comunidade se estabelecia pela relação que se mantinha com a prática da careba. Dessa forma, quando pessoas “de fora” vêm indagar sobre uma prática que constitui a identidade do grupo, dá-se ensejo para a construção de relatos que, embora sejam perceptíveis no presente, se reportam ao passado.

A referência ao passado pode estar associado ao sistema de representações sociais da comunidade, aliás esse é um elemento que ajuda a dar

singularidade aos indivíduos que constituem Regência. Eles contam sua história utilizando-se do mito e do rito, como se verá a seguir.

4.3 Regência: o mito recontando a história

Para Durkheim, os mitos são “representações ou sistemas de representações que exprimem a natureza das coisas sagradas, as virtudes e os poderes que lhes são atribuídos, sua história, suas relações entre si e com as coisas profanas” (1989: 68). Essa associação do mito ao sagrado mostra que é possível contar a história por meio desse sistema de representação. É o caso da história de Regência Augusta, chamada simplesmente por Regência. É difícil saber o que é história e o que é mito, partindo das lembranças e memórias contadas nos relatos dos moradores. Poderia ser uma vila de pescadores como qualquer outra, mas Regência tem sua singularidade. É pequena, mas “Augusta”, seus moradores são receptivos, embora seja necessário “ganhar a confiança” para poder estabelecer conversas mais longas.

Todos se conhecem e, em sua grande maioria, são nativos e têm como atividade principal, no caso dos chefes de família, a pesca. Em função da pesca – principal atividade econômica da região – Regência começou a receber pessoas “de fora”, vindas de outros estados, como, por exemplo, do Rio de Janeiro.

A população (801 homens e 741 mulheres) da vila de pescadores se constitui pelo tipo caboclo e nos relatos dos moradores a figura de um caboclo serve como inspiração para a construção do mito da região. Essa história relatada pelos moradores nativos reconhece a bravura e destemor de um simples pescador chamado Bernardo José dos Santos, como descreve-se a seguir:

“A história registra o nome de Bernardo José dos Santos (Caboclo Bernardo), simples pescador que, na madrugada de 07 de julho de 1887, conduzindo a nado um grande cabo que se prendia à praia, possibilitou o salvamento da tripulação do navio-escola ‘Imperial Marinheiro’, que naufragara nos baixios de Regência na barra do rio Doce. Por esse ato recebeu da Princesa Isabel em 06 de outubro de 1887, uma medalha de 1ª Classe” (IBGE/Linhares, 1999).

A condecoração recebida pelo caboclo o tornou o habitante mais ilustre da vila e sua morte, segundo os relatos, por motivo de ‘inveja’, deu-lhe a conotação de um mito heróico, como conta o depoimento de uma das mais antigas moradoras de Regência:

“Caboclo Bernardo era um homem muito trabalhador, trabalhava muito, tanto que, foi trabalhando que morreu (no serviço). Morreu na hora que chegou do serviço. Chegou da roça tirou a camisa e foi trabalhar comendo uma banana. Aí, um maldito ia passando e (...) atirou no peito dele, sem motivo nenhum. É inveja porque ele era um homem muito trabalhador, ele fez o que fez, né, você sabe?” (Entrevista – 30).

Essa história foi incorporada no sistema de representações sociais dos moradores e tornou-se um objeto de natureza especial que se manifesta naquela consciência coletiva por meio de ritos. A explicação da incorporação das manifestações folclóricas por meio de ritos vem a partir do pensamento de Durkheim (1989). Segundo o autor, existem fenômenos religiosos que não se vinculam a qualquer religião em particular, citando para o caso o exemplo do folclore, que consiste em “restos de religiões desaparecidas, sobrevivências não organizadas; mas também existem outros fenômenos que se formaram espontaneamente sob a influência de causas locais” (Durkheim, 1989: 67). Tais manifestações são tidas como sagradas, fazendo parte do sistema de representações da consciência coletiva. Por isso os mitos são comemorados em ritos. Assim, no aniversário do Caboclo Bernardo – 03 de junho – ocorre uma grande festa no local. Nessa e em outras festividades, como a Derrubada do Mastro (20 de janeiro); a Fincada do Mastro (25 de novembro); a Festa de Santa Catarina e São Benedito; Cosme e Damião e o Dia da Criança, as comemorações se dão com a apresentação de uma dança típica capixaba – a congada. Veja-se a seguir ilustrações da Casa do Congo em Regência.

Ilustração 4 – A Casa do Congo

Em Regência a Casa do Congo, além de ser um local para a apresentação da dança típica capixaba – a congada – também é um espaço de sociabilidade entre os moradores mais velhos e os jovens da comunidade. No Congo as duas gerações se encontram, formando uma espécie de elo, que representa um constante reforço ao reconhecimento da identidade. Dessa forma, a congada não é apenas um elemento de resgate do folclore, mas também um resgate da memória histórica e cultural dos moradores de Regência. A congada encontra-se portanto no nível das representações coletivas da comunidade. Por oportuno, vale ressaltar o que afirma Durkheim a esse respeito:

“Ora, as maneiras de agir a que a sociedade está fortemente ligada para impô-las aos seus membros vêm-se, por isso mesmo, marcadas pelo signo distintivo que provoca o respeito. Como são elaboradas em comum, a vivacidade com a qual são pensadas por cada espírito particular ecoa em todos os outros e vice-versa. As representações que as exprimem em cada um de nós têm intensidade que os estados da consciência puramente privados não poderiam atingir: porque elas são feitas das inúmeras representações individuais que serviram para formar cada uma delas” (Durkheim, 1989: 262).

A meu ver, portanto, a congada pode ser explicada a partir da noção de representação coletiva, pois, como manifestação coletiva, a congada se expressa por meio de uma força coercitiva às consciências individuais. Entendida como uma representação coletiva, a congada é representada por meio de ritos. A derrubada do mastro e a fincada do mastro são dois ritos da congada e estão incorporados no calendário festivo e religioso da comunidade.

A força da congada como representação coletiva foi percebida porque todos aqueles que falaram de Regência e de sua história se reportaram ao Congo. No período em que estive lá, o Congo estava de luto, em decorrência do falecimento de uma de suas integrantes, por isso não ocorreu a derrubada do mastro, nem qualquer manifestação de alegria, em respeito à morte. Essa manifestação de respeito à morte, pode ser vista como uma condição exigida pelas representações coletivas ritualizadas, tendo em vista que os ritos estabelecem “regras que prescrevem como o homem deve se comportar com as coisas sagradas” (Durkheim, 1989: 72). A incorporação dessas regras pela consciência

coletiva se dá por meio da crença em que as almas dos mortos são coisas essencialmente sagradas, portanto devem ser respeitadas (cf. Durkheim, 1989).

Como se viu em relação ao luto, o rito pode estabelecer regras, mas também pode sofrer influência da consciência coletiva tendo que se submeter, em determinados momentos, às regras conformadas socialmente. Isso se dá por meio da associação todo e parte, tão amplamente discutida na sociologia durkheimiana. O rito é uma parte do sistema de representação que é o mito – todo. Nesse sentido, para satisfazer a consciência coletiva, a atuação do congo em Regência tinha que ser ampliada, como uma espécie de projeto sociocultural.

Na conversa com a presidente da associação do Congo de Regência ela me contou como iniciou o trabalho com o congo e o que ele representa para a comunidade. A saber:

“toda minha vida adorei banda de congo e foi essa banda de congo que mais me prendeu aqui... Comecei a ensinar a essas crianças, elas tinham muita perebinha, tinham muito probleminha, aí, eu fui falando com eles que eles cuidassem das perebinhas e isso fez com que eu ficasse aqui para fundar o congo mirim. O objetivo é tirar essas crianças da rua, fazer com elas venham para o congo dançar¹¹⁹. Aí se me perguntam vovó posso entrar no congo, eu não vou dizer não...” (Entrevista – 25).

A integração das crianças que vivem na rua ao congo pode ser vista como um mecanismo de encaixe do indivíduo na sociedade (Giddens, 1991). Por estarem à margem do processo de socialização, as crianças da rua tornam-se objeto de uma política de reintegração à comunidade, por iniciativa de instituições ligadas à sociedade civil (como é o congo). Esse tipo de atuação remonta a uma proposta pedagógica, que tem por base os fundamentos da sociologia durkheimiana. Tais fundamentos podem ser explicados, considerando que quando determinado órgão apresenta algum problema patológico que o impede de funcionar integrado ao todo, deve-lhe ser dada a oportunidade de se reintegrar, principalmente quando esse órgão passa por um processo educacional em que os princípios

¹¹⁹ O congo mirim trabalha com crianças na faixa etária de oito a doze anos e o congo jovem, com adolescentes de treze a dezoito anos (Entrevista – 32).

de convívio social são reforçados, como por exemplo, cuidando das perebinhas (Durkheim, 1995).

A análise envolve uma dupla perspectiva. A primeira diz respeito à manutenção da consciência coletiva, que se relaciona a uma busca de uniformidade, vinda a partir do resgate da cultura popular. As manifestações folclóricas atendem a essa lógica, colaboram para a construção da identidade coletiva e permitem que as diferenças entre os indivíduos sejam minimizadas. A segunda é que a mesma manifestação cultural pode suscitar comparações entre os indivíduos, o que leva a uma percepção das heterogeneidades; há sempre o que dança melhor, o mais comportado, o mais engraçado¹²⁰.

Apesar de reconhecer que, para a construção do sistema de representações coletivas, o Congo tem um significado importante; não é certamente este o único elemento que define o reconhecimento dos indivíduos na vila de pescadores.

Em Regência, a identidade dos indivíduos era estabelecida a partir da caça de tartarugas e da pesca. Essa constatação parte do próprio Projeto Tamar, ao afirmar que a careba era uma espécie de arte que os pescadores utilizavam e que estava incorporada nos seus modos de vida.

Os pescadores de Regência preferem falar da pesca hoje, mostrando-a como atividade produtiva e os conflitos que, a partir dela, são estabelecidos entre eles, os pescadores de fora e o Projeto Tamar. A pesca é portanto associada ainda é uma das formas que têm de se apropriarem da natureza, visto que a caça da careba é proibida. É o meio de subsistência dos indivíduos dessa comunidade.

Lembrando do que falou anteriormente uma moradora nativa sobre o Caboclo Bernardo, pode-se perceber a importância da pesca para a definição da identidade dos moradores locais. O mito heróico foi incorporado a partir de seu esteriótipo de **homem trabalhador**. Ela disse, “*o Caboclo Bernardo era um sujeito muito trabalhador, tão trabalhador que morreu trabalhando*”. E mais: o liame entre identidade e trabalho é definido pela pesca, por isso chamar-se de vila de pescadores.

Em Regência apenas 60 pescadores são inscritos na Colônia de Pesca e, destes, apenas 29 (contando com os 9 diretores) participam da Associação de Pescadores.

¹²⁰ Esta tendência pedagógica surge dentro de uma visão de que a escola é fruto da reprodução da sociedade de classes, inspirando-se na sociologia durkheimiana (Meksenas, 1992).

Não se tem como informar quantos pescadores existem em Regência, pois certamente os números oficiais fornecidos pelas instituições não representam a realidade da atividade naquela localidade. De 7 pescadores entrevistados, por exemplo, 3 (aproximadamente 43%) não faziam parte nem da Associação, nem da Colônia de Pescadores.

O Presidente da Associação de Pescadores de Regência me contou que muitas homens da comunidade buscam a pesca, porque nela não tem patrão. E diz mais: *dizer que a pesca não dá, não é verdade. A pesca dá sim* [e continua]:

“Qualquer um velho desses aposentados, se eles pegar uma linha, um anzolzinho, eles vai pegar num dia cinco ou seis quilos de bagre. A um real são seis reais por dia. Agora você faz conta 3 vezes 6 são 180 reais, dá mais do que ele ir trabalhar numa firma, então não tem como essas pessoas dizer assim: ah eu fui trabalhar na petrobras que a pesca não dava, se eles falar isso, eles tão mentindo. Pra qualquer um que aí eu já fiz uma experiência, eu já trabalhei na petrobras, lá pelas empreiteiras um ano e oito meses. Eu tinha uma bolsa de lona aqui, chegava eu passava a mão numa linha, eu ia pra boca da barra, daqui a pouco eu chegava com 10 quilos de bagre. Aquilo eu dava pros outros, porque aqui a gente só come peixe duas vezes por mês” (Entrevista – 43).

Aparece na fala do entrevistado uma relação entre a pesca e outras atividades (principalmente o trabalho nas empreiteiras da Petrobras). Essa preocupação constante, que transparece na fala, ocorre porque quando a Petrobras se instalou na área (antes da chegada do Projeto Tamar) alguns homens da comunidade, que eram pescadores, deixaram a pesca para trabalhar nas empreiteiras. Segundo me contou o entrevistado (Entrevista – 43), tal fato ocorreu porque nas empreiteiras os homens tinham direitos trabalhistas assegurados, como 13º salário, férias e, citou inclusive, o seguro-desemprego. Mas ele procurou mostrar, por meio de seu discurso, que, atualmente (1999), a realidade do pescador é outra. Ele tem alguns direitos assegurados (principalmente o seguro-desemprego no período de proibição da pesca); além disso, pode receber muito mais na pesca, sem ter patrão, do que trabalhando em outros locais.

A pesca em Regência é realizada com anzol e com rede, num sistema artesanal, sobretudo no rio (Entrevista – 43). Entretanto, não vi pescadores andando pelas ruas com varas de pescar, mas percebi que muitos deles, costuram e remendam redes em suas casas. Numa das ruas próximas ao porto, enquanto caminhava conhecendo a vila,

avistei dois homens numa casa. Um deles estava pintando o barco e o outro estava remendando a rede. Aproximei-me e perguntei-lhes se podiam gastar um pouco do tempo comigo. Eles me deixaram entrar e sentei-me num tronco de árvore bem próximo ao local onde estavam trabalhando. Eram aproximadamente 3 horas da tarde, mas no lugar não fazia calor, as sombras de árvores frutíferas protegiam do sol a casa e o lugar onde eles estavam. Primeiro perguntei se eles eram de Regência. Eles responderam que sim. O mais velho e mais falante disse também que tinha 13 filhos, sendo que 5 haviam morrido e, dos 8 restantes, apenas duas moças (uma tinha 15 e a outra tinha 18 anos e esta trabalhava com o Projeto Tamar) eram solteiras. Contou também que sabia escrever o nome, mas não sabia ler. Nunca saiu de Regência para conhecer outros mares. Como um deles era bem mais novo do que o outro, perguntei se eram parentes e o mais velho respondeu-me que tratavam-se de tio e sobrinho. Essa situação me fez recordar da análise que Mead (1983) fez dos povos Tchambuli. Apesar de entre os Tchambuli a pesca ser uma atividade pertencente ao universo feminino, a autora mostra que as relações entre um homem e um filho do seu irmão é amistosa, a ponto de o sobrinho chama-lo pelo termo *pidgin*, que significa “paizinho”.

A conversa continuou. Perguntei ao mais velho se ele pescava no rio ou no mar? Ele respondeu:

“no mar, no rio ou no mar, saio fora. Aí tem medo, não é? Tá por fora, é? Quando eu era menino, então você vê, desse tamanhozinho assim [mostrando com as mãos o tamanho que imaginava ter], entrava no barco, lá na frente subia e descia em alto mar, nossa é gostoso demais! Mas também dava arrepio na gente. Faz medo também. Medo eu tinha medo, agora não tenho mais não. Agora eu saio mar a fora aí tem nenhum medo? Não” (Entrevista – 46).

Vê-se, pelo teor da resposta, que, além de o pescador me responder à pergunta, deixa claro outro elemento: a questão do medo do mar de Regência. O mar é de fato muito forte. Durante o período que estive no local constatei a presença de alguns surfistas (alguns nativos, poucos de fora), mas as outras pessoas não se atrevem a entrar, principalmente com a maré cheia, por isso a praia é quase deserta.

O sentido de que aqueles que enfrentam o mar são os fortes e bravos, como o Caboclo Bernardo, começa a aparecer nas falas dos pescadores. Dessa forma, a

questão da identidade está sendo trazida para este trabalho por reconhecer-se que há uma necessidade dos homens que moram no centro de Regência de se autodefinirem como pescadores em detrimento daqueles que moram distante do centro e que têm como atividade principal o trabalho na roça – agricultura de subsistência.

Levando-se em consideração a questão territorial, pode-se perceber que a delimitação do espaço, no caso de Regência, entre os que moram no centro da vila (zona urbana) e os que moram na zona rural, muito tem a se esclarecer em relação à identidade.

De acordo com Maldonado (1991 e 1993) a delimitação do espaço é construída como uma necessidade de apropriação do território, que para o caso em análise, pode ser entendida como uma apropriação da natureza. Isso sugere que os pescadores não só definem seu espaço de modo diferenciado dos camponeses, mas também têm uma apropriação da natureza diferente.

Os pescadores têm uma definição de limites fluidos, enquanto os camponeses estão muito mais atrelados à questão da posse. Assim, concorda-se com Diegues, que fazendo uma leitura de Cordell (1982), afirma:

“Para as sociedades tradicionais de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para os terrestres e sua ‘posse’ é mais fluida. Apesar disso, ela é convertida pela *lei do respeito* que comanda a ética reinante nessas comunidades (...) Para as sociedades tradicionais camponesas, o território tem dimensões mais definidas, apesar de a agricultura itinerante, por meio do pousio¹²¹, demarcar amplas áreas de uso, sem limites definidos” (1996: 83).

Consideradas como sociedades tradicionais, as sociedades de pescadores e de camponeses, apesar de terem diferenciações quanto à apropriação territorial, apresentam diferenças ainda mais marcantes quando comparadas com as definições territoriais das sociedades urbano-industriais (Diegues, 1996).

É interessante notar que no contexto das diferenciações que marcam as sociedades urbano-industriais e as sociedades de pescadores, por exemplo, os espaços têm significados diversos. Para os pescadores, o mar e o rio são os grandes provedores; para os

¹²¹ Pousio é um sistema de plantação em que a terra deve descansar por um período de até 20 anos, capacitando-a por meio de estágios sucessivos com possível formação de florestas secundárias (cf. Luchiari, 1997).

indivíduos de sociedades urbano-industriais eles têm como papel propiciarem lazer ou entretenimento.¹²² Nesse sentido, o tipo de interação estabelecido entre os indivíduos das sociedades urbano-industriais e o mar ou o rio é fundamentalmente diferente do tipo de interação estabelecido entre os pescadores e esses elementos da natureza. No primeiro caso, o processo de interação não exige uma relação de respeito, como salientou Cordell (1982) “*a lei do respeito*”, como exige no caso dos pescadores. Esse respeito é intermediado por mitos, como o do Caboclo Bernardo, servindo como um reforço à consciência coletiva. Nesse sentido assinala Diegues:

“Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o locus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com o meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância nas roças) sejam associadas a explicações míticas ou religiosas” (1996: 85).

No caso de Regência a situação territorial em relação à definição da localização da vila é um tanto complexa. Como o mar é muito forte e os pescadores o respeitam muito, todo o processo de socialização é construído a partir do rio, em que eles devotam respeito, sobretudo à saída da barra, mas que eles têm uma apropriação maior. Dessa forma, o rio funciona como elemento agregador, havendo uma concentração muito maior de casas em sua proximidade e uma disposição de espaços coletivos à sua margem, ou pelo menos em suas imediações, como a igreja, o campo de futebol, o clube, o centro ecológico do Projeto Tamar. Todos estão localizados senão às margens do rio, mas dispostos numa área próxima a ele.

Com isso a identidade dos nativos de Regência é definida a partir da identidade do seu mito heróico, como sinônimo de bravura e destemor. Recordando um pouco dos relatos dos moradores mais antigos sobre o Caboclo Bernardo percebe-se que sua atividade principal era a pesca, embora ele tivesse outras secundárias. A identidade do herói como um pescador está associada à bravura e destemor, aquele que não tem medo de

¹²² Ver a esse respeito o texto de Lopes Jr. (1997). Nele, o autor apresenta uma análise comparativa entre tipos de turismo em duas cidades do litoral nordestino (Salvador/BA e Natal/RN) e mostra, entre outras coisas, o significado da praia como espaço de lazer.

enfrentar o mar de Regência. Por isso, todos os homens ‘adultos’ se identificam como pescadores. Assim concordo com Diegues: “Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações tradicionais constroem, pois é com base nele que agem sobre o meio” (1996: 85).

A demarcação espacial entre os que moram na vila e são pescadores e os que moram na periferia e são agricultores está presente nas representações sociais daquela comunidade como uma espécie de associação entre o destemor e o medo: o destemor dos que enfrentam as adversidades da atividade pesqueira e o medo dos que ficam em solo firme por trabalharem na agricultura. Sobretudo para os homens, essas diferenças são fundamentais para a construção de suas identidades, produzindo paralelos entre pescador-forte e agricultor-fraco.

Maldonado (1991 e 1993) observou que o sentido de pescador estava associado a uma ocupação masculina, havendo a incorporação de códigos e crenças que impediam as mulheres de participar daquela atividade. Como afirmou a autora, a identificação de códigos demarcando situações de gênero a partir do trabalho era demonstrado inclusive em relação a sua pesquisa, pois muitos pescadores guardavam “segredo” na tentativa de criar empecilhos para a apropriação dos códigos por parte de uma “mulher”. Trazendo para análise a abordagem de Maldonado (1991 e 1993), pretende-se mostrar que, no imaginário social dos povos pescadores do litoral, especialmente no caso do Nordeste, não havia espaço para a penetração de mulheres na atividade, sendo a pesca uma apropriação masculina.

Conclui-se, pois, que masculinidade no exercício da pesca está associada, para os pescadores de Regência, ao destemor, ou seja, enfrentar o rio ou o mar é um ato de bravura, que tem em si o sentido de heroísmo, tal qual a história do Caboclo Bernardo. Há, portanto, a construção de uma associação entre masculinidade e bravura com base na pesca.

Dessa forma, é possível compreender porque o mito do Caboclo Bernardo está incorporado na consciência coletiva da comunidade, como a vitória da vida sobre a morte, do trabalho sobre o não-trabalho. O homem (macho) que era um pescador destemido, um homem muito trabalhador, enfrentou o mar forte do local para salvar vidas de desconhecidos. Por trás dos relatos dos moradores antigos está o reforço ao sentido de preservar o *folk*.

Com base na noção de *folk*, percebe-se que a questão da identidade dos moradores nativos, reconstruída a partir da história do Caboclo Bernardo, está ligada à pesca, tomada como atividade principal. Em suas identificações, os chefes de família se denominam como pescadores, embora alguns deles tenham outras atividades: *“Hoje em dia [a pesca] tá difícil, Regência já teve muito peixe, mas hoje tá difícil, depois que chegou o pessoal aí fazendo pesquisa, trazendo muitas redes, ficou difícil, e, hoje, o peixe tá escasso mesmo. Eu pesco porque sou pescador”* (Entrevista – 46).

Apesar de todas as dificuldades, quais sejam, o pessoal fazendo pesquisa – Projeto Tamar, e os pescadores de fora que fazem a pesca industrial, *ele diz que é pescador*.

A pesca em Regência, além de ser apropriada pelo universo masculino como a principal atividade produtiva, tem um caráter de hereditariedade, sendo passada de pai para filho (ou sobrinho). Alguns afirmavam coisas do tipo: *“Eu pesco, porque meu pai pescava...”* ou *“Eu nasci na pesca.”* Como se essa atividade lhe fosse uma atribuição natural. Não é possível exercer outra profissão, senão a de pescador, em que se percebe a forte presença da consciência coletiva – a partir da pesca – sobre aqueles indivíduos. Assim, a associação mítica do Caboclo Bernardo e a “naturalização” da pesca como atividade principal acabam definindo a identidade daqueles indivíduos.

Entretanto, alguns daqueles indivíduos têm outra atividade – relacionada à agricultura, mas ao contrário dos povos caiçaras estudados por Diegues (1996) e Cordell (1982), os caiçaras¹²³ em Regência se definem ou como pescadores ou como agricultores, nunca como pescador-agricultor, o que deve estar associado ao mito de bravura do Caboclo Bernardo. Ainda com base na idéia da associação entre pescador e homem forte, os caboclos pescadores diferenciam em suas práticas aqueles que enfrentam o mar – que é muito forte no local e aqueles que pescam no rio. Assim me disse um pescador local:

“O nosso objetivo aqui em Regência não é a pesca do camarão, é a pesquinha que acontecia aqui antigamente, pescava, todo mundo pescava na rede, todo mundo matava os peixe na boca da barra,

¹²³ Caiçara é o pescador que vive na praia. Será utilizado como sinônimo de caboclo, que significa população descendente de indígenas (Quadros, 1976). A apropriação do termo caboclo é feita com base na autodefinição dos indivíduos que vivem em Regência. Eles se denominam caboclos (notas de campo, janeiro de 1999).

hoje ninguém mata em frente da boca da barra, se quiser pegar tem que ir depois dos quebra-mar, lá fora, e lá fora, a gente só vai com o mar manso...” (Entrevista – 43).

Na verdade a grande maioria dos pescadores nativos pescam no rio, não enfrentando o mar, nem a passagem da barra. A pesca de camarão é feita por pescadores de fora e segundo informações que obtive in loco, cada vez que as embarcações chegam trazem aproximadamente 5 toneladas de camarão. Por isso que o Presidente da Associação afirma que o objetivo é a pesquinha, porque se comparada à pesca do camarão, a pesca dos nativos é um “pesquinha”. Veja a seguir como pode ser analisada a situação.

Diegues, analisando as populações tradicionais, apoia-se em estudo realizado por Mourão (1971) sobre os caiçaras. Nesse estudo, Morão (1971) constatou que o temor dessas populações em enfrentar condições adversas das quais estão habituadas está relacionado aos sistemas de

“representações que essas populações fazem dos diversos habitats em que vivem, também constroem com base no maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio-físico. Assim, o caiçara tem um comportamento familiarizado com a mata, se adentrando nela para retirar os recursos que precisa; ele também não tem receio de explorar os estuários e lagunas costeiras protegidas mediante técnicas de pesca, mas muitos têm verdadeiro pavor do mar aberto, do ‘mar de fora’, da ‘passagem da barra’, dos naufrágios e desgraças associados ao oceano que não controla” (Citado por Diegues, 1996: 85).

Tal compreensão me faz entender a dimensão da importância do mito de Caboclo Bernardo para os pescadores de Regência. Enfrentar o mar é um ato heróico. Assim, se a pesca no rio é satisfatória, ou seja, se eles conseguem assegurar sua subsistência, não há motivo para enfrentar o mar, até porque não têm embarcações apropriadas. No entanto, as dificuldades aumentaram em função da presença de pescadores de fora naquela região. Veja-se:

“Deu um vento súbito, acabou o robalo. Todo mundo pegava o robalo, hoje, se você caçar um pra remédio, você não acha. A situação tá ficando feia. (...)Esses barcos do Estado do Rio que os pescadores pequenos daqui já tão sentindo que tá ficando feia a situação. No começo eles gostaram porque ganhava muito peixinho, ganhava aqueles punhadinho de camarão, que dava pra

uma família, mas, hoje, eles tão sentido na pele. De vez em quando chega um pra mim e diz: quando você vai tomar uma providência? (Entrevista – 43).

Antes os peixes chegavam até o rio, os pescadores nativos conseguiam pescá-los, sem precisar enfrentar o mar. Agora, com a chegada de pescadores de fora, vindos sobretudo do Rio de Janeiro, os peixes não chegam até o rio, porque esses pescadores – industriais – usam redes (de arrasto, tresmalhos, entre outras)¹²⁴.

Em estudo sobre os ribeirinhos do Amazonas, Leonel (1998) constatou que a atividade pesqueira naquela região converge para um processo de industrialização, marcada pela presença de pescadores “de fora”. Pelo que pude verificar durante o trabalho de campo, a situação da atividade pesqueira em Regência segue a mesma tendência observada por Leonel (1998).

4. 4 Pescadores nativos e pescadores de fora

Em Regência, quando as embarcações chegam ao porto, os atravessadores já estão à espera, com caminhões frigoríficos vindos de outras localidades para pegar o pescado. Algumas daquelas embarcações têm em sua tripulação pescadores nativos, contratados no regime de assalariamento. Entretanto, a grande maioria é composta por pescadores “de fora”, que têm um maior controle de técnicas e inovações próprias da atividade (como conduzir novas embarcações e realizar pescas com determinados tipos de rede)¹²⁵. Além da presença dos atravessadores, notei que pessoas da comunidade e alguns pescadores também estavam no local para receber as embarcações e suas tripulações. Logo após a chegada, os pescadores entregaram os peixes para os atravessadores e em seguida começaram a distribuir com os presentes (indivíduos da comunidade) aqueles que não tinham tamanho e peso consideráveis para serem levados ao mercado. Aproximei-me e perguntei a um dos atravessadores se os peixes estavam à venda, ao que me respondeu que não. Interessante registrar que naquela época – mês de janeiro – é proibida a pesca por

¹²⁴ Ver a esse respeito o trabalho de Luchiari (1997).

¹²⁵ Ver a esse respeito: Maldonado (1986), Diegues (1996) e Leonel (1998).

causa do período de reprodução. A propósito, dificilmente encontrei peixe nos restaurantes de Regência. Se alguém quisesse comer peixe, teria que encomendar com antecedência, para que o proprietário do estabelecimento fosse comprar fora de Regência.

Verifica-se, pois, situação semelhante como a constatada por Leonel (1998) em relação à pesca industrial. Esse tipo de pesca vai ocupando o espaço do pescador artesanal, que é autônomo, e tende a levá-lo a um processo de assalariamento, para que consiga sobreviver enquanto pescador¹²⁶, havendo, dessa forma, uma modificação nas relações de produção.

No entanto, a mudança não ocorre apenas nas relações de produção, como pude inferir a partir do que me disse o entrevistado, notadamente:

“É devido a pesca, a pesca de camarão, porque vem muita gente de fora e sabe como é, gente de fora, né, já entrou na sociedade, já não pensa como a gente aqui, mas só que o pessoal né, como o pessoal de fora dá renda ...” (Entrevista – 49).

Percebe-se a ocorrência de mudanças também em relação à esfera da cultura, pois as pessoas que vêm “de fora” têm outros valores, diferentes daqueles estabelecidos na comunidade. Com isso, determinados proibitivos sociais – por exemplo, a pesca durante o período de reprodução – que eram partilhados pelos indivíduos nativos são desrespeitados pelos “de fora”, cujos valores estão definidos a partir das sociedades urbano-industriais. Essas modificações no reconhecimento de valores diferenciados também levam a uma mudança na forma como o homem se relaciona com a natureza.

Nesse contexto, Diegues (1996), com base na análise de Boungoignie (1972) sobre a interdição dos pescadores Tofinu do ex-Daomé (hoje Benim), mostra que há uma “desorganização sociocultural” causada pela interferência da economia de mercado sobre as culturas tradicionais. Essa desorganização sociocultural tem como uma de suas implicações a penetração de novos valores no seio da comunidade, que modifica a carga

¹²⁶ A presença de caminhões frigoríficos no porto de Regência foi constatada várias vezes, assim como foi notada a figura do atravessador que compra o pescado, a um real, um real e cinquenta centavos, para vender no mercado (feiras livres ou supermercados fora de Regência) por, no mínimo, seis reais o quilo (notas de campo, janeiro de 1999, bem como com base na Entrevista – 52).

simbólica significativa existente e promove a desestruturação das identidades dos nativos, que eram definidas enquanto pescadores.

Essa questão da desestruturação de identidades é trazida dentro de uma leitura clássica a partir de Polanyi (2000). O autor mostra que o contato cultural pode ter um efeito muito mais devastador sobre as culturas nativas, do que qualquer outro fenômeno endógeno – inclusive de ordem econômica. Isso porque a causa da degradação advinda por meio do contato entre culturas diferentes não é estabelecida unicamente por meio da exploração econômica, mas por implicar numa desintegração do ambiente cultural. Notadamente,

“O processo econômico pode, naturalmente, fornecer o veículo da destruição, e quase invariavelmente a inferioridade econômica fará o mais fraco se render, mas a causa imediata da sua ruína não é essa razão econômica – ela está no ferimento letal infligido às instituições nas quais a sua existência social está inserida” (Polanyi, 2000: 191).

Com essas considerações, pode-se refletir acerca de uma possível ‘situação de crise’ constituída com base na identidade dos pescadores e que se define pela interferência de valores de indivíduos de fora na comunidade, no caso, não só os pescadores, mas também os pesquisadores do Projeto Tamar.

Porém, antes de começar a discutir a questão da identidade dentro de uma possível *situação de crise*, em termos de valores, faz-se necessário identificar um outro elemento que funciona como orientação para a construção da identidade dos moradores nativos de Regência, qual seja, a prática da careba. Isto porque “carebar” é uma prática que está associada à atividade pesqueira, ou seja, está posta no nível da consciência coletiva como um elemento de reconhecimento social.

A relação entre pesca e careba pode ser estabelecida à medida que conclui-se que os indivíduos que tinham como hábito carebar eram pescadores. Esses pescadores, na maioria das vezes, caçavam a tartaruga e coletavam seus ovos na praia, alguns que apreendiam as tartarugas nas redes de pesca o faziam por distração (Marcovaldi et al, 2000). Então, na verdade, ocorre a caça da tartaruga, com maior frequência do que a pesca desses animais.

Em Regência não entrevistei pescadores-tartarugueiros, mas pude perceber que na comunidade muitas pessoas (sem distinção de idade ou sexo) vestiam-se com camisetas de propaganda do Projeto Tamar, o que me levou a supor que as represálias externas não ocorrem com nitidez. Nesse sentido, acredito que a comunidade construiu um discurso de afrontamento mais direcionado aos pescadores de fora, do que àqueles pescadores da comunidade que passaram a trabalhar para o Projeto Tamar. Observe a seguir os fragmentos de entrevistas realizados com diferentes pessoas (pescadores e não-pescadores):

“A preocupação da gente aqui são esses barcos de fora, né! Agora isso que é a preocupação. São esses barcos que vem de fora com os pescadores pequenos que não tem condições de panhar um barco grande, que ele sobrevive da pesca. Aí dentro, esses barcos que vem da parte do Estado do Rio, elas são ilegal, eles não têm licença pra camarão. Tem barco que nem tem documento. Não tem e chega aqui dentro e diz: Regência é boa é muito boa, então vamos ficar” (Entrevista – 46).

“Tem um monte de pescadores que vem de fora, de outra região, para explorar a pesca do camarão. Coisa que nós temos hoje grande dificuldade com o pescado, que o ano passado nós tínhamos mais pescados. Isso eu deixaria sobre a responsabilidade do Ibama. Eu gostaria que você trouxesse isso bem saliente. Isso é responsabilidade sobre a coordenação do Ibama (...) Acho que teria que ter essa posição: chegou a época de cair fora e pronto” (Entrevista – 33).

Vê-se por meio das entrevistas que há uma grande preocupação com a presença de pescadores de fora na Região. Em primeiro lugar, porque esses pescadores fazem a pesca do camarão utilizando o sistema industrial em que vão para o alto mar pelo menos duas embarcações, que se colocam lado a lado e arremessam as redes. Os pescadores nativos entrevistados mostraram que esse era o principal problema e apesar de não enfrentarem os pescadores de fora, não admitem que eles se apropriem da natureza que é, em tese, lhes pertence.

Como demonstram Marcovaldi et al existiram resistências:

“Quando a equipe do Projeto Tamar chegou aqui, em 1982, para instalar a segunda das três bases no país, havia fartura no rio e no

mar, além de alguma agricultura de subsistência. Quase toda a comunidade vivia da pesca, principalmente do robalo, peixe nobre e abundante na época. Se Pirambu, em Sergipe, tinha tradição de tartarugar para pegar os ovos sem matar as fêmeas, em Regência carebar é o verbo próprio para definir a prática dos carebeiros de procurar e matar as carebas durante a desova na praia, para comer a carne e usar os cascos. Os ovos aqui não eram tão disputados como em Pirambu, mas não escapavam dos carebeiros. Não sobrava sequer um ninho intacto e por isso também aqui a comunidade há tempo não via um filhote, só conhecia o animal adulto. Como em Pirambu, a carne, os ovos ou o casco não tinham qualquer peso econômico para as famílias. Era só uma alternativa para variar e enriquecer o cardápio” (2000: 56).

Conforme pôde-se perceber pelo que registraram os autores, as tartarugas faziam parte do hábito alimentar da região, entretanto, deve-se ressaltar que além disso as tartarugas representavam uma forma de assegurar a complementação da renda familiar. Por exemplo, o óleo feito a partir de sua banha era comercializado pelos pescadores, como mostra o entrevistado: *“O óleo da tartaruga é bom para você não envelhecer e tem muita gente que procura. Agora, que parou mais, mas, antes eles faziam direto e vendiam...”* (Entrevista – 54).

Assim, existem duas formas de abordar as tartarugas: uma apresentada pelo Projeto Tamar, de que sua carne estava incorporada ao hábito alimentar, a outra, relaciona-se à forma como os indivíduos nativos viam a tartaruga marinha. Para o grupo do Projeto Tamar, o significado da tartaruga marinha para a comunidade é uma alternativa para “variar e enriquecer o cardápio”, no entanto, para os indivíduos da comunidade, ela representava mais do que isso. A prática da careba estava institucionalizada pela cultura nativa, sendo uma necessidade social. Carebar constituía uma prática social que estava impregnada na cultura dos indivíduos, no nível da consciência coletiva, tendo com isso uma eficácia simbólica para eles. Mas também era um dos elementos que fornecia – conforme constatei – meios para a subsistência dos pescadores e de suas famílias.

Evidencia-se, dessa forma, o estabelecimento de dois tipos de discurso. Um tipo constituído durante o processo de intervenção elaborado pelo grupo do Projeto Tamar, cujo sustentáculo se baseia na dominação racional-legal, apelando, assim, como no caso de Praia do Forte, para a lei. O outro tipo de discurso, já se fazia presente no nível da

consciência coletiva e se sustentava na prática social da careba, atrelada na região com a atividade pesqueira.

Para analisar a definição desses discursos, recorro a Bourdieu, quando afirma que:

“Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida cotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma” (1989: 124).

A citação do autor me dá subsídios para interpretar o discurso dos moradores nativos como dominados, entrando na luta em estado isolado. Entretanto, mesmo diante dessas circunstâncias, a aceitação das regras impostas pelo discurso dominador – racional-legal do Projeto Tamar – não significa, necessariamente, que há uma passividade ou uma conformação àquelas regras do jogo por parte dos indivíduos da comunidade.

Além disso, foram verificadas resistências diretas, no caso indicadas pelo Projeto Tamar como sendo ações isoladas de indivíduos de fora. Veja-se a seguir o caso:

“Há três ou quatro anos atrás um cara de Linhares, bêbado, veio de povoação e disse: ah eu vou desafiar todo mundo. Foi lá deu uma reviravolta [matou uma tartaruga] foi preso. Nós gastamos três ou quatro dias pra tirar o cara da prisão, pra dar uma força. Ele tava bêbado, mesmo que é crime inafiançável (o cara fica preso, mas se não fizesse isso todo mundo se achava no direito de caçar). Hoje o povo é certo, todo mundo certinho e tem que ser mesmo, acho que algumas coisas têm que ser radicais, sabe? Uma é a caça, acho que não tem bicho suficiente pra caça, está tudo esgotado. O que tem está nas reservas, que são ilhas isoladas. Tudo destruído. A caça não justifica mais, a não ser que seja pra controle de pragas...” (EI-3).

Como se pôde verificar, o Projeto Tamar utiliza-se do respaldo legal para controlar os indivíduos. A fala do coordenador é construída realçando que se tratava de um indivíduo de fora, que, naquele contexto, violou as regras socialmente definidas (isto é, que foram definidas depois da intervenção do Projeto Tamar na área). Para o Projeto Tamar, de acordo com a posição do coordenador, a punição é uma forma de mostrar que, naqueles

casos, a lei pode agir para coibir a infração, tendo-se uma idéia de que a punição pode ser tomada como exemplo para toda a sociedade. Talvez por essa razão os pesquisadores do Projeto Tamar sejam vistos nas comunidades como homens do governo.

Reportando-se ao momento em que foi montar uma das bases do Projeto Tamar, próxima a Regência – base de povoação –, o entrevistado mostra que inicialmente o processo foi contencioso: *“Tinha briga às vezes, tinha briga direto. Tinha pessoas que matavam direto tartaruga. Era uma briga terrível pra essas pessoas tomarem consciência da preservação”* (Entrevista – 36).

Outra fala, no caso, de um pescador (Presidente da Associação de Pescadores), demonstra outras situações de embate:

“De vez em quando as redes dos pescadores foi presa. Foi presa duas vezes, uma vez foram vinte e nove redes. Eu consegui pegar pra eles uma multa mixaria, que foi vinte e um pano de rede e eles pagaram 90 reais, então foi uma multa mixaria, que foi dividido pelos pescadores. Tanto o Ibama como a polícia civil que é a ambiental panhava nós e nós não conseguia esse material de volta. Isso tudo era um atrapalho na vida da gente...” (Entrevista – 46).

A associação entre o poder de polícia do Ibama e o da polícia florestal está bem clara para os pescadores. Esse tipo ideal de dominação assumido pelo Projeto Tamar em Regência parte do imperativo legal, atribuindo punições àqueles que infringissem a lei.

4.5 Redefinindo a intervenção

Em Regência o Projeto Tamar redefine sua estratégia de dominação durante o processo de intervenção. O apelo à lei ocorre em Regência apenas em situações extremadas. Essa constatação foi feita porque durante o período em que estive no local, vi queimadas provocadas na região, quase com uma frequência diária, em que os funcionários do Projeto Tamar saíam para apagar o fogo. O fato não ocorria longe da vila, as áreas queimadas eram sempre dentro da restinga da reserva biológica. Soube também que quando um dos técnicos do Projeto Tamar morava no alojamento do Ibama (que fica

dentro da reserva biológica) havia ocorrido um incêndio criminoso, no qual ela escapou por força das circunstâncias.

Mesmo assim, o Projeto Tamar busca o diálogo com a comunidade, evitando fazer uso do discurso racional-legal. Isso se deve, a meu ver, porque devido as resistências por parte da consciência coletiva, o processo de intervenção foi obrigado a se associar a outras formas de controle social, utilizando-se de mecanismos de confiança, buscando a integração social por meio da participação. Num outro momento, a moradora (Entrevista – 48) afirma que: *“Tem sempre umas pessoas que falam, mas na hora de criar a confusão. E hoje assim, eles aceitaram, né? Ajudam até o Tamar mesmo a proteger as tartarugas”* De qualquer forma o Projeto Tamar em Regência construiu o sentido de participação, mesmo tendo sofrido resistências (diretas e indiretas). A esse respeito, pude perceber durante minha estada em Regência que há um poder de controle do coordenador regional, que é uma liderança na comunidade. Todos, mesmos aqueles que se mostram contrários aos programas desenvolvidos pelo Projeto Tamar, devotam-lhe respeito. Isso levou-me a considerá-lo como a representação de um líder carismático, que faz uso do seu poder de oratória e de sua capacidade intelectual dentro da comunidade. Por essa razão, a minha percepção do Projeto Tamar em Regência é de que há uma combinação da dominação racional-legal e da dominação carismática, sabendo-se que o tipo carismático foi incorporado ao Projeto Tamar a partir da liderança do (atual) coordenador regional, que ocorreu a partir de 1984.

Para melhor entender o papel dessa liderança, bem como proceder à reorientação do processo de intervenção do Projeto Tamar em Regência, dois aspectos devem ser considerados. O primeiro diz respeito à vivência dos pesquisadores dentro da comunidade, o que só ocorreu naquela localidade a partir de 1984. O segundo está relacionado à criação da Fundação Pró-Tamar em 1988. Ambos os aspectos podem indicar uma nova forma de fazer a política para o Projeto Tamar.

A vivência do grupo do Projeto Tamar dentro das comunidades modificou a forma de percepção dos indivíduos em relação a eles, que são de fora, passando-se a impressão de que é possível uma intergração social entre os indivíduos da comunidade e o grupo do Projeto Tamar, como mostra a fala a seguir: *“Eles ajudam muito, levam pessoas doentes para o hospital em Linhares. Prestam alguns serviços à comunidade, dão*

patrocínio para o congo mirim, dão alguns brindes para serem sorteados durante as festas” (Entrevista – 32).

No momento em que outros meios para realizar a intervenção foram postos em prática pelo grupo do Projeto Tamar, a sustentabilidade ambiental começou a surtir efeitos, isto é, começou a ter a eficácia simbólica. Assim, o tipo racional-legal foi combinado ao tipo carismático, associando o poder de fiscalização à prestação de pequenos serviços à comunidade (cf. Weber, 1986). Os serviços ou favores que mais foram citados por 70% dos indivíduos da comunidade de Regência foram os seguintes: levar pessoas doentes até o posto de saúde ou hospital mais próximo; prestar consultorias para a associação de pescadores; gerar emprego e renda para algumas pessoas (menos de 1% da população) que trabalham como cooperados na confecção de camisetas; contratar por meio de convênios ‘carebeiros’, motoristas, entre outros. Alguns desses serviços são prestados porque a comunidade é carente em relação à presença do poder público municipal.

Os entrevistados que mais mostraram preocupação com a questão da carência de serviços públicos na comunidade foram mulheres e jovens. Cerca de 90% deles disseram em suas falas que a comunidade precisava de pelo menos uma escola de 2º grau e médico para atender no posto e 60% (deve-se registrar que destes 60%, 50% são pessoas vinculadas ao Projeto Tamar) desses mesmos entrevistados admitem que o Projeto Tamar ultrapassa sua esfera de atuação prestando os favores citados à comunidade.

Todas as pessoas entrevistadas em Regência tinham uma visão sobre o progresso. 80% delas acham que Regência deveria permanecer como é, embora mostrem preocupações com pescadores de fora (como viu-se anteriormente) e com questões como saúde e educação (serviços que a comunidade é carente). A seguir, vê-se a fala de uma das mulheres que trabalham com o Projeto Tamar na confecção de tartarugas de pano e chapéus. Ela é nativa de Regência e faz parte de uma cooperativa em que o Projeto Tamar presta assessoria.

“Às vezes tem as pessoas que acham que o Tamar impede um pouco o progresso aqui em Regência. Mas eu acho assim, depende um pouco do que o povo acha assim do que é progresso. Porque pra mim, eu gostaria que continuasse assim desse jeito. É

importante pra mim ter uma boa escola, água tratada, a saúde eu acho pra mim que é insuficiente, né? E as pessoas não acham assim. Elas acham que vindo o asfalto, né, essas coisas assim... É bom mas assim, né, Regência fica um lugar como outro qualquer, não ia ser assim tranquilo, reservado, ia ficar assim um lugar comum. Ia chegar o progresso, é edifício, prédio, então, eu acho que ia acabar com Regência, então, eu gosto muito de Regência do jeito que ela é e gostaria que ela continuasse assim porque aqui você pode ficar tranquilo, não tem esse negócio de ladrão. É isso que o povo não entende, acha que o Tamar às vezes atrapalha nesse ponto, então depende da visão da pessoa. Pra mim eu gosto do jeito que ela é...” (Entrevista – 23).

A concepção da entrevistada mostra que o progresso pode ter um custo social alto para a comunidade. Ela reconhece que alguns serviços são essenciais, mas afirma que outros poderiam trazer sérias conseqüências para a localidade, como a violência. Esse discurso é o mesmo que orienta a intervenção do Projeto Tamar em Regênci. A esse respeito pode-se dizer que o Projeto Tamar tem eficácia simbólica na comunidade.

Aqueles que mais criticam o Projeto Tamar (20% dos entrevistados da comunidade), como por exemplo, a Vice-Presidente da Associação de Moradores, admitem que os problemas da comunidade são carências de serviços públicos:

“O nosso maior problema aqui está relacionado na educação e saúde. Nós só temos uma escola a nível de 1º grau, por exemplo, nossos alunos que formaram agora é uma dificuldade para transportar pra cidade. A prefeitura tem uma parceria, graças a Deus, né? Transportar os nossos alunos, dando transporte escolar. E a outra é médico, médico a gente brigou muito pela uma enfermeira qualificada pra suprir a necessidade. Nós temos uma enfermeira que atende de segunda à sexta e temos um médico que vem aqui duas vezes por mês...” (Entrevista – 47).

Como se percebeu, a entrevistada constrói um discurso ambíguo, em que mostra os problemas existentes e ao mesmo tempo tenta obscurecê-los, dizendo que a prefeitura conseguiu um carro para transportar os alunos. Mas como se verá adiante, a construção do discurso da entrevistada (Entrevista – 47) está relacionada com a idéia que ela faz a respeito do progresso ou do desenvolvimento de Regência.

Ainda em relação ao progresso, entrevistei uma pequena comerciante em Regência e lhe perguntei como o trabalho do Projeto Tamar era visto pela comunidade. Ela me respondeu que era *“bem aceito, desde que trouxesse benefício para a comunidade”* (Entrevista – 45). Fiz a mesma pergunta a um líder comunitário, que respondeu:

“No começo o Projeto Tamar chegou proibindo, então, eles [comunidade] não aceitaram isso ... Mas, Joca e Cecília foram conversando com as pessoas e as pessoas foram entendendo melhor. Eles foram, como se diz, ano a ano que se passa[va], eles foram compreendendo melhor e foram aceitando melhor. Até [que] hoje eles tão entendido muito bem, mas tão aceitando o Projeto Tamar aqui na comunidade (Entrevista – 43).

A partir do momento em que os pesquisadores começaram a viver no local, suas presenças foram paulatinamente “aceitas”, embora fosse necessário o estabelecimento do diálogo com a comunidade, principalmente durante o período de proibição da pesca (a necessidade do diálogo nesse período deve-se ao fato de que a proibição da pesca coincide, em boa parte, com a época de reprodução das tartarugas marinhas, sendo por isso intensificada a fiscalização dos pesquisadores e técnicos do Projeto Tamar). Nessa época, coincide também com um pequeno aumento do fluxo turístico em Regência, tendo uma demanda para a comercialização do peixe nos bares e pequenos restaurantes. Coincidentemente, não se encontram peixes para vender, gerando-se críticas dos comerciantes e de alguns pescadores sobre a proibição da pesca. Uma alegação curiosa trazida por parte dos indivíduos que utilizam esses discursos, é a afirmação de que antes da chegada do Projeto Tamar havia peixe abundantemente, enquanto agora não tem mais.

“Pra mim não tem patrão de nada, antes deles vim pra cá, eu já comia, né, e eu tô comendo, tô bebendo, tô vivendo, pra mim não tá incomodando em nada. O Ibama quer proibir, porque não proíbe aí o pessoal que vem do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, agora, vem proibir a gente que não tem o que comer” (Entrevista – 46).

A fala destacou o poder de fiscalização do Ibama, isto é, o exercício de dominação racional-legal. Entretanto, constrói uma crítica, como se pôde observar, a de

que alguns pescadores não aceitam a proibição da pesca e defendem que o Ibama deveria fiscalizar os pescadores “de fora”, pois, segundo eles, são os “de fora” que estão prejudicando a pesca dos pequenos.

O discurso de resistência me dá margem para abordar o período de proibição da pesca como uma “situação de crise” (Chauí, 1993). A proibição da pesca representa o momento de maior vulnerabilidade da implementação da política de proteção do Projeto Tamar, tendo em vista sua coincidência com a desova das tartarugas.

Por meio da fala do entrevistado acima (Entrevista – 46) percebe-se que o discurso de dominação racional-legal do Projeto Tamar torna-se insuficiente, necessitando de fazer uso de outros meios para alcançar seu fim, sendo preciso lhe assegurar legitimidade diante da comunidade. Os outros meios aparecem naquela estratégia discursiva a partir do tipo carismático, em que o grupo do Projeto Tamar define lideranças que vão atuar seguindo as diretrizes traçadas pelo sede nacional. As lideranças nesse caso apelam para a existência de uma certa “cumplicidade” como os pescadores (como por exemplo a criação da Associação de Pescadores em Regência, que ocorreu a partir da interferência do Projeto Tamar junto aos pescadores e até hoje alguns técnicos do Projeto Tamar prestam assessoria aos pescadores) e também outros indivíduos da comunidade (como mulheres que se tornam costureiras na confecção do Projeto Tamar, jovens que vão trabalhar na oficina de adesivo ou de papel reciclado).

Veja-se como entender a dominação carismática a partir de Weber (1986). Para esse autor, a dominação carismática é entendida como uma espécie de devoção em que há uma aproximação afetiva entre o indivíduo que a ela se submete e a pessoa do senhor que domina. Essa aproximação afetiva é estabelecida em função de “dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente ligadas a faculdades mágicas, revelações, heroísmo, poder intelectual ou de oratória” (1986: 135). Da descrição desse tipo ideal de dominação, pode-se perceber que, no caso do Projeto Tamar, pelo menos dois elementos servem como caracterização para a dominação carismática, a saber, o poder intelectual e a oratória. O poder intelectual tem lugar na atuação dos pesquisadores do Projeto Tamar pelo domínio de códigos científicos, por tratarem-se de oceanólogos, biólogos ou pesquisadores de áreas afins. A oratória é expressa por meio do discurso conservacionista que defendem, principalmente em relação à preservação das tartarugas marinhas. Dessa

forma, o grupo do Projeto Tamar em Regência passou a agir dentro de uma combinação entre os tipos de dominação racional-legal e carismático.

Essa redefinição na forma de intervir do Projeto Tamar se deu conforme o processo era construído. O grupo do Projeto Tamar percebeu que exercendo apenas uma dominação racional-legal os indivíduos resistiam, criando, inclusive, empecilhos para o andamento da política. (Viu-se com base em entrevistas que os pescadores questionavam a respeito da necessidade da presença dos ‘homens do governo’ para fiscalizá-los).

A alteração no processo de intervenção deu-se, sobretudo, com a instalação definitiva dos pesquisadores em Regência – agora o estranho mora ao lado. Mas esse aspecto faz com que os indivíduos passem a enxergar, com outros olhos, esse estranho. Aproprio-me da análise feita por Giddens (1991) sobre o estranho. O autor afirma que o estranho, que agora mora no mesmo local que o indivíduo nativo, deixa de ser potencialmente suspeito. Mas isto não quer dizer que daquele momento em diante serão estabelecidos laços de amizade e confiança entre os indivíduos da comunidade e o grupo do Projeto Tamar. Todavia, sugere-se uma mudança de olhar em relação àquele estranho.

Como registro a seguir:

“É, sem dúvida, na minha opinião, sem dúvida o Tamar nos ajuda bastante, mas é que os pescador[es] não entende[m], porque tem época da proibição da pesca, eles não entendem, entendeu, eles acham que tá proibindo por ruindade, os pescador[es] vão passar fome, vão morrer de fome, mas, não, tá proibindo porque tem que proibir, porque se não preservar um dia acaba, né...” (Entrevista – 43).

Quer dizer que, de qualquer forma, houve mudança no comportamento da comunidade, em particular dos pescadores, em relação à necessidade de preservação das tartarugas marinhas. Essa mudança, entendida como redefinição de práticas, produziu no seio daquela comunidade verdadeiras transformações socioculturais, com implicações na definição dos valores dos indivíduos, como sugerem os autores:

“Zé Paru tornou-se o primeiro tartarugueiro a trabalhar com a equipe do Tamar no Brasil. Ganhou emprego, deixou de ser predador, tornou-se protetor das tartarugas marinhas de Pirambu – mas continuou a tartarugar, embora com outros olhos, pois o

Projeto Tamar até hoje utiliza o verbo criado em Pirambu, dando-lhe sentido inverso, para denominar a ação de fiscalizar a praia, encontrar os ninhos ou a tartaruga desovando, para protegê-los em vez de destruí-los” (Marcovaldi et al, 2000: 43).

Pelo exemplo mostrado, existe a evidência de que o processo de intervenção nas comunidades não só modificou as práticas em relação à percepção da necessidade de preservar as tartarugas, mas também implicou em redefinições do ponto de vista dos valores dos indivíduos em relação às suas práticas culturais, em que os próprios significados das palavras foi invertido, como no caso mencionado: em Pirambu tartarugar significava caçar tartaruga; em Regência, carebar significava caçar a careba (tartaruga). Após o processo de intervenção, essas expressões passam a ter um novo significado, agora ligado à prática oposta: em vez de caçar, preservar.

Por essa razão, concordo com Giddens (1991), quando, tratando dos mecanismos de confiança, a partir da análise de Simmel (1969) sobre o estranho, afirma: “Podem existir muitos motivos pelos quais uma pessoa que se muda de um outro lugar para uma pequena comunidade não consegue ganhar a confiança de seus membros, talvez mesmo depois de estar morando há muitos anos naquela comunidade” (Giddens, 1991: 84).

Adiante apresenta-se uma discussão sobre o que representa o Projeto Tamar em Regência, salientando-se que, na análise, parte-se da perspectiva da comunidade, ou seja, como a comunidade percebe o Projeto Tamar.

4.6 Regência: um espaço de luta

Ao tomar-se Regência como um espaço de luta, sugere-se que o processo de intervenção do Projeto Tamar iniciado em 1982, produziu uma série de modificações dos hábitos e práticas dos indivíduos da comunidade, bem como no sistema de representações sociais.

Esses modificações se consubstanciam em mudanças nos hábitos cotidianos da comunidade, tendo que conviver com um “estranho”, mas, principalmente, em relação à apropriação da natureza. A ênfase na alteração da percepção dos moradores

nativos sobre suas relações com a natureza ocorre pelo fato do Projeto Tamar intervir diretamente sobre ela (a natureza). Os pesquisadores do Projeto Tamar entram na comunidade com suas visões “pré-concebidas” sobre a natureza, que se pauta no sentido de preservação dentro do “mito da natureza intocável”. Os moradores, ao contrário, viam a natureza como uma aliada que lhes permitiam a subsistência (caça de tartarugas e pesca), a construção de seus sistemas de representações, como a definição de seus heróis, (experiência de caçar tartaruga, mostrava a habilidade do pescador e de certa forma a comunidade lhe devotava respeito ou o trabalho na pesca como um mito heróico). Tudo isso se modifica a partir do contato cultural (Projeto Tamar – comunidades de pescadores). Numa interpretação presa à Polanyi (2000) pode-se afirmar que houveram rupturas nos modos de vida dessas comunidades. As rupturas são transformações nas sociedades, porém está subentendido que o processo não tem como retroceder, podendo-se utilizar o significado de luta, mas sem esperar que o que era antes ocorra novamente.

O significado atribuído à expressão luta é imanente à existência de um jogo definido por relações de poder e dominação. Bourdieu (1989) trata dessa questão ao apresentar a luta como parte das necessidades sociais e simbólicas para a delimitação de campos dentro do espaço público. Para a realização das delimitações é essencial que os indivíduos enquanto grupos sociais definam seus sistemas de classificação e, enquanto os definem, se reconhecem, construindo, assim, a noção de identidade. Em Regência, por exemplo, o reforço à identidade de determinado indivíduo se dá pelo desconhecimento do ‘outro’, isto é, tomando-o como um estranho, alguém que não tem os mesmos valores que ele, portanto, que não pertence à comunidade (Simmel, 1969; Giddens, 1991).

Nesse contexto de luta, o reconhecimento do grupo social que constitui o Projeto Tamar como sendo ‘o estranho’ funciona dentro de um processo de disputa entre campos, levando-me a pensar como Bourdieu numa ‘revolução simbólica’:

“A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de *intimidação* que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se para se fazer reconhecer” (1989: 125).

Com base no conceito de revolução simbólica apresentado, saliento que, no caso de Regência, ela se estabelece de duas formas diferentes. A primeira, se consubstancia pelo enfrentamento direto ao Projeto Tamar, formulada contenciosamente por meio de críticas dirigidas aos programas de sustentabilidade ou mesmo a uma certa ‘omissão’ por parte daqueles que fazem a política pública local (o próprio Projeto Tamar). A segunda forma ocorre por meio de práticas quase “invisíveis”, mas que são construídas no cotidiano como formas de resistência. Tratarei a seguir dessas formas nos seguintes termos: *luta pelo embate: associação e Projeto Tamar* e a *luta pelo simbólico: a comunidade e o Projeto Tamar*.

Luta pelo embate: associação e Projeto Tamar

O conflito entre a associação de moradores e o Projeto Tamar teve início em 1998 por causa do CGC da associação. Até 1998 o CGC da associação era cedido para que a confecção de camisetas do Projeto Tamar pudesse efetuar compra e venda de material. A partir do momento em que uma nova diretoria assume a Associação de Moradores (1998) os seus integrantes não permitiram que o Projeto Tamar utilizasse o CGC. Então começou uma disputa entre lideranças da associação de moradores e o Projeto Tamar.

No caso dessa luta, os atores são representantes da associação de moradores de Regência, constituída por vinte e cinco sócios, sendo quatorze deles diretores. A maior parte (80%) é nativa da região, mas uma das líderes – a vice-presidente da associação – é “de fora” da comunidade, tendo chegado em 1996, mas se integrou rapidamente a ela.

Entrevistei a vice-presidente e os diretores da associação que demonstraram haver uma série de embates entre eles e o Projeto Tamar. Esses embates me permitiram vislumbrar a existência de uma luta para a delimitação de campos, que é perpassada por um jogo de interesses pela busca de hegemonia (Gramsci, 1988).

O primeiro aspecto do embate diz respeito à questão do modelo de desenvolvimento para Regência, em que se configura o discurso veiculado pelo Projeto Tamar nos seguintes termos:

“Com relação ao Projeto Tamar proporcionar subsistência para toda a comunidade. Eu acho que não é bem assim. Uma que o Projeto Tamar não consegue proporcionar a subsistência para toda a comunidade e mesmo eu acho assim que qualquer atividade humana sempre causa um impacto, pode ser maior ou menor, ser uma exploração racional ou não, mas acho que não deve ser colocado assim, sem danos a natureza, né. Mas ele existe, eu acho que você pode minimizar, mas ele existe. E eu acho que pra gente aqui, o que a gente tem proposto são alternativas de desenvolvimento, não necessariamente é o ecoturismo, o ecoturismo é um dos aspectos do desenvolvimento sustentável, mas não é o único. Mas, o nosso caso aqui são alternativas de desenvolvimento, A gente tem três estratégias aqui: contratar os antigos ‘predadores’ para serem tartarugueiros, isso foi desde o começo...” (EI – 4).

Esse discurso do Projeto Tamar foi apropriado pelos atores da associação de moradores e reintroduzido (no sentido de inventado) nos seguintes termos: eles querem impedir o desenvolvimento de Regência. Dessa forma é construído o contradiscurso da associação de moradores, fundamentado num modelo de desenvolvimento nos moldes do crescimento econômico, que está associado à noção de progresso. Veja como a noção de desenvolvimento é apresentada pela associação de moradores:

“Veja bem nós tivemos uma reunião com o Tamar, justamente para falar de turismo, sobre o litoral, parte do litoral do Espírito Santo (...) pelo que nos foi informado pelo pessoal de lá, aqui, no caso de Regência, onde eles preservam tudo, você não tem aquela privacidade de tomar banho na praia entendeu, como que vai desenvolver o turismo numa localidade assim? Agora não sei como que vai ser esse projeto, como vai ser implantado, porque turismo hoje, como a maior parte de Regência, uma área de descanso, de lazer, o cara quer descansar, quer andar na praia, pescar, quer tomar um banho e hoje você não tem condição de chegar até nessa privacidade que ela quer, quer dizer é até novidade aquela coisa de turismo implantado por eles, porque é uma orla, tem paisagem bonita, tem preservação maravilhosa, aí alguém levantou e falou, o local que tem agradável para usufruir, o Projeto fechou tudo. Porque não pode isso, não pode aquilo, porque não pode isso em nível de verão. Nós podemos contar nos dedos os turistas, porque além da praia não ser muito favorável, ser muito distante, porque essa ida da praia teria que ter feito colocado como os outros lugares pro carro chegar até próximo. Mas fez entrada em cubo,

então a gente fica sem condições também como associação de reivindicar (...) Mas a gente tem ouvido inúmeras pessoas nas reuniões que a gente vai, fazer essa pergunta pra gente, porque estamos na liderança da comunidade ... é super difícil entendeu. Tem uma área ótima pra banhista que eles fecharam.” (Entrevista – 47)

O turismo no discurso da associação de moradores é apresentado como o principal elemento responsável pelo desenvolvimento, que, no caso, é sinônimo de crescimento econômico para Regência.

Viu-se anteriormente, que essa idéia do turismo como forma de fomentar o desenvolvimento surgiu, com maior ênfase no Brasil, durante a década de 70, sendo fruto da construção de um discurso dirigido à sociedade brasileira, como observou Barros (1999):

“Nos Planos Nacional de Desenvolvimento (PND), Planos Nacionais de Desenvolvimento Científico (PBDCT) e documentos correlatos, a questão ecológica aparece esporadicamente e ocasionalmente, sempre associada a outras questões (...) faz-se alusão à ecologia quando estão em pauta assuntos como desenvolvimento, recursos naturais, integração nacional e política tecnológica. Aliás, todos têm como locomotiva a própria noção de desenvolvimento, até então associada à idéia de crescimento econômico. Assim, o item ecologia aparece mais como dado da grandeza do Brasil, a qual inclui a diversidade e abundância dos recursos naturais. Daí a defesa da necessidade de exploração econômica de tais recursos para promover o desenvolvimento, mediante a construção de estradas (como Transamazônica) e a implantação de uma política tecnológica voltada para o aproveitamento das riquezas naturais do País, como minérios, latex, recursos hídricos e madeira, por exemplo...” (1999: 133).

Acrescente-se à análise de Barros (1999) que o turismo também aparece como um dos itens da necessidade de exploração econômica, portanto, como um elemento capaz de promover o desenvolvimento, partindo-se da perspectiva de que os recursos naturais existem para serem explorados pelos turistas nacionais e sobretudo estrangeiros. Nesse sentido, a noção de desenvolvimento atrelada à idéia de crescimento econômico (Furtado, 2000) passa por uma reorientação, cuja marca principal é dada pela ênfase no consumo em detrimento da produção.

No campo do turismo, o consumo se apresenta dentro de todo seu simbolismo, por tratar-se de um consumo de imagens (Featherstone, 1995). As imagens da beleza paisagística adquirem significados associados ao crescimento econômico, pondo-se como alternativa a pretensão das relações pautadas na produção. A idéia transmitida a partir do consumo de imagens é a seguinte: “*se não podemos produzir, vamos fazer com que nos consumam por meio de nossas imagens*”. No entanto, esse consumo de imagens também imprime sentidos, tanto do ponto de vista cultural – quando se trata, por exemplo, do processo de aprendizagem que está relacionado aos espaços visitados: museus, praças, parques – como do ponto de vista social, em que são estabelecidas redes de sociabilidade entre os atores sociais, seja pela demarcação de “fronteiras imaginárias” entre eles ou mesmo por meio de mecanismos que se podem chamar de ‘trocas simbólicas’.

Entretanto, análises recentes têm mostrado que esse modelo de desenvolvimento atrelado ao consumo do turismo e ao progresso econômico produz sérios impactos sociais e ambientais às populações envolvidas, como foi o caso dos caiçaras do litoral norte do Estado de São Paulo. Com efeito,

“Rompeu-se a racionalidade anterior e a produção cultural preexistente cedeu lugar a uma outra forma de organização, ou seja, a história e a produção simbólica local foram substituídas pelo consumo imediato da natureza que a especulação imobiliária oferece para essa nova forma de demanda social. Aqui retornamos à idéia da necessidade de pensar a questão ambiental sob a ótica dos processos sociais, incorporando à análise essas novas formas de sociabilidade que se organizam para ocupar os territórios à beiramar, transformando ambos – meio ambiente e sociedade” (Luchiari, 1999: 71).

A análise da autora mostra que as conseqüências desse modelo voltado para a construção de rodovias e a priorização de políticas voltadas ao turismo na região litorânea produzem um processo que associa o desenvolvimento à destruição/degradação cultural e ambiental. Isso não apenas em relação ao impacto causado sobre a natureza, mas também às implicações de uma nova estrutura organizacional, em que uma das principais conseqüências é a ‘expulsão’ da população nativa em favor da especulação imobiliária.

Neste caso, Luchiari (1999) observa que é necessário identificar o tipo de racionalidade e quais são as suas implicações. No caso de Regência, as disputas pela busca

de hegemonia mostram a definição de dois campos, que poderiam ser interpretados partindo da noção de díade no sentido trabalhado por (Bobbio, 1995). De um lado, um discurso preservacionista alicerçado na noção de desenvolvimento sustentável. Do outro, o contradiscurso, que preconiza o ideal desenvolvimentista. Nessa interpretação é necessário buscar-se a identificação dos atores que veiculam esses discursos e contradiscursos para que seja percebido como se dão as relações de dominação e poder em busca da hegemonia (Gramsci, 1988). Então,

“A razão e a razão de ser de uma instituição não está na ‘vontade’ de um indivíduo ou de um grupo mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as ‘vontades’ e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais previstos e imprevistos” (Bourdieu, 1989: 81).

Desse modo, a configuração dos espaços de luta estabelecidos entre as instituições – associação de moradores e Projeto Tamar – tem como pano de fundo os interesses dos atores envolvidos, naturalmente, como afirma o autor, ligados às suas vontades. A delimitação dos campos de luta no espaço público em Regência engendra uma compreensão das relações entre as ações e reações por elas suscitadas, isto é, uma busca da percepção dos conflitos entre os atores nas duas instituições.

No entanto, há uma mão dupla em relação à ação e reação. A primeira ação de onde emergiu o conflito foi proposta pelo Projeto Tamar, quando de sua intervenção na comunidade. Proporcionalmente àquela ação, veio uma reação em sentido contrário, produzindo o contradiscurso, com base num embate entre a associação de moradores e Projeto Tamar (Evers, 1984). Na verdade, o que está em jogo é o poder de se apropriar do discurso de legitimidade que leva a uma hegemonia (Gramsci, 1988). Se um desses atores institucionais conquista o espaço do outro, ele ganha a luta, tendo o direito de ter sua legitimidade oficialmente afirmada e reconhecida. O lugar de ser dessa luta não está apenas nas disputas institucionais, sobressai para o nível individual relativo aos interesses envolvidos.

Aqui importa a seguinte observação: a disputa é travada entre dois atores sociais que são “de fora” da comunidade: a vice-presidente da associação, que na verdade, desponta como principal liderança daquela instituição e os coordenadores do Projeto Tamar em Regência.

A questão da luta envolver atores de fora é interessante. Ao que parece esses indivíduos se apropriaram do sentido de pertencimento à terra para poder construir seus discursos. No caso das lideranças do Projeto Tamar o sentido de pertencimento é realçado quando eles falam esse foi o lugar que escolhemos para criar nossos filhos. No caso da vice-presidente da associação quando ela disse por exemplo que aquele foi o lugar que ela escolheu para morar. Todavia, em relação a presença de pessoas de fora no espaço público pode significar um possível desinteresse dos indivíduos nativos com a política (Pinheiro Coelho, 2000). Uma fala de um dos integrantes da diretoria associação de moradores ajuda na precisão dessa idéia. Indaguei se ele acreditava que uma associação com 25 sócios teria legitimidade para falar em nome de uma comunidade que tem aproximadamente 1 500 habitantes, ele me respondeu:

“Não tem, não tem porque o seguinte: quando foi feito esse trabalho via associação, quando foi feita uma eleição para essa diretoria que está aí. Foi feita uma assembléia, foram cento e setenta votantes e poucas pessoas que elegeram essa associação que tá aí. Mas há um desinteresse local e um esvaziamento local, não sei de que parte era. Se era da outra associação, que [impede que] desenvolva, tem alguém que é interessado da associação não desenvolver. Porque quando era outras gestões, né, foi sempre em parceria com o Tamar, mas essas outras associações não tinha a expressão que essa não (Entrevista – 33).

Pelo que se verifica, parece haver um esvaziamento da associação porque a liderança do Projeto Tamar na comunidade tem força. É como se a associação e o Projeto Tamar estivessem medindo forças para saber quem tem mais poder na comunidade. Então, o desinteresse dos indivíduos da comunidade pela política pode ser justificado pelo fato de o Projeto Tamar não participar mais das decisões da associação.

Num outro trecho o mesmo entrevistado diz que deveria haver maior integração entre o Projeto Tamar e a comunidade, como segue:

“A primeira coisa é uma parceria, com mais clareza, mais esclarecimento, é o que a Fundação Tamar (coopertativa), terceirizando ou não terceirizando, mais a prefeitura, petrobras. É todo mundo junto arregaçar as mangas, os dirigentes e fazer uma alternativa mesmo pra comunidade, porque se mora mil pessoas que vive da pesca, todo mundo que mora vive da pesca, as outras pessoas que não vivem da pesca moram aqui, tem sua mercearia, seu bar, sua compra de peixe nas mãos dos pescadores... Acho que tinha que ter uma parceria com a prefeitura, associação, fundação, cooperativa e Ibama, todo mundo que pensa em desenvolver Regência. Pois você veja, num local como esse não tem um hotel, uma pousada pra quem vem de fora. Isso tudo porque o Projeto Tamar não quer...” (Entrevista – 33).

A necessidade do estabelecimento de uma parceria vem partindo da idéia de desenvolvimento do turismo em Regência, portanto volta-se a idéia anterior, em que se analisava os discursos construídos pela liderança do Projeto Tamar e pela liderança comunitária.

O curioso, entretanto, é a forma como a ideologia construída sobre o desenvolvimento – associada ao turismo, num caso, e associada à sustentabilidade ambiental noutro caso –, possibilitou uma apropriação discursiva que desemboca no reconhecimento da legitimidade da identidade dos atores sociais em atuarem no espaço público. No que diz respeito ao Projeto Tamar, seus atores estão investidos e ‘aptos’ para ‘fazer política’ em função de suas vinculações com o Estado. Com relação à associação de moradores, parece haver uma necessidade da ocupação do espaço público como uma forma de demonstrar a capacitação desses atores em ‘fazer política’.

Essa legitimidade permite-me esboçar um paralelo com base na delimitação de campo segundo Bourdieu (1989). Ao adotar uma política que fomenta um modelo de desenvolvimento para Regência – por meio do turismo –, a associação de moradores pretende exercer no espaço público o papel que é da esfera estatal, o que vai ao encontro de uma perspectiva trabalhada anteriormente do possível encolhimento do Estado (Alvarez et al, 2000). Nesse sentido, há uma delimitação de campo, o espaço destinado à Prefeitura municipal é apropriado pela associação de moradores, que tenta demarcá-lo em relação à atuação do Projeto Tamar. É possível compreender a dimensão da luta, partindo-se da perspectiva indicada por Fraser (1993: 14) da produção de espaços alternativos como

‘contrapúblicos subalternos’, que significam: “arenas discursivas paralelas onde membros dos grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos, de modo a formular interpretações oposicionais de suas identidades, seus interesses e necessidades” (citado por Alvarez et al, 2000: 43).

Essas arenas discursivas paralelas ajudam a demarcar os limites institucionais, tanto da associação de moradores como do Projeto Tamar, mas, tendo-se em mente que a associação de moradores utiliza estratégias discursivas para desconstruir o discurso do Projeto Tamar, em relação ao tipo de intervenção e ao seu modelo de desenvolvimento.

Luta por meio do simbólico: comunidade e Projeto Tamar

Na segunda forma de resistência encontra-se a luta por meio do simbólico. Essa idéia se deu em função da forma como os atores se apresentam. São identificados dentro da própria comunidade, isto é, são moradores nativos e representam sua forma de luta por meio de estratégias quase ‘invisíveis’ nas suas práticas cotidianas. Uma situação por mim vivenciada ajudará nessa compreensão.

Certo dia estava caminhando para conhecer melhor a vila e passei pelo porto de Regência. Era hora da chegada de embarcações e havia uma aglomeração de cerca de vinte pessoas, a maioria delas mulheres e crianças, que formavam um círculo mais ou menos ordenado, com panelas de alumínio nas mãos e algumas pessoas portando facas ou facões. A situação me chamou a atenção e me dirigi ao grupo. Não me aproximei muito, na verdade com receio da reação, mas foi o suficiente para constatar o que estava acontecendo. Alguns pescadores apreenderam um golfinho e ele estava sendo repartido com todas aquelas pessoas (mulheres e crianças), que pareciam ansiosas para concluir a divisão. De fato, a ansiedade tinha razão de ser. Há poucos metros dali encontra-se o centro ecológico do Projeto Tamar e as residências dos seus coordenadores.

Volto mais uma vez a Polanyi. Buscando desconstruir a história da civilização ocidental da base econômica, o autor observa, com base na análise do contato cultural, que:

“A catástrofe da comunidade nativa é o resultado direto da ruptura rápida e violenta das instituições básicas da vítima (não parece

relevante se a força é usada ou não no processo). Essas instituições são dilaceradas pelo próprio fato de que uma economia de mercado é impingida a uma comunidade organizada de modo inteiramente diverso; o trabalho e a terra se transformam em mercadorias, o que, mais uma vez, é apenas a fórmula abreviada para a liquidação de toda e qualquer instituição cultural numa sociedade orgânica” (2000: 193).

É difícil compreender a dimensão da ação praticada por aqueles indivíduos, sobretudo porque a visão do historiador social vai sempre na direção economicista. Porém, é salutar ultrapassar da análise puramente material de que a fome era o elemento definidor daquele processo de interação social para avaliar os impactos causados pela penetração de valores “de fora” no seio daquela comunidade. A reorientação das práticas dos indivíduos significou também a dilaceração das instituições nas quais aqueles indivíduos acreditavam. Dessa forma, “O resultado é a perda do auto-respeito e dos padrões, seja a unidade um povo ou uma classe, quer o processo resulte do assim chamado ‘conflito cultural’ ou de uma mudança na posição de uma classe dentro dos limites de uma sociedade” (Polanyi, 2000: 191).

Lembro do que afirmou Arendt sobre *A Condição Humana*: “O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionantes” (2000: 17). Reconhecendo como força condicionante o contato cultural pode-se entender melhor a atitude ou a ação praticada pelos indivíduos, que se dispõem a esperar a chegada dos barcos para receber peixes que não podem ser vendidos ou mesmo aqueles que esperam ansiosos pela sua parte do golfinho. Essas atitudes foram condicionadas pela dilaceração das instituições, instituições essas responsáveis pelo processo de reconhecimento dos indivíduos dentro do grupo, isto é, por suas identidades. O impacto da realidade do mundo produziu como resultado a perda do auto-respeito, como observou Polanyi (2000).

Qual é o significado dessa *condição humana*? Quais são os valores desses indivíduos? Recorro novamente a Chauí (1993), por meio de sua compreensão de “situação de crise”. Na verdade houve uma perda de referência desses indivíduos diretamente relacionada à dilaceração de suas instituições, em que se situam as práticas da pesca e da careba, compreendidas como instituições sociais que dão construto à noção de identidade.

Numa dimensão macrossistêmica, essa perda de referência pode ser interpretada com base numa ‘nova ordem social’, isto é, o significado da globalização e da lógica de racionalidade do capitalismo (cf. Giddens, 1991) ou da modernidade-mundo conforme sugere Ortiz (1994).

Quando focalizam-se os microssistemas ou mesmo os sistemas locais, essa modernidade-mundo aparece como mecanismo produtor do deslocamento de manifestações alicerçadas na tradição, promovendo rupturas nos modos de vida das populações tradicionais. Esse deslocamento é o elemento que suscita a crise de legitimidade.

Assim, a incorporação dos valores de indivíduos “de fora” da comunidade, sobretudo pescadores das sociedades urbano-industriais, que têm necessidades sociais diversas daquelas presentes na comunidade, contribui para ‘desorientar’ o sentido dos indivíduos nativos. Ainda como agravante, aparece um programa reconhecido como governamental que intervém na comunidade para modificar sua prática (em relação à natureza). Toda essa situação, provoca, do ponto de vista do nativo, uma série de questionamentos em relação à sua identidade, por isso a perda de referência.

Bourdieu, ao tratar da questão da legitimidade dos indivíduos como construção do espaço social ou noção de campo, afirma que:

“O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo” (1989: 142).

A compreensão do autor permite que se entenda a situação do nativo em relação à presença de indivíduos “de fora” como parte do jogo da política. Todavia, por mais que a abordagem de Bourdieu (1989) apresente dois caminhos para o processo de conhecimento do mundo social, pelo que pude constatar com base em autores como Polanyi (2000) e na própria situação em análise, não há espaço para a conservação das instituições das quais os indivíduos partilhavam na consciência coletiva. Dessa forma, apropria-se da perspectiva apresentada por Polanyi (2000) de que a transformação das categorias de percepção do mundo aparecem quase como uma imposição dos indivíduos “de fora”

(Projeto Tamar e os demais pescadores) sobre os indivíduos da comunidade, mudando suas práticas, seus valores e promovendo redefinições em relação as suas identidades.

Por fim, pode-se dizer que mesmo considerando que a intervenção do Projeto Tamar em Regência se impõe sobre maneiras de agir fixas, redefinindo práticas e hábitos dos pescadores e demais indivíduos nativos, ela tem um significado diferente daquele que teve em Praia do Forte.

Analisou-se que o modelo de Praia do Forte é o de um tipo de *cidade de natureza mercantil*, em que o turismo e todas as demais atividades se dirigem à busca do lucro (Godard, 1997). O Projeto Tamar se incorpora nessa lógica de busca do lucro como mais uma instância de poder que sustenta os ideais mercantins do ambientalismo do proprietário de Praia do Forte.

Em Regência verifica-se uma situação diferente. A vila de pescadores apresenta como única expressão de poder público o Projeto Tamar, portanto, ele é visto pela comunidade como sendo a incorporação da presença do Estado na localidade. Nesses termos a intervenção do Projeto Tamar tenta buscar uma apropriação das tradições como recursos identitários, sem vislumbrar diretamente a acumulação ou lucro (embora busque em certa medida a sustentabilidade econômica para a comunidade). Por isso, existe luta pelo poder entre a associação de moradores e o Projeto Tamar, pois os representantes da comunidade querem o modelo de *cidade de natureza mercantil* enquanto o Projeto Tamar deseja re-significar as tradições em relação à prática da careba, re-institucionalizando-a como a necessidade de proteção das tartarugas marinhas. Quer dizer, em Regência o Projeto Tamar pretende atribuir uma re-significação da natureza aos indivíduos da comunidade, podendo ser interpretado como uma reapropriação do sentido de natureza por parte desses indivíduos. Configura-se, portanto, um modelo de intervenção que vai ao encontro da *cidade de natureza doméstica* (cf. Godard, 1997), em que generalizações dos laços familiares designa um universo que se refere a relações de dependência entre os indivíduos da comunidade e o grupo do Projeto Tamar, tendo a participação deste em todas as decisões (de poder) relativas aquela comunidade.

CONCLUSÕES

A conclusão mais relevante que pude destacar, após o estudo realizado, é a de que há uma relação complexa entre os diferentes atores que participam do processo de intervenção realizado pelo Projeto Tamar em comunidades de pescadores do litoral brasileiro. Indicarei com maior detalhamento como se dão tais relações considerando os três atores sociais envolvidos: Estado/ONG-indivíduos, que também podem ser representados por Projeto Tamar (Ibama/Fundação Pró-Tamar) de um lado e pescadores e suas famílias, de outro.

Constatou-se que durante o processo de intervenção o Projeto Tamar aplica um modelo de política pública que vai ao encontro da concepção minimalista do Estado, entendido como pós-neoliberal, em que a sua retração se dá como estratégia para permitir a penetração da sociedade civil. Esse modelo possibilitou o surgimento de uma organização não-governamental para subsidiar a política de natureza estatal, dentro de uma relação todo-parte, expressa por Projeto Tamar/Fundação Pró-Tamar.

Para efeitos deste estudo, demonstrou-se que o Projeto Tamar pode servir como um exemplo do tipo de política em que a intervenção do Estado ocorre pelo encolhimento de seus papéis e responsabilidades. Enquanto um programa de conservação ambiental, o Projeto Tamar nasceu com uma estruturação governamental, em que as decisões políticas de governo tiveram um papel decisivo (EI –11), entretanto, sua estrutura inicial se modifica para poder se adequar à realidade das políticas públicas no Brasil.

Constatou-se, todavia, que, para a criação do Projeto Tamar, as decisões emanadas de Pádua, analisadas pela categoria “acaso”, contrariaram a ordem existente. Pois no cenário brasileiro as políticas públicas governamentais se direcionavam para o Plano Nacional de Integração (PNI), buscando ações cujo pano de fundo eram as idéias do “desenvolvimentismo” e em teses de vieses economicistas que associavam crescimento econômico ao progresso dentro da perspectiva do “milagre econômico”. Registra-se, no entanto, que o cenário internacional, constituído a partir da ECO-72, da Convenção Internacional sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens

em Perigo de Extinção, datada de 1975 e a Conferência realizada pela OEA em Washington, em 1979 (da qual Pádua participou) foram elementos relevantes nesta análise para definir o quadro de onde emergiu o primeiro programa de conservação do ecossistema marinho no Brasil: Projeto Tamar.

Ainda tem-se a acrescentar que as exigências de organismos internacionais consistiam em condições para que os países subdesenvolvidos adotassem medidas para sanar danos causados pelo acentuado crescimento industrial dos países desenvolvidos, posto que estes já sentiam os efeitos como o da poluição, do efeito estufa, entre outros.

Portanto, pôde-se verificar que para o estabelecimento de políticas públicas para o meio ambiente houve por detrás um jogo de interesses, em que os países subdesenvolvidos, como o Brasil, são encaixados de acordo com as relações de poder e dominação dos países ricos. De qualquer forma, no caso brasileiro tornou-se claro o estabelecimento de duas visões ou pontos de vista: de um lado, os defensores das teses desenvolvimentistas e de outro, os que buscavam a preservação da natureza, em que se interessa destacar o papel da Fundação para a Conservação da Natureza – FBCN, uma instituição da sociedade civil e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, um ente estatal. Apropriando-se de Peirano (1989) também destacou-se a importância do “acaso” e de suas artimanhas considerando o papel social representado por Pádua (EI –11) para as definições de políticas alicerçadas na preservação da natureza, sobretudo relacionadas ao ecossistema marinho. Sem dúvida, Pádua (EI – 11) teve um papel determinante para a criação do Projeto Tamar, tomando, inclusive, decisões que iam de encontro às políticas de cunho desenvolvimentistas formuladas pelo governo federal.

No que diz respeito ao processo que deu contituidade ao programa governamental, enfatizou-se a importância da criação da Fundação Pró-Tamar. Viu-se por meio das entrevistas analisadas (EI –1 e EI – 3) que seu surgimento se deu pela necessidade de crescimento do Projeto Tamar, ao mesmo tempo em que as políticas neoliberais (para Sader e Gentili, 1999, pós-neoliberais) defendiam atuações restritivas da esfera estatal. Nessa interface, a importância da ONG para o desenvolvimento dos programas de sustentabilidade econômica do Projeto Tamar foi decisiva. Além do mais, a possibilidade de ter configuração híbrida serviu tanto aos interesses do Estado quanto os da sociedade

civil, por propiciar a possibilidade de coexistência de ações diferenciadas dentro de uma mesma instituição – Projeto Tamar.

Considerando o significado da atuação da Fundação Pró-Tamar como parte que constitui o todo, concluiu-se que sua atuação vai ao encontro do tipo ideal de dominação é a carismática, estando associado ao exercício do poder simbólico, atuando em maneiras de agir fixas. Pude perceber também que as relações de poder na interação parte-todo se dão tanto por proximidade ao Estado quanto pelo distanciamento, dependendo, portanto, dos interesses do grupo do Projeto Tamar na circunstância definida. Evidenciou-se com base na pesquisa que o interesse em ressaltar a proximidade ao Estado, ocorre quando é necessário o uso do poder discricionário, que se reveste pelo aparato legal, em ações do tipo apreensão de redes de pesca e prisão de pescadores que descumpriram a lei. O distanciamento em relação ao Estado acontece, conforme verifiquei, quando o grupo do Projeto Tamar pretende alcançar “eficácia simbólica” (cf. Bourdieu, 1989) em suas ações quando pretende atuar em maneiras de agir fixas. As propostas apresentadas que se dirigem à “eficácia simbólica” do Projeto Tamar são definidas pela educação ambiental e têm a pretensão de formar a consciência ambiental ou ecológica.

, por exemplo) para tanto busca evidenciar propostas de educação ambiental, bem como, seu esforço para “manter” as tradições culturais dos pescadores e suas famílias. Sendo interessante assinalar que, a manutenção dessas tradições se dá, na compreensão do Projeto Tamar, em detrimento de indivíduos que vêm ‘de fora’, mas que também pretendem e tentam estabelecer-se no processo de interação social (como pescadores assalariados pela pesca industrial e comerciantes).

No âmbito das relações entre a política intervencionista e os indivíduos que se constituem como parte das comunidades de pescadores estudadas: Praia do Forte e Regência, tem-se também algumas considerações a fazer.

BA e Regência atendem a modelos diversos de intervenção do Projeto Tamar. Em Praia do Forte, a intervenção do Projeto Tamar está diretamente relacionada ao ecoturismo, enquanto em Regência esse modelo não é adotado. A diferenciação em relação à forma de implementação de políticas é apresentada pelo discurso do grupo do Projeto Tamar, com base nas qualidades físicas de cada região e com isto é justificada a idéia de que para cada região há um tipo de política a ser adotado.

Durante a realização da pesquisa em Regência, presenciei o estabelecimento de um conflito entre a associação de moradores do local e o Projeto Tamar, em razão de não haver, por parte deste, projetos ou programas que se dirigissem ao desenvolvimento econômico da região. Como resposta às argumentações dos representantes da associação, a coordenadora do Projeto Tamar em Regência, destacou:

“Praia do Forte tem uma beleza paradisíaca, Regência não. O povo daqui não tem habilidade para o comércio, nem para o turismo (é um tipo desconfiado). Como implantar um modelo de desenvolvimento baseado no turismo, com essas condições?” (EI – 6).

O discurso construído pela entrevistada pauta-se na desconstrução de Regência como local ideal para o turismo. A determinação enfática de que Regência não tem habilidade para o comércio nem para o turismo e o povo é um tipo desconfiado marca o sentido como o discurso produzido institucionalmente foi incorporado. De fato, existem diferenças marcantes entre o modelo de desenvolvimento de Praia do Forte e o adotado por Regência, mas tais modelos não estão vinculados à beleza estética do local, embora suas argumentações sejam bastante plausíveis.

A grande questão que permeia o discurso se situa na definição das áreas. Praia do Forte é uma propriedade particular e, conforme os interesses de seus proprietários, foi sendo modelada dentro de um planejamento baseado no ecoturismo. A realidade de Regência é outra, a maior parte das terras que se localizam na faixa litorânea, incluindo a vila de pescadores, pertence à União. Portanto, cabe ao Projeto Tamar, por meio do Ibama, fazer a sua fiscalização. Quer dizer, as diferenças entre os dois modelos de desenvolvimento estão definidas conforme os interesses daqueles que estabelecem relações de poder e dominação no local.

Em Praia do Forte, as relações estabelecidas se estruturam em função dos interesses da propriedade privada, sendo o papel do Projeto Tamar compreendido como uma forma de assegurar legitimidade ao exercício do poder por parte daqueles interesses. A área é uma reserva biológica particular, onde são preservados os interesses dos proprietários da praia, inclusive nos limites da vila de pescadores, por meio da Fundação Garcia D’Ávila, havendo um controle sobre o crescimento populacional, como venda de

lotes, crescimento de atividades ligadas ao comércio, entre outros, seguindo o Plano de Manejo (Funatura, 1987).

Na minha análise, o Projeto Tamar em Praia do Forte representa-se como uma das instâncias de poder (na verdade mais um poder), estando submetido aos interesses determinados pelos proprietários da área. No entanto, no tocante aos pescadores e indivíduos nativos, o Projeto Tamar recebe um lugar de destaque na construção discursiva, seja por meio de formulações críticas (ou resistências – expressas sobretudo pelo presidente da colônia de pesca de Praia do Forte), seja concebendo-o como um importante ator social nas relações de poder e dominação local (caso dos tartarugueiros contratados pelo Projeto Tamar). Com efeito, tanto num caso como no outro, o Projeto Tamar é visto como representação de política pública de natureza governamental, que muitos costumam chamar de “homens do governo”.

Percebeu-se que os indivíduos não conseguem estabelecer diferenças entre as partes que compõem o todo constitutivo do Projeto Tamar, gerando em Praia do Forte críticas sobre o procedimento de intervenção. Tais críticas são formuladas nos termos de que o Projeto Tamar – como instância de poder público (federal) – não consegue impor limites à atuação dos proprietários, sobretudo em relação ao conflito de interesses entre estes e os pescadores.

Desta forma, há nas entrelinhas das estratégias discursivas dos pescadores associados à colônia de pesca de Praia do Forte uma predisposição para encarar a política intervencionista do Projeto Tamar como um poder paralelo cuja função é auxiliar os proprietários, havendo uma justaposição dos interesses privados sobre o interesse público.

Esta interpretação do sentido do Projeto Tamar, por parte dos indivíduos nativos, se dá em decorrência da proposta de desenvolvimento sustentável adotada pelo proprietário de Praia do Forte. Seguindo um Plano de Manejo, o interesse do particular vai ao encontro da definição de *cidade de natureza mercantil* trazida por Godard (1997), em que estão presentes as idéias de exploração do turismo ecológico para fomentar o desenvolvimento sustentável da localidade. A participação do Projeto Tamar na *cidade mercantil* é restrita pelos limites fixados pela Fundação Garcia D’Ávila, instituição responsável pelo planejamento urbano e implementação do Plano de Manejo de Praia do Forte. Regência, por seu turno, pode ser caracterizada conforme o processo de intervenção

do Projeto Tamar como uma *cidade de natureza doméstica*, onde reinam os mitos e o emaranhado dos seus significados (Godard, 1997).

No caso de Praia do Forte, tomando em consideração a tipificação de *cidade mercantil*, pude ter a dimensão de que a utilização da natureza significa busca de rentabilidade. Para os indivíduos daquela comunidade, principalmente para os pescadores, o papel assumido pela política pública governamental é insuficiente. Para eles deveria haver maior participação do Projeto Tamar em projetos comunitários, como mostra o entrevistado. Segundo ele, o Projeto Tamar deveria se integrar na comunidade:

“ajudando nas oficinas, fazendo um convênio, porque eu preciso fazer oficinas porque não adianta você fazer só aqui em Praia do Forte, e deixar os vilarejos sem fazer, que a maior população de Praia do Forte tá fora daqui, aqui tem mais uma população flutuante, mas o povo mesmo da região, a força de trabalho daqui mora nas vilas, aqui em redor de Praia do Forte, então essas pessoas tem que ser preparadas, tem que mostrar que o turismo é um caminho, mas que nem todo mundo pode viver do turismo, mas para viver do turismo tem que se preparar, não adianta. Ah! vou viver do turismo, como? Tem que ter uma preparação pra isso” (Entrevista – 17).

Pelo que me contou o entrevistado, a falta de integração do Projeto Tamar na comunidade é, a seu ver, o grande empecilho do programa de conservação para o estabelecimento de relações sociais recíprocas entre o grupo e os indivíduos. Pude verificar, também, tanto em relação à fala do entrevistado quanto à minha presença no local, que a comunidade gostaria de contar com o apoio do Projeto Tamar na luta em defesa dos seus interesses, em detrimento dos interesses do proprietário, o que, *a priori*, pode deixar transparecer a idéia de carência de legitimidade. Godard (1997) observa que a questão da legitimidade tem duas origens: a primeira está ligada à falta de planejamento para gestão ambiental e a segunda diz respeito à falta de tomada de decisão no momento certo. Constata-se que, no caso do Projeto Tamar, nenhuma das condições satisfaz plenamente essa isenção de sua participação diante da comunidade.

A posição de isenção tomada pelo Projeto Tamar pode ser analisada como uma crise de direção, que está na transversalidade dos desequilíbrios sistemáticos da

economia e do Estado (Habermas, 1987). Esse quadro patológico pode ser avaliado conforme a densidade dos conflitos ou “situações de crise”.

Naturalmente, a isenção da participação do Projeto Tamar na comunidade é vista pelos indivíduos por meio da associação aos interesses dos particulares, inclusive sendo perceptível, para eles, o estabelecimento de laços de “confiança” entre os proprietários e os sistemas peritos.

Interessa-me a observação feita pelo entrevistado, sobretudo por trazer à tona o aspecto cultural. Percebeu-se durante o trabalho de campo que há quase um consenso para o discurso do Projeto Tamar: que a sustentabilidade econômica assegura a sustentabilidade ambiental. Portanto, enquanto os programas ligados à geração de emprego e renda existirem, as tartarugas marinhas irão sobreviver. No entanto, do ponto de vista cultural e social, a participação do Projeto Tamar é quase nula, especialmente em Praia do Forte, justificando-se a associação feita pelo entrevistado com a falta de compromisso da política pública governamental para com a comunidade. A interpretação da teoria habermasiana me forneceu subsídios para entender esse emaranhado de sentidos e transformá-los em significados (Cardoso de Oliveira, 1998).

Segundo Habermas (1987), as políticas modernas de Estado modificam cenários produzindo quadros patológicos, sem se preocupar com suas conseqüências. Esse quadro patológico ou anômico pode ser interpretado no caso de Praia do Forte e estendido a Regência por meio de duas diretrizes. A primeira está relacionada ao significado do componente estrutural cultural (cultura nativa). Nela verificou-se que houve perda de referência dos indivíduos (pescadores), com a perturbação de suas identidades coletivas e ruptura com suas tradições, sendo talvez este o elemento mais marcante, pois os pescadores e tartarugueiros ou carebeiros construíam seus mitos, suas representações coletivas com base na pesca e na caça das tartarugas marinhas, que eram práticas institucionalizadas socialmente. A outra diretriz está determinada pelo componente estrutural – sociedade. Nela, as mudanças se processaram por meio da perda de referência em relação à legitimidade de suas práticas (pesca e careba) e instauração de uma anomia social, vez que foram agregadas novas relações sociais, como por exemplo, em relação ao significado de natureza e do sentido de carebar. A contratação de alguns pescadores promoveu uma “fragilização” da consciência coletiva, significando a retirada da motivação desses atores

sociais. Assim, se nessas comunidades os homens se autodefinem como pescadores, “a incerteza quanto às condições de trabalho é o resultado mais perverso destas inovações” (Polanyi, 2000: 116).

Nessa compreensão qualquer processo de intervenção que implique a justaposição de um modelo de dominação sobre outros é um modelo que produz conflitos ou “situações de crise” (Chauí, 1993).

Para minha análise, o reconhecimento por parte dos pescadores do Projeto Tamar como uma política pública tem um significado importante, o de que naquelas comunidades o aparelho do Estado se faz presente de alguma forma.

Por fim, concluo que a complexidade das relações se verifica de duas formas: (1) por meio da configuração híbrida adotada pelo Projeto Tamar durante o processo de intervenção, que relaciona o Estado – representado pelo Ibama e um organismo não-governamental – correspondente à Fundação Pró-Tamar. Essa configuração assegura legitimidade nas relações de poder e dominação do Projeto Tamar durante o processo de intervenção veiculando suas estratégias discursivas, dirigidas à preservação da natureza, a partir das tartarugas marinhas. (2) O Projeto Tamar utiliza tipos diferenciados de discursos que podem variar de acordo com a relação com a comunidade, em que nos momentos caracterizados como “situações de crise” pode haver permeabilidade entre os discursos de dominação racional-legal ou carismático e vice-versa, desde que lhe seja assegurada a manutenção do poder.

Do ponto de vista da construção das estratégias discursivas dos indivíduos das comunidades de pescadores tem-se a definição de dois discursos. O primeiro é estabelecido por meio do embate direto ou afrontamento, em que são claras as formas de resistências ao poder de dominação racional-legal do Projeto Tamar. O outro é estabelecido com base no uso de estratégias quase invisíveis, em que os indivíduos mostram-se resistentes sem construir um discurso combativo, mas buscando a retrospectiva (Hursel, 1967; Bourdieu, 1989) ou agindo de acordo com suas tradições, não aceitando, portanto, sua ruptura (Habermas, 1987; Goldblatt, 1997). Todas essas ações são dotadas de racionalidade, carregando consigo um sentido subjetivamente visado (Weber, 1991).

O Projeto Tamar, por seu turno, não admite no seu discurso oficial a existência de resistência das comunidades envolvidas. Essa inadmissibilidade é devida à

necessidade de buscar legitimidade para sua intervenção enquanto política pública, por isso dilui as resistências no seu discurso dominador. Entretanto, de acordo com a minha pesquisa, por mais que o Projeto Tamar formule estratégias discursivas para a construção do processo de intervenção, os indivíduos das comunidades conseguem ter a dimensão dessas estratégias e constroem discursos de resistência (direta ou simbólica).

A pretensão do Projeto Tamar em veicular seu discurso ofuscando as resistências a partir do sentido de “formação da consciência ambiental” pode ser constatada e é parte do jogo político que o programa estabelece nas comunidades. Esse jogo político pode ser compreendido como a busca da hegemonia (Gramsci, 1988) em relação ao poder e a dominação do Projeto Tamar nas comunidades.

Conclui-se que os indivíduos das comunidades de pescadores são atores sociais de suas próprias histórias e por isso questionam ao Projeto Tamar: **“quem és?”** As formas de elaboração da pergunta são diversificadas, mas se constituem por meio de resistências (pelo afrontamento ou pelo simbólico).

Em relação ao Projeto Tamar posso afirmar, finalmente, que o discurso veiculado sobre a “formação da consciência ambiental” tem um limite que é definido pela sua necessidade (econômica). O que sugere que, diante do processo de intervenção, as relações de poder e dominação não formaram uma “consciência ambiental” nos indivíduos das comunidades envolvidas, sendo esta “consciência” circunstancial. Assim, se o Projeto Tamar (Estado/ONG) deixar de garantir a sustentabilidade econômica dos pescadores e de suas famílias, as tartarugas continuarão a serem mortas indiscriminadamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, A. N. MÜLLER-PLATEBERG, C. (1998). *Previsão de Impactos: o estudo do impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. 2ª ed. São Paulo: Edusp.
- ALTVATER, E. (1995). *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: UNESP.
- ALVAREZ, S. E. *et al.* (2000). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- AMARAL, H. K. do. (1995). "Políticas públicas de meio ambiente". *In.* SORRENTINO, M. *et al.* Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental. São Paulo: Gaia.
- ANTUNIASSI, M. H. R. (1995). "Educação ambiental e democracia". *In.* SORRENTINO, M. *et al.* Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental. São Paulo: Gaia.
- ARAÚJO, C., SANTOS, E. G. C., SOUZA, J., PINHEIRO COELHO, M. F. (Orgs.). (2000). *Política e valores*. Brasília: Ed. UnB.
- ARENDDT, H. (2000). *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense.
- ATTFIELD, R. (1999). *"The ethics of the global environment"*. Edinburgh: Edingurgh University Press.
- BARRETO Flo., H. T. (1999). "Notas para a história de um artefato sócio-cultural: o Parque Nacional do Jaú". *Terra das Águas*, v. I, nº 1, Brasília: NEAz, Paralelo 15.
- BARROS, A. T. (1999). "Atores e discursos ecológicos no Brasil: Ciência, Estado e Imprensa (1972-1992)". Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB.
- BARTHOLO Jr., R. S., BURSZTYN, M. (1999). *Amazônia sustentável: uma estratégia de desenvolvimento para Rodônia 2020*. Brasília: Ibama.
- BAUDRILLARD, J. (1970). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- BERGER, P. e BERGER, B. (1998). "O que é uma instituição social". *In.* FORACHI, M. e MARTINS, J. S. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LTC.
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. (1999). *A Construção social da realidade*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes.

- BIELSCHOWSKY, R (Org.). (2000). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Vol. II. Rio de Janeiro: Record.
- BOBBIO, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Ed. UNESP.
- BOSI, A. (1987). *Cultura brasileira: tema e situações*. São Paulo: Ática.
- BOSI, E. (1987). “Cultura e desenraizamento”. In. BOSI, A. *Cultura brasileira: tema e situações*. São Paulo: Ática.
- BOURDIEU, P. (1990). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- _____. (1983). *Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas. Ortiz, R. (Org.). São Paulo: Ática.
- BOURGOINIE, G. (1972). “Etho-ecologie d’une collectivité régionale: les cités lacustres em Dahomey”. In. *Candian Journal of Afrian Studies* 6.
- BRANDÃO, H. H. N. (1991). *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- BUARQUE, C. (1993). “O pensamento em um mundo Terceiro Mundo”. In. BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense.
- BURSZTYN, M. (Org.). (1993). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense.
- CALDEIRA, T. P. R. (1984). *A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense.
- CALMON, P. (1983). *História da Casa da Torre: uma disnatia de pioneiros*. 3ª ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (1985). “A ‘Categoria da causalidade’ na formação da Antropologia.” *Anuário Antropológico/83*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: UFC.
- _____. (1998) *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Paralelo 15.
- _____. (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira.

- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. (2000). “Dependência e desenvolvimento na América Latina”. In. BIELSCHOWSKY, R. (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record.
- CARDOSO, F. H. e IANNI, O. (Orgs.). (1971). *Homem e Sociedade*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CARVALHO, I. (1995). “Movimentos sociais e políticas de meio ambiente: a educação ambiental onde fica?” In. SORRENTINO, M. *et al.* *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (1980). *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. (1997). *Gênero e meio ambiente*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco e Unicef.
- CERTEAU, M. (1994). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- CHAUÍ, M. (1993). *Conformismo e resistência*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. (1997). Lei nº 3071, 1º de janeiro de 1916. 16ª ed. São Paulo: Saraiva.
- COELHO, S. de C. T. (2000). *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Senac.
- CORDELL, J. (1982). *Locally Managed Sea Territories in Brazilian Coastal Fishing*. Roma: FAO.
- DAGNINO, E. (2000). “Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana”. In. ALVAREZ, S. E. et al. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- DAHRENDORF, R. (1992). *O Conflito social moderno*. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Edusp.
- DA MATTA, R. (1991). *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- _____. (1981). *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes.

- DIEGUES, A. C. S. (1997). "As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais". In. SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus.
- _____. (1997). "Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais". In. VIEIRA, P. F. e WEBER, J. (Orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1996). *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC.
- DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.
(1993). *CNUMAD: Relatório da Delegação Brasileira 1992*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- DUARTE, L. M. G. e BRAGA, M. L. S. (Orgs.). (1998). *Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Parelelo 15.
- DUMONT, L. (1992). *Homo hierarchicus*. São Paulo: Edusp.
- _____. (1985). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DURKHEIM, E.(1989). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas.
- _____. (1995). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1999). *Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 9ª ed. Rodrigues, J. A. e Fernandes, F.(Orgs.). São Paulo: Ática.
- ENZENSBERGER, M. (1976). *Contribucion a la critica de la ecologia politica*. México: Juan Pablos.
- EVERS, T. (1984). "Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. e, 4, p. 11-23, abril de.
- FEATHERSTONE, M. (1995). *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Nobel.
- _____. (1997). *O desmanche da cultura*. São Paulo: Nobel/Sesc.
- FERREIRA, L. C. (1995). "A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local". In. SORRENTINO, M. et al. *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia.
- _____. (1993) "A política ambiental no Brasil". In. MARTINE, G (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Ed. Unicamp.

- _____. (1998). *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- FIGUEIREDO, L. C. (1995). *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos*. São Paulo: Editora Escuta.
- FOUCAULT, M. (2000). *Microfísica do Poder*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- FRANCO, T. (1993). “Trabalho industrial e meio ambiente: a experiência do complexo industrial de Camaçari”. In. MARTINE, G (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Ed. Unicamp.
- FRASER, N. (1993). “Rethinking the Public Sphere. A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy.” In. ROBBINS, B. (Ed.). *The Phantom Public Sphere*. Minneapolis: university of Minnesota Press.
- FUNATURA. (1987). *Plano de Manejo de Praia do Forte*. Brasília.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE. (1992). *Vocabulário básico de meio ambiente*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Petrobras/Serviço de Comunicação Social.
- FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR. (1998). *Relatório de atividades*. Mimeo.
- _____. (1998). *Revista do Tamar*, nº 2.
- _____. (1999). *Revista do Tamar*, nº 3.
- FURTADO, C. (2000) “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”. In. BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (1968). *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga.
- GEERTH, H. H. e MILLS, C. W. (1982). *Max Weber: Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- GEERTZ, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- GIDDENS, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP.
- _____. (1996). *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Ed. UNESP.
- GODARD, O. (1997). “A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação”. In. VIEIRA, P. F. e WEBER, J. (Orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez.
- GOLDBLATT, D. (1996). *Teoria social e ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.

- GONÇALVES, C. W. (1990). *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.
- GRAMSCI, A. (1988). *Maquiavel, a Política e o Estado moderno*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- GRUPIONI, L. D. B. e GRUPIONI, M. D. F. (1995). “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”. *Cadernos de Campo/USP*, n.ºs. 5/6.
- GUATARRI, F. (1995). *As três ecologias*. 5ª ed. Campinas: Papirus.
- GUTBERLET, J. (1996). *Cubatão: desenvolvimento, exclusão social e degradação ambiental*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- HABERMAS, J. (1987). *The Theory of Communicative Action*. Volume 2. Boston: Beacon Press; Cambridge: Polity Press.
- HAYWARD, T. (1994). *Ecological Thought: an introduction*. Cambridge: Polity Press.
- HELLER, A. (1992). *O cotidiano e a história*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- HERRERA, A. (1984). “A crise da espécie”. In. BURSZTYN, M. *et al. Que crise é esta?* São Paulo: Brasiliense; Brasília; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- HIRSCH Jr., E. D. (1967). *Validity in Interpretation*. Michigan: Yale University Press.
- HUSSERL, E. (1977). *Cartesian Meditations*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- INGRAM, D. (1994). *Habermas e a dialética da razão*. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB.
- JACOBI, P. (1989). *Movimentos Sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- JOLLIVET, M. e PAVÉ, A. (1997). “O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa”. In. VIEIRA, P. F. e WEBER, J. (Orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez.
- KOWARICK, L. (1979). *A espoliação urbana*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- KOWARICK, L. e CAMPANÁRIO, M. A. (1993). “São Paulo: do milagre à crise”. In. Estado, reformas e desenvolvimento. *Lua Nova*, n.ºs. 28/29. São Paulo: Marco Zero.
- LAPLATINE, F. (1988). *Aprender Antropologia*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LEAL, V. N. (1975). *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega.
- LEFF, E. (1998). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidad, complejidad, poder*. México: Siglo Veintiuno/PNUMA.

- LEIS, H. R. (1998). “Ambientalismo: um projeto realista utópico para a política mundial. *In. VIOLA, E. J. et al. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais.* São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. UFSC.
- _____. (1999). *A modernidade insustentável.* Petrópolis: Vozes; Florianópolis: Ed. da UFSC.
- LEMOS, H. M. (1996). *Desenvolvimento sustentável.* Brasília: Ibama.
- LEONEL, M. (1998). *A morte social dos rios.* São Paulo: Perspectiva.
- LINDBERG, K. e HAWKINS, D. E. (1995). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.* São Paulo: SENAC.
- LINTON, R. (1971). “O indivíduo, a cultura e a sociedade”. *In. CARDOSO, F. H. e IANNI, O. (Orgs.). Homem e Sociedade.* 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LOPES, H. M. (1990). *Direito Administrativo Brasileiro.* 15ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- LOPES JR., E. (1997). “Urbanização turística, cultura e meio ambiente no Nordeste brasileiro”. *In. SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (Orgs.). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente.* Campinas: Papirus.
- LUCHIARI, M. T. D. P. (1997). “Turismo, natureza e cultura caiçara: um novo colonialismo”. *In. SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (Orgs.). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente.* Campinas: Papirus.
- MAINGUENEAU, D. (1993). *Novas tendências em análise do discurso.* 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- MALDONADO, S. C. (1993). *Mestres e mares: espaço e indivíduo na pesca marítima.* São Paulo: Annablume.
- _____. (1986). *Pescadores do Mar.* São Paulo: Ática.
- _____. (1991). “Em dois meios, em dois mundos: a experiência pesqueira marítima. Tese de Doutorado, apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB.
- MARCOVALDI, M. A. et al. (1999). “Marine turtles of Brazil: the history and structure of Projeto Tamar-Ibama”. Biological conservation, Elsevier Science.
- MARCOVALDI, M. A. et al. (2000). *Assim nasceu o Projeto Tamar.* Salvador: Fundação Pró-Tamar.

- MARCUS, G. (1991). "Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial". *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, n° 34.
- MARTINE, G. (Org.). (1993). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Ed. Unicamp.
- _____. (1993) "População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional". In. MARTINE, G (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Ed. Unicamp.
- MARTINS, J. de S. (1993). *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec.
- MATURANA, H. (1997). *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- MARX, K. (1989). *O Capital*. Vol. I. 12ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil.
- McCORMICK, J. (1992). *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MEAD, M. (1988). *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva.
- MEKSENAS, P. (1992). *Sociologia da Educação*. São Paulo: Loyola.
- MERLEAU-PONTY, M. (2000). *A Natureza: notas de cursos no Collège de France*. (Texto estabelecido e anotado por Dominique Ségler). Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS MMA. (1991). *O desafio do desenvolvimento sustentável: relatório do Brasil para a CNUMAD*. Brasília: Imprensa Nacional.
- _____. (1998). *AGENDA 21 – o caso do Brasil: perguntas e respostas*. Brasília: MMA.
- MONTEIRO, W. de B. (1989). *Curso de Direito Civil*. Vol. III. São Paulo: Saraiva.
- MOURÃO, F. (1971). *Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP.
- NISBET, R. A. (1998). "Comunidade". In. FORACHI, M. e MARTINS, J. de S. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LTC.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLDIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1991). *Nosso Futuro Comum*. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV.

- NUNES, E. (1989). “Carências urbanas, reivindicações e valores democráticos”. Lua Nova, São Paulo, nº 17, junho de.
- _____. (2000) *A revolta das barcas: populismo, violência e conflito político*. Rio de Janeiro: Garamond.
- ORTIZ, R. (1994). *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1994). *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- QUADROS, J. (1976). *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ridel.
- PAOLI, M. C. e TELLES, V. (2000). “Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo”. In. ALVAREZ, S. E. et al. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- PEIRANO, M. (1992). “Artimanhas do acaso”. Anuário Antropológico/89, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.
- PELT, J. M. (1991) *A natureza reencontrada*. Lisboa: Gravida.
- PINHEIRO COELHO, M. F. (2000). “O gosto pela política”. In. ARAÚJO, C., SANTOS, E. G. C., SOUZA, J., PINHEIRO COELHO, M. F. (Orgs.). *Política e valores*. Brasília: Ed. UnB.
- POLANYI, K. (2000). *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus.
- RIBEIRO, G. L. (2000a) “Política cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual”. In. ALVAREZ, S. E. et al. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- RIBEIRO, G. L. (2000b) *Cultura e política no mundo contemporâneo*. Brasília: Editora da UnB.
- RIBEIRO, G. L. e BARROS, F. L. (1997) “A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo”. In. SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus.
- RIBEIRO, M. A. (1998) *Ecologizar: pensando o ambiente humano*. Belo Horizonte: Rona.
- SACHS, I. (1993). “Estratégias de transição para o século XXI”. In. BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense.

- SACHS, I. (2000). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências de lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- SADER, Emir (Org.). (1987) *Movimentos Sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez.
- SADER, Emir e GENTILI, P. (1999). *Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia?*. Petrópolis: Vozes.
- SCHERER-WARREN, I. (1998). “ONGs na América Latina: trajetória e perfil”. In. VIOLA, E. J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. UFSC.
- SERRANO, C. M. T. (1997). “A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação”. In. SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus.
- SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (Orgs.). (1997). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus.
- SHIVA, V. (2001). *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- SLATER, D. (2000). “Repensando as espacialidades dos movimentos sociais: questões de fronteira, cultura e política em tempos globais”. In. ALVAREZ, S. E. et al. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- SMITH, N. (2000). “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica”. In. ARANTES, A. A. (Org.). *O Espaço da diferença*. Campinas: Papirus.
- SIMMEL, G. (1969). “The Stranger”. In. *Sociology*. Glencoe: Free Press.
- SORRENTINO, M. (1995). *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia.
- TASSAURA, E. T. O. (1995). “Educação ambiental: conhecimento e política no contexto da crise ambiental”. In. SORRENTINO, M. et al. *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia.

- TAVARES, M. da C. e SERRA, J. (2000). “Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil”. In. BIELSCHOWSKY, R. (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record.
- TELLES, V. (1999). *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- TURNER, F. W. (1990). *O espírito ocidental e a natureza: mito, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus.
- VELHO, G. (1994). *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VIEIRA, P. F. (1998). “Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento”. In. VIOLA, E. J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. UFSC.
- VIEIRA, P. F. e WEBER, J. (Orgs.). (1997). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez.
- VIEITAS, C. et al. (1997). “An Ecotourism initiative to increase awareness and protection of marine turtles in Brazil: the turtle by night program”. *Chelonian Conservation and Biology*.
- SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PETROBRAS. (1992). *Vocabulário básico de meio ambiente*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Petrobrás.
- VIEITAS, C. et al. “Local community involvement in conservation – the use of mini-guides in a programme for sea turtle in Brazil”. *Oryx*, v. 33, nº 2.
- VIOLA, E. (1986). “O Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 3, vol. I.
- VIOLA, E. J. e LEIS, H. R. (1998) “O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável”. In. VIOLA, E. J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. UFSC.
- VIOLA, E. J. et al. (1998) *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. UFSC.
- VIOLA, E. J., SCHERER-WARREN, I. E KRISCHKE, P. (1989). *Crise política, movimentos sociais e cidadania*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- WEBER, J. (1997). “Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas”. In. VIEIRA, P. F. e WEBER, J. (Orgs.). *Gestão de recursos naturais*

renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez.

WEBER, M. (1991). *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UnB.

_____. (1983). *Fundamentos da Sociologia*. 2ªed. Lisboa: Rés.

_____.(1993). *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp.

_____. (1986). *Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Org. Gabriel Cohn. São Paulo: Ática.

WHITEHEAD, A. N. (1993). *O conceito de natureza*. São Paulo: Martins Fontes.

WITTGENSTEIN, L. (1995). *Philosophical investigations*. 3ª ed. Londres: Basil Blackwell Ltd.

ANEXOS

LISTAGEM DOS ANEXOS

- 1- ROTEIROS DE ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS:
- 2- OBJETIVOS DO PLANO DE MANEJO DE PRAIA DO FORTE
- 3- ILUSTRAÇÕES
- 4- PRINCIPAIS LEIS RELACIONADAS AO PROJETO TAMAR
- 5- MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PUBLICITÁRIA DO PROJETO TAMAR

ROTEIRO 1

PROJETO TAMAR – COORDENADORES E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS QUESTÕES GERAIS

- 1- O que é o Projeto Tamar?
- 2- Como se deu seu surgimento?
- 3- Como foi a chegada dos pesquisadores nas vilas de pescadores?
- 4- Quais eram suas preocupações iniciais?
- 5- O que é a Fundação Pró-Tamar? Por que ela foi criada?
- 6- Vocês tiveram influência de algum pensamento em termos de ambientalismo? Que importância teve a FBCN para o Projeto Tamar?
- 7- Que tipos de interesses e investimentos possibilitaram o nascimento do Projeto Tamar?
- 8- Como as leis ambientais são vistas pelo Projeto Tamar? Elas ajudam para a realização do trabalho?
- 9- O Projeto Tamar tem alcançado seus objetivos?
- 10- O que é educação ambiental para o Projeto Tamar?

QUESTÕES LOCAIS

Regência e Praia do Forte

- 1- Como se dá o processo de intervenção do Projeto Tamar no local?
- 2- Quais são as propostas apresentadas pelo Projeto Tamar para esta área?
- 3- Existem resistências ao trabalho desenvolvido pelo Projeto Tamar no local?
- 4- Qual é a relação do Projeto Tamar com as demais instâncias de poder da região?
- 5- Em sua opinião quais são as maiores dificuldades do Projeto Tamar na área?
- 6- Quais são as fontes de recursos financeiros do Projeto Tamar na área?

OBSERVAÇÕES:

ROTEIRO 2

ENTREVISTA COM A FUNDADORA DO PROJETO TAMAR – MARIA TEREZA JORGE PÁDUA

- 1- Qual foi o contexto do surgimento do Projeto Tamar? O que fez a senhora criar um Projeto para tartarugas marinhas, se a senhora era diretora do Departamento de Parques e as preocupações do governo federal eram nesta direção? Que motivos levaram a sua criação?
- 2- Quais foram os objetivos preliminares do Projeto Tamar?
- 3- Qual foi a participação da FBCN para o surgimento do Projeto Tamar?
- 4- Qual é a importância do Projeto Tamar na atualidade?
- 5- Como a senhora define o Projeto Tamar?
- 6- Na sua perspectiva o Projeto Tamar alcançou os objetivos inicialmente traçados?

OBSERVAÇÕES:

ROTEIRO 3

COMUNIDADE

HISTÓRIA E ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

Moradores mais antigos

- 1- Como era Regência/Praia do Forte na sua infância? O que o(a) senhor(a) lembra a respeito?
- 2- Como as pessoas viviam?
- 3- O que faziam ou como trabalhavam?
- 4- Quais são as diferenças entre a sua infância e hoje?

Todos os moradores

- 3- O que é o Projeto Tamar para o(a) senhor(a)?
- 4- Como foi a chegada do Projeto Tamar?
- 5- O Projeto Tamar modificou alguma coisa depois da chegada? Quais foram as modificações?
- 6- Como as pessoas vivem hoje? Como trabalham?
- 7- O que o(a) senhor(a) pensa a respeito do Projeto Tamar?
- 8- O(A) senhor(a) ainda vê tartaruga pela praia? Ainda existe a caça da tartaruga? As pessoas realmente deixaram de comer tartaruga?
- 9- Ainda tem peixe como antigamente?
- 10- Na sua opinião quais são os problemas da vila?
- 11- O que o Projeto Tamar deveria fazer, em sua opinião, e ele não faz?
- 12- Quem são as pessoas mais importantes do local?
- 13- O(A) senhor(a) sabe o que é a Fundação Pró-Tamar? Ou qual é a diferença entre o Projeto Tamar e a Fundação?

OBSERVAÇÕES:

ROTEIRO 4

REPRESENTANTES DOS PESCADORES

COLÔNIA DE PESCA OU ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES

Dados gerais sobre a associação:

Quantos associados?

Quantos anos?

Qual é a área de influência?

1- Como é a relação entre Projeto Tamar e a associação/colônia?

ASSOCIAÇÃO/COLÔNIA E PESCADORES

2- Quais são os principais problemas dos pescadores na região?

3- Como atua o Projeto Tamar em relação a estes problemas?

4- Ainda tem peixe?

5- As tartarugas aparecem? Quando foi a última vez que o senhor viu uma tartaruga?
Foi no mar ou na praia?

6- E ovos de tartaruga, o senhor tem visto?

7- O senhor acha que depois da chegada do Projeto Tamar as tartarugas aparecem mais do que antes?

8- O que representava a tartaruga para o pescador?

9- O que mudou depois que o Projeto Tamar chegou?

10- O que o Projeto Tamar deve fazer para os pescadores?

11- O senhor acha que o Projeto Tamar conseguiu preservar as tartarugas?

12- Quando é época de proibição da pesca, como o senhor faz para trabalhar?

ROTEIRO 5

PESCADORES – TARTARUGUEIROS

- 1- O que fez com que o senhor deixasse de caçar tartaruga e passasse a preservar?
- 2- O que representa o Projeto Tamar para o senhor?
- 3- O que as tartarugas representam?
- 4- O senhor acha que o Projeto Tamar vem tendo êxito no trabalho de proteção às tartarugas?
- 5- O que mudou no seu cotidiano depois que o senhor entrou para o Projeto Tamar?
- 6- O que os seus amigos pescadores (não-tartarugueiros) pensam do trabalho que o senhor realiza?
- 7- O senhor acha que os outros pescadores deixaram de caçar tartaruga?
- 8- Como eles trabalham quando é época de proibição da pesca? Como sobrevivem?
- 9- Em que aspectos o Projeto Tamar poderia melhorar?

ROTEIRO 6

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES EM REGÊNCIA

Número de associados: 25

Estatuto: não fornecido

Quantos membros da diretoria? 14

Data da fundação: 1987

- 1- Como se dá a relação entre a associação e o Projeto Tamar?
- 2- Antes da chegada do Projeto Tamar houve algum tipo de discussão na comunidade para criar uma associação?
- 3- Quais são as principais demandas sociais da comunidade?
- 4- O que a comunidade espera do Projeto Tamar?
- 5- Existe algum tipo de divergência entre os anseios da comunidade e as propostas do Projeto Tamar?
- 6- Como é a atuação da Prefeitura no local?
- 7- Existem serviços sociais como médico, dentista que são prestados a comunidade? Caso haja, quem é responsável pelos serviços – a Prefeitura ou o Projeto Tamar?
- 8- Quais são as propostas da associação para o desenvolvimento de Regência?

OBSERVAÇÕES:

QUESTIONÁRIO

Enviado ao Presidente do Projeto Tamar (Guy Marcovaldi) e à Coordenadora do Projeto Tamar/Bahia e Presidente da Fundação Pró-Tamar (Maria Ângela Marcovaldi).

- 1- Qual foi sua participação na concepção do Projeto Tamar?
- 2- O que é o Projeto Tamar
- 3- Quais são os principais objetivos do Projeto Tamar?
- 4- O que é a Fundação Pró-Tamar?
- 5- Quem criou a Fundação Pró-Tamar? Quando e quais foram os motivos que levaram a sua criação?
- 6- Qual é o papel da Fundação Pró-Tamar junto ao Projeto Tamar e às comunidades?
- 7- Quais são os principais objetivos da Fundação Pró-Tamar?
- 8- Por que foi necessário envolver a população das comunidades de pescadores para fazer a proteção das tartarugas marinhas?
- 9- Na sua opinião como pode ser caracterizada a atuação do Projeto Tamar? Os resultados alcançados são satisfatórios?
- 10- Quais são as propostas de desenvolvimento sustentável apresentadas pelo Projeto Tamar?
- 11- O que é educação ambiental para o Projeto Tamar? Quais são as propostas desenvolvidas nesse âmbito?

OBJETIVOS DO PLANO DE MANEJO DA FAZENDA PRAIA DO FORTE:

- Organizar, de forma harmônica, os diversos usos já estabelecidos e a serem implantados na área.
- Proteger amostras de ecossistemas locais, de forma a garantir o processo evolucionário natural.
- Garantir a evolução natural do processo de estabilização; colonização de dunas por vegetação de restinga.
- Proteger remanescentes de ecossistemas de transição restinga arbórea/mata atlântica.
- Deter a degradação dos recursos naturais e/ou promover a recuperação da área.
- Preservar sítios históricos ou arqueológicos e manifestações culturais, de forma a contribuir para a memória histórica do País.
- Garantir aos usuários, residentes ou não, condições de usufruto dos recursos naturais da área, associados à proteção da natureza.
- Prover a área de meios necessários e suficientes ao bom funcionamento e correto desenvolvimento das atividades.

Ilustração – Pescador em Praia do Forte

Ilustração – Presidente da Associação de Pescadores de Regência

Ilustração – Pescadores de fora em Regência

Ilustração – A Casa do Congo em Regência

Ilustração – Dona Mariquinha – Presidente do Congo

Ilustração – Dona Aurora em sua casa (uma das mais antigas moradoras de Regência)

Ilustração – Centro Ecológico do Projeto Tamar em Regência

Ilustração – Nascimento de tartarugas marinhas

Ilustração – Oficina de Papel (jovens da comunidade que trabalham no Projeto Tamar em Regência)

Ilustração – Base de Praia do Forte

Ilustração – Base de Comboios (Projeto Tamar, Regência)

Ilustração – Porto em Regência

Ilustração – Projeto Tamar em Praia do Forte (Crianças da comunidade que trabalham no Programa Guias Mirins)

Ilustração – Cercados de incubação do Projeto Tamar em Praia do Forte

Ilustração – Produtos comercializados pelo Projeto Tamar

LISTA DAS LEIS EM ANEXO

NORMA (Classificação)	EMENTA	DATA
Lei nº 5. 197 (Federal)	Proteção à Fauna e dá outras providências	03/01/1967
Decreto nº 76.623 (Federal)	Promulga convenção sobre o comércio internacional das espécies da flora e fauna selvagem em perigo de extinção.	17/11/1975
Portaria/Ibama nº 1.522	Reconhece a lista oficial de espécies da fauna em perigo de extinção.	19/12/1989
Portaria/Ibama nº 186	Institui o Centro Nacional de Conservação e Manejo de Tartarugas Marinhas – Centro Tamar.	22/02/1990
Portaria/MMA nº 10	Dá competência ao Centro Tamar para identificar e bloquear acessos a praias, fiscalizar essas áreas, deliberar sobre aspectos técnicos a ela relativos.	30/01/1995, publicada em 31/01/1995.
Portaria/MMA nº 11	Dá competência ao Centro Tamar para estabelecer critérios e fiscalizar seu cumprimento sobre iluminação em praias.	30/01/1995, publicada em 31/01/1995.
Portaria/Ibama nº 22-N	Cria o CNPT.	10/02/1992
Resolução/Conama nº 10	Trata da competência do Projeto Tamar em suas áreas de monitoração.	24/10/1996
Decreto s/n (Federal)	Declara como instituição de utilidade pública a Fundação Pró-Tamar.	07/03/1996
Lei nº 9.985 (Federal)	Define o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências.	18/07/2000
Lei nº 9.975 (Federal)	Define Educação Ambiental e dá outras providências.	27/04/2000